

MARIA APARECIDA SILVA FURTADO

**DISCURSO POLÍTICO-ELEITORAL DA CAMPANHA
PRESIDENCIAL NO PRIMEIRO TURNO DO ANO 2002: uma
análise discursiva da promessa e da crítica**

BELO HORIZONTE
FACULDADE DE LETRAS DA UFMG
2004

MARIA APARECIDA SILVA FURTADO

**DISCURSO POLÍTICO-ELEITORAL DA CAMPANHA
PRESIDENCIAL NO PRIMEIRO TURNO DO ANO 2002: uma
análise discursiva da promessa e da crítica**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos
Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de
Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em Linguística.

Área de Concentração: Linguística

Linha de Pesquisa: Análise do Discurso

Orientador: Prof. Dr. Hugo Mari

BELO HORIZONTE

FACULDADE DE LETRAS DA UFMG

2004

Dissertação defendida e aprovada em ____/____/____ pela banca
examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Hugo Mari
PUC Minas

Prof. Dr. Paulo Henrique Aguiar Mendes
PUC Minas

Prof. Dr. Antônio Augusto Moreira de Faria
FALE/UFMG

Referência:

FURTADO, Maria Aparecida Silva. *Discurso Político-Eleitoral da Campanha Presidencial no Primeiro Turno do Ano 2002: uma análise discursiva da promessa e da crítica*. Dissertação de Mestrado. FALE/Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. Orientador: Prof. Dr. Hugo Mari.

Dissertação de Mestrado aprovada no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, em 16 de julho de 2004. Orientador: Prof. Dr. Hugo Mari.

A Deus, por tudo que sou.

Ao meu marido e à minha filha, que, movidos pelo desejo de ver o meu sonho se realizar, não pouparam esforços em ajudar-me nesta conquista.

À minha mãe, que não teve oportunidade de estudar e a todos que, com sinceridade, também se sentem plenos com esta minha realização.

Agradecimentos

Ao Prof. Dr. Hugo Mari, que viu no meu plano de estudo uma possibilidade de pesquisa e aceitou ser meu orientador, abrindo-me caminhos que antes eram quase inatingíveis. Hugo, obrigado por me ter dado a liberdade de criação e, acima disso, obrigado por ter acreditado (até mesmo antes de mim) que eu era capaz de produzir este estudo.

Obrigado a todos os meus professores, doutores Antônio Augusto M. de Faria, Hugo Mari, Ida Lúcia Machado, Wander Emediato, Marco Antônio de Oliveira, Marco Antônio R. Vieira, Carla Coscarelli e Regina Dell'ísola. Sem vocês eu não teria conseguido ver a Análise do Discurso sob diversas perspectivas, formando a visão que hoje tenho nessa área.

Ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Universidade Federal de Minas Gerais.

Ao CNPQ, pela bolsa de estudos concedida.

A Deus, primeiramente. Depois a toda a minha enorme família (de sangue e de amizade). Em especial a Toninho e a Samyra.

Aos meus amigos e amigas que, direta ou indiretamente, torceram por mim. De forma especial àqueles que conheci no mestrado, como, por exemplo, a Virgínia Filgueiras e aos demais cujos nomes não citarei aqui, para não cometer a injustiça do esquecimento de algum, mas que ao lerem este agradecimento, certamente, se sentirão lembrados por mim.

Resumo

Nossa dissertação propõe uma análise do discurso político-eleitoral que se compõe dos discursos dos seis candidatos à Presidência da República do Brasil na eleição do primeiro turno do ano 2002. Acreditamos que o conhecimento das condições de formação desse discurso possa ser útil para a compreensão dos fatos discursivos tanto na teoria quanto no seu funcionamento na sociedade. Este trabalho se constitui de cinco partes importantes. No capítulo 1, temos os aspectos gerais teórico-metodológicos nos quais este estudo se mostra estruturado. Na seqüência, o capítulo 2 constitui-se de bases teóricas da Formação Discursiva, da Teoria da Enunciação, da Teoria Semiolingüística e da Teoria dos Atos de Fala, utilizadas no desenvolvimento do trabalho. Os dados do *corpus* da pesquisa são analisados, no capítulo 3, a partir das teorias citadas e com vistas à caracterização do discurso político-eleitoral. No capítulo 4, destaca-se, com base na Teoria dos Atos de Fala, a análise de dois objetos desse discurso político-eleitoral: a promessa e a crítica. E, por fim, na conclusão, são apresentados os resultados analíticos do estudo, bem como novas perspectivas de pesquisa.

Abstract

Our dissertation proposes an analysis of the political and electoral speech that is composed by the speeches of the six candidates to the Presidency of Brazil in the election of the first turn 2002. We believe that the knowledge of the conditions of the formation of these speeches may be useful to the understanding of the discursive facts both in the theory and in their working in the society. This work consists of five important parts. In the first chapter, we have the general theoretical and methodological features, which structures this research. Next, the second chapter is made of theoretical fundamentals of the Discursive Formation, Theory of the Enunciation, Semiolinguistics Theory, and Theory of the Acts of Speech, used in the development of this paper. The data of the corpus of this research are analysed in the third chapter, from the underlined theories and for the purpose of characterising the political and electoral speech. In the fourth chapter, we underline basing on the Theory of the Acts of Speech, the analysis of two purposes of such speech: the promise and the critics. And, at last, in the conclusion, the analytical results of the study as well as new perspectives of this research are presented.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10	
CAPÍTULO 1: ASPECTOS PRELIMINARES		
1.1 – Considerações gerais teórico-metodológicas	13	
1.2 – Pressupostos teóricos	16	
1.3 – Seleção do <i>corpus</i> e da pesquisa	17	
CAPÍTULO 2 – QUADRO TEÓRICO		
2.1 – Teoria da Enunciação	19	
2.2 – Formação Discursiva	30	
2.3 – Teoria Semiolingüística: quadro enunciativo e contrato comunicacional	35	
2.3.1 – Quadro enunciativo	35	
2.3.2 – Contrato comunicacional	37	
2.4 – Teoria dos Atos de Fala	42	
CAPÍTULO 3 – FUNCIONAMENTO DO DISCURSO POLÍTICO-ELEITORAL		
3.1 – Teoria da Enunciação: um exame das condições enunciativas do discurso político-eleitoral	48	
3. 2 – Formação Discursiva: um entendimento interdiscursivo do discurso político-eleitoral	64	
3.3 – Teoria Semiolingüística: uma análise dos sujeitos e contrato do discurso político-eleitoral.....	84	
3.4 – Cruzamento teórico analítico das condições da enunciação, dos sujeitos discursivos, do contrato comunicacional e das formações discursivas do discurso político-eleitoral.....	93	
CAPÍTULO 4 – TEORIA DOS ATOS DE FALA: UMA ANÁLISE ESPECÍFICA DA PROMESSA E DA CRÍTICA DO DISCURSO POLÍTICO-ELEITORAL		96
4. 1 – Educação	97	
4. 2 – Economia	103	
4. 3 – Emprego	114	

4. 4 – Entendimento discursivo das promessas e críticas dos presidencialistas	125
CONCLUSÃO	128
BIBLIOGRAFIA	136
ANEXO	140
1 – Educação	142
2 – Economia	143
3 – Segurança.....	149
4 – Emprego	154
5 – Saúde	163
6 – Modelo (econômico) de governo	167

Lista de figuras

Figura 1	27
Figura 2	27
Figura 3	36
Figura 4	69
Figura 5	70
Figura 6	70
Figura 7	71

Introdução

O trabalho que apresentamos, a seguir, busca entender as condições de produção do discurso político-eleitoral, analisando os discursos dos candidatos à presidência da república na eleição do primeiro turno do ano 2002. Para isso nos ancoramos em categorias como Formação Discursiva e em aspectos da Teoria da Enunciação, da Teoria Semiolingüística e da Teoria dos Atos de Fala.

No capítulo 1 destacamos os aspectos teórico-metodológicos, ou seja, a descrição do processo de levantamento de dados, a delimitação do *corpus*, a apresentação dos locutores deste *corpus*, os pressupostos teóricos e, ainda, a justificativa, objetivos, hipóteses e perguntas desta pesquisa.

Como objetivo, buscamos entender o posicionamento enunciativo-discursivo dos candidatos, conhecer como são construídos a correlação, a posição e o funcionamento do discurso político-eleitoral e, por fim, saber como a promessa e a crítica dos presidenciais são erigidas dentro desse discurso.

Assim, este estudo parte de duas hipóteses. Na primeira, o discurso político-eleitoral é concebido a partir de um jogo enunciativo-discursivo, que permite a emergência das circunstâncias político-ideológicas que o caracterizam. Na segunda, o discurso político-eleitoral é concebido em termos de atos de fala dos presidenciais, os quais são analisados em função de dois pontos ilocucionais complementares: o comissivo, no modo-promessa, e o ato assertivo, no modo-crítica.

A verificação da primeira hipótese será feita a partir de análises das condições de enunciação, do contrato de linguagem e das formações discursivas do discurso político-eleitoral. Já a investigação da segunda será obtida por meio de análises da correlação de promessas e críticas implícitas e explícitas.

Diante disso, levantamos duas perguntas: primeira, *que condições de enunciação, que contrato de linguagem e que formações discursivas dos enunciados dos presidenciais são capazes de nos revelar uma compreensão dos fatos discursivos, tanto do ponto de vista*

teórico quanto do ponto de vista de seu funcionamento na sociedade? Segunda, como agem, discursivamente, os presidenciáveis em face ao ato comissivo, na forma de promessa, e ao assertivo, na forma de crítica, considerando promessa e crítica como atividades parlamentares complementares?

A formação do *corpus* desta pesquisa se constitui, conforme consta no anexo, dos discursos dos presidenciáveis apresentados nas propagandas eleitorais do horário eleitoral gratuito, divulgadas pela televisão, na eleição do primeiro turno do ano 2002.

O procedimento da constituição desse *corpus* iniciou-se a partir da gravação em fitas VHS das propagandas eleitorais do horário eleitoral gratuito. Dessas propagandas foram selecionados apenas os discursos dos presidenciáveis. Esses discursos foram transcritos e delimitados para a pesquisa em seis temas: Educação, Economia, Segurança, Emprego, Saúde e Modelo (econômico) de governo.

No capítulo 2, traçamos o quadro teórico que dá sustentação ao nosso estudo. Começando pela Teoria da Enunciação, é estabelecida, conforme o propósito da pesquisa, uma definição para os termos enunciado e enunciação. Na seqüência, caracterizamos o conceito de formação discursiva, a partir da formulação dos autores Foucault e Pêcheux. Prosseguindo, na seção 2.3, abordamos dois aspectos específicos da Teoria Semiolingüística: o quadro enunciativo e o contrato comunicacional. E, por fim, fechando o capítulo, apresentamos a Teoria dos Atos de Fala abordando, primeiramente, o conceito de atos de fala, depois, o conceito de direção de ajustamento, em seguida, a formação dos atos ilocucionais e a sua divisão em sete componentes.

No capítulo 3, com base no estudo da Formação Discursiva e no estudo dos aspectos da Teoria da Enunciação e da Teoria Semiolingüística, analisamos o discurso político-eleitoral, apontando suas seguintes características: as condições de enunciação, as formações discursivas, os sujeitos discursivos e o contrato comunicacional. Após as análises fazemos um cruzamento de informações a fim de responder à primeira das perguntas levantadas nesta pesquisa.

No capítulo 4, mediante as categorias teóricas da Teoria dos Atos de Fala, analisamos como são construídas as promessas e as críticas dos candidatos. Na parte final desse capítulo,

traçamos um entendimento geral discursivo das promessas e críticas analisadas com o objetivo de correlacionar esses atos de fala a fim de responder à segunda de nossas perguntas.

E, por fim, a título de conclusão, fazemos um apanhado dos resultados preliminares do capítulo 3 e 4 e apresentamos as considerações finais analíticas deste estudo bem como apontamos novas possibilidades de pesquisas.

Capítulo 1 – Aspectos preliminares

1.1 – Considerações gerais teórico-metodológicas

A proposta de nossa pesquisa é analisar as condições de natureza político-ideológica, as condições de enunciação e as condições de construção dos discursos dos seis candidatos à Presidência da República do Brasil no discurso político-eleitoral da eleição do primeiro turno do ano 2002 e, em particular, os atos de fala comissivos, na forma de promessa, e os assertivos, na forma de crítica.¹

O discurso desses presidenciáveis é parte integrante da propaganda eleitoral gratuita da eleição do primeiro turno do ano 2002, ocorrida no dia 06/10/2002, conforme a lei 9504/97. O horário eleitoral gratuito foi transmitido do dia 20 de agosto a 03 de outubro de 2002 pela TV e pelo rádio, de segunda a sábado, em dois blocos de cinquenta minutos cada um. No rádio, das 7 às 7: 50 h e das 12 às 12: 50 h. Na TV, que é o veículo desta pesquisa, das 13 às 13: 50 h e das 20: 30 às 21: 20 h.

Na TV, às segundas, quartas e sextas-feiras os candidatos a governador, deputado estadual ou distrital e senador dividiram o tempo. Já nas terças, quintas e sábados foi a vez de os seis presidenciáveis dividirem os cinquenta minutos da propaganda com os 4.800 candidatos a deputado federal, espalhados pelos Estados. Os presidenciáveis, abaixo relacionados, ficaram com, aproximadamente, os primeiros vinte e cinco minutos de cada bloco. O candidato José Serra (Serra), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), é quem mais apareceu na tela. Ele teve 10min 23s em cada bloco de propaganda. Em seguida, veio o candidato Luís Inácio Lula da Silva (Lula), do Partido dos Trabalhadores (PT) com 5min19s. Em terceiro lugar, Ciro Ferreira Gomes (Ciro Gomes), do Partido Popular Socialista (PPS) com 4min17s. Anthony Willian Mateus de Oliveira (Garotinho), do Partido Socialista Brasileiro (PSB), ficou em quarto lugar com 2min13s. Os candidatos José Maria de Almeida (Zé Maria), do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e Rui Costa Pimenta (Rui Pimenta),

¹ Os conceitos de atos de fala comissivo e assertivo serão dados mais adiante, no segundo capítulo do trabalho, na seção 2.4.

do Partido da Causa Operária (PCO), foram os que tiveram menos tempo de propaganda. Tiveram 1min23s cada um.²

Diversos foram os temas apresentados na campanha presidencial. Citemos, de passagem, apenas os mais recorrentes: Educação, Economia, Segurança, Emprego, Saúde, Modelo (econômico) de governo, Reforma tributária, Reforma da previdência, Exportações, Inclusão social, Preservação do patrimônio público, Energia, Agricultura, Turismo, Fome, Aposentadoria, Pequena empresa e cooperativas. Construir uma análise que abranja todos esses temas é insustentável para nós neste momento, pois não dispomos de tempo suficiente. Por isso, desses temas do discurso político-eleitoral, selecionamos apenas os seis primeiros da lista acima, ou seja, Educação, Economia, Segurança, Emprego, Saúde e Modelo (econômico) de governo, pois se trata de temas mais amplos e que permitem uma certa abrangência dos demais temas apontados.

Retomamos o objetivo da pesquisa colocado acima. Ao propor a análise das condições de natureza político-ideológica³ desse discurso político-eleitoral, estamos pretendendo conhecer como são construídos a regularidade, a correlação, a posição e o funcionamento desse discurso.⁴ Já a verificação das condições de enunciação nos permitirá entender, complementando a análise anterior, como se posicionam os candidatos mediante tal discurso. Com relação à análise das condições de construção dos atos de fala dos presidenciais, ela nos possibilitará saber como a promessa e a crítica dos candidatos são construídas dentro desse discurso político-eleitoral.

Assim, a análise das condições de natureza político-ideológica e a análise da enunciação têm o propósito de apresentar uma caracterização geral dos discursos dos presidenciais dentro desse discurso político-eleitoral quanto às suas condições de enunciação, de produção e de formação discursiva.⁵ Já a análise das condições de construção dos atos de fala dos locutores

² Fonte: *Campanha invade TVs e rádios na terça. Folha de São Paulo*. São Paulo, Caderno Eleições, p. 2, 18 agosto 2002.

³ Ideologia está sendo entendida, aqui, como sinônimo de uma visão política de mundo, ou seja, da maneira como uma classe percebe a ordem social política, ordenando, justificando e explicando-a. Trataremos dessa questão na seção 2.2.

⁴ O termo discurso, nesta pesquisa, não deve ser assimilado somente à expressão verbal da linguagem (materialização oral ou escrita), tampouco somente a um conjunto de saberes partilhados, ou visão de mundo, construído pelos indivíduos pertencentes a um determinado grupo social, mas, sim, como o resultado da união do ponto de vista de uma classe social a respeito da realidade com um plano de expressão qualquer.

⁵ Esse termo será discutido mais adiante, na seção 2.2 do trabalho.

desses discursos tem o objetivo de nos revelar como agem, lingüisticamente, esses candidatos em face da promessa, e da crítica, apresentadas ora de forma explícita, ora de forma implícita nesse discurso. A inter-relação dessas análises nos permitirá traçar um quadro geral do funcionamento do discurso político-eleitoral, desta eleição, na sociedade brasileira, contribuindo, assim, para os estudos em Análise do Discurso.

Esse desejo de estudo surge, então, a partir de duas hipóteses. A primeira delas é de caráter mais geral e diz respeito à análise do discurso político-eleitoral em si. Acreditamos que tal discurso é construído à base de um jogo enunciativo-discursivo,⁶ que deixa passar a manifestação das circunstâncias político-ideológicas que o determinam. A segunda hipótese é mais específica e aponta para a localização de dois objetos no interior desse discurso: a promessa e a crítica. Assim, acreditamos que os atos de fala dos presidentiáveis, os quais compõem esse discurso político-eleitoral, são compostos por duas forças ilocucionais complementares: a do ato comissivo, na forma de promessa, e a do ato assertivo, na forma de crítica. Para a verificação da primeira hipótese, recorreremos a dados do nosso *corpus*, traçando, no terceiro capítulo desta dissertação, um quadro de caracterização do discurso político-eleitoral baseado na Teoria da Enunciação, na categoria teórica da Formação Discursiva e na Teoria Semiolingüística. Com esse suporte teórico, queremos tentar entender a caracterização e o funcionamento desse discurso. Já no quarto capítulo, para a verificação da segunda hipótese, selecionaremos, do discurso dos presidentiáveis, os atos de fala que se realizam na forma de promessa e os que se realizam na forma de crítica. Após a localização desses dois objetos no interior desse discurso, faremos, da promessa e da crítica, uma análise mais específica quanto às suas construções no que diz respeito aos pontos ilocucionais, ao modo de realização, às condições dos conteúdos proposicionais, às condições preparatórias e às condições de sinceridade. Para essa análise da promessa e da crítica, recorreremos, então, à Teoria dos Atos de Fala.

Sabemos que a incerteza da interpretação de uma enunciação ocorre em qualquer situação de interlocução, sendo, portanto, no discurso político-eleitoral, um desafio para o candidato porque pode provocar, nas eleições, a sua derrota. Ciente disso, o candidato tende a ser cauteloso em seu jogo enunciativo-discursivo. Esse cuidado, porém, não garante a eficácia de

⁶ Estamos chamando de jogo enunciativo-discursivo a ação (estratégia, forma) discursiva do locutor desenvolvida no momento da construção de sua enunciação, a qual é planejada na expectativa de “ganhar” o alocutário.

seus proferimentos, pois a inter-relação das formações discursivas e a inter(ação) dos explícitos e implícitos oriundos de sua enunciação, muitas vezes, acabam demonstrando tal precaução.

Se o sujeito falante produz um efeito de fala incontrolável nas suas emissões, acreditamos que as condições de natureza político-ideológica, as condições de enunciação e as condições de construção da fala desse sujeito ainda precisam ser estudadas. Diante disso, julgamos nossa pesquisa relevante porque ela, além de desenvolver conhecimentos sobre o uso da linguagem na atividade político-eleitoral, permitirá um avanço na compreensão dos fatos discursivos, tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista de seu funcionamento na sociedade.

Assim sendo, nossa pesquisa procura responder a duas questões. Primeira: *que condições de enunciação, que contrato de linguagem e que formações discursivas dos enunciados dos presidencialistas são capazes de nos revelar uma compreensão dos fatos discursivos, tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista de seu funcionamento na sociedade?* Segunda: *como agem, discursivamente, os presidencialistas em face ao ato comissivo, na forma de promessa, e ao assertivo, na forma de crítica, considerando promessa e crítica como atividades parlamentares complementares?*

1. 2 – Pressupostos Teóricos

Como fundamentação teórica básica para a nossa pesquisa, estamos buscando subsídios de análise na Teoria dos Atos de Fala (Austin, 1962/1990; Searle, 1984 e 2002; Vanderveken, 1985); na Teoria da Enunciação (Benveniste, 1966/1988 e 1974/1989; Bakhtin 1929/1999; Pêcheux, 1969/1997a); na Teoria Semiolingüística (Charaudeau, 1994, 1996 e 2001) e nos fundamentos de Formação Discursiva (Foucault, 1969/2002; Pêcheux/Fuchs, 1975/1997b e Pêcheux, 1975/1997c). Outros autores também são lembrados neste trabalho; estamos, todavia, apresentando, nesse espaço, somente aqueles que mais merecem destaques por suas grandes contribuições teóricas. Os demais vêm à luz desses.

1.3 – Seleção do *corpus* e da pesquisa

Conforme descrevemos no início deste primeiro capítulo, o *corpus* de nossa pesquisa constitui-se do discurso político-eleitoral dos seis candidatos à Presidência da República do Brasil na eleição do primeiro turno do ano 2002, transmitido pela TV. Tal discurso encontra-se gravado em fitas VHS. Fizemos gravações de todas as propagandas do horário eleitoral gratuito idas ao ar do dia 20 de agosto a 03 de outubro de 2002, nas terças, quintas e sábados nos dois horários distintos: das 13 às 13:50 h e das 20:30 às 21:20 h. Após a gravação, fizemos a transcrição das propagandas, selecionando apenas os enunciados dos presidenciáveis. Desses enunciados, porém, recortamos aqueles que viriam a ser o nosso objeto de estudo: os enunciados que se realizam nas formas de promessas e de críticas. Dessas promessas e críticas, entretanto, fizemos um novo recorte. Eliminamos aquelas que, apesar de estarem editadas e vinculadas ao horário eleitoral gratuito, se apresentavam como recortes de outros gêneros discursivos, tais como os enunciados de debates e de entrevistas. Entendemos que tanto o gênero debate quanto entrevista pertencem a outros contratos languageiros os quais, antes de captarem o telespectador-eleitor, dirigem-se aos debatedores e aos entrevistadores, respectivamente. Pensamos que a configuração contratual languageira de promessas e críticas proferidas em debates e em entrevistas, mesmo que divulgados no horário eleitoral gratuito, requer uma análise tanto do gênero debate quanto do gênero entrevista, análises essas que não pertencem aos nossos objetivos nesta pesquisa.

Durante a transcrição, percebemos que quase todos os candidatos fizeram, em muitos de seus enunciados, o emprego de elementos lingüísticos voltados para a oralidade, como, por exemplo, “pra”, “pro”, “tá”, etc. Acreditamos que essa opção dos candidatos pode ter sido feita por dois motivos. Primeiro, por causa do canal de transmissão, a TV, que abria espaço para tais locutores manterem uma conversa informal com seus potenciais eleitores. Segundo, porque, com enunciações em estilo informal, os candidatos garantiriam um posicionamento mais próximo de muitos eleitores “informais”. Como o registro formal ou informal não afeta a pesquisa em questão, estamos adotando, nesta pesquisa, o registro formal, de casos como esse, na transcrição da fala dos candidatos.

Muitas das propagandas políticas foram repetidas mais de uma vez durante a campanha eleitoral. Esse fato nos possibilitou delimitar em parte o material transcrito, pois não

consideramos as repetições. Entretanto, ainda sim, as promessas e as críticas selecionadas para análise se apresentavam em grande proporção para este estudo uma vez que elas estavam presentes em quase todos os temas apresentados na campanha eleitoral. Selecionamos, então, os seis temas mais recorrentes nessa campanha: Educação, Economia, Segurança, Emprego, Saúde e Modelo (econômico) de governo. E, dentro desses temas, as promessas e as críticas dos presidencialistas.

Foram duas as eleições presidencialistas ocorridas no ano de 2002: a eleição do primeiro turno e a eleição do segundo. Restringimos nosso *corpus* somente à eleição do primeiro turno, uma vez que, no segundo turno, o quadro político-eleitoral foi, é claro, diferente: possuiu apenas dois candidatos. Entendemos que essa mudança do quadro político-eleitoral gera outro quadro analítico, fato esse que foge aos propósitos desta pesquisa.

Priorizamos, como *corpus*, o programa eleitoral gratuito transmitido pela Televisão em detrimento do transmitido pelo rádio porque na TV o processo de interação entre locutores (os candidatos) e alocutários (eleitores) parece ser mais evidente já que o alocutário tende a associar os proferimentos dos candidatos às suas imagens. Assim sendo, a TV parece revelar o próprio funcionamento dos fatos discursivos da sociedade. Fato esse que nos leva a pensar em encontrar um grande número de ocorrências dos elementos que procuramos para a nossa análise. Nós, é claro, não levaremos em consideração a imagem televisiva em nossas análises. Consideraremos, entretanto, a imagem de cada candidato construída a partir de suas próprias falas.

Capítulo 2 – Quadro teórico

2.1 – Teoria da Enunciação

Primeiramente, faz-se necessário estabelecer uma distinção entre dois termos: enunciado e enunciação. O termo enunciado, conforme Maingueneau (1998:54), “designa o produto do ato de enunciação”. Esse termo, entretanto, é bastante polissêmico, tomando sentidos distintos dependendo da forma como ele é abordado, ou não. Assim,

“de um ponto de vista sintático, [por exemplo], opõe-se freqüentemente enunciado a frase, considerando-se a frase como um tipo de enunciado. O enunciado é aqui definido como a unidade de comunicação elementar, uma seqüência verbal dotada de sentido e sintaticamente completa. (...). [Já] em um nível superior, enunciado é freqüentemente considerado como um equivalente de texto, ou seja, como uma seqüência verbal relacionada com a intenção de um mesmo enunciador e que forma um todo dependente de um gênero de discurso determinado. (...)

Tomemos, aqui em nosso estudo, o enunciado como a manifestação concreta de uma frase ou uma seqüência verbal, dotada de sentido e sintaticamente completa, em situações de interlocução, relacionada com a intenção do enunciador e com um gênero de discurso determinado.

Da mesma forma como o termo enunciado é polissêmico, a definição de enunciação também apresenta algumas variações, conforme o olhar que se dê a esse objeto, servindo, inclusive, para contrastar diversos autores. Apresentaremos, aqui, três pontos de vista distintos sobre a enunciação. A primeira perspectiva apresentada é a de Benveniste. A segunda é a de Bakhtin e a terceira é a de Foucault e Pêcheux/Fuchs.

Tomando a definição de enunciação a partir de Benveniste (1989, p. 82), podemos dizer que ela é entendida como a colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização.

O entendimento da enunciação como forma de “conversão individual da língua em discurso” é “o ponto fundamental da reflexão de Benveniste sobre a linguagem”. Esse entendimento, segundo Muzzi (1999, p. 204), pode ser dividido em dois aspectos teóricos:

“no nível geral de uma teoria de linguagem onde a enunciação se define como a condição para a constituição do sujeito no e pelo discurso que produz; e sob o aspecto de estudos específicos de formas lingüísticas que constituem as marcas da subjetividade na língua”.

De acordo com Benveniste (1989, p. 83), “o ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação”. “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (BENVENISTE 1988, p. 286), conforme podemos perceber na teoria benvenistiana da subjetividade da linguagem que determina “o ‘ego’ que diz ego”.

Segundo o autor, “a consciência de si mesmo [entretanto] só é possível se experimentada por contraste” (Idem-ibidem, p. 286), surgindo aqui a figura daquele a quem o locutor se dirige. Assim sendo, “toda enunciação é explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário”, constituindo assim um centro de referência interno a cada instância de discurso por meio dos índices de pessoa da “relação EU-TU” (Idem-ibidem, p. 84), produzida somente na e com a enunciação. O termo “EU” denota o indivíduo que profere a enunciação, enquanto o termo “TU”, o seu alocutário.

O que na maior parte das vezes caracteriza a enunciação é a “acentuação da relação discursiva com o parceiro”, (BENVENISTE, 1989, p. 87), seja este parceiro real ou imaginário, individual ou coletivo. Desse modo, a enunciação se constrói por meio de uma figura na sua origem e outra na sua recepção, na posição de parceiros, instaurando aí, numa estrutura de diálogo, os protagonistas da enunciação. Faz-se necessário dizer, aqui, que um estudo mais especificado desses sujeitos da enunciação e da recepção encontra-se na Teoria Semiolingüística, formulada por Patrick Charaudeau, como veremos mais à frente. Neste momento, o que nos interessa saber é que a enunciação pressupõe um ‘EU’ enunciador que só se coloca como tal em relação a um ‘TU’, o seu alocutário. Quando este toma a palavra, automaticamente se torna um “EU” que, por sua vez, se dirige ao primeiro sujeito como sendo o seu “TU”. É assim que se vai construindo a estrutura do diálogo a que se refere Benveniste.

Segundo Muzzi (1999, p. 205), “EU e TU possuem apenas uma referência atual e só podem ser identificados na instância de discurso que os produz, constituindo, cada vez que ocorrem, acontecimentos únicos”, funcionando como ‘signos vazios’ que, nas palavras do próprio

Benveniste (1966, p. 254) (*apud* MUZZI, 1999, p. 205), “se tornam plenos assim que um locutor os assume em cada instância de seu discurso”.⁷

Além de o locutor ser uma das condições necessárias para a existência da enunciação e de ele, na enunciação, estabelecer uma relação discursiva com o parceiro TU, outras classes de morfemas como a dos dêiticos, também denominados “índices de ostensão”, os quais apresentam o processo pelo qual o locutor se refere à situação de seu discurso, também são indícios de caracterização da enunciação. Pertencentes a categorias gramaticais diversas (demonstrativos, advérbios, adjetivos), os índices de ostensão “têm por função situar as ocorrências discursivas no espaço e no tempo, em relação ao ponto de referência constituído pelo sujeito da enunciação”, (MUZZI, 1999, p. 206).

Assim caracterizada a enunciação, ela é, de acordo com Benveniste (1989, p. 86), “diretamente responsável por certas classes de signos que ela promove literalmente à existência”. Como exemplo dessas classes de signos, Benveniste cita que “o ‘eu’, o ‘aquele’, o ‘amanhã’ da descrição gramatical não são senão os ‘nomes’ metalingüísticos de *eu*, *aquela*,⁸ amanhã produzidos na enunciação”, (Idem-ibidem, p. 86).

Outra questão que merece destaque é que a enunciação se apresenta por meio da categoria dos “tempos verbais cuja forma axial, o ‘presente’, coincide com o momento da enunciação”, (Idem-ibidem, p. 85), sendo o presente também uma marca lingüística da enunciação. Segundo Benveniste (1989, p. 85), poder-se-ia acreditar que a “temporalidade é um quadro inato do pensamento”, mas, na verdade, ela só se constrói na e pela enunciação. Nas suas palavras,

“Da enunciação procede a instauração da categoria do presente, e da categoria do presente nasce a categoria do tempo. O presente é propriamente a origem do tempo. Ele é esta presença no mundo que somente o ato de enunciação torna possível, porque, é necessário refletir bem sobre isso, o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o ‘agora’ e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo. Poder-se-ia mostrar pelas análises de sistemas temporais em diversas línguas a posição central do presente. O presente formal não faz senão explicitar o presente inerente à enunciação, que se renova a cada produção de discurso, e a partir deste presente contínuo, coextensivo à

⁷ Toda vez que aparecer o uso de aspas simples com aspas duplas, entenda-se como citação de citação, ou ainda, como elemento lingüístico já marcado no seu espaço de origem.

⁸ Em itálico, no original.

nossa própria presença, imprime na consciência o sentimento de uma continuidade que denominamos ‘tempo’ continuidade e temporalidade que se engendram no presente incessante da enunciação, que é o presente do próprio ser e que se delimita, por referência interna, entre o que vai se tornar presente e o que já não o é mais” (BENVENISTE, 1989, p. 87).

Benveniste (1989, p. 86) destaca ainda, como aspectos ligados à enunciação, os termos ou formas que ele denomina intimação. São as ordens e os apelos gerados por meio de categorias como o imperativo e o vocativo, os quais “implicam uma relação viva e imediata do enunciador ao outro numa referência necessária ao tempo da enunciação”.

Além disso, o autor apresenta, também, a asserção, que, embora menos evidente, também faz parte “do mesmo repertório”. Segundo ele, a asserção “é a manifestação mais comum da presença do locutor na enunciação (...), afirmando positivamente ou negativamente uma proposição”. É, portanto, uma categoria a mais que é promovida na e pela enunciação.

Cada enunciação é, portanto, segundo Benveniste (1989, p. 90),

“um ato que serve o propósito direto de unir o ouvinte ao locutor por algum laço de sentimento, social ou de outro tipo. Uma vez mais, a linguagem, nesta função, manifesta-se, não como um instrumento de reflexão, mas como um modo de ação”.

A linguagem, neste caso, não funciona como um meio de transmissão de pensamento ou descrição de algum ato, mas como meio de realização do próprio ato. Assim, a linguagem só é possível porque cada locutor, na enunciação, se apresenta como um sujeito EU que remete a outro como sendo o seu correspondente TU. Assim sendo, podemos dizer que a enunciação, aqui, é vista como uma dimensão essencial da linguagem.

Diante disso, conforme Muzzi (1999, p. 208), a discussão de Benveniste sobre a questão da subjetividade na linguagem “tende a ultrapassar a presença das marcas formais de enunciação, para considerar o discurso, em sua totalidade, como um índice global de subjetividade”.

Outros desdobramentos, além da concepção benvenistiana, também podem ser analisados no contexto da enunciação. Um estudo possível da enunciação é analisá-la enquanto um processo social e histórico de manifestação do discurso.

Em outros autores como Bakhtin e Pêcheux, conforme veremos mais à frente, a enunciação é vista levando-se em consideração o social e o histórico, elementos esses que ultrapassam a condição formal para a subjetividade na linguagem, conforme aponta Benveniste.

Não podemos perder de vista, entretanto, conforme vimos acima, que, na teoria benvenistiana, além de outros elementos como o tempo do enunciado, por exemplo, o qual deve ser relacionado à enunciação, o locutor é um elemento essencial para essa teoria, sendo este, portanto, uma das condições necessárias da existência da enunciação, o que não implicaria, no nosso modo de pensar, ser ele o único responsável de tal ato. Entendida assim a enunciação, podemos dizer que ela é, na concepção de Benveniste, uma condição essencial para o funcionamento da linguagem.

A enunciação é um objeto de estudo muito vasto cuja problemática de definição é bastante instável. Às vezes ela se apresenta como marca do sujeito no enunciado, outras vezes como o relacionamento entre interlocutores, outras, ainda, como a ação do locutor dentro do enunciado. Não se tem um consenso entre os estudiosos da definição desse objeto, sendo sua definição, portanto, dependente do olhar que se dê a ele.

Para Bakhtin, por exemplo, a enunciação, além de ser o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados, pode ser entendida como aquilo que permeia o psíquico⁹ e o ideológico.¹⁰ Bakhtin vê a enunciação como uma expressão semiótica exterior, a qual pode assumir duas orientações, sendo uma em direção ao sujeito, ou, a partir desse, em direção à ideologia.

“No primeiro caso, a enunciação tem por objetivo traduzir em signos exteriores os signos interiores, e exigir do interlocutor que ele os relacione a um contexto interior, o que constitui um ato de compreensão puramente psicológico. No outro caso, o que se requer é uma compreensão ideológica, objetiva e concreta, da enunciação. É assim que delimitamos o psíquico e o ideológico”, (BAKHTIN, 1999, p. 60).

Segundo Bakhtin (1999, p. 59), todo pensamento de caráter cognitivo materializa-se em consciência, em psiquismo e apóia-se no sistema ideológico de conhecimento que lhe for

⁹ Psíquico é sinônimo de discurso interior: uma atividade mental (diálogo consigo mesmo).

¹⁰ Ideológico, aqui, está relacionado com o diálogo social, sendo, portanto, o reflexo das estruturas sociais. No processo de enunciação “o psiquismo e a ideologia estão em ‘interação dialética constante’. Eles têm como terreno comum o signo ideológico”(BAKHTIN, 1999, p. 16).

apropriado. Assim sendo, o pensamento, desde sua origem, está contido no sistema ideológico, sendo, pois, subordinado a suas leis. Entretanto, concomitantemente, todo pensamento está contido em um outro sistema único, o qual também possui suas próprias leis específicas, o sistema do pensamento. Compreender, então, implica relacionar a atividade mental, ou seja, o signo interior com outros signos interiores, mas significa, também, apreender um signo exterior, com significado puramente ideológico, no contexto ideológico correspondente.

Vista assim, a enunciação exige que entendamos um pouco mais sobre o que seja um produto ideológico. Segundo Bakhtin (1999, p. 31),

“um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia.” (...) “Em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes. Esta plurivalência social do signo ideológico é um traço da maior importância. Na verdade, é este entrecruzamento dos índices de valor que torna o signo vivo e móvel, capaz de evoluir” (Idem, p. 46).

Assim, a cadeia ideológica estende-se de consciência individual a consciência individual, gerando a cada época e em cada grupo social seu repertório de formas diversificadas de discurso. E os signos, conforme Bakhtin, funcionam como um tipo de alimento dessa consciência individual, sendo eles o resultado de um consenso entre os indivíduos socialmente organizados no processo de interação social. É por isso que o “aspecto da expressão-enunciação” deve ser considerado pelas suas “condições reais de enunciação”, ou seja, por sua “situação social mais imediata”.

“Com efeito, a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor” (BAKHTIN, 1999, p. 112). (...) “*A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação*¹¹” (Idem, p. 113).

¹¹ Em itálico, no original.

Em Bakhtin (1999, p. 98), toda enunciação é uma resposta a enunciações que a precederam, não passando, portanto, de um elo da cadeia dos atos de fala. Assim “o centro organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo” (BAKHTIN, 1999, p. 121). Por isso “a estrutura da enunciação é uma estrutura puramente social. A enunciação como tal só se torna efetiva entre falantes” (BAKHTIN, 1999, p.127).

Assim, segundo Bakhtin (1999, p.131),

“Compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente. A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica. Quanto mais numerosas e substanciais forem, mais profunda e real é a nossa compreensão”. “Assim, cada um dos elementos significativos isoláveis de uma enunciação e a enunciação toda são transferidos nas nossas mentes para um outro contexto, ativo e responsivo”. “A compreensão é uma forma de diálogo; ela está para a enunciação assim como a réplica está para a outra no *diálogo*¹². (...) Compreender é opor à palavra do locutor uma contrapalavra”.

Diante disso, podemos dizer que a enunciação em Bakhtin é “como uma réplica do diálogo social, é a unidade de base da língua, trata-se de discurso interior (diálogo consigo mesmo) ou exterior” (BAKHTIN, 1999 - prefácio). A enunciação só se constitui por meio de um contexto social e de um interlocutor real ou potencial, sendo, portanto, de natureza social. Assim sendo, a enunciação, segundo a concepção bakhtiniana, pode ser caracterizada, *grosso modo*, como um processo social do discurso.

Outro desdobramento possível para tentar entender a enunciação é verificá-la à luz da construção de imagens entre locutor e alocutário representado no processo de produção do discurso.

Com o termo processo de produção, Pêcheux (1997a, p. 61) designa o conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso em determinadas circunstâncias dadas e diz que um dos estudos possíveis dos processos discursivos implica a verificação das Condições de Produção do Discurso. Por isso, examinemos um pouco dessas condições.

¹² Em itálico, no original.

De acordo com Pêcheux (1997a, p. 77),

“um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está ‘isolado’ etc. Ele está pois, bem ou mal, situado no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado: o que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz: um discurso pode ser um ato político direto ou um gesto vazio, para ‘dar troco’, o que é uma outra forma de ação política”.

É baseado nessa relação de forças existentes entre aquilo que é enunciado e o lugar de onde se enuncia que se faz necessário avaliar as condições de enunciação para entender um pouco mais sobre a relação entre discursos.

Há dois esquemas de elementos estruturais que estão contidos nas Condições de Produção. Um deles é o esquema ‘reacional’, que implica no comportamento de estímulo-resposta e o outro é o esquema chamado de ‘informacional’, que tem a função comunicacional sedimentada no tripé ‘emissor-mensagem-receptor’. Ao termo “mensagem”, Pêcheux prefere renomear “discurso”.

O esquema ‘informacional’, segundo Pêcheux (1997a, p. 81), apresenta, ao contrário do esquema ‘reacional’, “a vantagem de pôr em cena os protagonistas do discurso bem como seu ‘referente [R]’”. É, pois, a partir desse esquema informacional que Pêcheux estrutura sua hipótese de que os lugares designados pelo sujeito destinador “A” (para nós, locutor) e pelo sujeito destinatário “B” (para nós, alocutário) são elementos muito representativos dentro do processo de produção do discurso, o que influencia, portanto, as condições dessa produção.

Assim, todo processo discursivo supõe, através desses lugares, a existência de várias formações imaginárias. Conforme Pêcheux (1997a, p. 83), citemos a representação de tais lugares no quadro a seguir:

Figura 1: Representação das formações imaginárias a partir dos lugares dos sujeitos discursivos

Expressão que designa as formações imaginárias.	Significação da expressão.	Questão implícita cuja ‘resposta’ subentende a formação imaginária correspondente.
A - IA(A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A.	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
A - IA(B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A.	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
B - IB(B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B.	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
B - IB(A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B.	“Quem é ele para que me fale assim?” ¹³

Fonte: Pêcheux (1997a, p. 83).

Esses sujeitos A e B são denominados por Pêcheux (1997a, p. 112) protagonistas do processo da enunciação na estrutura das condições de produção do discurso. Além de as formações imaginárias da posição desses protagonistas do processo de enunciação intervirem como Condições de Produção do Discurso, o ponto de vista de tais protagonistas em relação ao referente (R), contexto, situação, também interfere na Condição de Produção do Discurso. Vejamos o quadro abaixo, conforme Pêcheux (1997a, p. 84):

Figura 2: Representação das formações imaginárias a partir do referente discursivo

Expressões que designam as formações imaginárias.	Significação da expressão.	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente.
A - IA(R)	“Ponto de vista” de A sobre R.	“De que lhe falo assim?”
B - IB(R)	“Ponto de vista” de B sobre R.	“De que ele me fala assim?” ¹⁴

Fonte: Pêcheux (1997a, p. 84).

¹³ Todas as aspas que aparecem no quadro são do original.

¹⁴ Idem.

Vale lembrar, aqui, mais uma vez, que todas as imagens criadas no processo discursivo (seja a de (A) em relação a (B) ou a si mesmo, seja a imagem de (B) em relação a (A) ou a si mesmo, seja a imagem de ambos em relação ao referente (R), seja outros desdobramentos dessas imagens como a imagem de (A) sobre a imagem que (B) tem de (A), ou a imagem de (A) sobre a imagem que (B) tem do próprio (B), ou a imagem que (A) tem sobre a imagem que (B) tem de (R), ou ainda, a imagem que (B) tem sobre a imagem que (A) tem de (R)) pertencem ao campo do imaginário, ou seja, é o ponto de vista do sujeito e não potencialmente a realidade física. Assim, segundo Pêcheux (1997a, p. 84), todo processo discursivo supõe, por parte do emissor (locutor), “uma antecipação das representações do receptor [(alocutário)], sobre a qual se funda a estratégia do discurso”. Essa antecipação depende da distância que o sujeito supõe entre si e seu alocutário. O locutor supõe uma percepção a partir de processos discursivos anteriores, e que o leva a novas tomadas de posição fundamentadas naquilo já ouvido e já dito.

Segundo Pêcheux (1997a, p. 82), se a produção do discurso ocorre por meio de uma série de formações imaginárias é porque “existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações)”. Pensamos que Pêcheux, ao enunciar sobre tal questão, deixa em aberto aquilo que tornaria mais tarde parte integrante das grandes preocupações dos estudos da Análise do Discurso: a enunciação.

De acordo com Pêcheux (1997a, p. 86), os elementos que constituem um dado estado das condições de produção de um discurso não são simplesmente justapostos, “mas mantêm entre si relações suscetíveis de variar segundo a natureza dos elementos colocados em jogo”. Assim, alguns elementos tornam-se, segundo um sistema de regras, a ser definidos mais dominantes que outros no interior das condições de um estado dado.

Ao estudo das variações de dominância, Pêcheux (1997a, p. 87) atribui a sociologia do discurso que teria a função de examinar a ligação existente entre as relações de força exteriores à situação do discurso e as relações de sentido manifestadas nessa situação.

Certamente, em 1969, quando Pêcheux escreveu, pela primeira vez, sobre as Condições de Produção do Discurso, muito do que hoje reconhecemos como importante de se estudar sobre a enunciação ainda não era tão valorizado ou discutido, mas ainda sim é notável, mesmo que

implicitamente, a preocupação do autor em relação a tal questão cuja análise ele deixa por fazer, conforme veremos na citação a seguir.

“deixamos ao sociólogo a responsabilidade de definir, no detalhe, os traços que caracterizam especificamente uma condição de produção discursiva através da *situação* e da *posição*¹⁵ dos protagonistas do discurso em uma estrutura social dada” (PÊCHEUX (1997a, p. 147). (...) “Na medida em que a sociologia se dá por tarefa interrogar *a relação entre as relações de força e as relações de sentido próprias a uma estrutura social dada*¹⁶, ela trata o discurso do sujeito sociológico como representativo da relação entre sua *situação* (socioeconômica) e sua *posição*¹⁷ (ideológica) na estrutura. O que o sujeito diz deve, pois, sempre ser referido às condições em que ele diz (...)” (Idem, 1997a, p. 150).

Se, por um lado, o estudo “entre as relações de força e as relações de sentido próprias a uma estrutura social dada”, as quais influenciam a produção do enunciado, ainda estava por se fazer naquela época, por outro lado, o ponto inicial sobre a análise do lugar de onde o sujeito enuncia, ou sobre as condições dessa enunciação, já estava sendo implantado na história da Análise do Discurso.

Entendemos que uma análise que queira compreender as relações de força e as relações de sentido de um determinado discurso, numa dada estrutura social, não pode deixar de verificar as relações interdiscursivas que envolvem a enunciação desse tal discurso, pois a enunciação, segundo Pêcheux/Fuchs (1975/1997b), é um processo que tem tudo a ver com o interdiscurso, não sendo apenas um processo individual ou intencional, mas histórico e social.

Vista, assim, a enunciação como um processo relacionado ao interdiscurso e aos aspectos histórico e social, ela caracteriza-se numa forma ampliada. Exige, pois, um nível de exame mais panorâmico, envolvendo a verificação da relação das formações discursivas que circundam determinada enunciação. É exatamente isso que tentaremos fazer na próxima seção deste estudo.

¹⁵ Em itálico, no original.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem.

2. 2 – Formação Discursiva

Estudaremos, nesta seção, os conceitos de formação discursiva, formação ideológica e as configurações específicas do nível interdiscursivo: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo.

O conceito de formação discursiva surge, enquanto formulação conceitual, primeiramente por meio de dois importantes autores: Foucault e Pêcheux. De acordo com Brandão (1996, p. 38),

“concebida por Foucault (1969) ao interrogar-se sobre as condições históricas e discursivas nas quais se constituem os sistemas de saber e, depois, elaborada por Pêcheux, a noção de formação discursiva representa na Análise do Discurso um lugar central da articulação entre língua e discurso”. (...) É a formação discursiva que permite dar conta do fato de que sujeitos falantes, situados numa determinada conjuntura histórica, possam concordar ou não sobre o sentido a dar às palavras, ‘falar diferentemente falando a mesma língua’.

Assim, para Pêcheux (1997, p. 160), formação discursiva é “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”.

Já para Foucault (1969/2002, p. 43), o conceito de formação discursiva diz respeito à definição de uma certa regularidade, “ordem, correlações, posições, funcionamentos e transformações” existente entre determinado número de enunciados. O autor chama de regras de formação as condições de (co)existência, de manutenção de modificação e de desaparecimento a que os tipos de enunciação, os conceitos e as escolhas temáticas se submetem em uma dada repartição discursiva. São essas condições, ou regras de formação, que permeiam as relações exteriores ao discurso, limitando o sujeito falante a certas formas de enunciar certas coisas.

Segundo Foucault, não podemos dizer qualquer coisa em qualquer época, e, nem sempre, estar dizendo coisas novas. Há condições sócio-históricas tais como uma rede complexa de relações estabelecidas por “instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamentos, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização” (FOUCAULT, 1969/2002, p. 52) que impõem ao sujeito falante o que dizer e onde dizer.

Tais relações, chamadas por Foucault de relações discursivas, não são internas ao discurso, “não ligam entre si os conceitos ou as palavras, não estabelecem entre as frases ou as proposições uma arquitetura dedutiva ou retórica” (Idem, p. 52). Por outro lado, elas também não são externas ao discurso, obrigando certas formas ou circunstâncias a enunciar certas coisas. Essas relações encontram-se no limite do discurso, oferecendo-lhe objetos de que ele pode falar, abordar, nomear, analisar, classificar, explicar, etc. Assim, esses objetos do discurso podem ligar-se uns aos outros em um dado discurso, estabelecendo elementos recorrentes que reaparecem, dissociam, recompõem, ganham extensão, retomam-se no interior de novas estruturas lógicas, adquirem novos conteúdos semânticos e constroem entre si novas organizações sociais.

Segundo Courtine (*apud* BRANDÃO, 1996, p. 41), ao aproximarmos a abordagem de formação discursiva feita por Foucault da abordagem feita por Pêcheux, o conceito de formação discursiva liga “contraditoriamente dois modos de existência do discurso como objeto de análise:” Um objeto diz respeito “ao sistema de formação dos enunciados que englobaria ‘um feixe complexo de relações’ funcionando como regra” que determina aquilo que pode ser dito por um dado sujeito falante, numa dada formação discursiva, regulada por contornos interdiscursivos, e outro “refere-se ao ‘estado terminal do discurso’”, tratando-se do intradiscurso ou da seqüência discursiva existente “no interior do ‘feixe complexo de relações’ de um sistema de formação”.

Diante disso, Courtine (1981, p. 40) (*apud* BRANDÃO, 1996, p. 41) diz que as seqüências discursivas precisam ser analisadas em um processo discursivo de reprodução e transformação dos enunciados que leve em conta o nível intradiscurso, mas que não deixe de associar tais seqüências discursivas ao interdiscurso.

Desse modo, o discurso é constituído de um conjunto de enunciados que se apóia em um sistema de formação, o qual atribui a todo enunciado uma certa regularidade numa certa prática discursiva. Assim, o discurso é um lugar de contradições ideológicas entre aquilo que se explicita e aquilo que se oculta. Tal contradição ideológica, “longe de ser um acidente do discurso”, é a “própria lei de sua existência”, funcionando ao longo do discurso “como o princípio de sua historicidade” (FOUCAULT, 2002, p. 173).

De acordo com Pêcheux, a relação interdiscursiva das formações discursivas está intrincada nas formações ideológicas. Segundo ele, o sentido das palavras, das expressões ou das proposições, etc., “não existe em si mesmo, mas é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico” de determinada formação discursiva (PÊCHEUX, 1997c, p. 160). Daí a necessidade de se levar em consideração a importância das formações ideológicas na constituição das formações discursivas.

Para Fiorin (2000, p. 32), uma formação ideológica

“deve ser entendida como a visão de mundo de uma determinada classe social, isto é, um conjunto de representações, de idéias que revelam a compreensão que uma dada classe social tem do mundo”. Como não existem idéias fora do quadro de linguagem”, entendida no seu sentido amplo de instrumento de comunicação verbal ou não-verbal, essa visão de mundo não existe desvinculada da linguagem. Por isso, a cada formação ideológica corresponde uma formação discursiva (...).”

Assim, enquanto “uma formação discursiva determina o que dizer, “uma formação ideológica impõe o que pensar (Idem: 32).”

Segundo Althusser (1968), (*apud* PÊCHEUX, 1997c, p. 210),

“as realidades da luta de classes são ‘representadas’ por ‘idéias’ que são representadas por palavras”. (...) “na luta política, ideológica e filosófica, as palavras são também armas, explosivos, ou ainda calmantes e venenos. Toda a luta de classes pode, às vezes, ser resumida na luta por uma palavra, contra uma outra. Algumas palavras lutam entre si como inimigas. Outras são o lugar de um equívoco: a meta de uma batalha decisiva, porém indecisa.”

Assim, as palavras, as expressões e as formulações de ordem política são elaboradas em função de uma conjuntura dada, ou formação discursiva determinada, com um certo nível de autonomia política de que dispõe em relação a algum assunto abordado, num momento dado de luta de classes ou formação ideológica. Por isso, podemos dizer que as formações discursivas, mantendo entre si relações de determinação dessimétricas, são o lugar de um trabalho constante de (re)configuração do discurso.

A formação ideológica, de acordo com Haroche *et alii* (1971, p. 102) (*apud* BRANDÃO, 1996, p. 38), intervém como uma força que se confronta com outras forças na conjuntura ideológica característica de cada formação social em um dado momento histórico. Dentro da

formação ideológica pode existir uma ou várias formações discursivas que se interligam, pois, segundo Brandão (1996, p. 72), uma formação discursiva “confina com várias outras formações discursivas e as fronteiras entre elas se deslocam conforme os embates da luta ideológica”. Diante disso, podemos afirmar que “toda formação discursiva é definida a partir de seu interdiscurso”. (Idem, p. 72).

Assim, conforme diz Orlandi (2001, p. 43), as formações discursivas podem ser vistas como configurações específicas dos discursos em suas relações intradiscursivas atravessadas pelo interdiscurso. Segundo Courtine (1984), (*apud* ORLANDI, 2001, p. 32), o interdiscurso pode ser percebido como aquilo que representaria “um eixo vertical, onde teríamos todos os dizeres já ditos – e esquecidos – em uma estratificação de enunciados que, em seu conjunto, representa o dizível”. Já o intradiscurso serviria para indicar o eixo horizontal, lugar onde encontraríamos a formulação dos dizeres, “isto é, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado em condições dadas”.

Segundo Maingueneau (1984, p. 27) (*apud* BRANDÃO, 1996, p. 73), o interdiscurso pode ser decomposto em três instâncias: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo. O autor conceitua universo discursivo como “o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa dada conjuntura”. Define campo discursivo como “um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, se delimitam reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo”. Por fim, diz que os espaços discursivos “são os recortes dos campos discursivos que o analista isola no interior de um campo discursivo tendo em vista propósitos específicos de análise”. Assim sendo, podemos dizer que os espaços discursivos são subconjuntos do campo discursivo que ligam pelo menos duas formações discursivas em relações cruciais para permitir que os discursos sejam compreendidos.

O conceito de formação discursiva visto como configuração do discurso em sua relação intradiscursiva atravessada pelo interdiscurso aponta para uma questão muito importante para nós, aqui, neste trabalho: a idéia do descentramento do sujeito. Visto dentro de um campo discursivo, o sujeito perde a sua existência espontânea e passa a integrar-se ao funcionamento dos enunciados. Ele, apesar de, nas suas práticas discursivas, se apresentar, conforme diz Pêcheux (1997c, p. 214), interpelado como sujeito de seu discurso, pois não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia, é regido, também, pelas formações discursivas que se

configuram ao se relacionarem, interdiscursivamente, umas com outras por meio de influência das formações ideológicas correspondentes.

Assim, nessa perspectiva da Análise do Discurso, o sujeito se constitui numa ambigüidade paradoxal entre um ser subjetivo, livre para tomar iniciativas e responsável por seus atos e um ser subjetivo-sujeitado, o qual se apresenta submetido às coerções das condições de produção, sendo, portanto, intimidado pela ideologia e regulado por uma formação discursiva.

Diante disso, não há apenas o sujeito do discurso, mas diferentes posições do sujeito em relação àquilo que ele diz. De acordo com Orlandi (1999, p. 43), “o discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro”. Assim sendo, conforme Machado (1998, p. 111), (nos fazendo lembrar Pêcheux), são “as formações discursivas [que] determinam o que pode e deve ser dito, numa dada conjuntura”.

No terceiro capítulo, aplicaremos parte desses aspectos teóricos ao *corpus* em análise. Antes, porém, abordaremos um pouco da Teoria Semiolingüística para tentar entender o lugar discursivo do sujeito discursivo que mencionamos acima.

2. 3 – Teoria Semilongüística: quadro enunciativo e contrato comunicacional

2. 3. 1 – Quadro enunciativo

Instaurada por Charaudeau (1983), essa corrente teórica vai se interessar, dentre outros aspectos analíticos, em buscar um lugar para o sujeito, trabalhando sua singularidade e o porquê de sua existência. Nessa perspectiva da Semiolingüística, esse sujeito não é visto somente em função de uma determinada formação discursiva, tampouco somente como um sujeito individual, mas como sujeito de uma determinada comunidade social.

De acordo com Machado (2001, p. 46), na ótica da Teoria Semiolingüística, “que tanto valoriza o social”, é o sujeito “quem constrói o discurso, ou é o discurso quem constrói o social”? Na opinião da autora “a resposta é simples: deve-se achar um equilíbrio entre as partes”. Segundo ela, “na concepção generosa de Bakhtin, o “eu” se constrói em colaboração com o outro. Tal colaboração, entretanto, pode ser impedida por forças sociais” (Idem-ibidem, p. 48), o que implica certa influência da vida em sociedade na colaboração entre parceiros para a efetivação do ato de linguagem.

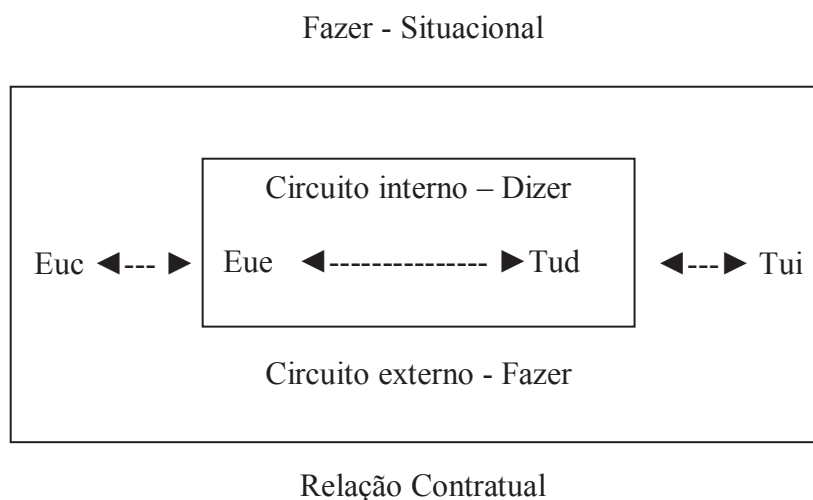
Um ato de linguagem se configura, conforme Charaudeau (2001, p. 28), como

“um fenômeno que combina o *dizer* e o *fazer*. O *fazer* é o lugar da *instância situacional* que se auto-define pelo espaço que ocupam os responsáveis deste ato [Euc (sujeito comunicante) e o Tui (sujeito interpretante)]. O *dizer* é o lugar da *instância discursiva* que se auto-define como uma *encenação* da qual participam seres de palavra [Eue (sujeito enunciator) e o Tud (sujeito destinatário)]”.¹⁸

Assim, o ato de linguagem, conforme Charaudeau (2001, p. 36), implica a “totalidade da encenação languageira com seus dois circuitos, externo – o da relação contratual entre parceiros – e interno – o da encenação do dizer, com seus dois protagonistas”, conforme detalharemos a seguir.

¹⁸ O recurso em itálico usado nesta citação faz parte do original.

Figura 3: Esquema enunciativo da Teoria Semiolingüística fundada por Charaudeau (1983).



Nesse quadro comunicativo, o Euc e o Tui são denominados por Charaudeau (2001, p. 30-32) “parceiros”, porque esses, na interação languageira, se reconhecem mutuamente dentro do “jogo que lhes é proposto por uma *relação contratual*”.¹⁹ Já o Eue e o Tud são denominados “protagonistas”, pois são considerados os “*seres de fala*”²⁰ da encenação do *dizer*”²¹, os quais “assumem diferentes faces de acordo com os papéis que lhes são atribuídos pelos parceiros do ato de linguagem em função da relação contratual”.

Em outras palavras, reafirmando o que já foi exposto acima, podemos dizer que o ato de linguagem é a instauração da encenação languageira com os seus sujeitos comunicacionais: o sujeito comunicante (Euc) e o sujeito interpretante (Tui), seres reais, que fazem parte da instância situacional do fazer. Sujeitos que promovem a interlocução e que projetam, respectivamente, mais dois sujeitos no mundo das palavras, dentro da instância do dizer – o sujeito enunciador (Eue) e o sujeito destinatário (Tud) – seres protagonistas da comunicação.

Assim, quando o sujeito comunicante, ser real, promove seu discurso, ele o faz em função da imagem que constrói do sujeito virtual destinatário que projeta. Para veicular a sua mensagem instaura um sujeito enunciador e um sujeito destinatário imaginário. É o sujeito enunciador que vai, dependendo do seu desempenho ilocucional, emitir ao sujeito destinatário, com

¹⁹ Em itálico, no original.

²⁰ Idem.

²¹ Idem.

pretensão de alcançar o sujeito interpretante, ser real, supondo uma mesma identidade do sujeito interpretante e do sujeito destinatário, a imagem daquele que promoveu o discurso: o sujeito comunicante, também ser real. Assim, é a partir das imagens criadas pelos sujeitos do mundo real que a comunicação vai se instaurar no mundo das palavras.

2. 3. 2 – Contrato comunicacional

Segundo Charaudeau (2001, p. 30), essa situação interacional dos parceiros da comunicação se configura por meio de uma certa relação contratual. “Essa relação contratual não se baseia nos estatutos sociais dos parceiros”, mas sim na dependência do “‘desafio’ construído no e pelo ato de linguagem, desafio este que contém uma expectativa (o ato de linguagem vai ser bem sucedido ou não?)”.

A relação contratual é, portanto, dependente de três componentes próprios do ato de linguagem, a saber: o nível situacional, o nível comunicacional, e o nível discursivo.

O nível situacional, segundo Charaudeau (1996, p. 35), faz parte do espaço externo do ato de linguagem, constituindo o espaço das limitações desse ato. Nesse espaço surge a finalidade do ato de linguagem (“para que dizer ou fazer?”), onde se revela a identidade dos parceiros (“quem fala a quem?”), demonstrando o reconhecimento que os parceiros da comunicação percebem um do outro, como, por exemplo, a idade, posição hierárquica, etc. Espaço onde aparece, também, o dispositivo do intercâmbio (“em que quadro físico de espaço e tempo?”).

O nível comunicacional, de acordo com Charaudeau (1996, p. 35), implica o “lugar onde são determinadas as *maneiras de falar*²² (escrever) em função dos dados da situação, respondendo à pergunta: *como dizer?*”²³ Indica que papéis linguageiros os sujeitos comunicante e interpretante precisam assumir para terem o direito à palavra.

O nível discursivo refere-se ao espaço interno das estratégias discursivas. É o lugar de atuação do sujeito comunicante enquanto sujeito enunciador que coloca em discurso seu projeto de fala, satisfazendo as condições de credibilidade e de captação. Trata-se de um nível que se apóia no “conhecimento *a priori* que cada um dos parceiros possui (ou constrói para si

²² Em itálico, no original.

²³ Idem.

mesmo)” (MACHADO, 2001) sobre o outro, de forma imaginária, fazendo apelo a saberes supostamente partilhados.

Assim, a relação contratual comunicativa envolve uma situação de comunicação que implica o quadro físico e mental dos parceiros na troca linguageira. Trata-se, aqui, do nível comunicacional, ou seja, dos papéis enunciativos que apresentamos no quadro enunciativo acima. Tais parceiros apresentam-se através de uma identidade psicológica ou social, ou seja, estão inseridos num nível situacional, dentro do contrato. Além disso, tais parceiros são movidos por meio de um componente intencional, ou seja, representam-se num nível discursivo, sendo suas estratégias orientadas em função de determinado contrato de comunicação.

Uma noção mais detalhada sobre contrato de comunicação encontra-se no artigo “Le contrat de communication de l’information médiatique”, lugar onde Charaudeau (1994) introduziu o tema.

De acordo com Charaudeau (1994, p. 8), todo discurso (considerando-se, pois, as diversas formas contratuais e os inúmeros gêneros discursivos) é realizado no interior de uma situação de comunicação a qual é composta de um certo número de regras fixas que sobredeterminam os parceiros do ato de comunicação.

Para explicitar sobre o Contrato de comunicação, Charaudeau (1994, p. 9) expõe seu comentário baseado no contrato de comunicação de informação mediática, mais especificamente, fundamentado na produção jornalística. Esse contrato implica a relação daqueles três níveis que explicitamos anteriormente, sendo, portanto, de acordo com Charaudeau, configurado em duas partes: a primeira, um espaço (externo) de limitações situacionais, que condiciona a identidade dos parceiros, a finalidade do ato de comunicação e as circunstâncias materiais ou o meio usado para veicular a informação. A segunda, um espaço (interno) das estratégias discursivas. Essas estratégias, conforme colocamos pouco acima, implicam o comportamento propriamente discursivo e são de dois tipos: de credibilidade e de captação. A credibilidade visa produção de efeitos de verdade do sujeito, levando-o a preocupar-se com as formas através das quais ele pode ser levado a sério, mantendo-se numa posição de neutralidade a partir das suas escolhas de argumentos e palavras. A captação atinge os universos das crenças e dos estados emocionais. A estratégia

de captação apóia-se em ações que fazem uso dos efeitos da dramatização, da persuasão, do ludismo, de analogias, comparações e metáforas, por exemplo.

Abordando um pouco mais as particularidades dos componentes do espaço externo do ato de linguagem, explicitemos um comentário a mais sobre a identidade dos parceiros, a finalidade do ato de comunicação e as circunstâncias materiais.

No que diz respeito à questão da identidade dos parceiros, dentro do contrato de comunicação de informação mediática, Charaudeau diz que ela tem a ver não com a identificação de dois indivíduos, mas com a interação de duas instâncias que ele nomeia “a instância de produção” e “a instância de recepção”. Exemplificando essa instância de produção, o autor utiliza a figura de um jornalista que precisa exercer o duplo papel de ser o provedor da informação e, ainda, o pesquisador dessa informação. Para tal empreitada, tal jornalista submete-se a três aspectos de dificuldades:

“(a) um, de ordem quantitativa, que obriga o jornalista, em razão dos limites de espaço e tempo, a selecionar aquilo que deve compor a sua matéria; (b) um outro, de ordem qualitativa, que, considerando impossibilidade de testemunho onipresente dos fatos, impõe ao jornalista recorrer a fontes diversas para compor sua matéria, tendo o cuidado de checar a confiabilidade dessas fontes; (c) e um terceiro, ainda de ordem qualitativa, que, por força da concorrência econômica, obriga os veículos a demarcarem um espaço próprio de atuação em contraste com outros e tendo em vista um público próprio” (*apud* MARI, 2002, p. 43).

Segundo Mari, apesar de o autor estar se referindo com tais dificuldades à atividade jornalística, elas são inerentes ao cumprimento de qualquer contrato. Assim, “qualquer atividade de produção se mostrará comprometida com a extensão daquilo que se produz, com a natureza da produção e com o alcance que se pretende obter, em relação à concorrência” (MARI, 2002, p. 43).

Conforme diz Mari, no que se refere à instância da recepção, Charaudeau até chega a colocar alguma dificuldade que ainda ronda esse território (tal como o desconhecimento dessa instância por parte da instância de produção, já que a competência da recepção não é, necessariamente, a mesma da produção), mas, apesar disso, este autor afirma que

“a instância de produção e a instância de recepção se encontram engajadas num processo de transação, dentro do qual a primeira instância exerce um

papel de interpelador diante da segunda que, por sua vez, assume, por meio de “imaginários” interpostos, o papel de refletora diante da primeira”.²⁴

Assim sendo, para Charaudeau, apesar de a instância da recepção ainda ser um terreno duvidoso, a ação comunicativa depende do esforço mútuo destas duas instâncias: a da produção e a da recepção para a efetivação do ato linguageiro ainda que esse seja visto como uma expectativa, uma aposta e um desafio implícitos lançados ao outro, por meio de imagens.

Esse comentário leva-nos a perceber que a identidade dos parceiros diz respeito à identificação, ainda que suposta, de tais parceiros. Assim, a querer entender a identidade dos parceiros e tentar responder a alguma questão como: “quem comunica com quem?”²⁵ (CHARAUDEAU, 1994, p. 9).

Além da identidade, o espaço (externo) de limitações condiciona, também, a finalidade e as circunstâncias materiais do ato de comunicação. A finalidade consiste no propósito a ser alcançado pelo ato de comunicação. Trata-se de um propósito que remete à questão: “o sujeito falante se faz presente para fazer e dizer o quê?” (Idem, 1994, p. 9).²⁶

Por fim, as circunstâncias materiais. Essas dizem respeito aos meios (tempo, espaço e o canal de transmissão) usados no ato comunicacional. Pensar nas circunstâncias materiais implica algum questionamento como “em qual ambiente, com que meios, empregando qual canal de transmissão”²⁷ (Idem, 1994, p. 9) é veiculado o ato de comunicação?

Todos esses questionamentos dos aspectos identidade, finalidade ou circunstâncias materiais dizem respeito ao espaço externo do ato comunicacional. Assim sendo, é nesse espaço que se tem a estrutura do contrato de comunicação.

Assim, é com o ajustamento entre a encenação do dizer (“lugar da instância discursiva que se autodefine como encenação da qual participam apenas os seres da palavra”) e a relação

²⁴ Nossa tradução adaptada de: l’instance de production et l’instance de réception se trouvent engagées dans un processus de transaction, dans lequel la première instance joue un rôle d’interpellateur vis-à-vis de seconde et celle-ci un rôle de miroir vis-à-vis de la première, par ‘imaginaires’ interposés”, (CHARAUDEAU, 1994, p. 11)

²⁵ Nossa tradução aproximada de: “Qui communique avec qui, et quels rôles langagiers doivent-ils tenir?” - “Le sujet parlant est là pour faire et quoi dire?” - “Dans quel environnement, avec quels moyens, en empruntant quel canal de transmission?” (CHARAUDEAU, 1994, p. 9).

²⁶ Idem.

²⁷ Idem.

contratual do fazer (“lugar de instância situacional que se autodefine pelo espaço que ocupam os responsáveis do ato de linguagem” (CHARAUDEAU: 2001, p. 28)) que teríamos a configuração de determinado discurso.

Por tudo isso, a noção de contrato é um dado muito importante porque nos permite pensar na questão do “mal entendido”, uma vez que comunicar é arriscar-se, sempre, a não ser compreendido ou à negação. Conforme diz o próprio Charaudeau (1996, p. 24), “uma das condições mínimas para que exista um tal contrato reside no fato de que os dois parceiros do intercâmbio se reconheçam um ao outro em seu papel de interlocutante”. Esse “reconhecimento recíproco dos parceiros” não é um dado de partida, mas sim uma relação construída socialmente”, (Idem-ibidem, p. 25).

É por isso que o sujeito subjetivo-sujeitado, sobre qual discutíamos no início desta seção, constrói-se dentro de uma relação social, sendo esta, é claro, regida por coerções de forças sociais.

Conforme vimos, o sujeito comunicante, embora não sendo completamente livre nem completamente submisso às regras sociais, apresenta-se, dentro da Teoria Semiolingüística, como um sujeito psicossocial. Sujeito esse que é movido por um Contrato de Palavra que o posiciona enquanto proclamador de restrições, manobras e estratégias discursivas ao produzir seus enunciados fundados não somente no seu próprio *ethos*, mas também, no universo discursivo e social.

Na seção seguinte, comentaremos sobre alguns aspectos da Teoria dos Atos de Fala para formar um embasamento teórico para a análise da promessa e da crítica que faremos no capítulo quatro deste estudo.

2. 4 – Teoria dos Atos de Fala

As primeiras definições para atos de fala foram elaboradas por Austin (1962/1990). Depois dele, esses conceitos foram rediscutidos por outros autores, como Searle (1984 e 2002) e Vanderveken (1985). O estudo dos atos de fala, entretanto, ainda hoje, não é suficientemente explorado, fato esse que nos motiva a querer entender um pouco mais sobre esse objeto.

Buscando referência na leitura de Mari (1997) sobre os clássicos da Teoria dos Atos de Fala, explicitaremos aqui o conceito de atos de fala, conforme nós o assumiremos nesta pesquisa.

“O conceito de ato de fala está associado à necessidade de mostrar como certas formas de linguagem se prestam à estrutura de ações (...) que permeiam o nosso convívio social, ora representadas, ora desencadeadas por arranjos lingüísticos, construídos em razão de algum alcance prático específico. Quando se deseja que certos fatos sejam realizados no futuro, dão-se ordens, fazem-se promessas, fazem-se pedidos, ou, simplesmente, manifesta-se uma intenção particular de sua efetivação. Muitas vezes, reportam-se certos estados de coisas já acontecidos, descrevendo e mostrando detalhes a eles associados. Outras vezes, usa-se da linguagem para comprometer os integrantes de uma interlocução com o curso de ações futuras”. (MARI, 1997, p. 34-35).

É levando em consideração a definição de ato de fala proposta por Mari (1997) que chamaremos de atos de fala as proposições selecionadas de nosso *corpus*, pois tais proposições se prestam à estrutura de ações que os presenciáveis “reportam” a seus interlocutores.

Numa definição mais reduzida, podemos dizer que o “ato de fala é um conjunto de coisas que fazemos ao dizer algo” (AUSTIN, 1990). Ele pode ser desdobrado em: ato locucional, ato ilocucional e ato perlocucional.

Os atos de fala proferidos pelos presenciáveis não são meramente atos locucionais, pois, conforme diz Austin (1990, 95), “um ato locucionário equivale, grosso modo, a proferir determinada sentença com determinado sentido e referência, o que, por sua vez, equivale, *grosso modo*, ao significado tradicional do termo”. A análise da promessa e da crítica, aqui proposta, busca algo mais do que simplesmente observar determinado sentido e referência das sentenças. Procura, na verdade, elementos mais próximos do ato ilocucionário e do ato perlocucionário já que, segundo Austin (1990, p. 103), o ato ilocucionário é aquele “que tem

uma certa força ao dizer algo” e o ato perlocucionário, aquele “que consiste em se obter certos efeitos pelo fato de se dizer algo”.

Complementando, podemos dizer que o fazer locucional é a pré-condição para o uso racional da linguagem, mas, conforme Mari (1996, p. 35),

“não se pode pensar num ato apenas orgânico, tem que se levar em consideração a relação lingüística das sentenças que, ao serem proferidas, produzem ações (o ilocucional) e também a relação interativa entre o sentido e o referente, ou seja, pensar nos efeitos não previsíveis decorrentes da enunciação de sentenças (o perlocucional).”

É dando ênfase ao ato ilocucional e ao ato perlocucional que tentaremos demonstrar, nesta pesquisa, as ações e os efeitos dos atos de fala dos presenciáveis pelo simples fato de eles os terem dito.

A classificação dos atos de fala, conforme vimos acima, é apenas o início dos estudos da Teoria dos Atos de Fala (AUSTIN, 1962/1990). Mais tarde, Searle (1984), seguindo Austin, justifica a Teoria com a diversidade dos atos quanto ao conceito de direção de ajustamento. A direção de ajustamento é o modo de conceber a orientação entre linguagem e ação. Ela nos ajuda a entender como os proferimentos se relacionam com o mundo. São quatro as direções de ajustamentos: a direção palavra-mundo, a direção mundo-palavra, a dupla direção e a direção nula. Na direção palavra-mundo inserem-se os atos de fala produzidos com a força ilocucional assertiva. Na direção mundo-palavra, os atos de fala com força ilocucional diretiva e comissiva. Na dupla direção, os atos declarativos e na direção nula os atos de fala com força ilocucional expressiva. A direção palavra-mundo tem por objetivo engajar a responsabilidade do locutor sobre um estado de coisas existente no mundo. Nessa direção, é a linguagem que se ajusta às ações já que essas já existem como um estado de coisas independente. A direção mundo-palavra, com força ilocucional diretiva e com força ilocucional comissiva, tem por objetivo fazer com que o locutor ou alocutário realizem alguma coisa pelo fato de ser proferido um estado psicológico de vontade ou desejo. A dupla direção de ajustamento tem por objetivo ocasionar mudanças no mundo por meio do proferimento de declarações. Nessa direção, tanto há ajuste das palavras ao mundo, como há adequação do mundo às palavras. A direção nula tem por finalidade indicar as atitudes do locutor e expressar seu estado psicológico.

Dessas direções de ajustamentos limitamos nossos estudos à análise da direção palavra-mundo e da direção mundo-palavra, pois são direções que, respectivamente, equivalem ao ponto ilocucional assertivo e ao ponto ilocucional comissivo, atos que selecionamos para esta pesquisa.

Novos avanços nos estudos da Teoria dos Atos de Fala continuaram ocorrendo. Assim, mais tarde, Vanderveken (1985) complementa a teoria, afirmando que a maior parte dos atos ilocucionais executados em conversações são atos ilocucionais elementares da forma F(P), onde F é uma força ilocucional e P é uma proposição. Vanderveken (1985) diz ainda que cada força ilocucional é dividida em sete componentes: um ponto ilocucional, um modo de realização desse ponto, um conteúdo proposicional, condições preparatórias, condições de sinceridade e dois graus de intensidade, sendo um do ponto ilocucional e outro das condições de sinceridade.

Em sua complementação à Teoria, Vanderveken (1985, p. 173) ressalta: “duas forças ilocucionais serão idênticas se e somente se forem idênticas em relação a estes componentes”, uma mudança aparentemente simples no ponto pode alterar totalmente a forma de realização de um ato. Segundo ele, a teoria dos atos de fala nos apresenta cinco pontos ilocucionais, isto é, cinco formas pelas quais um conteúdo proposicional pode ser relacionado com o mundo. São eles:

“o ponto ilocucional assertivo (representação de um estado de coisas como real), ponto ilocucional comissivo (comprometimento do falante em executar uma ação futura), ponto ilocucional diretivo (tentativa em levar o ouvinte a fazer alguma coisa), ponto ilocucional declarativo (produção de um estado de coisas em virtude da enunciação) e o ponto ilocucional expressivo (expressão de um estado psicológico do falante a propósito de um estado de coisas)”. (Idem, 1985, p. 173).

É oportuno destacar, aqui, os conceitos dos aspectos que caracterizam um ato de fala, conforme destaca Aguiar-Mendes (1998, p. 277) em leitura dos autores da Teoria dos Atos de Fala. Assim, o ponto ilocucional é a forma de “adequar e/ou ajustar o conteúdo proposicional ao mundo”. O modo de realização desse ponto é a maneira pela qual o ponto de realização de uma força ilocucional desempenha para assegurar a satisfação de um ato de fala. As condições de conteúdo proposicional são as condições que “determinam restrições gerais a serem impostas sobre a natureza do conteúdo proposicional de uma dada expressão lingüística”. As condições preparatórias referem-se a condições que “dizem respeito à natureza das

convenções pressupostas que regem uma interação possível entre falante e ouvinte em termos de compromissos a serem assumidos e de papéis a serem desempenhados”. E, por fim, as condições de sinceridade. Estas se “referem à intenção dos participantes da interlocução de se engajarem de fato na execução de ações produzidas pela enunciação de certos atos de fala, de modo que o desempenho do ato vale como expressão de um estado psicológico/mental específico do locutor pela qual este se responsabiliza”.

Em nossa pesquisa, adotaremos todos os parâmetros da Teoria dos Atos de Fala apontados acima, porém, com um recorte. Não analisaremos todos os pontos ilocucionais. Restringiremos nossa análise ao ponto ilocucional comissivo e ao ponto ilocucional assertivo, seleção essa feita em função do nosso propósito de pesquisa. Além disso, dos sete componentes que configuram o ato de fala, propostos por Vanderveken (1985, p. 173), não verificaremos em nossa análise os dois graus de intensidade dos atos: o do ponto ilocucional e o das condições de sinceridade, pois consideramos não ser necessário medir o grau de realização dos atos já que a identificação desses graus quase sempre coincide com as categorias que deles decorrem.

A restrição de nossa análise ao ponto ilocucional comissivo e ao ponto ilocucional assertivo é em função de termos selecionado a promessa e a crítica como objetos de nosso estudo. Essa seleção, todavia, não foi feita ao acaso. Levando em consideração o que ressalta Mari (1997, p. 41) sobre atos de fala na atividade político-eleitoral, mais especificamente, sobre o ato comissivo, na forma de promessa, e sobre o ato assertivo, na forma de crítica, podemos dizer que esses dois atos

“funcionam como forças ilocucionais complementares no interior do discurso eleitoral, na medida em que é impossível conceber, no limite, a atividade de crítica sem que esta leve ao comprometimento com a promessa e vice-versa”. [Assim], (...) “enquanto estratégias discursivas, esses dois procedimentos atuam de forma complementar, de tal modo que toda crítica implica uma promessa (implícita) e toda promessa implica uma crítica (implícita)”, (MARI, 1997, p. 41).

De acordo com Mari (1998, p. 227),

“a atividade-parlamentar costuma ser avaliada em razão de um conjunto de atos discursivos que são utilizados ao longo de uma campanha eleitoral. Neste caso particular de uso da linguagem na atividade política, é possível

isolar, como alvo da apreciação, ou as promessas que costumam compor o elenco das intenções da plataforma de um candidato ou, complementarmente, as críticas que compõe sua estratégia de identificação ideológico-partidária”.

Segundo Mari (1998, p. 235), “as promessas parecem revestir-se numa condição essencial do discurso eleitoral”, ou seja, um candidato só pode enunciar aquilo que ele poderá vir a fazer, caso eleito, através de uma promessa (explícita ou implícita). Assim, os candidatos, qualquer que seja o cargo ou a eleição, não têm como evitar a promessa. Eles, no entanto, sabendo que as promessas explícitas nem sempre conseguem contar com o esforço cooperativo do eleitor, constroem um discurso à base de estratégias discursivas como o jogo dos explícitos e implícitos a fim de provocar efeitos que julgam poder controlar, segundo o seu desejo.

Outras estratégias utilizadas pelos candidatos, segundo Mari (1998, p. 233), dizem respeito a “criticar aqueles [candidatos] que fazem promessas” e em apresentar, por exemplo, propostas, projetos, e programas como forma de materialização de determinada promessa. Tais estratégias, porém, não garantem a neutralização da promessa. O discurso é construído, dessa forma, conforme diz Mari (1998, p. 233),

“com duas orientações: uma representada pela necessidade de o candidato assumir, no seu proferimento, a recusa explícita de quaisquer referências a promessas; outra orientada para criticar aqueles que deixaram escapar alguma forma de promessa”.

Esse procedimento pode até parecer eficiente na crítica imediata aos adversários, assim como aquele que tenta reelaborar a fala através de enunciados que objetivam a neutralizar a promessa, mas ambos se mostram ineficientes no policiamento do próprio discurso, “pois recusar formas de uso do performativo *prometer*²⁸ não implica, diretamente, a recusa das condições necessárias para a existência de uma promessa” (MARI, 1998, p. 223).

Por isso, diante da importância da promessa e da crítica dentro discurso político-eleitoral, é que, conforme já dissemos, elegemos, do interior da Teoria dos Atos de Fala, as orientações discursivas promessa e crítica como aspectos básicos de nossa análise. Faremos essa análise mais à frente, no capítulo quatro. Antes, porém, precisamos entender quais são as condições enunciativas de produção dessas promessas e críticas e como elas se inter-relacionam dentro

²⁸ Em itálico, no original.

do contexto das diversificadas formações discursivas de cada partido político dentro do universo geral de todos os discursos.

Por isso, neste próximo capítulo, o terceiro, analisamos esse discurso político-eleitoral quanto aos enunciados e enunciações, aos sujeitos discursivos, ao contrato comunicacional e às formações discursivas que o caracterizam. Para essa análise recorreremos aos aspectos teóricos da Teoria da Enunciação, da Formação Discursiva e da Teoria Semiolingüística que apresentamos acima, neste capítulo dois.

Capítulo 3 – Funcionamento do discurso político-eleitoral

3. 1 – Teoria da Enunciação: um exame das condições enunciativas do discurso político-eleitoral

A Teoria da Enunciação, conforme Koch (1995, p. 14),

“tem por postulado básico que não basta ao lingüista preocupado com questões de sentido descrever os enunciados efetivamente produzidos pelos falantes de uma língua: é preciso levar em conta, simultaneamente, a enunciação – ou seja, o evento único e jamais repetido de produção do enunciado”.

É exatamente por considerarmos, assim como Koch, que a análise de um discurso não deve partir somente daquilo que é expresso no enunciado, mas também daquilo que revela marcas da enunciação, “o evento único e jamais repetido”, que dedicamos esta seção ao estudo da enunciação. Aqui, analisaremos a enunciação do discurso político-eleitoral segundo a concepção de enunciação de três importantes autores: Benveniste, Bakhtin e Pêcheux. Vamos, então, ao primeiro:

Segundo Benveniste (1989, p. 82), precisamos ser cautelosos quanto à condição específica da enunciação: “o ato mesmo de produzir um enunciado”. Assim, a enunciação não é o texto do enunciado, mas o “ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta”. Além disso, é a relação do locutor com a língua que irá determinar os caracteres lingüísticos da enunciação. Nas palavras do autor “estes caracteres são uns necessários e permanentes, os outros incidentais e ligados à particularidade do idioma escolhido” (Idem, p. 83). Abaixo apontaremos alguns desses caracteres e os exemplificaremos com dados de nosso *corpus*.

Se por um lado o ato individual pelo qual o sujeito utiliza a língua o introduz primeiramente como um parâmetro necessário da enunciação, conforme diz Benveniste, por outro lado, a atitude desse sujeito caminha em direção a um ouvinte, suscitando deste uma outra enunciação de retorno.

Assim sendo, de acordo com Benveniste (1989, 84), “toda enunciação é explícita ou implicitamente, uma alocação”, pois ela “postula um alocutário”. A cada instância de discurso

um centro de referência interno é gerado por meio dos índices de pessoa da “relação EU-TU”, sendo o termo “EU” aquele indivíduo que profere a enunciação e o termo “TU”, seu ouvinte, identificados somente na instância enunciativa do discurso.

O exemplo abaixo, retirado do nosso *corpus*, demonstra, explicitamente, essa relação entre o “EU” locutor e o “TU” alocutário.

Para uma melhor visualização das unidades que serão nosso objeto de análise, tais unidades estarão, no *corpus*, destacadas em negrito. Essa regra vale, doravante, para todas as análises feitas neste terceiro capítulo. Outra observação importante a se fazer aqui é que estaremos usando o recurso itálico sempre que necessitarmos retomar algum objeto de análise dos dados em nossos comentários feitos imediatamente posteriores àquele recorte apresentado.

(1) Serra: “Esse é o compromisso que **eu** assumo com **você** e **quem me conhece sabe que, quando eu assumo um compromisso, é para valer**. Mas para isso, nesse domingo, para isso **eu** preciso do **seu** voto. Voto das **mulheres que sonham com uma vida melhor para sua família**, um sonho que **eu** posso ajudar realizar. **Eu** preciso do **seu** voto **que sabe o quanto é difícil viver num país desorganizado e sem rumo**. **Eu** preciso do voto **de todos os brasileiros que querem mudança**, mas uma mudança segura. **Pense com seus filhos, seus netos**, converse com eles. Conte que **você** conhece de **minha** vida, de **meu** trabalho, do **meu** projeto. Agora, cada voto é fundamental para que a gente vá mais forte para o segundo turno. Aí vamos comparar **nossas** propostas, o que cada um pode fazer, mas também, o que é capaz de fazer. Para fazer as mudanças que o Brasil precisa, **eu** conto com **você**, porque **você** sabe que pode contar **comigo**”. (Tema: Economia - 01/10/02, às 13 horas).

São muitas as unidades selecionadas no discurso do candidato José Serra acima, mas verificando, mais atentamente, perceberemos que todas aquelas unidades referem-se a dois caracteres específicos da enunciação: “EU” e “TU”. A enunciação só acontece porque dentro da instância discursiva existe um “EU” – José Serra – que fala a um “TU” – eleitores brasileiros. Um “EU” que se julga ser velho conhecido de alguns “TU(s)” (“*você, quem me conhece sabe que, quando eu assumo um compromisso, é para valer, mulheres que sonham com uma vida melhor para sua família, que possuem filhos e netos e que sabem o quanto é difícil viver num país desorganizado e sem rumo, como também todos aqueles brasileiros que querem mudança*”) dos quais ele espera alguma ação em prol da divulgação de sua pessoa àqueles “TU(s)” que ainda não o conhecem o bastante para o eleger Presidente da República. A existência de muitos caracteres se faz necessária para a determinação da referência enunciativa desse locutor em relação ao seu alocutário. É o caso, por exemplo, dos pronomes

pessoais e possessivos “*eu, me, meu, minha, comigo, você, seu, seus*”. É interessante comentar aqui um outro pronome possessivo, “*nossas*”, que aparece na fala do candidato e que não se refere, propriamente, à relação do locutor com seus alocutários, mas sim à relação que é estabelecida com as propostas do candidato e com as de seus adversários para induzir os alocutários a compararem as propostas de cada um dos seis candidatos. Ao usar o pronome “*nossas*”, o locutor não enuncia por si só, mas assume a voz coletiva do seu partido para convencer o alocutário de que aquilo que ele e seu partido apresentam como propostas é possível de se fazer, caso seja eleito.

O candidato José Serra constrói sua enunciação a partir da relação discursiva que ele quer estabelecer com seu alocutário que, a princípio, é um ser imaginário, mas que ele deseja que seja o mais parecido possível com o sujeito real com quem, de fato, pretende dialogar: pessoas capazes e com disposição em o tornar Presidente da República. Um sujeito que é tratado como ser individual, mas que pode remeter ao inconsciente coletivo de todos os eleitores. A enunciação é marcada também por uma relação de reciprocidade que não ocorre somente na própria relação discursiva, mas também se intenciona ser concretizada em outros aspectos extralingüísticos, nas atitudes dos interlocutores, por exemplo. Assim, com o enunciado “*eu conto com você, porque você sabe que pode contar comigo*”, o “EU” – José Serra – espera dar mais credibilidade à sua enunciação discursiva e ganhar seu alocutário como um parceiro de seu diálogo.

Conforme vimos, os índices de pessoa, pronomes pessoais “EU e TU”, são referências básicas que caracterizam os sujeitos da locução e da alocação, mas os pronomes possessivos também são importantes elementos de referência porque eles nos ajudam a localizar no espaço aqueles sujeitos. Assim como os pronomes possessivos, outras categorias gramaticais como os pronomes demonstrativos, os advérbios e os adjetivos, denominados dêíticos ou “índices de ostensão” também assinalam o processo pelo qual um sujeito se refere à situação de seu discurso, situando suas ocorrências discursivas no espaço e no tempo. Assim sendo, a enunciação é, conforme diz Benveniste (1989, p. 86), responsável por determinadas classes de signos cuja existência ela instaura literalmente. Analisemos, pois, alguns caracteres enunciativos instaurados na enunciação de dois candidatos: Lula e Ciro Gomes:

(2) Lula: “Está chegando a hora. **Agora** só faltam **poucos** dias para as eleições. **Durante** todos **esses** programas eleitorais, **vocês** viram, **tenho falado** exclusivamente dos **meus** projetos para um novo Brasil. **Hoje**, quero

pedir **sua** permissão para não falar dos projetos, **quero** apenas conversar com **as mulheres e os homens que estão quase votando em mim**, mas **ainda não** se decidiram”. (Tema: Modelo (econômico) de governo - 01/10/02, às 20 horas e 30 minutos).

(3) Ciro Gomes: “Hoje estamos terminando uma fase da maior importância para toda a população brasileira e, principalmente, para **nossos filhos e netos**, por isso **eu** gostaria de poder conversar com **você**”. (Tema: Modelo (econômico) de governo - 03/10/02, às 20 horas e 30 minutos).

A seleção conjunta do discurso desses dois candidatos, neste espaço, tem um propósito: ambos fazem referência ao mesmo advérbio de tempo “*hoje*”. Esse índice de ostensão funciona, nesses enunciados, como uma ocorrência discursiva, a qual sustenta um ponto de referência constituído pelos sujeitos dessas enunciações. Conforme podemos verificar, apesar de nos dois discursos existir o advérbio de tempo “*hoje*”, suas correspondências contextuais discursivas identificadas por meio das datas – 01/10/02 e 03/10/02 – demonstram que seus referentes são diferentes. Esse índice de ostensão é, portanto, uma marca lingüística da enunciação em relação a dias distintos, o ponto de referência de cada um dos enunciadores.

Em (2), o enunciador, Lula, se reporta a um “*hoje*” específico, referente a dois dias anteriores ao dia 03/10/02: data que marca o término da divulgação, pela televisão, da propaganda eleitoral gratuita. Certamente esse “*hoje*” delimita a extensão do entendimento dessa enunciação, a qual só pode ser entendida dentro do contexto temporal daquele dia 01/10/02 e que, registrada em tal data, é eternizada em seu produto: o enunciado.

Da mesma forma que Lula, em (3) o outro enunciador, Ciro Gomes, também faz uso do advérbio “*hoje*”, o qual é demarcado pela locução verbal “*estamos terminando*”, iniciando a predicação “*uma fase da maior importância para toda a população brasileira*”. Diferente do “*hoje*” proferido pelo enunciador Lula, Ciro Gomes se refere, na verdade, ao dia 03/10/02: último dia da fase de propaganda eleitoral gratuita. A análise comparativa desses dois usos do índice de ostensão “*hoje*”, proferido em dias diferentes, serve para nos fazer pensar na definição dos dois termos “enunciado” e “enunciação”. É somente dentro da instância da enunciação que conseguiremos entender a que se refere esse advérbio “*hoje*”. Fora de seu lugar enunciativo, ele não tem referência temporal, embora tenha significação temporal. É por isso, então, que podemos dizer que ele, nesses enunciados, apresenta-se como uma das marcas da enunciação, já que a sua existência é promovida literalmente na e pela enunciação. Ele é um tipo de ocorrência discursiva que jamais se repete, porque ele vai ter sempre um novo

referente e, portanto, será sempre uma nova enunciação. Assim, o que é verificável depois desse proferimento é apenas o seu produto, ou seja, o enunciado. O enunciado é, pois, a forma de reconhecimento da existência de determinada enunciação ocorrida num determinado presente e “eternizada” no enunciado por meio de algum caractere espacial ou temporal como é o caso das enunciações apresentadas acima em que o advérbio “*hoje*” corresponde aos distintos dias 01/10/02 e 03/10/02.

Assim, como esse advérbio se revela como sendo uma marca da enunciação, outros caracteres, no discurso do candidato Lula, também são instaurados na e pela enunciação. É o caso, por exemplo, das expressões “*poucos dias*”, “*durante todos esses programas eleitorais*”, “*ainda*”, “*quase*”, que servem para determinar referências espaciais e temporais das ocorrências discursivas desse candidato.

Outras categorias gramaticais como as expressões “*tenho falado*”, “*meus projetos*”, “*quero pedir*”, “*em mim*”, “*quero apenas conversar*” servem para explicitar a presença de um enunciador “EU” específico, Lula, que revela seu estilo próprio de produção de suas propagandas televisas eleitorais gratuitas e opta por produzir, com certa antecedência, um tipo de “conversa informal” com os eleitores. Eleitores esses que são mencionados no discurso do candidato por meio das expressões “*vocês viram*”, “*sua permissão*” “*as mulheres e os homens que estão quase votando em mim*”. Com essa verificação, percebemos, mais uma vez, aquilo que já havíamos comentado em outra análise. A enunciação instaura como parâmetro primordial o locutor, mas esse constrói seu discurso em função daquele que ele instaura como sendo seu alocutário.

Da mesma forma que Lula, o candidato Ciro Gomes também se faz presente na sua enunciação, explicitando-se por meio do pronome “EU”, conforme podemos verificar em “*por isso eu gostaria de poder conversar com você*”. Ciro Gomes postula também um alocutário e, ao se posicionar como integrante da população brasileira, usando as expressões “*estamos terminando*” e “*nossos filhos e netos*”, procura a adesão desse que ele chama de “*você*”.

Outra questão que os discursos dos dois candidatos acima apontam é que a enunciação se apresenta por meio da categoria dos tempos verbais no presente. Analisaremos esse aspecto na próxima seleção de nosso *corpus*. Segundo Benveniste (1989, p. 85), a temporalidade é

construída na e pela enunciação, sendo o presente apenas uma marca lingüística da enunciação.

Podemos dizer, de acordo com Muzzi (1999, p. 206), que Benveniste “constrói uma teoria do tempo lingüístico – distinto do tempo físico e do tempo crônico – que consegue ultrapassar o clássico dualismo entre tempo objetivo e subjetivo”. Um tempo lingüístico, marcado pelo presente da enunciação como ponto de referência, que se instaura como função do discurso. O mais interessante disso é que, conforme diz Benveniste, os enunciados onde aparece o sintagma EU + presente do indicativo não têm a função somente de descrever um fato, mas de realizar um ato. Nos exemplos abaixo, analisemos tal questão:

(4) Serra: “Eu convido o Brasil a votar num programa de governo, onde os números dão credibilidade às palavras porque sem número, sem dizer como, as propostas são só promessas que jamais se realizarão. **Eu peço o seu voto para dar a você, aos seus filhos, aos seus netos, ao meu neto que vai nascer em janeiro, um Brasil de crescimento, de oportunidades. **Eu quero** lembrar que no dia 06 de outubro, dia da votação, é um domingo. Domingo é um dia em que a gente descansa, faz planos. Domingo é um dia de fé. Já segunda-feira é um dia da realidade, é o dia de concretizar os planos, os sonhos, para que eles não virem desilusão e é por isso que **eu peço** o seu voto porque **eu me sinto preparado** para compreender o que os brasileiros sonham no domingo e para trabalhar a cada segunda-feira para tornar esses sonhos em realidade”. (Tema: Modelo (econômico) de governo - 03/10/02, às 20 horas e 30 minutos).**

Nesse trecho acima, o enunciador José Serra, ao proferir “*eu convido o Brasil a votar num programa de governo*” e “*eu peço o seu voto*” “*eu quero*” lembrar, “*eu me sinto preparado*”, utiliza o presente formal da nossa gramática, mas esse presente, de acordo com Benveniste, “não faz senão explicitar o presente inerente à enunciação”, ou seja, uma vez realizados o convite e o pedido, esses atos deixam de ser presentes para pertencerem ao passado. É por isso que podemos dizer que a enunciação jamais se repete. A cada novo proferimento uma nova enunciação se instaura e um novo presente se realiza para imediatamente tornar-se passado.

A combinação do pronome “EU” mais o presente do indicativo indica, ainda, conforme descreve Benveniste, não a descrição de um fato, mas sim a realização de um ato. Assim, José Serra, ao proferir um convite e um pedido, não simplesmente enuncia, mas também realiza esse convite e esse pedido a seu alocutário.

Outros elementos, nos enunciados, como as ordens e os apelos, oriundos de categorias como o imperativo e o vocativo, também são, segundo Benveniste (1989, p. 86), demonstrações explícitas da enunciação, pois apresentam a relação do locutor com o alocutário numa referência necessária ao tempo da enunciação. Da mesma forma, a asserção afirmativa ou negativa, revela também, segundo o autor, marcas da enunciação.

Conforme podemos perceber ao fazer um rastreamento em nossas análises apresentadas acima, o conceito de enunciação segundo a perspectiva de Benveniste torna-se muito evidente. Todas as marcas da enunciação, que analisamos em nosso *corpus*, giram em torno de um ponto central que é o sujeito da enunciação, comprovando aquilo que o autor instaurou: “enunciação é o colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”, (BENVENISTE, 1989, p. 82). Assim vista a enunciação, ela é caracterizada, conforme o autor, como a manifestação da subjetividade na linguagem.

Nos discursos de Lula (5) e Garotinho (6) apresentados abaixo, analisemos a questão do apelo, da ordem e da asserção, voltando nossa atenção para o aspecto da subjetividade da linguagem. Após esta análise, passaremos a observar a enunciação segundo outras perspectivas: a de Bakhtin e a de Pêcheux.

(5) Lula: Vejam, **meus amigos e minhas amigas quase Lula. Sei** que vocês também querem a mudança do nosso país. **Sei** que vocês compreendem a necessidade de o Brasil ter um governo que vai se preocupar com o desenvolvimento com o futuro, mas que não vai esquecer dos mais pequenos, dos mais fracos, dos famintos sempre tão esquecidos. **Eu preciso do seu voto** de confiança e, sinceramente, **eu mereço** essa oportunidade para qual tanto **me preparei**. Veja, **minha amiga quase Lula**, do mesmo que você deseja ser feliz e não quase feliz, o Brasil precisa de uma mudança e não de quase uma mudança, porque temos que enfrentar uma crise e não uma quase crise e você precisa de um emprego e não de um quase emprego. Não é verdade? **Tenho** um grande apoio para governar o país, dos empresários, dos sindicatos, dos maiores economistas, de dois ex-presidentes da república, Itamar Franco e José Sarney, de políticos de todos os partidos, de importantes lideranças das forças armadas. Só falta o seu voto. **Pense nisso com muito carinho**, até porque, no dia da eleição, não existe na maquininha o botão do quase e que Deus lhe ilumine”. (Tema: Modelo (econômico) de governo - 01/10/02, às 20 horas e 30 minutos).

(6) Garotinho: “Por isso, quando **eu digo** que **sou** o único [candidato de oposição] é porque **eu não** faço esse tipo de aliança. **Meu compromisso é com você. É com o povo brasileiro. Vou** governar para o setor produtivo, a indústria, o comércio, a agricultura, onde vamos gerar mais empregos. **Vou** construir casas populares, fazer justiça aos aposentados, aos

funcionários públicos e aumentar o salário mínimo para R\$ 280,00. **Me dê uma chance. Me dê o seu voto. Quero** governar para as pessoas e ser o presidente de todos os brasileiros. Você pode confiar”. (Tema: Modelo (econômico) de governo - 24/09/02, às 20 horas e 30 minutos).

Tanto em (5) quanto em (6) é notável a subjetividade da linguagem naquilo que mais predomina nas enunciações desses dois candidatos: o apelo ou o pedido dos enunciadores aos seus alocutários. Usando o pronome “eu” seguido de verbos no presente do indicativo como os que ocorrem nas asserções “*eu mereço essa oportunidade para qual tanto me preparei*” e “*tenho um grande apoio para governar o país*”, o candidato Lula apresenta-se como o sujeito da elocução. Um sujeito que, através dos vocativos “*meus amigos e minhas amigas quase Lula*” e “*minha amiga quase Lula*”, apela aos eleitores o seu apoio nesta eleição. Da mesma forma que Lula, o candidato Garotinho também se faz presente em seu proferimento, demonstrando através das expressões “*eu digo que sou*”, “*meu compromisso*”, “*vou governar*” e “*vou construir*” a sua subjetividade na linguagem em direção ao seu alocutário. Assim, é essa relação entre interlocutores que vai mostrar a referência necessária da enunciação a respeito da qual Benveniste diz ao afirmar que é o locutor o parâmetro primordial da enunciação, postulando, imediatamente, um alocutário. No *corpus* acima, essa relação é produzida por vários caracteres da enunciação. Um deles, por exemplo, é construído por meio de categorias como o imperativo empregado pelo candidato Lula em “*pense nisso com muito carinho*” e o empregado pelo candidato Garotinho em “*me dê uma chance*” e em “*me dê o seu voto*”.

A seguir, passaremos ao estudo analítico da enunciação segundo a concepção de Bakhtin.

A enunciação em Bakhtin, além de ser considerada como o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados, pode ser entendida, somada àquela interação, como o resultado de uma interface dialética entre o psíquico e o ideológico, entre a vida interior e a vida exterior. Assim, conforme Bakhtin (1999, p. 66), “em todo ato de fala, a atividade mental subjetiva se dissolve no fato objetivo da enunciação realizada, enquanto que a palavra enunciada se subjetiva no ato de decodificação em forma de réplica”. Vejamos nos enunciados do candidato José Serra como se dá essa relação entre o psíquico e o ideológico:

(7) Serra: “Eu **me lembro** muito bem, **quando tinha oito anos de idade**. Meu pai me levando pela mão pelo Mercado Municipal Central de São Paulo. Você não sabe, mas meu pai era fruteiro imigrante italiano lá do bairro da Mooca. **Quando penso no meu pai, eu me lembro do barulho**

daquele mercado e dele trabalhando sete dias por semana. Nós morávamos numa vila. Meus avós, lá perto. Éramos pobres, mas tínhamos uma vida digna. Estudava numa escola pública lá no bairro mesmo, onde a gente vivia tranqüilo. **Meu pai podia voltar para casa à noite, com o dinheiro da venda de sua banca de frutas e sequer lhe passava pela cabeça que pudesse ser assaltado.** Esta é a essência do meu sonho de mudança para este país. **Eu quero resgatar a dignidade da vida dos trabalhadores**". (...) **"Na questão da violência, eu quero dizer que nós vamos mudar a constituição se for necessária. E vamos mudar não é apenas porque eu queira, não, é porque o país quer** e, aí, a questão do combate à violência, que hoje é obrigação dos governantes estaduais, vai ser também de responsabilidade do Governo Federal. E por isso nós teremos o Ministério da Segurança Pública que eu vou criar". (Tema: Segurança - 20/08/02, às 20 horas e 30 minutos).

Ao proferir as expressões *"eu me lembro muito bem, quando tinha oito anos de idade"*. (...), *"Quando penso no meu pai, eu me lembro do barulho daquele mercado e dele trabalhando sete dias por semana"* e *"meu pai podia voltar para casa à noite, com o dinheiro da venda de sua banca de frutas e sequer lhe passava pela cabeça que pudesse ser assaltado"*, o candidato José Serra faz uma retrospectiva memorial de parte de sua história de vida. Resgatar de seu psíquico esses fatos de sua vida e os apresentar no espaço da propaganda eleitoral não indicam simplesmente a representação de um dado memorial desse locutor, mas indicam outro propósito. O locutor, na verdade, tenta fazer um paralelo entre aquilo que foi importante para sua família, em outros tempos, e está arquivado em sua memória, e o que poderia ser importante para a família de seu alocutário, nos dias atuais daquele período, para induzir esse a acreditar que ele está mesmo disposto a resgatar a segurança daquele tempo em que viveu na Mooca, se é que o contexto atual do ano 2002 permite fazê-lo.

O que afinal poderia revelar a enunciação aqui? É exatamente esse paralelo entre o psíquico do locutor e seu proferimento. Ao proferir os fatos subjetivos de sua memória, o locutor os socializa e os objetiva em enunciação realizada, reforçando-os com elementos ideológicos externos, tais como os valores de respeito, solidariedade e dignidade, mediados por algumas regras de segurança pública, as quais ele propõe fazer em benefício do alocutário: *"eu quero resgatar a dignidade da vida dos trabalhadores"*. (...) *"Na questão da violência, eu quero dizer que nós vamos mudar a constituição se for necessária"*. *"E vamos mudar não é apenas porque eu queira, não, é porque o país quer"*. Espera-se que ao perceber tal enunciação, numa relação social de interação, o alocutário a interiorize, subjetivando-a por meio de suas próprias palavras numa forma de réplica, se possível, em comum acordo com o locutor. É assim, portanto, que acontecerá a interpretação daquela enunciação de José Serra.

Conforme Bakhtin (1999, p. 66), cada palavra enunciada possui “uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de origem contraditória”. Essa palavra se apresenta, então, no ato de sua enunciação, como um produto de interação viva das forças sociais. É por isso que, em Bakhtin, a organização de toda enunciação não é interior, mas exterior, situando-se no meio social que envolve o indivíduo. Assim, o proferimento de José Serra, acima, só toma forma de enunciação ao se relacionar socialmente com a interiorização do alocutário, mesmo que a esse não seja dada a oportunidade de verbalizar a sua interpretação interiorizada, como é o caso do telespectador diante da TV.

É por isso que podemos dizer que, em Bakhtin (1999), a enunciação está situada no meio social que envolve os interlocutores, já que, de um lado, a atividade mental do indivíduo locutor se dilui no fato objetivo da enunciação realizada, e, de outro, o do indivíduo alocutário, interage-se com aquela palavra enunciada e a subjetiva num ato de resposta. Mas essa resposta ainda não-dita pelo alocutário não ocorre simplesmente como forma de uma decodificação daquilo já-dito pelo locutor, e sim na forma de um diálogo. Assim, de acordo com Brandão (1996, p. 53), “ao enunciar, o locutor instaura um diálogo com o discurso do receptor na medida em que o concebe não como um mero decodificador, mas como um elemento ativo, atribuindo-lhe, emprestando-lhe a imagem de um contradiscurso”.

A dialogização do discurso em Bakhtin apresenta dupla orientação, sendo uma voltada para outros tipos de discurso e outra voltada para o outro da interlocução. Acreditamos que seja a cadeia ideológica, que se estende de consciência individual em consciência individual, a promotora da diversificação dos discursos em cada época e em cada grupo social. Para a promoção dessa diversificação do discurso, entretanto, faz-se necessária a relação entre o locutor e o seu outro da interlocução, mesmo que este seja um interlocutor potencial. Ao produto da interação desses dois indivíduos socialmente organizados, Bakhtin denomina enunciação. A enunciação é produzida, portanto, em função da interação dos interlocutores (a situação social mais imediata) e da sua relação num discurso com outros discursos (o meio social mais amplo), caracterizando-se como um processo social do discurso.

A enunciação é única e não reiterável. Assim, apesar de ela ter seus elementos idênticos aos de outras enunciações tais como traços fonéticos, gramaticais e lexicais, os quais garantem a unicidade de uma dada língua, ela tem um sentido definido e único. Ao sentido da enunciação, Bakhtin chama de tema. Segundo ele, “o tema deve ser único”, porque se assim

não o fosse seria impossível definir a enunciação. O tema funciona como uma espécie de situação histórica concreta que dá origem à enunciação. É esse tema que diferencia, por exemplo, a enunciação de José Serra transcrita abaixo daquela que apresentamos anteriormente. Ao compararmos esse conjunto de enunciados (8) com o anterior (7), veremos que o locutor está se referindo aos mesmos fatos, porém de forma enunciativa diferente. Vejamos:

(8) Serra: Eu cresci num tempo bem diferente, assim como milhões de outros brasileiros. **O dinheiro que meu pai ganhava trabalhando no mercado de frutas** foi que me deu oportunidade de estudar, de ter comida, de ter uma casa. **Naquela época, nós não tínhamos essa preocupação com a segurança**, mas **hoje é fundamental recuperar aquela possibilidade de trabalharmos em paz para que todos tenham uma vida melhor.** (Segurança - 29/08/02 às 20 horas e 30 minutos).

Conforme podemos perceber, o locutor desse conjunto de enunciados (8) é o mesmo do (7): José Serra. O alocutário a quem esses enunciados são destinados é o mesmo: o eleitor brasileiro. A sua forma de transmissão é a mesma: propaganda eleitoral transmitida pela TV. Alguns traços gramaticais, lexicais e semânticos (“*o dinheiro que meu pai ganhava no mercado de frutas*”, (...) “*naquela época, nós não tínhamos essa preocupação com a segurança*”, (...) “*hoje é fundamental recuperarmos aquela possibilidade de trabalharmos em paz para que todos tenham uma vida melhor*”) são parecidos e retratam o mesmo assunto da segurança. Então, o que diferencia o conjunto de enunciados (7) do (8)? Certamente é o tema da enunciação. Ele é único e não se repete. A cada novo proferimento, um novo sentido, ou uma nova forma de se enunciar é requerida, pois o momento é outro e as relações sociais que envolvem essa nova enunciação já não são mais as mesmas de antes. Considerando o que diz Bakhtin (1999, p. 128), o sentido da enunciação (7) não pode ser o mesmo da enunciação (8) porque a enunciação é única, individual e não reiterável. É claro que o interior da enunciação é dotado de elementos morfológicos e sintáticos reiteráveis e idênticos cada vez que são repetidos em todas as instâncias históricas, mas a enunciação desses elementos é dinâmica e complexa, adaptando-se adequadamente às condições de um novo momento de aplicação. Assim sendo, conforme Bakhtin (1999, p. 128), o sentido de uma enunciação é “determinado não só pelas formas lingüísticas que entram na composição (as palavras, as formas morfológicas ou sintáticas, os sons, as entoações), mas igualmente pelos elementos não verbais da situação”.

Diante disso, podemos dizer que a enunciação, na concepção bakhtiniana, é entendida como uma estrutura puramente social que só se constitui no e pelo meio de um contexto social, o qual leva em conta, é claro, o locutor e o seu interlocutor real ou potencial.

Para entendemos melhor a enunciação precisamos analisá-la quanto às suas condições de produção, as quais levam em conta a relação dos sujeitos e a relação dos sentidos afetados pela língua e pela história no decorrer do seu percurso. Mas o que são as condições de produção? A partir dos estudos de Pêcheux, Orlandi (2001) diz que as condições de produção de um discurso envolvem os sujeitos, a situação e a memória, podendo ser consideradas em sentido estrito e em sentido amplo. No caso do sentido estrito, temos as circunstâncias da enunciação, ou seja, o contexto imediato a ser analisado. No segundo caso, temos, nas condições de produção, a inclusão do contexto sócio-histórico e ideológico a ser verificado. Caracterizando as condições de produção do discurso político-eleitoral em seu sentido estrito, abordaremos, nesta seção, o contexto imediato desse discurso. Mais à frente, na parte destinada às formações discursivas, abordaremos as condições de produção quanto à construção interdiscursiva desse discurso, levando em conta a inclusão do contexto sócio-histórico e ideológico.

Partindo do esquema informacional, conforme colocamos no capítulo 2, Pêcheux (1997a, p. 81) postula que os lugares designados pelo locutor e alocutário exercem um importante papel nas condições de produção de determinada enunciação. Assim sendo, tais lugares determinam, no processo discursivo, a criação de várias formações imaginárias. São nessas formações imaginárias que repousam os mecanismos de funcionamento do discurso.

Assim, todo processo discursivo supõe, através desses lugares, a existência de várias formações imaginárias. Temos, por exemplo, a imagem da posição do sujeito-locutor que lhe permite fazer a seguinte pergunta: “quem sou eu para lhe falar assim?” Temos a imagem da posição do sujeito-alocutário que lhe possibilita questionar “quem é ele para me falar assim?” Temos a imagem do objeto do discurso que os autoriza a interrogar “do que lhe estou falando, do que ele me fala?”

Além dessas formações imaginárias, há outros desdobramentos imagéticos como: a imagem que o locutor faz da imagem que seu alocutário faz dele, a imagem que o alocutário faz da imagem que o locutor faz dele e, ainda, a imagem que o locutor faz sobre a imagem que o

alocutário faz do objeto do discurso, ou a imagem que o alocutário faz sobre a imagem que o locutor faz do objeto. Todas essas imagens, segundo Pêcheux (1997a, p. 83), pertencem ao campo do imaginário, sendo, portanto, apenas o ponto de vista dos sujeitos interlocutores e não potencialmente a realidade física. Essas imagens funcionam, entretanto, como uma estratégia de antecipação da recepção do discurso. É a distância que o sujeito supõe entre si e seu alocutário que o autoriza a utilizar essa estratégia de antecipação. Supondo uma percepção sobre os processos discursivos anteriores, o locutor é levado a tomar novas posições discursivas fundamentadas naquilo já ouvido e já dito. Nos enunciados (9) e (10) apresentados abaixo, verifiquemos como se formam algumas dessas imagens.

(9) Zé Maria: “Serra é o candidato preferido do FMI, porque é a continuidade do governo FHC que garante lucros enormes aos banqueiros, gerando o maior índice de desemprego em toda a história do Brasil”. (Tema: Emprego - 24/09/02, às 20 horas e 30 minutos).

(10) Serra: “o meu governo vai ser bem diferente do atual em duas coisas: no emprego, pois todos os ministérios vão atuar para criar empregos e no combate à violência, com o Ministério da Segurança Pública agindo diretamente nos estados”. (Tema: Modelo (econômico) de governo - 03/10/02, às 20 horas e 30 minutos).

Temos, acima, a enunciação de dois locutores diferentes: a do candidato Zé Maria do PSTU e a do candidato José Serra do PSDB. Conforme podemos perceber, a enunciação de Zé Maria é construída baseada na imagem que ele tem de seu adversário José Serra. Uma imagem negativa que pode não ser, necessariamente, a mesma imagem do eleitorado brasileiro, mas que é imposta pelo discurso de Zé Maria. Por outro lado, a enunciação de José Serra também é construída à base de imagens que ele faz de si mesmo e de seu governo, tendo em vista, é claro, enunciados prévios conforme os de Zé Maria que ocorreram dia 24/09/02, nove dias antes do proferimento de José Serra que aconteceu no dia 03/10/02.

Uma verificação mais cuidadosa dessas datas de transmissão dos enunciados nos revela que a propaganda eleitoral gratuita do primeiro turno estava na reta final e o candidato Zé Maria aproveitou o pouco tempo que ainda lhe sobrava para atacar o adversário José Serra. Este, por sua vez, sendo atacado, usou o seu último programa da propaganda eleitoral gratuita, para responder, mesmo que implicitamente, ao ataque do seu adversário.

Ao analisarmos o discurso do candidato Zé Maria, nós percebemos que seu proferimento direciona para duas instâncias de recepção: a do candidato José Serra, por um lado, e a dos

telespectadores-eleitores, por outro. No caso da primeira instância, essa se apresenta como alvo de crítica, mas é a segunda que Zé Maria pretende, de fato, alcançar, pois, desta instância, Zé Maria constrói uma imagem de que ela é formada de eleitores ainda indecisos quanto a quem eleger para a presidência da república, podendo, assim, com seu ataque ao adversário, retirar deste algum voto a seu favor. Além dessa imagem dos telespectadores-eleitores, Zé Maria também demonstra, implicitamente, construir, conforme já colocamos, uma imagem negativa de seu adversário: José Serra é um candidato indicado pelo então presidente da república Fernando Henrique Cardoso (FHC). FHC é um governo que, nas palavras de Zé Maria, além de garantir “*lucros enormes aos banqueiros*”, assumiu, durante seu mandato, todos os compromissos com o FMI. Logo, José Serra é “*o candidato preferido do FMI*”, porque também agirá da mesma forma que FHC. Ao construir essa imagem de José Serra, o locutor espera que os telespectadores-eleitores também construam, conforme ele, a mesma imagem de José Serra como sendo o candidato do continuísmo, eliminando, assim, boa parte do número de votos destinados a este.

Da mesma forma que Zé Maria, José Serra também constrói imagens ao produzir seu enunciado. Assim, esse locutor tenta inverter a imagem negativa que enunciados como o de Zé Maria podem provocar no eleitorado, apresentando uma imagem positiva de si e de seu vislumbrado governo, valorizando-se enquanto possível presidente do país e distanciando seu possível governo do governo do então presidente FHC.

Assim, num tom de resposta, José Serra diz que o seu possível governo vai ser bem diferente do governo de FHC, apresentando um contra-argumento de resposta àquilo que Zé Maria afirmou. Entretanto, será mesmo que José Serra está preocupado com a opinião do seu adversário, respondendo-lhe? Certamente, não. Zé Maria é um adversário que se encontra num dos últimos lugares da pesquisa de intenção de votos, com aproximadamente 1% das intenções. Zé Maria, portanto, não apresenta a José Serra nenhum “perigo eleitoral”. Por que, então, José Serra teria se preocupado em descolar sua imagem da imagem do então presidente FHC?

José Serra, na verdade, estaria preocupado com a repercussão que a afirmação de Zé Maria poderia propagar entre os eleitores brasileiros. O governo de Fernando Henrique Cardoso já se estendia por oito anos e a grande maioria da população brasileira já não aprovava mais sua política de desigualdade social. Apesar de José Serra, durante quase toda a campanha, ter

tentado omitir que era o candidato indicado por FHC, os eleitores não tinham dúvida da estreita ligação entre esses dois indivíduos.

Sabendo disso, e criando, provavelmente, essas imagens dos alocutários, esse locutor constrói seus enunciados tentando delimitar bem a diferença entre seu possível mandato e o do FHC. Serra reconhece que a política de FHC é deficiente em dois aspectos muito importantes para o contexto social do momento: na geração de empregos e no combate à violência. Tem, portanto, uma imagem das possíveis imagens que seus alocutários fazem da política de FHC, ou seja, desse objeto discursivo. Diante disso, pensando na imagem que os alocutários (eleitores brasileiros) pudessem fazer de si, enquanto candidato do continuísmo, e desse objeto discursivo, enquanto política que proporcionou desigualdade social, José Serra sente-se na necessidade de explicitar a toda população que o seu possível governo *‘vai ser bem diferente do atual em duas coisas: no emprego, pois todos os ministérios vão atuar para criar empregos e no combate à violência no emprego, pois todos os ministérios vão atuar para criar empregos’*. Com essa estratégia de antecedência daquilo que os alocutários poderiam imaginar de si e de seu governo, José Serra tenta, então, inverter sua imagem de candidato do continuísmo para a imagem daquele que, apesar de ser o candidato indicado por FHC, vai seguir outra linha de política, atuando fortemente naqueles aspectos ineficientes do governo do seu antecessor.

Além de uma análise das imagens criadas entre locutores e alocutários, o proferimento desses dois candidatos serve para nos fazer pensar num outro aspecto discursivo no interior desse discurso político-eleitoral. É o caso, por exemplo, da relação de força exterior à situação do discurso de Zé Maria e do discurso de José Serra. Dentro do contexto das eleições, a eleição do candidato Zé Maria para a Presidência da República foi uma realidade que estava longe de ser efetivada, pois ideologicamente as propostas desse candidato e do seu partido PSTU estavam aquém dos desejos da grande maioria dos eleitores. Assim sendo, essa candidatura mostrou-se, num contexto de intenção de votos, hierarquicamente inferior à candidatura de José Serra, fato esse que demonstrou menos prestígio do discurso daquele candidato em detrimento do discurso deste, que encontrou, nas relações de força exteriores, sustentadas no poder do seu lugar assumido nessa eleição, mais dominância discursiva, evidenciada, inclusive, por seu maior tempo de aparição na propaganda eleitoral gratuita.

Essa análise das relações de força discursiva no interior desse discurso político-eleitoral demonstra-nos, conforme Pêcheux (1997a, p. 86), que os elementos que estruturam um determinado estado das condições de produção de um discurso variam segundo a sua colocação discursiva. Nesse “jogo” discursivo, uns elementos podem ser mais dominantes que outros no interior das condições de um estado dado, sofrendo relações de força exteriores à situação do discurso. De acordo com Orlandi (2001, p. 40), “como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são [essas] relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na ‘comunicação’.”

Uma forma de avaliar essa relação de força seria uma análise das relações que os discursos mantêm entre si no intrincado nível interdiscursivo. Uma análise do interdiscurso será feita na seção que se segue, parte destinada aos estudos das formações discursivas.

3.2 – Formação Discursiva: um entendimento interdiscursivo do discurso político-eleitoral

Conforme apresentamos no segundo capítulo, o entendimento de uma formação ideológica se dá pelo reconhecimento de um conjunto de idéias que determinada classe social tem do mundo. A formação discursiva surge, então, como uma manifestação lingüística dessa formação ideológica.

Como condição para uma homogeneidade no discurso, a formação discursiva indica o que os sujeitos falantes podem ou não dizer em determinada conjuntura histórica. Embora haja essa pretensa homogeneidade regida pela formação discursiva, o discurso pode sofrer os efeitos das contradições ideológicas de classe, emergidos das relações entre diferentes discursos.

Sabemos da importância de se verificar os efeitos das contradições ideológicas na constituição de determinado discurso. Entretanto, em nossa pesquisa, não analisaremos as contradições ideológicas ocorridas no interior das seis formações discursivas deste discurso político-eleitoral, apontando em cada uma dessas formações discursivas a interpenetração dos contrários. Analisaremos, sim, as contraposições ideológico-discursivas das seis formações discursivas em frente a um mesmo tema; Educação, Segurança, Emprego, etc. Assim sendo, de agora em diante não falaremos mais em contradições ideológicas, mas sim em contraposições²⁹ ideológicas.

Vejamos nos discursos de Serra, Lula e Ciro os diferentes enfoques que são dados ao tema Segurança.

29 Estamos adotando no lugar de contradições o termo contraposições porque essa categoria expressa melhor o teor da análise contrastiva entre diversos discursos nos limites do que estamos propondo fazer. Como o nosso objetivo não é avaliar a ocorrência de contradições distintas para compreender “o real discursivo, como totalidade constitutiva de ‘unidade e interpenetração dos contrários’”, conforme diz Roy Bhaskar (1988, p. 104), (*apud* FARIA, 2001, p. 247), mas sim detectar os diferentes posicionamentos dos candidatos em relação a um mesmo objeto discursivo, a categoria contraposições é, para nós, a mais adequada. Diante disso, faz-se necessário, a título de esclarecimento, apontar, aqui, o que estamos chamando de contradição ideológica e de contraposição ideológica. Para nós, a contradição existe quando temos objetos articulados de forma antagônica em um determinado discurso. Um exemplo disso seria quando analisamos, num discurso, diferentes vozes sociais que se entrecrocaram, apresentando diferentes pontos de vista sobre determinado objeto. Já a contraposição existe quando temos objetos articulados de forma antagônica em discursos diferentes. É o caso, por exemplo, de cada candidato enunciar diferentemente sobre segurança, educação, economia, saúde, etc., porém cada locutor de dentro do seu próprio discurso. A diferença, aqui, é que os diferentes pontos de vista sobre o mesmo objeto se encontram em discursos diversos e não apenas em um determinado discurso.

(11) Serra: “(...) Na questão da segurança, também, é preciso ser muito claro. Os direitos humanos têm que ser respeitados, mas os humanos direitos também têm que ser protegidos. Não é possível que um assassino mate um inocente, cumpra apenas 1/3 da pena e logo esteja solto nas ruas. Por isso eu tenho dito, sempre, que, diferentemente do que é hoje, a segurança vai ser também atribuição do Governo Federal e que eu vou reunir as forças políticas do país para mudar, se preciso, a Constituição e as leis que hoje favorecem a impunidade”. (Tema: Segurança - 21/09/02, às 20 horas e 30 minutos).

(12) Lula: O tema de nosso programa de hoje é o combate à violência. Mas afinal, o que será que aconteceu com o Brasil? Qual será a causa desse aumento brutal da violência? A violência é causada por um conjunto de fatores como o aumento do consumo das drogas, do álcool, o crescimento da miséria, do desemprego, da falta de oportunidade e é agravada pela impunidade e pelo despreparo e pela corrupção policial. E, o mais triste, pelo descaso das grandes autoridades deste país. **Um projeto de segurança pública, para dar certo, tem que atacar em três frentes. Primeiro, a primeira coisa a fazer é botar para fora da polícia todos os maus policiais de todas as patentes. O policial não pode ser amigo do bandido. Temos que ter uma polícia bem preparada, bem equipada e bem remunerada. Uma polícia que combata de forma dura e eficiente aqueles que já estão na criminalidade. É fundamental, também, criar projeto de primeiro emprego, investir em educação, lazer, esporte e cultura para ocupar e dar novos caminhos à juventude, sobretudo a mais pobre, evitando que ela se torne presa fácil para os traficantes.(...)**. (Tema: Segurança - 27/08/02, às 20 horas e 30 minutos).

(13) Ciro Gomes: “A violência no Brasil tomou proporções tão assustadoras que hoje todos nós ou já fomos assaltados ou conhecemos alguém ou temos um parente que já foi assaltado. Andar nas ruas do Brasil, hoje, é um perigo para nossos filhos, para nossas esposas. E não é mais possível fazer de conta que isso pode ser enfrentado com conversa fiada. Nós tivemos oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso. Esse era um dos seus cinco principais compromissos e todos os indicadores de violência no Brasil cresceram de forma assustadora **O que aconteceria se você elegeisse José Serra? Você sabe. Tudo continuaria, exatamente, como está e era como se você desse a Fernando Henrique um terceiro mandato. Eles prometeram e não cumpriram.** Não há razão para que nós tenhamos que acreditar numa promessa de quem já teve tanto tempo e não fez nada. **De outro lado, Lula em quem eu acredito, há boa intenção, perde-se numa interminável discussão ideológica** que, às vezes, parece estar muito mais preocupada com a sorte e com o destino do bandido do que aquilo que me preocupa mais: a angústia, a humilhação ou a perda final das vítimas. **Nossa proposta é enfrentar isso com um conjunto simples de alternativas que já foram experimentadas com sucesso no mundo e que podem ser perfeitamente experimentadas no Brasil.** Não dá para eleger Serra e continuar tudo como está. Não dá para enfrentar bandido com ideologia e conversa fiada como infelizmente me parece ser o compromisso de Lula. A solução, aqui, é acabar com esse jogo de empurra, (...)”. (Tema: Segurança - 19/09/02, às 20 horas e 30 minutos).

No conjunto desses discursos temos três enfoques diferentes dados ao tema segurança, os quais, analisados dentro de um todo como o discurso eleitoral da campanha presidencial,

mantêm entre si relações de contraposições. Temos, dessa forma, a existência da posição política ideológica do PSDB, configurada no candidato Serra, temos a posição política ideológica do PT, no candidato Lula e temos a posição política ideológica do PPS, no candidato Ciro Gomes. São três posicionamentos ou enfoques discursivos diferentes em relação ao mesmo objeto.

Assim, para Serra, *“a segurança vai ser também atribuição do Governo Federal”*. Ele vai *“reunir as forças políticas do país para mudar, se preciso, a Constituição e as leis que hoje favorecem a impunidade”*. Para Lula, *“um projeto de segurança pública, para dar certo, tem que atacar em três frentes. Primeiro, a primeira coisa a fazer é botar para fora da polícia todos os maus policiais de todas as patentes”*. Segundo, é necessário *“ter uma polícia bem preparada, bem equipada e bem remunerada (...)”*. Terceiro, *“(...) criar projeto de primeiro emprego, investir em educação, lazer, esporte e cultura para ocupar e dar novos caminhos à juventude, sobretudo a mais pobre, evitando que ela se torne presa fácil para os traficantes”* Para Ciro Gomes, *“não é mais possível fazer de conta que isso [a violência no Brasil] pode ser enfrentado com conversa fiada”*. Sua proposta é *“enfrentar isso [a violência no Brasil] com um conjunto simples de alternativas que já foram experimentadas com sucesso no mundo e que podem ser perfeitamente experimentadas no Brasil”*. Resumindo: segurança para Serra é combater a impunidade, é mudança de legislação. Para Lula é equipar e preparar a polícia, é melhorar a educação. Para Ciro é enfrentá-la com alternativas já experimentadas. Conforme podemos perceber, cada candidato tem, segundo suas pretensões eleitorais e sua formação ideológica, a sua forma específica de perceber a violência no Brasil e de apresentar medidas próprias de “solução” para dar maior segurança à população brasileira. Dependendo do olhar que o sujeito discursivo dê a esses enfoques, eles podem ser valorizados ou desvalorizados. Tomemos, por exemplo, o ponto de vista do candidato Ciro Gomes sobre os enfoques dos candidatos Serra e Lula.

Segundo a concepção de Ciro Gomes, se o Brasil elegeisse José Serra *“tudo continuaria exatamente como está”*, pois seria como se o país *“desse a Fernando Henrique um terceiro mandato. Eles prometeram e não cumpriram. Não há razão para que nós tenhamos que acreditar numa promessa de quem já teve tanto tempo e não fez nada”*. Por outro lado, Ciro Gomes acredita que se o Brasil elegeisse Lula, também não seria uma escolha feliz, pois Lula, nas próprias palavras de Ciro, *“perde-se numa interminável discussão ideológica que às vezes parece estar muito mais preocupada com a sorte e com o destino do bandido do que aquilo*

que me preocupa mais: a angústia, a humilhação ou a perda final das vítimas". Para Ciro "não dá para eleger Serra e continuar tudo como está. Não dá para enfrentar bandido com ideologia e conversa fiada como infelizmente parece ser o compromisso de Lula". Ao enunciar essas asserções sobre os adversários Serra e Lula, Ciro Gomes, não só desqualifica o discurso dos adversários, como também qualifica sua posição discursiva diante dos eleitores, apontando a proposta de enfrentar a violência no Brasil "com um conjunto simples de alternativas que já foram experimentadas com sucesso no mundo e que podem ser perfeitamente experimentadas no Brasil".

É claro que, ao fazer seu comentário sobre as propostas de Serra e Lula, Ciro Gomes tem o objetivo de desvalorizar seus adversários para autovalorizar-se enquanto candidato. Para nós, entretanto, o comentário de Ciro sobre as propostas de Serra e Lula representa um novo objetivo: o de reforçar as diferentes perspectivas sobre um mesmo objeto e de apontar as diferentes posições ideológicas existentes nos discursos de cada candidato.

Conforme pudemos constatar, não há uma única forma de ver um determinado objeto. Assim sendo, dependendo do observador, ou melhor, do sujeito discursivo, e da formação discursiva que o envolve, o objeto discursivo pode se apresentar sob diversas perspectivas existentes.

A análise dos discursos acima demonstra-nos parte do campo discursivo político-eleitoral, pois este só se configura como um todo se tomado por meio de uma verificação dos seus espaços discursivos relacionados entre si. Essa percepção nos leva, então, a querer entender um pouco mais dessa relação interdiscursiva existente entre os espaços discursivos dos partidos políticos dos seis candidatos que compõem esse discurso político-eleitoral.

O interdiscurso, conforme colocamos no segundo capítulo, seção 2. 2, pode ser decomposto em universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo. O universo discursivo diz respeito ao conjunto de todas as formações discursivas ou aos campos discursivos distintos que foram acionados pela campanha. Por exemplo, a formação discursiva religiosa, a esportiva, a político-financeira, a político-administrativa, a educacional, etc., incluindo nesse amplo universo, é claro, a formação discursiva político-eleitoral. Tomando essa última formação discursiva, que é o nosso objeto de estudo, numa análise "unitária" ela se configura como um campo discursivo do então universo discursivo instituído naquele contexto sócio-histórico-eleitoral do ano 2002. Cada um dos campos discursivos apresentados acima tem a

sua especificidade e se decompõe em espaços discursivos. A formação discursiva religiosa, por exemplo, é composta por diversos espaços discursivos que podem se relacionar por adesão, ou por contradição, como é o caso do espaço discursivo dos protestantes e espaço discursivo dos católicos que se encontram em constante concorrência no interior daquela formação discursiva.

No caso dessa formação discursiva político-eleitoral, que estamos analisando, temos pelo menos seis espaços discursivos que, no embate eleitoral, se encontram em concorrência. São eles: o espaço discursivo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), do candidato José Serra, o espaço discursivo do Partido dos Trabalhadores (PT), do candidato Luís Inácio Lula da Silva, o espaço discursivo do Partido Popular Socialista (PPS), do candidato Ciro Ferreira Gomes, o espaço discursivo do Partido Socialista Brasileiro (PSB), do Anthony Willian Mateus de Oliveira (Garotinho), o espaço discursivo do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), do candidato José Maria de Almeida e o espaço discursivo do Partido da Causa Operária (PCO), do candidato Rui Costa Pimenta. A compreensão de cada uma dessas formações discursivas é mais precisa se tomada a partir das relações que umas formações têm com outras. Por isso, fazemos um exame analítico das relações existentes entre esses discursos para entendermos o funcionamento de cada um deles, permitindo-nos ter uma compreensão melhor desse campo discursivo político-eleitoral. Antes dessa análise, porém, fazemos um percurso por algumas pesquisas eleitorais.

Conforme veremos nos discursos que analisaremos mais à frente, suas datas variam entre os dias 20 de agosto de 2002, dia em que começou a ser divulgada a propaganda eleitoral gratuita, e o dia 28 de setembro de 2002, data que já se aproximava do dia 03 de outubro, dia em que terminou a divulgação do horário eleitoral gratuito na TV. Para entendermos melhor o contexto político desse período, confirmamos algumas pesquisas de intenção de votos. Com elas acreditamos ser mais fácil entender como se configuram os discursos, já que se trata de discursos construídos com o propósito de angariar votos. As pesquisas funcionam, desse modo, como termômetros que medem a eficácia, ou não, dos discursos, levando os candidatos, no horário eleitoral gratuito, a reformular seus dizeres e até mesmo a transformá-los para tentar alcançar tal objetivo.

Durante o período eleitoral, diversas instituições como a VOX POPULI, a CNT/SENSUS, a DATAFOLHA, o IBOPE e outras fizeram periodicamente pesquisas de intenções de votos.

Dependendo do critério adotado nessas pesquisas, os números de intenções de votos para cada candidato variaram de umas instituições pesquisadoras para outras. Como a nossa intenção aqui não é a de apontar as diferenças dos números de cada instituição, indicando o cruzamento de pesquisas, mas sim apresentar a posição de cada presidenciável, nas pesquisas, usaremos os dados de apenas uma instituição: o IBOPE. As pesquisas do IBOPE foram divulgadas, dentre outras mídias, pelo Jornal Nacional da Rede Globo, Jornal Estado de Minas e pelas revistas semanais ISTOÉ e ÉPOCA. Este, portanto, foi o motivo que nos orientou escolher o IBOPE como fornecedor dos números, pois esses canais de informação eram mais acessíveis a nós. Os números apresentados, aqui, foram, então, coletados nestas mídias.

Assim, faltando um dia para o começo do horário eleitoral, o IBOPE mostrou, conforme a tabela abaixo, resultado de uma pesquisa entre os dias 17 a 19 de agosto de 2002, que apontava Lula em primeiro lugar nas intenções de votos, Ciro Gomes em segundo lugar, José Serra em terceiro lugar e Garotinho em quarto lugar. Nessa pesquisa, Zé Maria, que pontuava 1% nas três últimas pesquisas anteriores a esta, não apresentou nenhuma intenção de votos. Para o candidato Rui Pimenta as intenções de votos também se mostraram nulas.

Figura 4: Resultado da pesquisa feita entre os dias 17 a 19 de agosto de 2002

Posição	Candidato	Porcentagem
1º	Lula	35%
2º	Ciro Gomes	26%
3º	José Serra	11%
4º	Garotinho	10%

Fonte: Pesquisa feita pelo IBOPE e divulgada por: ISTOÉ, São Paulo, ed. 1718, p. 25, 04 set. 2002.

O posicionamento dos candidatos, nessa pesquisa, pontua bem o relacionamento entre os discursos dos candidatos. Assim, após início do horário eleitoral gratuito no dia 20 de agosto, o candidato Serra, na disputa do segundo lugar, utiliza como estratégia eleitoral o ataque àquele que estava à sua frente, Ciro Gomes. Os ataques, no horário eleitoral, funcionaram e José Serra subiu nas pesquisas. Passados seis dias, o IBOPE apresentava, conforme vemos na tabela a seguir, nova pesquisa feita entre os dias 24 a 26 de agosto de 2002. Nesta, Lula permaneceu no primeiro lugar com índices inalterados, Ciro caiu, Serra e Garotinho subiram. Os outros dois candidatos não foram citados na pesquisa.

Figura 5: Resultado da pesquisa feita entre os dias 24 a 26 de agosto de 2002

Posição	Candidato	Porcentagem
1º	Lula	35%
2º	Ciro Gomes	21%
3º	José Serra	17%
4º	Garotinho	11%

Fonte: Pesquisa feita pelo IBOPE e divulgada por: ISTOÉ, São Paulo, ed. 1718, p. 25, 04 set. 2002.

Levando em consideração que um dos discursos que analisaremos abaixo data do dia 28 de setembro de 2002, apresentaremos aqui, conforme tabela abaixo, outra pesquisa próxima a esta data. Já na reta final da campanha eleitoral do primeiro turno, entre os dias 28 a 30 de setembro de 2002, o IBOPE fez nova pesquisa. Nesta, Lula, Serra e Garotinho subiram, Ciro Gomes caiu. Zé Maria apareceu nas intenções de voto. O candidato Rui Pimenta, por sua vez, não foi citado na pesquisa.

Figura 6: Resultado da pesquisa feita entre os dias 28 a 30 de setembro de 2002

Posição	Candidato	Porcentagem
1º	Lula	43%
2º	José Serra	19%
3º	Garotinho	16%
4º	Ciro Gomes	11%
5º	Zé Maria	1%

Fonte: Pesquisa feita pelo IBOPE e divulgada por: Estado de Minas, Caderno Política, MG, 02 out. 2002, p. 3.

Não analisamos acima, obviamente, todas as pesquisas feitas pelo IBOPE, mas, para entender a oscilação dos números, visualizemos, na tabela abaixo, o percurso da evolução do desempenho dos candidatos até o dia 30 de setembro de 2002, data em que o quadro de intenções de votos já se mostrava bastante diferente do quadro anterior da campanha eleitoral gratuita.

Figura 7: Resultados de pesquisas: evolução do desempenho dos candidatos a partir do início do horário eleitoral gratuito até 30 de setembro de 2002

Candidato	17 a 19 agosto	24 a 26 agosto	31 a 02 set.	6 a 9 set.	14 a 16 set.	17 a 19 set.	21 a 24 set.	28 a 30 set.	Posição
Lula	35%	35%	35%	39%	41%	39%	41%	43%	1º
Serra	11%	17%	17%	19%	19%	19%	18%	19%	2º
Garotinho	10%	11%	11%	12%	13%	14%	15%	16%	3º
Ciro	26%	21%	17%	15%	12%	14%	12%	11%	4º
Zé Maria	-	-	-	-	01%	0%	0%	01%	5º
Rui P.	-	-	-	-	-	-	-	-	6º

Fonte: Pesquisa feita pelo IBOPE e divulgada por: ISTOÉ, São Paulo, ed. 1718, p. 25, 04 set. 2002. ÉPOCA, São Paulo, ed. 228, p. 33, 30 set. 2002. Jornal Nacional, dia 1º de out. 2002 e Estado de Minas, Caderno Política, MG, 02 out. 2002, p. 3.

A última pesquisa analisada demonstra bem uma vantagem folgada do candidato Lula em relação aos demais candidatos. No primeiro lugar, ele pontua 43% das intenções de votos. Enquanto isso, candidatos Serra, Garotinho e Ciro lutam para conquistar o segundo lugar.

Por que afinal tomamos tempo na análise desses números? A resposta é simples: o contexto interdiscursivo dos discursos que apresentaremos a seguir, além de ter sido definido pelas diferentes formações discursivas ideológicas de cada partido que delimitaram bem o contorno característico dos discursos de cada candidato, foi definido também pelos índices de intenção de votos que pontuaram, claramente, as posições desses candidatos em relação à sua aceitação mediante aquilo que defendiam, o que influenciou, assim, nas condições de produção de suas propagandas, fato que, às vezes, acabou alterando o rumo de produção do discurso de algum candidato. É o caso, por exemplo, do discurso de Ciro Gomes do dia 27 de agosto de 2002 que analisaremos à frente.

Conforme Furtado (2003, p. 117), “salvo os momentos em que os próprios candidatos assumiram explicitamente a crítica ao adversário, na maior parte das propagandas, as críticas foram feitas por terceiros”. É o que aconteceu, por exemplo, com quase todas as propagandas de José Serra. Os enunciados apresentados a seguir são de um apresentador-comentarista de uma das propagandas do candidato José Serra que criticava o adversário Lula. Eles exemplificam bem tal estratégia discursiva utilizada pelos candidatos para atacar seus adversários.

(14) Apresentador: “Alguém pode dizer que nós estamos mostrando tudo isso só porque este é o programa do Serra que disputa a eleição com o Lula, mas veja o que diz o editorial da Folha de São Paulo de 18 de setembro de 2002. O editorial da Folha diz que ‘Lula com sua tática eleitoral de Lulinha Paz e amor diz a cada auditório o que ele quer ouvir’ ”. (propaganda de Serra, dia 19/09/02).

Assim como em (14), nas propagandas dos candidatos apresentadas no horário eleitoral gratuito, muitos dos ataques aos adversários foram feitos por apresentadores, comentaristas e entrevistados vinculados a tais propagandas. Foi esse tipo de crítica, por exemplo, que na propaganda de José Serra pode ter gerado influência na queda de Ciro Gomes do segundo lugar para o terceiro nas pesquisas, provocando o movimento inverso do candidato José Serra. Ataques como esses a Ciro Gomes, entretanto, apesar de não terem sido proferidos pelo próprio candidato José Serra, foram atribuídos a este pelo seu adversário Ciro Gomes, que teve o rumo de seu discurso alterado. Analisemos parte do discurso de Ciro Gomes:

(15) Ciro Gomes: “(...) Este horário é dado a nós, os candidatos, para debater, aqui, com seu testemunho, soluções para os problemas do Brasil que não faltam (...)” Entretanto, **o candidato do governo, você tem visto, tem-se utilizado desse tempo para agredir-me e com coisas que, de fato, me assustam, na medida que pintam uma figura que não sou eu definitivamente. Ora querem me chamar de mentiroso, ora querem pintar para você, manipulando imagens que foram subtraídas, clandestinamente, cortadas e editadas como se eu fosse uma pessoa desequilibrada**”. (Tema: Segurança - 27/08/02, às 20:30 horas).

Neste proferimento de Ciro Gomes temos explicitamente (negrito, acima) uma resposta aos ataques de uma das propagandas de José Serra. É possível que, se não existissem as pesquisas como medidoras das intenções de votos, Ciro Gomes não tivesse sido atacado nas propagandas de Serra e tampouco Ciro tivesse se defendido das agressões sofridas, configurando-se, então, um outro tipo de discurso deste candidato.

Poderíamos citar outros exemplos aqui da influência das pesquisas na produção dos discursos, mas acreditamos que o já apresentado tenha sido o suficiente para justificar a importância das pesquisas na constituição do discurso político-eleitoral. A seguir, examinaremos o outro fator interdiscursivo que exerce forte influência na produção dos discursos: a formação discursiva (manifestação lingüística da formação ideológica) do discurso dos presidencialistas. Num

primeiro momento, analisaremos, separadamente, o discurso de cada um. Após essas análises, traçaremos um paralelo interdiscursivo entre os discursos dos seis candidatos.

Começemos, então, pelo discurso do candidato Lula.

(16) Lula: “A crise que nosso país atravessa não deixa dúvida: o atual modelo econômico está esgotado, somos um país cada vez mais endividado e cada vez menos produtivo. Ou seremos capazes de produzir mais, de fazer crescer a renda do povo, fortalecendo a economia, ou continuaremos andando para trás”. (...) “Quero aproveitar para dizer, também, aos empresários que o Brasil precisa muito deles para esse grande desafio de voltar a crescer, gerar empregos e exportar. E que eles terão, da minha parte, todos os incentivos necessários. Mas quero dizer também, claramente, que esse será o país da produção e não o país da especulação. Um país do trabalho sério, lucro justo e não um país dos aproveitadores, dos sonegadores, dos agiotas que sugam o nosso povo e nossa economia”. (Tema: Modelo (econômico) do governo - 20/08/02, às 20 horas e 30 minutos).

Nesse discurso de Lula é possível vermos o confronto de duas formações discursivas que, juntas, tentam não se contradizer para continuar mantendo Lula no mesmo índice das pesquisas. Trata-se, por um lado, de um discurso que procura agradar aqueles antigos eleitores dos tempos do radicalismo: “a crise que nosso país atravessa não deixa dúvida: o atual modelo econômico está esgotado”. (...) [Precisamos de] “um país do trabalho sério, lucro justo e não um país dos aproveitadores, dos sonegadores, dos agiotas que sugam o nosso povo e nossa economia”. Por outro lado, implica um discurso posicionado flexivelmente em direção à adesão de novos aliados de outra classe social diferente daquela dos trabalhadores: a classe dos empresários. Um discurso que disponibiliza uma aproximação entre o velho Partido dos Trabalhadores e um novo Partido dos Trabalhadores que, nesta eleição, tem lugar, também, para os empresários: “quero aproveitar para dizer, também, aos empresários que o Brasil precisa muito deles para esse grande desafio de voltar a crescer, gerar empregos e exportar. E que eles terão, da minha parte, todos os incentivos necessários. O convívio dessas duas formações discursivas nas enunciações de Lula, durante a campanha, foi, interdiscursivamente, altamente criticado pela mídia e também por seus adversários. Só de passagem, citemos, por exemplo, o que insinua José Serra na sua propaganda do dia 21 de setembro de 2002: “olha, eu tenho uma cara séria, mas é uma só. Eu não digo uma coisa aqui e outra ali. Na parte da Teoria Semiolingüística, retomaremos esse discurso de Lula para uma análise mais detalhada desses dois discursos que convivem nesse sujeito comunicacional.

Analisemos, agora, o discurso de Ciro Gomes:

(17) Ciro Gomes: “O modelo econômico do governo Fernando Henrique e Serra produziu quase 12 milhões de desempregados no Brasil. O PT de Lula, como está demonstrado no exemplo prático de ter perdido a fábrica da FORD no Rio Grande do Sul, não tem projeto estratégico, nem experiência para administrar uma economia em crise como a brasileira. (...). É essa a experiência de quem sabe que emprego não é consequência de promessa e sim de um conjunto de políticas consistentes que nós queremos levar para a presidência da república, com o seu apoio”. (Tema: Modelo (econômico) do governo - 28/09/02, às 13:00 horas).

Da mesma forma que Lula, Ciro Gomes também critica o modelo econômico de Fernando Henrique e Serra, tentando posicionar seu discurso como uma formação discursiva de oposição. Percebemos que, implicitamente, existe um enorme esforço para o candidato manter seu discurso nesse posicionamento. O mesmo não acontece com o candidato Lula, por exemplo, que tenta, nesta eleição, neutralizar cada vez mais a ideologia de oposição no seu discurso.

Entendamos um pouco mais sobre o discurso de José Serra:

(18) Serra: “É por isso que hoje quando tanto se fala em mudança e vejo todos os candidatos falando de mudança eu me sinto na obrigação de dizer a vocês o que eu entendo por mudança. Mudança para mim tem um significado muito claro. Mudar, em primeiro lugar, é mudar a vida das pessoas e mudar a vida das pessoas significa dá a elas melhor oportunidade de emprego e de trabalho para o filho do fruteiro, do trabalhador da construção, para o filho da empregada doméstica, ou do desempregado. (...) Há duas áreas onde o meu governo vai ser totalmente diferente do atual governo. Essas áreas são: o papel do governo no combate ao desemprego e o papel do Governo Federal no combate à violência. Por que isso? No governo de Fernando Henrique quem se ocupa na questão do emprego é o Ministério do Trabalho. **No meu governo, além do Ministério do Trabalho, todos os ministérios, anotem bem, todos os ministérios vão estar voltados para essa questão, que, para mim, é a questão central de um governante nesse momento da vida brasileira (...)**”. (Tema: Emprego - 20/08/02, às 20 horas e 30 minutos).

Conforme podemos perceber no discurso acima, apesar de José Serra ser o candidato do Governo, ele insiste em deixar transparecer o contrário. Uma insistência que, às vezes, se manifesta por meio de enunciações implícitas como em: *“é por isso que hoje quando tanto se fala em mudança e vejo todos os candidatos falando de mudança eu me sinto na obrigação de dizer a vocês o que eu entendo por mudança”*. Aqui, há uma pressuposição do candidato em

relação ao reconhecimento dos eleitores de que ele seria o candidato do governo, por isso a necessidade de ele querer explicar o que entende por mudança: *“mudança para mim tem um significado muito claro. Mudar em primeiro lugar é mudar a vida das pessoas e mudar a vida das pessoas significa dar a elas melhor oportunidade de emprego e de trabalho para o filho do fruteiro, do trabalhador da construção, para o filho da empregada doméstica, ou do desempregado”*. Essa explicação, para ele, é importante porque destrói aquela imagem do continuísmo (pregada pelos adversários) que um candidato do Governo carrega ao longo de uma campanha eleitoral.

O desejo de Serra de se descolar da imagem do Governo, às vezes, se manifesta, também, de forma explícita. É o caso, por exemplo, quando ele diz: *“há duas áreas onde o meu governo vai ser totalmente diferente do atual governo. Essas áreas são: o papel do governo no combate ao desemprego e o papel do Governo Federal no combate à violência”*. (...) *“No meu governo, além do Ministério do trabalho, todos os ministérios, anotem bem, todos os ministérios vão estar voltados para essa questão, que, para mim, é a questão central de um governante nesse momento da vida brasileira”*.

Vamos, agora, ao discurso de Garotinho.

(19) Garotinho: *“Você tem me ouvido falar que sou o único candidato de oposição ao governo que está aí. Isso fica claro quando você analisa meus adversários. Um deles é o candidato do Fernando Henrique comprometido com os banqueiros e deixa o país com doze milhões de desempregados. Os outros dois, querendo chegar à presidência a qualquer custo, acabaram se comprometendo, fazendo aliança com políticos que fazem parte de um passado que todos nós queremos esquecer. É sempre bom lembrar que esses apoios não são de graça, significam compromissos. Por isso, quando eu digo que sou o único é porque eu não faço esse tipo de aliança. Meu compromisso é com você. É com o povo brasileiro”* (...). (Tema: Modelo econômico - 24/09/02, às 20 horas e 30 minutos).

Neste discurso, Garotinho se posiciona como o único candidato de oposição. Ele, assim como Lula, Serra e Ciro, ignora seus adversários, os candidatos à presidência Zé Maria e Rui Pimenta. No seu discurso, Garotinho explicita críticas sobre seu adversário, Serra, a quem ele chama de candidato do governo. Sobre os candidatos Lula e Ciro Gomes, Garotinho os denomina *“os outros dois”*. Não é explícita a relação entre o numeral *“dois”* e o nome de Lula e Ciro. O contexto extralingüístico, entretanto, nos orienta a saber que se trata deles, pois eles

“*acabaram se comprometendo, fazendo aliança com políticos que fazem parte de um passado que todos nós queremos esquecer*”. Garotinho tenta fazer uma campanha diferente, apostando numa formação ideológica que pretende configurar-se num compromisso que ele diz assumir-se somente com o eleitor e não com políticos aliados. Trata-se de uma posição ideológica sem tradição porque tenta romper com as alianças políticas para se direcionar somente aos eleitores. Assim, o candidato pressupõe estar passando uma imagem de independência política ao eleitor. Ora, o eleitor reconhece que não se faz política sem aliados, entendendo tal imagem como sinônimo de ingenuidade de um garotinho que ainda tem muito que aprender, conforme muitas vezes a própria mídia destacou.

Analisemos o discurso de Zé Maria:

(20) Zé Maria: “Ora, é indignante vendo os quatro principais candidatos dizendo: sim, senhor ao FMI, num dia, e no outro, fazendo demagogia na TV, prometendo empregos que eles não vão gerar! Isso é uma farsa. O acordo com o FMI e a reunião dos quatro candidatos com FHC prepara um grande calote social. Que Serra, Ciro e Garotinho participem dessa farsa, não nos estranha porque **são farinhas do mesmo saco de onde saiu FHC. O lamentável é que também Lula tenha participado disso e se comprometa com esse acordo**, pois isso significará mais desempregado e mais sofrimento para os trabalhadores e a juventude de nosso país. **O PSTU é contra qualquer acordo com o FMI e contra esse grande conchavo que se articulou no Palácio do Planalto. Venha conosco lutar contra o FMI e contra a ALCA. Diga não à ALCA e diga não ao FMI. Contra burguês, vote 16**”. (Tema: Economia - 22/08/02 às 20 horas e 30 minutos).

Como esse candidato se encontra no quinto lugar nas pesquisas de intenções de votos, com apenas 1%, uma boa estratégia usada por ele é “atirar” para todos os lados, atacando os quatro candidatos que estão a sua frente. É interessante perceber que esse candidato, também, implicitamente, desconsidera o candidato Rui Pimenta, que, apesar de pregar ideais parecidos, parece não lhe oferecer nenhum risco na corrida de conquista dos votos, pois esse se posiciona depois dele. Aqui, mais uma vez, percebemos que, além das formações ideológicas (veja, abaixo, a rixa de Zé Maria em relação a Lula) , a pesquisa eleitoral tem um importante papel nas condições de produção dos discursos.

Conforme podemos analisar, o discurso de Zé Maria sinaliza uma formação ideológica de esquerda bastante radical. O candidato repudia Serra, Ciro e Garotinho, chamando-os de “*farinhas do mesmo saco de onde saiu FHC*”, mas de quem ele se lamenta mesmo é do

candidato Lula, que, segundo Zé Maria, “*se compromete com esse acordo*”. Por que será que isso acontece? Certamente, porque Lula é um candidato que veio de um partido de esquerda, também muito radical nos anos 80, e, além disso, era uma pessoa que compartilhava com Zé Maria os mesmos ideais. A transformação do PT e de Lula para uma aceitação flexível de idéias que não pertenciam ao contexto sócio-histórico do partido apresenta-se, aos olhos de Zé Maria, como um enfraquecimento daquela formação ideológica da esquerda radical, que ele insiste em conservar.

Zé Maria conserva, portanto, um discurso “vazio”: “*o PSTU é contra qualquer acordo com o FMI e contra esse grande conchavo que se articulou no Palácio do Planalto*”, sem nenhuma explicação de seu posicionamento radical, mantendo jargões do tipo: “*venha conosco lutar contra o FMI e contra a ALCA*”, “*diga não à ALCA*” e “*diga não ao FMI, “contra burguês, vote 16*”.

A indignação de Zé Maria em relação à nova postura de Lula é ainda mais perceptível num outro discurso daquele candidato apresentado no dia 14 de setembro de 2002. Vejamos:

(21) Zé Maria: “Serra, Fernando Henrique, ACM, Ciro Gomes, Sarney, Maluf estão no poder desde sempre. Para mudar o Brasil, é preciso derrotar essa gente. **Infelizmente Lula resolveu se aliar com uma parte desse pessoal e abandonou as propostas que antes defendíamos juntos. Em 80 eu e o Lula fomos presos na greve do ABC. Juntos, fundamos o PT e defendíamos a suspensão do pagamento da dívida. Na luta, com milhões de trabalhadores, construímos um sonho de mudança para nosso país. Hoje, infelizmente, meu companheiro Lula mudou. Diz ele que amadureceu. Não.** Maturidade não pode ser sinônimo de incoerência. Não é possível mudar o Brasil em aliança com Quércia, Sarney, Medeiros, com PL malufista ainda por cima, respeitando o acordo com o FMI. O Brasil precisa de uma oposição de verdade. Seja coerente você: vote PSTU. Vote 16”. (Tema: Economia - 14/09/02, às 13:00 horas).

Nesse discurso, Zé Maria chama Lula de seu companheiro com quem, “*juntos, fundaram o PT e defenderam a suspensão do pagamento da dívida. Na luta, com milhões de trabalhadores, construíram um sonho de mudança para o país*”. Zé Maria, entretanto, não reconhece mais esse companheiro que, segundo ele, mudou porque fez “*alianças com Quércia, Sarney, Medeiros, com PL malufista ainda por cima, respeitando o acordo com o FMI*”. Zé Maria considera, implicitamente, que Lula e o PT não são oposição, pois ele diz que “*o Brasil precisa de uma oposição de verdade*”. Nesse caso, a oposição é o PSTU.

Vejamos, agora, o discurso de Rui Pimenta:

(22) Rui Pimenta: “Enquanto os grandes partidos fazem propostas vazias no horário eleitoral, no Congresso Nacional está em marcha uma verdadeira conspiração contra os direitos dos trabalhadores. **Está em discussão uma lei que permite aos patrões retirar direitos trabalhistas históricos relativos aos salários, contrato coletivo, férias, 13º salário, horas-extras, limite da jornada de trabalho, trabalho noturno e muitas outras coisas. Este golpe é chamado de flexibilização da CLT, a consolidação das leis de trabalho.** Segundo essa a proposta, se os sindicatos aceitarem a pressão dos patrões, o acordo coletivo poderá passar por cima de leis que beneficia os trabalhadores a mais de 60 anos. **O Partido da Causa Operária denuncia essa verdadeira conspiração contra os direitos da classe trabalhadora e chama a população a dizer ‘não’ à flexibilização da CLT**”. (Tema: Economia - 19/09/02, às 20 horas e 30 minutos).

Rui Pimenta se posiciona como um candidato de oposição e chama a classe trabalhadora para lutar pelos seus direitos trabalhistas: “*está em discussão uma lei que permite aos patrões retirar direitos trabalhistas históricos relativos aos salários, contrato coletivo, férias, 13º salário, horas-extras, limite da jornada de trabalho, trabalho noturno e muitas outras coisas. Este golpe é chamado de flexibilização da CLT, a consolidação das leis de trabalho*” (...) “*O Partido da Causa Operária denuncia essa verdadeira conspiração contra os direitos da classe trabalhadora e chama a população a dizer ‘não’ à flexibilização da CLT*”. O candidato trata de um grande tema que diz respeito ao problema de desestruturação econômica nacional entre classes sociais, mas como não houve uma universalização dos fatos para que um número maior de eleitores sentisse que o problema se referia a si e a seus interesses e necessidades, a discussão do tema foi acolhida apenas por uma pequena minoria de eleitores. É claro que a ideologia partidária do PCO influenciou e, muito, na elaboração desse discurso. Certamente um partido como esse, de ala esquerda bastante radical, jamais construiria um discurso universal, mas talvez esteja aí o grande equívoco do partido, pois um discurso político-eleitoral que não parta da universalização dos fatos corre o risco de ser caracterizado como um discurso simplista, atendendo apenas a uma parcela da sociedade.

Assim, se consideramos o discurso de Zé Maria “vazio”, o de Rui Pimenta o será mais ainda. Conforme o próprio Rui Pimenta explicita no seu primeiro discurso do horário eleitoral, apresentado no dia 20 de agosto de 2002: “*o PCO decidiu lançar candidato à presidência da República para discutir com a classe trabalhadora e o povo brasileiro a necessidade de construir um novo partido*”. Parece que o PCO e seu candidato não estão preocupados com a eleição propriamente dita, mas sim com a formação de um novo partido. Isso, de uma certa

forma, se constata numa declaração do candidato a uma entrevista da revista ISTOÉ, nº 1718, p. 43, 04 set. 2002. O candidato revela: “*não levo jeito, mas fui intimado a ser candidato*” e acrescenta: “*como a intenção da campanha não era vencer, mas divulgar idéias do partido, tinha de ser alguém que não ficasse nas respostas decoradas*”.

Nesta mesma entrevista, vemos o que responde o candidato, ao ser interrogado se defendia a luta armada: “*com a desapropriação do capital, a burguesia não vai entregar seu dinheiro de um modo pacífico. O trabalhador terá de pegar em armas para se defender*”. Mediante o atual contexto social, daquele ano 2002, dos problemas políticos do Brasil em que o índice de desemprego chegou a um grande índice de sua história e do atual contexto sócio-histórico-econômico do mundo, em que muitos países vizinhos sofriam conflitos econômicos internos e externos, podemos dizer que alimentar uma formação ideológica de natureza tão radical é, no mínimo, desejar um “suicídio coletivo” da população brasileira. Talvez tenha sido por isso que suas idéias não obtiveram adesão. Durante todo o período de divulgação do horário eleitoral foram divulgadas pesquisas de intenções de voto, mas em nenhuma delas o candidato sequer alcançou 1%.

Outra questão interessante na entrevista desse candidato à ISTOÉ, que nos chamou a atenção e que vale a pena apresentar aqui para entendermos o processo de transformação dos discursos, é sobre o jargão do partido PCO. Rui Pimenta, sendo interrogado pela ISTOÉ sobre de quem foi a idéia de criar o jargão “*quem bate cartão não vota em patrão*”, responde: “*isso já existia, foi usado no início do PT. É o resumo do que a gente pensa*”. Utilizemo-nos dessa resposta de Rui Pimenta para introduzir um comentário geral sobre as relações interdiscursivas dos discursos desses seis candidatos à presidência.

A resposta de Rui Pimenta demonstra, claramente, aquilo que Zé Maria dizia em seu discurso do dia 14/09/02: “*hoje, infelizmente, meu companheiro Lula mudou*”. Pelo visto não foi só o Lula que mudou. O PT também se transformou. Um jargão dessa natureza usado, nesta eleição de 2002, pelo PCO faz parte de um passado (anos 80) do Partido dos Trabalhadores (PT); passado este do qual o PT tenta, a cada dia mais, distanciar-se, pois a cúpula do partido reconhece que, com tamanho radicalismo, é impossível chegar ao poder por meios democráticos. Conscientizou-se de que conquistar o poder através da luta armada, conforme propõe Rui Pimenta, não é tão simples. Daí a sua transformação.

Analisando esse jargão, podemos dizer que ele não faz mais sentido para o PT, porque, nesta eleição, o PT está inserido em outra posição ideológica que opta por enunciações de otimismo em oposição àquelas que privilegiam o advérbio “não”. Assim podemos dizer, conforme ORLANDI, (2001:42), que o “sentido [desse jargão] não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que [suas] palavras são produzidas”. Por outro lado, para o PCO esse jargão faz sentido porque ele está de acordo com as posições daqueles que o empregam: Rui Pimenta e os simpatizantes da formação ideológica desse partido. Diante disso, podemos dizer que as palavras tiram seu sentido das formações ideológicas nas quais elas estão sendo usadas, de forma que se se transformam as formações ideológicas, também o sentido que é dado a determinadas palavras será transformado.

Uma análise da formação discursiva do PT, nesta eleição, nos ajuda a traçar o quadro da transformação e do aparecimento de novos elementos das formações ideológicas nas formações discursivas. Para isso, citemos, de passagem, a introdução de uma entrevista do candidato Lula à revista ISTOÉ, nº 1715, dia 14 de agosto de 2002, p. 25.

(23) – “Lula circula entre empresários com desenvoltura, tira de seu programa as citações ao socialismo e deixa de assustar a elite econômica do País” –

Assustar é fácil. Difícil é perder a pecha de bicho-papão. Que o diga o petista Luiz Inácio Lula da Silva. Mas, na sua quarta campanha pela Presidência, ele não corre mais com esse peso nas costas. Está mais leve. Talvez por isso venha afirmando que nunca esteve tão perto de chegar ao Planalto. **O pragmático Lula, aos 56 anos, cansou de ser oposição. Parou de se comportar como tal.** Por isso, vem jurando que nesta campanha não vai falar mal de ninguém. Essa talvez seja uma das promessas mais difíceis de ser cumpridas. Com raras exceções, **Lula vem se comportando como manda o figurino. Sorri quando é espetado com uma pergunta espinhosa e amacia a voz rouca para não parecer antipático. O PT fez uma verdadeira lipoaspiração em seu vocabulário. Nas 88 páginas do programa de governo, chamado “Um Brasil para todos”, nenhum sinal do “palavrão” socialismo.** A palavra “mercado” é uma das campeãs de aparição. O discurso e a prática de Lula estão articulados numa só direção: **vitaminar e humanizar o capitalismo brasileiro**”. (Florência Costa).

Segundo a jornalista, seus enunciados em (23) demonstram bem a transformação da formação ideológica do PT, como também o aparecimento de elementos que não combinam com a antiga formação ideológica do PT radicalista: *“Lula vem se comportando como manda o figurino. Sorri quando é espetado com uma pergunta espinhosa e amacia a voz rouca para não parecer antipático. O PT fez uma verdadeira lipoaspiração em seu vocabulário. Nas 88*

páginas do programa de governo, chamado ‘Um Brasil para todos’, nenhum sinal do “palavrão” socialismo”.

Conforme podemos perceber, a mudança na concepção ideológica obrigou a cúpula do PT a mudar também o rumo que dava aos seus dizeres. Nesta eleição já não é possível falar mais de socialismo. Uma reformulação no vocabulário do partido se fez necessária. Isso nos leva a confirmar que uma formação discursiva nada mais é do que a manifestação lingüística de determinada formação ideológica. Retomando o que dizíamos no capítulo 2, seção 2.2 - parte teórica das formações discursivas, enquanto “uma formação ideológica impõe o que pensar”, “uma formação discursiva determina o dizer” (FIORIN, 2000, p. 32).

A transformação de Lula e do PT foi alvo de críticas por quase toda a mídia, mas grande parte dessas críticas apareceu, também, nas propagandas políticas do horário eleitoral de seus adversários. Um dos motivos dessas críticas talvez tenha sido porque Lula, desde o início da campanha, se posicionara em primeiro lugar nas intenções de votos. O candidato Zé Maria, por exemplo, conforme vimos no seu discurso citado acima, criticou muito as alianças partidárias que Lula e o PT fizeram. Os demais adversários também o criticaram.

As críticas, entretanto, não foram privilégio somente na direção do Lula. Os candidatos se criticaram mutuamente. Conforme vimos numa das análises que fizemos anteriormente, em função da conquista do segundo lugar nas pesquisas, Serra, Ciro e Garotinho se “estranharam” muito nesta eleição.

Analisando o posicionamento de Ciro, Serra e Garotinho, podemos dizer que eles pareciam não assumir o lugar de onde falavam nesta eleição. Ciro, não querendo demonstrar que era simpatizante da formação ideológica da posição, tampouco simpatizante da formação ideológica da oposição, estagnou-se no meio do caminho e pregou nas suas propagandas: “*nós vamos mostrar que, quando o Brasil precisa, até os adversários se reconciliam*” (Tema: Segurança - 27/08/02, às 20 horas e 30 minutos).

Serra também parecia se sentir incomodado de ser o candidato do Governo e durante quase toda a campanha quis omitir esse fato. Numa de suas propagandas, analisadas por nós acima, ele, inclusive, fez questão de explicitar qual era a diferença do seu possível governo com o de FHC. Ele, apesar disso, conseguiu superar Ciro, pois pelo menos assumia que estava inserido numa formação ideológica de posição.

Garotinho, por sua vez, conforme podemos verificar no seu discurso que citamos e analisamos acima, nesta seção, quis assumir sozinho que era o único candidato de oposição, mas suas palavras nem sempre condiziam com essa posição que tanto queria exercer. Para resumir o que entendemos pelo discurso desse candidato, tomemos a palavra de Orlandi (2001, p. 42).

“Não é no dizer em si mesmo que o sentido é de esquerda ou de direita, nem tampouco pelas intenções de quem diz. É preciso referi-lo às suas condições de produção, estabelecer as relações que ele mantém com sua memória e também remetê-lo a uma formação discursiva – e não outra – para compreendermos o processo discursivo que indica se ele é de esquerda ou de direita. Os sentidos não estão nas palavras elas mesmas. Estão aquém e além delas.”

Por outro lado, de acordo com Koch (1984, p. 156), “a escolha dos termos [feita pelo locutor] raramente se apresenta despida de carga argumentativa”. O locutor, ao fazer a escolha de uma palavra em detrimento de outra, pode estar construindo, entre implícitos e explícitos, um jogo enunciativo de práticas discursivas de modo a produzir um enunciado que esteja de acordo com sua intenção, mas que esteja, também, determinado por uma dada formação discursiva. Assim, apesar de Garotinho querer se submeter a uma formação discursiva de oposição, os sentidos de suas palavras não estavam nelas mesmas, tampouco nessa formação discursiva, estavam “aquém e além delas”, denunciando sua formação ideológica, suas verdadeiras percepções políticas.

Visto sob o prisma dos implícitos, o sentido é, em parte, construído na interlocução, no interior da qual os interlocutores se constituem e são constituídos. Assim sendo, a mera decodificação dos enunciados dos presidenciáveis não é de modo algum suficiente. Cabe ao telespectador, diante da TV, estabelecer relações entre os enunciados explícitos e implícitos e o contexto que os envolve nesta eleição, para, a partir daí, ser capaz de compreender a relação interdiscursiva entre os discursos dos candidatos.

Os presidenciáveis, no jogo discursivo, criam seus enunciados a partir de dados extraídos da sua cultura, de suas convicções e de seu *ethos*, enfim, do universo discursivo político partidário no qual eles estão inseridos como sujeitos individuais únicos, mas, por outro lado, conforme diz Machado (2001, p. 52), apresentam-se marcados por um eco coletivo e social determinado por contratos sociais dominantes, que os impedem de serem totalmente livres.

Assim, essa situação provoca, segundo Machado (1998, p. 114), uma situação paradoxal “embora o sujeito em questão tenha seu estilo próprio, não deixa também de ser um sujeito-coletivo, já que vive numa determinada sociedade”. Uma reflexão sobre essa situação paradoxal nos leva a dizer que os presidenciáveis, embora únicos, são “interpelados” em sujeitos-falantes pelas formações discursivas, as quais, por sua vez, sofrem influências das formações ideológicas a elas correspondentes.

Conforme podemos perceber, todas as formações discursivas analisadas acima pertencem às formações ideológicas que estão aí na sociedade. De acordo com Machado (1998, p. 114), a “sociedade é geradora de certas regras de conduta, de certos rituais e de vários contratos linguageiros”. Na próxima seção analisaremos como é constituído o contrato linguageiro do discurso político-eleitoral, bem como verificaremos, também, como é formado, neste, o sujeito falante que não é individual, tampouco coletivo.

Por tudo que analisamos e dizemos acima em relação aos discursos dos candidatos, acreditamos ter traçado o perfil das relações discursivas do espaço político-ideológico de cada formação discursiva desse discurso. Essas relações, verificadas no nível interdiscursivo, nos revelaram uma configuração mais ampliada do discurso político-eleitoral da eleição do primeiro turno do ano 2002.

3. 3 – Teoria Semiolingüística: uma análise dos sujeitos e contrato do discurso político-eleitoral

Explorando melhor o sujeito que não é completamente livre, nem completamente submisso às regras sociais, nós o analisaremos, aqui, levando em consideração seus dois posicionamentos: o histórico social o e o individual. Sob a perspectiva da Semiolingüística, conforme descreve Charaudeau (1983), esse sujeito é o sujeito psicossocial. Um sujeito psicossocial que, além de utilizar a língua como um ato individual e ser interpelado por uma formação discursiva, está inserido dentro de um contrato comunicacional social onde o contexto situacional apresenta grande peso na formação de sua enunciação. Um sujeito que, conforme Machado, cria suas convicções enunciativas que vão de encontro a um sujeito coletivo e social determinado por contratos sociais dominantes. Analisemos as marcas do sujeito individual e as do sujeito coletivo na enunciação do candidato Lula apresentada abaixo:

(24) Lula: “A crise que nosso país atravessa não deixa dúvida: o atual modelo econômico está esgotado, somos um país cada vez mais endividado e cada vez menos produtivo. Ou seremos capazes de produzir mais, de fazer crescer a renda do povo, fortalecendo a economia, ou continuaremos andando para trás”. (...) “Quero aproveitar para dizer, também, aos empresários que o Brasil precisa muito deles para esse grande desafio de voltar a crescer, gerar empregos e exportar. E que eles terão, da minha parte, todos os incentivos necessários. Mas quero dizer também, claramente, que esse será o país da produção e não o país da especulação. Um país do trabalho sério, lucro justo e não um país dos aproveitadores, dos sonegadores, dos agiotas que sugam o nosso povo e nossa economia”. (Tema: Modelo (econômico) do governo - 20/08/02, às 20 horas e 30 minutos).

Notemos que, em (24), o indivíduo histórico, o real, que enuncia é o candidato Lula. Esse candidato, entretanto, está envolto por uma voz coletiva: a voz do Partido dos Trabalhadores. Visto enquanto ser real influenciado pela voz coletiva do Partido, esse sujeito seria, na perspectiva da Semiolingüística, o sujeito comunicante que pertence ao espaço externo do ato de linguagem. Certamente, o Partido dos Trabalhadores tem um “propósito ideológico” de esquerda partidária que o sustenta há anos, desde sua fundação, em 1980. Dentro dele, estão inseridos sujeitos individuais que compartilham os mesmos valores e ideais. É, portanto, a enunciação desses sujeitos individuais que põe em movimento a ideologia do Partido.

No caso do conjunto de enunciados em análise, é o candidato Lula quem faz o elo entre o FAZER, colocar em prática as “idéias” do Partido, e o DIZER, pôr em movimento enunciativo tal ideologia. Lula, entretanto, tem seu próprio traço individual. É um ser real que tem seu próprio objetivo: deseja ser o presidente do Brasil. Para a realização de seu sonho, concorre pela quarta vez consecutiva à eleição presidencial. Trata-se de um sujeito que aprendeu com as derrotas o quanto é difícil tornar-se presidente sob ideais radicalmente esquerdistas, como se submeteu em eleições anteriores. Diante disso, optou em ver os fatos de forma mais flexível, sem muito radicalismo. O Partido dos Trabalhadores, por sua vez, empenhado na sua busca constante de eleger um Presidente da República, se apresentou à população, nesta eleição, como um partido transformado em função da nova posição do seu candidato. Mas, ainda sim, é possível percebermos, na enunciação do candidato, o que se mantém do antigo *ethos* coletivo do Partido dos Trabalhadores e o que se tem de novidade no discurso desse sujeito, caracterizado, aqui, por nós, de o traço do *ethos* individual de Lula. Assim, quando o candidato diz: *“a crise que nosso país atravessa não deixa dúvida: o atual modelo econômico está esgotado, somos um país cada vez mais endividado e cada vez menos produtivo. Ou seremos capazes de produzir mais, de fazer crescer a renda do povo, fortalecendo a economia, ou continuaremos andando para trás”*, ele não enuncia por si só. Sua enunciação se baseia numa voz coletiva construída, no decorrer dos anos, de acordo com um lugar histórico social: a voz de um partido de esquerda, pois, para esse candidato, não seria de boa condição se ele negasse a ideologia de seu partido. Por outro lado, ele tem suas próprias convicções e sabe que ocupar o lugar de oposição extremista também não é uma boa condição. Então, ele tenta permear suas convicções particulares: *“quero aproveitar para dizer, também, aos empresários que o Brasil precisa muito deles para esse grande desafio de voltar a crescer, gerar empregos e exportar. E que eles terão, da minha parte, todos os incentivos necessários”*, com as convicções coletivas de seu partido de esquerda: *“mas quero dizer também, claramente, que esse será o país da produção e não o país da especulação. Um país do trabalho sério, lucro justo e não um país dos aproveitadores, dos sonegadores, dos agiotas que sugam o nosso povo e nossa economia”*.

“Nem completamente livre, nem completamente submisso”, conforme diz Machado (2001, p. 52), é a forma como tal candidato deve ser visto, “evoluindo num mundo dominado pelas práticas e trocas languageiras”. Aqui, Lula vai carregar, então, traços individuais próprios, mas também vai se ver limitado por marcas de um meio social histórico, que o impede de apresentar-se apenas com seu *ethos* individual.

Dentro de um espaço extralingüístico, a Semiolingüística, conforme já explicitamos, vai postular um lugar para esse sujeito, estudando-o como sujeito social comunicante, parceiro da instância da produção. Numa troca languageira, esse sujeito se dirige a outro sujeito: o parceiro social da instância da recepção, ou seja, o sujeito interpretante. Esses sujeitos sociais, por sua vez, numa dimensão interna, puramente lingüística, vão promover a aparição de mais dois sujeitos que farão papéis dos protagonistas da enunciação. São os chamados por Charaudeau de sujeito enunciador e sujeito destinatário ou, ainda, de seres de palavra (de linguagem). Vejamos, nos exemplos abaixo, como se dá a relação entre esses quatro sujeitos: o sujeito comunicante, o sujeito interpretante, o sujeito enunciador e o sujeito destinatário.

Caracterizando os sujeitos comunicantes do discurso político-eleitoral, temos seis candidatos à presidência, ou seja, seis sujeitos individuais reais na instância da produção languageira: Serra, Lula, Ciro Gomes, Garotinho, Zé Maria, Rui Pimenta.

Conforme pesquisa feita no site <http://eleicoes.bol.com.br/candidatos-subhome.jhtm>, dia 10/08/2002, vejamos um pouco da vida, realização e aspiração política de cada um desses candidatos. Serra: pertence ao PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). “Tem (...) o apoio do presidente [da época] Fernando Henrique Cardoso. É a primeira vez que concorre à Presidência”. Lula: fundador do PT (Partido dos Trabalhadores), é ex-metalúrgico. “Concorre à Presidência do Brasil pela quarta vez consecutiva. Para isso, adotou uma postura mais flexível”. Ciro Gomes: nesta eleição, concorre à presidência pelo PPS (Partido Popular Socialista), mas já trocou de chapa pelo menos quatro vezes. “Com um estilo agressivo, sem medir palavras e sempre dizer o que pensa, Ciro Gomes apresenta-se como rival de José Serra na disputa [depois, como rival de Garotinho na disputa do segundo lugar nesta eleição do primeiro turno] para ver quem será o provável adversário de Lula no segundo”. Garotinho: político influente no Rio de Janeiro deixou o governo do Estado para se candidatar à Presidência. Saiu do PDT (Partido Democrático Trabalhista) e filiou-se ao PSB (Partido Socialista Brasileiro), tornando-se o principal nome da legenda. Zé Maria: participa da eleição por meio do PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores). “Tesoureiro da CUT (Central Única dos Trabalhadores) também já foi metalúrgico e concorre à presidência pela segunda vez. Já tentou ser deputado estadual e federal”. Rui Pimenta: integrou-se ao PT (Partido dos Trabalhadores) em 1980, mas na década de 90 foi banido do partido, decidindo, então, formar seu próprio partido em 1995, o PCO, (Partido da Causa Operária), com o qual participa dessa eleição.

Todos esses seis candidatos, os chamados sujeitos comunicantes dessa propaganda política, ao dirigirem a palavra aos seus potenciais eleitores, cada qual instaura a existência de mais dois sujeitos do mundo discursivo: o sujeito enunciador e o sujeito destinatário.

De acordo com Charaudeau (1983, p. 38), os sujeitos comunicantes apóiam-se em saberes supostamente compartilhados, tanto da dimensão dos explícitos quanto dos implícitos, os quais circulam, no mundo real, entre si e seus parceiros (os sujeitos interpretantes) para colocarem em prática as suas intenções discursivas. Para tal, os sujeitos comunicantes, ao se dirigirem aos sujeitos interpretantes, constroem imagens desses, adequadas aos seus propósitos languageiros, como sendo os possíveis sujeitos destinatários de suas mensagens. Concomitantemente à construção dessas imagens, os candidatos reais, sujeitos comunicantes, impõem para si uma nova imagem com a qual acham que devem se apresentar para aqueles destinatários, construindo, neste momento, seus respectivos sujeitos enunciadores dessa campanha política.

De outro lado, os potenciais eleitores dos candidatos, sujeitos interpretantes da instância da recepção, não são meramente receptores de mensagens. Eles, em função seus pontos de vista em relação às circunstâncias intencionais do discurso, constroem as imagens dos sujeitos comunicantes por meio daqueles sujeitos enunciadores, interpretando, a seu modo, as mensagens. Tais imagens, entretanto, não são as reais imagens dos parceiros da instância da produção do ato de linguagem, mas sim as imagens dos enunciadores que tais eleitores imaginam ser.

É por isso, portanto, que, durante a campanha, muitos candidatos precisaram instaurar novas enunciações para retificar algum enunciado dito inapropriadamente para determinada situação, o que lhes poderia causar prejuízo eleitoral. É o caso, por exemplo, de **Ciro Gomes** citado por José Serra:

(25) Serra: “No dia 13 de julho deste ano [2002], eu li nos jornais que o **Ciro Gomes**, pensando que ia me ofender, disse o seguinte: “**o Serra está constipado pela idade**”. Isso mostra o tipo de preconceito que as pessoas mais velhas têm que enfrentar nesse país.(...)” (Tema: Saúde - 03/09/02. às 20 horas e 30 minutos).

Conforme podemos perceber, o sujeito enunciador, instaurado por Ciro Gomes ao enunciar “*o Serra está constipado pela idade*”, não estava destinando sua mensagem ao adversário, mas sim aos potenciais eleitores, imaginados sujeitos destinatários desse candidato. Entretanto, diferente dos sujeitos destinatários, entre os sujeitos interpretantes daquela mensagem, eis que surge seu adversário José Serra, que o rebate, apontando-o, implicitamente, como preconceituoso. Assim, a partir do reataque de Serra, entre todos os sujeitos interpretantes, possíveis e não-possíveis eleitores de Ciro Gomes, surge uma imagem não favorável do sujeito enunciador, que é, no mundo discursivo, o responsável em divulgar a verdadeira imagem do então candidato Ciro Gomes .

Diante disso, podemos dizer que aquele sujeito psicossocial do qual falávamos no primeiro parágrafo dessa seção e que, num estudo pormenorizado, recebe o nome de sujeito comunicante, tem um lugar de destaque no processo interlocutivo. Ele, ao atuar como um sujeito que enuncia - portador da palavra, é o responsável por organizar os enunciados e é o desencadeador do *ethos* discursivo de si próprio e até mesmo do seu parceiro, enquanto ser da palavra ou sujeito destinatário. Assim, a organização dos enunciados é feita em função da imagem que o sujeito comunicante faz do sujeito interpretante. Na instância da recepção, o mesmo ocorre. O sujeito interpretante, ou o telespectador, a partir dos traços manifestados na atuação do sujeito comunicante, enquanto sujeito enunciador, é capaz de construir uma imagem daquele com o qual se está relacionando socialmente, na instância de produção do discurso. São, portanto, essas imagens criadas pelos sujeitos do mundo real que influenciarão a forma de comunicação no interior do mundo das palavras o que equivale a dizer que os sujeitos sociais só se configuram como tal se considerados numa situação interativa de intercâmbios languageiros.

A organização dos enunciados construída nessa inter-relação dos sujeitos sociais, entretanto, não é feita aleatoriamente em função apenas de imagens. Ela é feita, também, por meio de um princípio de regulação, ou seja, por influência decisiva de uma relação contratual de comunicação que se constitui por meio dos três componentes próprios do ato de linguagem, o nível situacional, o nível comunicacional e o nível discursivo, configurando o espaço externo de limitações situacionais e o espaço interno das estratégias discursivas desse ato.

Segundo Charaudeau (1994, p. 08), é no espaço externo de limitações situacionais que temos o condicionamento da identidade dos parceiros, da finalidade do ato de comunicação e das circunstâncias materiais usadas para veicular a informação.

Na análise que fizemos pouco acima, identificamos a relação que se estabelece entre os quatro sujeitos da comunicação, instaurados por Charaudeau. Baseando-nos nessa relação, apontamos uma caracterização dos seis candidatos da propaganda política eleitoral gratuita, que estamos analisando, tentando entender a identidade de quem comunica com quem. Isto, porém, para nós aqui, de acordo com Charaudeau (1994), não é suficiente devido à natureza do contrato de comunicação dessa propaganda. Conforme já expressamos no início de nosso estudo, essa propaganda foi transmitida pela televisão brasileira. Ela está inserida, portanto, dentro do contrato de comunicação de informação mediática. Assim sendo constituído, esse discurso exige que se faça uma identificação mais apurada da interação das duas instâncias: a instância de produção e a instância de recepção.

A comunicação da propaganda em análise é monolocutiva,³⁰ ou seja, ela é transmitida pela televisão. Os candidatos à presidência, de um lado, na instância de produção, não se encontram diante dos sujeitos interpretantes, que, neste caso, são os telespectadores que se encontram na instância de recepção. Na instância da produção, além dos candidatos à presidência, precisamos levar em consideração outros sujeitos que também a integram. É o caso, por exemplo, do marqueteiro, sonoplasta, maquiadores, cabeleireiros, câmaras, partidos e a equipe de construção do programa de governo de cada candidato. Todos esses componentes (além de uma série de outros não citados) estão por trás de cada candidato e ajudam-no a definir seu *ethos* discursivo, podendo um candidato, dependendo de suas condições materiais, apresentar um *ethos* mais perspicaz que outro. A instância da recepção, por outro lado, refere-se ao telespectador que é eleitor e tem condições de assistir à propaganda eleitoral gratuita. Ao telespectador passivo diante da TV, nada se pode fazer em termos interlocucionais, mas ele é perfeitamente capaz de avaliar o *ethos* discursivo de cada candidato, analisar suas propostas de governo, escolher e decidir em quem vai votar. Trata-se, portanto, de uma instância receptiva muito ampliada, pois envolve eleitores simpatizantes de ideologias partidárias diversificadas. Devido à tamanha diversificação, os discursos dos

³⁰ De acordo com Charaudeau, 1992, (*apud* COURA-SOBRINHO (2003, p. 273), “a situação de comunicação monolocutiva se caracteriza pela ausência de intervenção imediata do interlocutor. Tal situação pode ocorrer de forma oral, em uma conferência. A situação interlocutiva se caracteriza pela possibilidade de intervenção imediata do interlocutor”.

candidatos tanto podem ser aceitos como pertinentes quanto podem ser rigorosamente criticados. Certamente essa diversificação dessa instância é um “dificultador” para a instância da produção. É, portanto, com a criação de imagens, analisadas em momento anterior, que a instância da produção dessa propaganda, divulgada por um veículo monológico, trabalha para tentar ganhar a adesão de um maior número possível de eleitores da instância da recepção. A instância da recepção que se apresenta passiva em termos de troca linguageira, de outro lado, por sua vez, constrói, também, sua imagem daqueles que lhe dirigem a palavra. Sua resposta de adesão ou não ao discurso de um ou de outro candidato vem em um momento posterior a essa relação monolocutiva dos sujeitos comunicantes. A resposta veio, na verdade, nas urnas, que no caso específico dessa eleição ocorreu no dia 06/10/2002.

Retomamos, agora, o outro elemento do espaço externo de limitações situacionais: a finalidade do ato de comunicação. Nesta propaganda, os candidatos à presidência têm um propósito: ganhar o maior número possível de eleitores e vencer a eleição para Presidente da República do Brasil. Aos eleitores, cabe informar-se dos programas de governo de cada candidato, analisar e escolher qual deles está mais preparado para exercer aquilo que pleiteiam.

Quanto às circunstâncias materiais da interação desse discurso político-eleitoral (o outro elemento do espaço externo de limitações situacionais), acreditamos já termos explicitado sobre o mesmo, mas vale a pena repetir, acrescentando algo. O canal de transmissão desse discurso é a televisão. Ampliemos, portanto, nossa análise em relação a esse canal. Os candidatos falam de dentro de uma propaganda política própria, constituída de suas enunciações, bem como composta de enunciações de terceiros que compartilham a mesma ideologia e ainda “recheada” de imagens, cores e formas. Essas se configuram por um estilo próprio do candidato, do seu partido e de sua equipe. Entretanto, as propagandas dos seis candidatos, por sua vez, estão inseridas dentro de um outro quadro: dentro da propaganda eleitoral gratuita do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), conforme a Lei 9504/97. Além de outros limitadores como, por exemplo, a estipulação do tempo na televisão para cada candidato, essa Lei, com certeza, é um elemento de coerção jurídica, limitador situacional, daquilo que os candidatos podem ou não dizer. Analisando essas circunstâncias materiais, percebemos que há pelo menos três contratos explícitos que se sobrepõem: o contrato dos partidos, o contrato do TSE e o contrato da televisão, sendo este último o contrato que vai veicular a comunicação, exercendo um papel fundamental no processo eleitoral, pois é esse

canal que vai “vender” imagem positiva ou negativa de cada candidato. É, portanto, caracterizado pela união desses três subcontratos que o contrato comunicacional da propaganda eleitoral gratuita se impõe.

Já passando para o espaço interno das estratégias discursivas desse discurso político-eleitoral, analisemos, pois, conforme Charaudeau (1994, p. 16-17), as manobras discursivas apresentadas nas propagandas de cada candidato ao fazerem uso das estratégias de credibilidade e de captação.

A credibilidade foi uma estratégia, amplamente usada pelos candidatos, permitindo-lhes que fossem entendidos e reconhecidos pelo direito à palavra. Em suas propagandas, os candidatos, no sentido de apresentar ao eleitor algum tipo de prova que provocasse efeitos de verdade e/ou de autenticidade sobre aquilo que eles estavam afirmando, tentaram produzir suas enunciações com base na apresentação de fotos ou documentos (mostrando o caderno do plano de governo, por exemplo), de testemunho de terceiros (inserindo falas de especialistas, entrevistas com pessoas comuns feitas nas ruas, por exemplo), de contato com eleitores (corpo a corpo nas ruas do país) e, ainda, tentativa de apresentação das propostas com uma certa redundância lingüística, como é o caso do candidato Serra ao expor sua promessa de geração de empregos:

(26) Serra: “E, agora nos próximos anos, nós vamos fazer mais **30 mil** equipes, e cada equipe **emprega 9 pessoas**. Com isso, mais o programa de saúde bucal, mais a criação de **20 mil** novos leitos hospitalares, mais obras de saneamento, nós vamos chegar a **500 mil novos empregos** só na área da saúde. Serão mais de **2 milhões e 320 mil empregos** criados, espontaneamente, com o crescimento da economia”. (Tema: Emprego - 14/09/02, às 13:00 horas).

Como podemos perceber, ao apresentar a soma desses números de empregos, usando a redundância, o candidato espera dar mais credibilidade a sua promessa.

Quanto a outra manobra discursiva, a estratégia de captação, apresentada nas propagandas dos candidatos, foi utilizada de acordo com o estilo próprio de cada candidato. Como se trata de uma estratégia que atinge os universos das crenças e dos estados emocionais, cada candidato encontrou uma forma específica para sensibilizar o eleitor. O Lula, por exemplo, decidiu amenizar seu discurso de radicalista da esquerda, não atacar ninguém e apresentar, em todas

as propagandas, propostas de governo. O Ciro Gomes optou por apresentar-se, quase sempre, como vítima dos ataques de Serra. Serra, por sua vez, decidiu concentrar todas as suas promessas de governo voltadas para uma única questão: geração de emprego. Garotinho concentrou suas propagandas na apresentação de seus feitos políticos em gestões anteriores. Zé Maria dedicou suas propagandas aos ataques aos adversários, incluindo, dentre esses, o presidente dos Estados Unidos George W. Bush. Rui Pimenta concentrou seu ataque àqueles que “ousam” ser patrões. Assim, cada candidato, dependendo do ponto em que mais se concentraram, visualizou uma imagem daquele eleitor que queria adesão à sua idéia. É, portanto, baseado em suas perspectivas e no ponto de vista em que cada um olhava seu objeto discursivo e no desejo de conquistar seu leitor idealizado que cada candidato traçou sua estratégia de captação específica.

Resumindo, podemos dizer que a relação contratual comunicativa envolve uma situação de comunicação que implica uma forma de ajuste entre o espaço externo de limitações situacionais do FAZER e o espaço interno das estratégias do DIZER. É desse modo, portanto, com o ajustamento entre a encenação do DIZER e a relação contratual do FAZER, que se configura o discurso político-eleitoral desses seis candidatos à presidência do Brasil.

3. 4 – Cruzamento teórico analítico das condições da enunciação, dos sujeitos discursivos, do contrato comunicacional e das formações discursivas do discurso político-eleitoral

Neste capítulo 3, procuramos entender, por parte, como são construídas as enunciações, as formações discursivas, os sujeitos discursivos e o contrato comunicacional do discurso político-eleitoral. Propomos, agora, fazer um cruzamento teórico analítico dessas questões para tentar responder à primeira questão levantada no início deste trabalho: *que condições de enunciação, que contrato de linguagem e que formações discursivas dos enunciados dos presidentiáveis na atividade político-eleitoral são capazes de nos revelar uma compreensão dos fatos discursivos, tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista de seu funcionamento na sociedade?*

Levando em consideração a afirmação de Benveniste (1989, p. 84) de que “toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocução”, ou seja, “postula um alocutário”, começemos nossa reflexão sobre as condições enunciativas do discurso político-eleitoral. Vimos, através de uma seqüência de análise de dados de nosso *corpus* que mesmo o locutor, fazendo parte de uma instância da produção que representasse um tipo de situação de comunicação monolocutiva, tendo sua instância de recepção inerte de interlocução diante da TV, ainda assim, tal locutor postulava um potencial alocutário. Por que isso acontece? Isso, certamente, acontece porque a comunicação leva em conta aquilo que é postulado, também, por Bakhtin: o EU só se constrói em colaboração com um TU. Os candidatos, enunciando de dentro das propagandas eleitorais gratuitas divulgadas via canal TV, sabiam de sua condição monolocutiva de comunicação, mas sabiam, também, que a resposta às suas enunciações viria depois e não viria em forma de réplica lingüística, mas em forma de um gesto concreto que representava a ação de votar na urna eleitoral. Ainda assim, não sendo uma réplica lingüística, tal resposta era fundamental naquele tipo de comunicação, pois representava a aceitação, ou não, do discurso dos candidatos. Esse tipo de comunicação monolocutiva, entretanto, sofre o mesmo desgaste daquele tipo de comunicação interlocutiva que se “caracteriza pela possibilidade de intervenção imediata do interlocutor” (CHARAUDEAU, 1992, *apud* COURA-SOBRINHO, 2003), ela também é impedida por forças sociais por uma certa influência da vida em sociedade na colaboração entre parceiros para a efetivação da comunicação.

A resposta na urna eleitoral, na verdade, num gesto de escolha do candidato A, B, C, D, E ou F, é uma resposta a enunciações que a precederam no horário eleitoral gratuito não passando, portanto, de um elo da cadeia dos atos de fala. Assim, “o centro organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo” (Bakhtin 1999, p. 121). É claro que antes de a enunciação tornar-se uma expressão exterior, ela parte de um locutor que a coloca em movimento por meio da língua, conforme diz Benveniste, 1989, p. 82, caracterizando-se, aí, uma certa subjetividade da linguagem. Mas essa atividade mental subjetiva se dissolve no fato objetivo da enunciação realizada. Por outro lado, na instância da recepção, a palavra que foi enunciada pelo locutor se subjetiva no interior do sujeito alocutário num ato de compreensão em forma de réplica, retratando, nesse momento, o dialogismo que postula Bakhtin.

Como a relação entre os indivíduos é variável e o contexto e o momento das enunciações não são sempre os mesmos, a enunciação se apresenta como única e não reiterável, tendo de ser analisada levando-se em conta suas condições específicas de produção que envolvem os sujeitos, a situação e a memória. De acordo com Pêcheux (1997a, p. 81) a enunciação é determinada pelas formações imaginárias dos lugares designados pelo locutor e alocutário.

Todas essas imagens pertencem ao campo do imaginário dos sujeitos do discurso, mas elas funcionam como uma estratégia de antecipação da recepção do discurso, levando o locutor a tomar novas posições discursivas fundamentadas naquilo já ouvido e já dito. É exatamente assim que se comportam os candidatos à presidência. Durante a campanha eles ainda não tinham a resposta ou o gesto concreto do voto dos eleitores, mas o contexto social do momento, os ataques dos adversários, as especulações da mídia, o contato corpo a corpo nas ruas do país, as pesquisas de intenções de votos, tudo isso pode ter ajudado os candidatos a formularem imagens de seus potenciais eleitores e traçarem novos rumos para a produção de seus discursos no horário eleitoral gratuito. Tais questões, além de outras não apontadas, é claro, podem nos ajudar a revelar uma compreensão dos atos discursivos dos presidencialistas nesta atividade político-eleitoral, pois implicam as condições de enunciação desses locutores.

As condições de enunciação desses locutores, entretanto, podem ser condicionadas por outro fator: um contrato de comunicação que envolve um ajuste entre o espaço externo de limitações situacionais do FAZER e o espaço interno das estratégias discursivas do DIZER. No espaço externo de limitações situacionais temos o condicionamento da identidade dos

candidatos, da finalidade de suas enunciações e do canal usado por eles para se dirigirem ao eleitorado (a TV). Já no espaço interno das estratégias temos as manobras discursivas apresentadas nas propagandas de cada candidato ao fazerem uso das estratégias de credibilidade e de captação. Todos esses elementos sociais e discursivos, apontados em nossas análises, nos possibilitaram entender uma relação tricontratual marcada por três lugares diferentes (contrato dos partidos, contrato do TSE e contrato da televisão) que envolve a prática eleitoral dos presidentiáveis, ajudando-nos a caracterizar esse discurso político-eleitoral.

Esse contrato comunicacional, entretanto, precisa ser avaliado dentro de um contexto de coerções ainda maior: num contexto das formações discursivas que entram em concorrência no interior dos espaços discursivos desse discurso político-eleitoral.

Conforme pudemos demonstrar em nossas análises, a formação discursiva se configura como uma manifestação lingüística de uma dada formação ideológica. Diante disso, são as posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico da formação discursiva que determinam as condições de produção dos discursos dos presidentiáveis, ou melhor, o sentido que eles dão às suas palavras produzidas.

A identificação da formação discursiva do discurso de cada candidato foi feita por meio de análises das relações que umas formações mantiveram com outras nesta eleição. Ao caracterizarmos o discurso político-eleitoral quanto à constituição de suas formações discursivas, apontamos as correlações existentes entre os discursos dos candidatos, as quais são definidas por certa regularidade dos enunciados de cada formação discursiva no que diz respeito a sua posição, funcionamento e transformação dentro da sociedade.

Assim, nossas análises mostraram como foram construídos as enunciações, o contrato comunicacional e as formações discursivas do discurso político-eleitoral, proporcionando-nos uma compreensão dos fatos discursivos tanto do ponto de vista teórico quanto da forma como ele funciona na sociedade. No capítulo quatro, a seguir, examinemos nesse discurso político-eleitoral, a partir de uma discussão teórica dos Atos de Fala, dois objetos específicos: a promessa e a crítica.

Capítulo 4 – Teoria dos Atos de Fala: uma análise específica da promessa e da crítica do discurso político-eleitoral

Neste capítulo, usaremos algumas categorias teóricas da Teoria dos Atos de Fala para identificar como são realizadas as promessas e as críticas dos candidatos nesta eleição. Assim, conforme um dos objetivos desta pesquisa, querendo entender como são construídas as promessas e as críticas dos presidentiáveis, procuramos, neste capítulo, responder a segunda pergunta que fizemos: *como agem, discursivamente, os presidentiáveis em face ao ato comissivo, na forma de promessa, e ao assertivo na forma de crítica, considerando promessa e crítica como atividade parlamentares complementares?* Para isso, faremos, então, a análise de nosso *corpus* examinando as seguintes categorias da Teoria dos Atos de Fala: o ponto ilocucional, o modo de realização, o conteúdo proposicional, as condições preparatórias e as condições de sinceridade dos enunciados proferidos pelos presidentiáveis.

Neste capítulo 4, como iremos analisar promessas e críticas que ora estão explícitas, ora estão implícitas, não destacaremos no *corpus* as partes analisadas conforme fizemos no capítulo 3. Para referi-las, analiticamente, nós as retomaremos em nosso texto em itálico.

O nosso *corpus* foi levantado, a princípio, em seis temas: Educação, Economia, Segurança, Emprego, Saúde e Modelo (econômico) de governo. No capítulo 3, analisamos os discursos dos candidatos levando em conta esses seis temas. Aqui, no capítulo 4, entretanto, por uma questão de limites, como faremos um aprofundamento da análise sobre a promessa e a crítica; selecionamos, para estudo, apenas três categorias: Educação, Economia e Emprego. Escolhemos Economia e Emprego porque esses temas foram os que mais tiveram destaques nos discursos dos candidatos.

Escolhemos educação, não pelo seu destaque nos discursos dos presidentiáveis (somente três candidatos - Serra, Lula e Ciro abordaram a categoria), mas pela importância dessa temática dentro do contexto nacional e por se tratar de um assunto afim à nossa área e aos nossos anseios, enquanto educadores. Para evitar uma extensão maior desta pesquisa, não analisaremos todos os discursos proferidos pelos candidatos dentro destas três categorias, mas sim aquele discurso que apresentar, aos nossos olhos, mais explícitas as promessas e as críticas. Vamos, então, à análise dos discursos dentro da temática da Educação.

4. 1 – Educação

Pouco se discutiu sobre o tema Educação nesta eleição. Dos seis candidatos à presidência, como já referido, somente três, ou seja, Serra, Ciro e Lula discursaram sobre o tema. Mesmo assim, estes candidatos não deram muita importância ao assunto. Serra, por exemplo, falou de educação apenas três vezes e, ainda assim, não com o propósito de mostrar um projeto de governo para essa área, mas sim como meio de gerar emprego, conforme constatamos em seu proferimento divulgado nos dias 12/09/02, às 20 horas e 30 minutos e 14/09/02, às 13:00 horas, “*só na educação, serão 730 mil novos empregos*”. Ciro dedicou sua quarta propaganda do horário eleitoral toda ao tema. Prometeu, inclusive, voltar a discutir sobre o assunto no próximo programa, enfocando-o diferentemente: a educação no nível de ensino superior. Nas propagandas posteriores, porém, isso não aconteceu, havendo, somente, a repetição daquela propaganda por mais uma vez e uma outra pequena retomada do tema publicado no dia 17/09/02, às 20 horas e 30 minutos, conforme consta no anexo. Lula, por sua vez, foi quem mais enfatizou o assunto, mas sem nenhuma vantagem em relação aos outros candidatos, pois ele produziu somente um programa de educação. O diferencial deste candidato, porém, se deu no espaço que ele reservou ao tema: o mesmo programa foi repetido por cinco vezes durante o horário eleitoral gratuito. A prática da repetição de propagandas é comum nas campanhas políticas e faz parte das estratégias discursivas utilizadas para ampliar a captação dos eleitores sobre determinado assunto sem que os partidos precisem gastar mais recursos para isso. A questão que se coloca sobre a repetição apresenta dois lados. Se por um lado ela é enfadonha e não acrescenta nenhuma proposta nova ao tema, por outro, ela apresenta uma vantagem: dá oportunidade a um número maior de eleitores de acompanhá-la, já que nem todos os eleitores são assíduos ao programa eleitoral gratuito.

Tendo feito esse preâmbulo contextual sobre a discussão do tema Educação na propaganda eleitoral, analisemos, então, o discurso de Serra sobre a Educação.

(27) Serra: “Nós vamos ter que melhorar a educação. Fazer a pré-escola acessível a todas criancinhas brasileiras de 4 a 6 anos”. (Tema: Educação - 20/08/02, às 13:00 horas).

Conforme podemos perceber nos enunciados acima, existe uma promessa explícita do candidato Serra no que concerne à educação no Brasil.

Assim, sob a forma de uma promessa, o enunciado (27) se realiza, dentro da Teoria dos Atos de Fala, no ponto ilocucional comissivo, pois o candidato Serra se mostra comprometido em realizar uma ação futura que beneficie os alocutários, cidadãos brasileiros, possíveis eleitores.

Esse compromisso é manifestado por meio de um conteúdo proposicional que se expressa lingüisticamente através do uso de uma locução verbal composta de três verbos: “*vamos ter que melhorar*”. Uma combinação lingüística que parece arrastar por um tempo maior a ação de melhoria da educação no país. Esse compromisso, entretanto, interage na sociedade por meio de um ajuste entre o mundo e a palavra, demonstrando, através da expressão lingüística, o estado psicológico ou o desejo do locutor em realizar, no país, a sua promessa a favor dos seus alocutários.

Para o candidato José Serra fazer tal promessa, ele conta com uma condição preparatória básica: o lugar social de onde fala enquanto candidato à presidência. Com a pretensão de se tornar o futuro presidente, esse locutor se posiciona como sujeito que pode vir a realizar o que está prometendo: melhorar a educação do país.

Não sabemos ao certo a que condições de sinceridade o proferimento desse candidato se submete. Sabemos, entretanto, que tal locutor, pressupondo reconhecer a imagem que os eleitores percebem da ineficiência no sistema educacional do governo FHC, propõe melhoria no setor. Não há como dizer se o candidato está sendo sincero, ou não, ao fazer tal promessa. Mas se considerarmos que esse locutor já esteve à frente de dois ministérios do governo FHC e que, enquanto Ministro do Planejamento (no primeiro mandato de FHC), e Ministro da Saúde (no segundo), não sugeriu ao então presidente nenhuma ação concreta de melhoria no setor educacional, o teor da sua sinceridade pode se mostrar um tanto duvidoso.

Conforme colocamos no início desta análise, o proferimento de José Serra também aponta, indiretamente, para outra direção ilocucional: o ponto assertivo, na forma de crítica. O proferimento “*nós vamos ter que melhorar a educação. Fazer a pré-escola acessível a todas as crianças brasileiras de 4 a 6 anos*” só ganha valor de uma promessa se analisado dentro do contexto em que se insere, ou seja, mediante o locutor-candidato que o profere e as circunstâncias sociais eleitorais. Somente a título de comparação, esses mesmos enunciados proferidos por um cidadão qualquer em uma mesa de bar qualquer não teriam o mesmo valor ilocucional de uma promessa de governo. Eles continuariam sendo atos de fala realizados no

ponto comissivo, porém não mais na forma de uma promessa e sim na forma de um desejo do locutor em razão da alteração das condições preparatórias.

Dentro do contexto político-eleitoral, por outro lado, esses enunciados só podem ser entendidos como uma promessa. Essa promessa, entretanto, implica, indiretamente, sob os mesmos conteúdos proposicionais e as mesmas condições preparatórias, uma crítica implícita ao sistema educacional da época, pois se a proposta é de melhorar a educação, então suas condições de funcionamento não são boas. Assim percebida tal enunciação, ela se mostra numa direção de ajuste entre a palavra e o mundo, ou seja, o lingüístico nada mais é do que uma forma de expressar o estado de coisas que o candidato julga existir na realidade brasileira: o sistema educacional da época não era bom, fato esse que ocasiona, indiretamente, uma implícita crítica do candidato ao sistema.

Analisemos no discurso do candidato Lula, a seguir, outro caso que indica que a promessa e a crítica estão caminhando sempre juntas no discurso político-eleitoral.

(28) Lula: “(...) Uma coisa é a criança na escola. Outra, inteiramente diferente, é a escola estar preparada para dar a essa criança um ensino de qualidade. No ensino médio, o problema é ainda muito mais grave. E no ensino superior, menos de 8% dos jovens brasileiros entre 18 e 22 anos cursam faculdade e os jovens mais pobres, praticamente, não têm acesso a educação superior pública. Essa diferença entre a educação dos filhos dos que podem mais e a educação dos filhos dos que podem menos é um dos mais sérios e mais injustos problemas brasileiros. Pois é, precisamos mudar muita coisa neste país. E vamos começar dando a nossas crianças e aos nossos jovens uma educação de primeira qualidade. Afinal, são todos irmãos brasileiros e representam o futuro dessa nação”. (Tema: Educação - 24/08/02, às 20 horas e 30 minutos).

Conforme podemos perceber em (28), a maior parte desse discurso é construída, diretamente, no ponto ilocucional assertivo na forma de uma descrição avaliativa do candidato sobre o ensino no país. Uma descrição que, no segundo plano, traduz-se, indiretamente, em uma crítica do locutor sobre o sistema educacional do Brasil. Segundo Lula, um dos mais “*injustos problemas brasileiros*” é a “*diferença entre a educação dos filhos dos que podem mais e a educação dos filhos dos que podem menos*”. Assim, ao apontar esse conteúdo proposicional, o candidato apresenta uma descrição do que, segundo sua avaliação, era a educação no Brasil daquela época da eleição. Essa descrição, entretanto, pode ser entendida, indiretamente, como uma crítica de Lula ao sistema de ensino do país.

O ato de fala do presidenciável conta com algumas condições preparatórias para sua realização. Essas condições dizem respeito à posição social que o locutor exerce na ocasião de seu proferimento: trata-se de um candidato de oposição e, enquanto tal, precisa apontar falhas na gestão da posição para auto-afirmar sua oposição. É, portanto, contando com essas condições preparatórias que esse locutor tenta demonstrar seu estado psicológico e apresenta as condições de sinceridade de seu ato. Como o ato de fala se realiza no ponto assertivo, o enunciado se sustenta num estado de coisas de existência no mundo: os telespectadores reconhecem que a grande maioria da população brasileira não tem acesso ao ensino superior, logo podem acreditar que o candidato esteja sendo sincero no seu proferimento.

Seguindo os enunciados do discurso (28) temos: *“pois é, precisamos mudar muita coisa neste país. E vamos começar dando a nossas crianças e aos nossos jovens uma educação de primeira qualidade. Afinal, são todos irmãos brasileiros e representam o futuro dessa nação”*. Esse conteúdo proposicional se realiza numa forma comissiva que caracteriza o desejo³¹ do locutor em realizar ações que são necessárias para a melhoria da educação no país, configurando-se, então, como uma promessa explícita do candidato. Lula, entretanto, ao apresentar um conteúdo proposicional que indica seu desejo explícito de reverter a situação do ensino no país, caso se torne presidente, dando ensino de primeira qualidade a todos os brasileiros, *“afinal são todos irmãos brasileiros e representam o futuro dessa nação”*, critica, indiretamente, que nem as crianças, nem os jovens deste país têm uma educação de primeira qualidade.

Não sabemos até que ponto esse conteúdo proposicional indica as condições de sinceridade do locutor, mas se considerarmos o *ethos* individual do locutor Lula, levando em consideração sua origem econômica e social, poderíamos até arriscar dizer que ele está sendo sincero na sua promessa. Seu *ethos* individual, entretanto, não garante a eficácia de sua sinceridade. Precisamos analisar a promessa de Lula dentro do contexto político-econômico do país, levando em consideração que a realização de sua promessa não depende, exclusivamente, da sua vontade enquanto governante. Há uma série de outros elementos sociais, econômicos e políticos que interferem na realização da mesma.

³¹ Nesta pesquisa, como o desejo (do mesmo modo que a necessidade) está colocado numa circunstância pública, nós estamos chamando-o de uma forma da promessa. Isso porque os locutores desta pesquisa estão investidos de um cargo, ou seja, de condições preparatórias, as quais nos permitem transformar não só o desejo, mas também a necessidade em promessa de governo.

Analisemos, ainda dentro do tema educação, a promessa e a crítica no discurso do candidato
Ciro Gomes:

(29) *Ciro Gomes*: “O futuro de uma grande nação como o Brasil tem que ser construído todos os dias. Temos que começar cedo numa pré-escola, nas creches onde nossas crianças possam ter estímulos para se desenvolver. Na escola, o ensino tem que ter qualidade e preparar para a vida e para o trabalho. Os nossos jovens precisam ter oportunidades de acessar o seu primeiro emprego. São mais de um milhão e quinhentos mil por ano que estão se decepcionando, sem oportunidades, e as nossas universidades precisam ser resgatadas, formando profissionais capazes, que permitam ao Brasil competir em ciência e tecnologia, num mundo cada vez mais exigente e globalizado. Sem a educação de qualidade não há futuro. Essa lição a gente já aprendeu. Não se resolve o problema da educação apenas criando vagas e construindo prédios. É preciso, fundamentalmente, garantir a qualidade do ensino em todos os níveis. Começando pelas crianças e adolescentes em situação de risco, pretendemos apoiar os estados e municípios quanto à educação e assistência em tempo integral. (...) No ensino médio, precisamos é buscar uma educação para a prática. Assim, vamos atrair mais o interesse dos estudantes e prepará-los, além de para a vida, também para o trabalho”(…). (Tema: Educação - 22/08/02, às 20 horas e 30 minutos).

Neste discurso (29), estes atos de fala do candidato *Ciro Gomes* expressam a necessidade que se tem de se desenvolver ações futuras em prol da educação no Brasil. Caracterizam-se, portanto, como um desejo do locutor. Explicitamente, como uma promessa de seu governo.

É, pois, a posição social do locutor, enquanto um candidato à presidência da república que nos leva a entender seu proferimento como uma promessa ao alocutário. Ao dizer, por exemplo, “*é preciso, fundamentalmente, garantir a qualidade do ensino em todos os níveis*”, *Ciro Gomes* se compromete em “*garantir [à população] a qualidade do ensino em todos os níveis*”, tendo sua enunciação uma direção de ajuste mundo-palavra, ou seja, o locutor precisará realizar alguma ação no mundo que vai ao encontro de suas palavras. Tal promessa é feita por meio de um conteúdo proposicional construído sob um tom “leve” a fim de não comprometer o locutor que promete. O grande uso de locuções verbais privilegiando um dos verbos na sua forma infinitiva, conforme em “*tem que ser*”, “*temos que começar*”, “*precisam ter*”, “*precisam ser*”, “*pretendemos apoiar*”, “*vamos atrair*”, demonstra bem esse tipo de estratégia discursiva de um certo apagamento daquele que promete.

À primeira vista, todos esses atos de fala de *Ciro Gomes* poderiam se configurar, apenas, na força ilocucional comissiva em forma de promessa, mas eles podem ser vistos, também, como

atos de fala indiretos, que indicam, implicitamente, uma crítica do candidato à qualidade do ensino no Brasil.

Assim, é com as críticas pressupostas de que o Brasil não está sendo construído todos os dias, de que o ensino brasileiro não tem qualidade e não prepara as pessoas para a vida e para o trabalho, de que os jovens não têm oportunidades de adquirir seu primeiro emprego e de que as universidades não formam profissionais capazes de competir em ciência e tecnologia, “*num mundo cada vez mais exigente e globalizado*”, que o locutor tenta assegurar a legitimidade de seu proferimento, usando tais pressupostos como condições de preparação para a sua enunciação. Tudo isso implica ações inacabadas e serve para legitimar a promessa explícita do candidato.

As ações governamentais ineficientes, surgidas como pressupostos, a partir dos enunciados (29), entretanto, não garantem a veracidade dos fatos. Essas ações governamentais ineficientes emergem do discurso de Ciro, conforme o seu ponto de vista e não, necessariamente, conforme a realidade dos fatos na ocasião desta eleição. Nós, porém, não podemos deixar de considerar que não estamos analisando um locutor qualquer, mas sim um candidato à eleição presidencial. Por isso, uma análise mais cuidadosa da forma como é construído o discurso desse locutor pode nos revelar as condições de sinceridade de seu proferimento. Não sabemos, ao certo, se esse locutor está sendo fiel ao seu estado psicológico quando, implicitamente, critica o sistema educacional, mas se considerarmos que seu enunciado expressa uma necessidade de realizar ações futuras, indicando seu desejo de melhorar a educação do país, podemos, então, dizer que tal locutor não parece contradizer-se, sendo, portanto, sincero no seu proferimento.

Tendo analisado os discursos dos candidatos dentro da temática Educação, passemos, a seguir, ao estudo do posicionamento discursivo desses locutores dentro do tema Economia.

4. 2 – Economia

O tema economia foi discutido por todos os candidatos. Desconsiderando as retransmissões de propagandas que são uma estratégia de campanha eleitoral, conforme colocamos no item 4.1, os candidatos Zé Maria foi o que mais discursou sobre o assunto. Ele fez doze discursos distintos, destacando, inclusive, a economia mundial. Rui Pimenta aparece em segundo lugar com a apresentação de seis discursos distintos. Garotinho, em terceiro lugar, com cinco. Serra e Ciro, em quarto lugar, com dois discursos cada. Por fim, Lula, com apenas um discurso. De um modo geral, muitos foram os discursos dos candidatos sobre esse tema. Não analisaremos todos os seus discursos, mas apenas um de cada presidenciável: aquele discurso que apresentar mais claramente as promessas e críticas explícitas. Assim sendo entendidos os discursos nessa temática, vamos à análise.

A análise abaixo é sobre o discurso do candidato Zé Maria, publicado no dia 20/08/02, às 20 horas e 30 minutos. Assim como nas análises anteriores, demonstraremos, aqui, como a crítica e a promessa, quase sempre, funcionam como forças ilocucionais complementares dentro do discurso político-eleitoral. Em outras palavras, mostraremos que tanto a promessa implica uma crítica, quanto a crítica implica uma promessa.

(30) Zé Maria: “O Brasil vive uma grave crise. O governo fez um acordo com o FMI para continuar pagando a dívida externa. Se esse acordo não for rompido, o Brasil vai virar uma Argentina. Dar um calote no povo. Haverá desemprego em dobro e ainda vão querer que o Brasil volte a ser colônia com a ALCA. Serra, Ciro e Garotinho são candidatos dos empresários, dos banqueiros e do FMI, Lula e a direção do PT, infelizmente, fizeram alianças com a burguesia, com PL e abandonaram as bandeiras de luta do nosso povo. Aceitam acordos com o FMI, as negociações da ALCA e o pagamento da dívida externa. Nesse pouquíssimo tempo que temos vamos querer discutir a verdade com você. É preciso romper com a ALCA e o FMI para conquistarmos emprego, salário e terra. Precisamos derrotar esse sistema que coloca o lucro acima da vida. Os movimentos sociais e a CNBB estão organizando o plebiscito sobre a ALCA. Entre nessa luta”. (Tema: Economia - 20/08/02, às 20 horas e 30 minutos).

Grande parte do discurso (30) se realiza no ponto ilocucional assertivo na forma de uma predição do candidato. Essa predição, entretanto, está sendo construída para, implicitamente, criticar tanto o sistema financeiro do país (figurado no governo FHC) quanto os candidatos Serra, Ciro, Garotinho e Lula, que aceitaram o acordo (do governo) com o FMI, as negociações da ALCA e o pagamento da dívida externa. Sob um conteúdo proposicional que

explicita uma predição de valoração negativa apontando um futuro fracasso financeiro do país “*se esse acordo não for rompido, o Brasil vai virar uma Argentina. Dar um calote no povo. Haverá desemprego em dobro e ainda vão querer que o Brasil volte a ser colônia com a ALCA*”, o candidato José Maria ancora seu discurso no contexto internacional que revela crises vividas por países da América Latina como, por exemplo, a Argentina. Zé Maria explicita, também, que “*Serra, Ciro e Garotinho são candidatos dos empresários, dos banqueiros e do FMI*”. Assim, o candidato espera que o alocutário infira que estes seus adversários, se eleitos, irão “*continuar pagando a dívida externa*”, ação essa que, segundo a ótica de Zé Maria, pode fazer do Brasil futura colônia com a ALCA. Com essa predição crítica, Zé Maria espera uma recusa do eleitorado a seus adversários Serra, Ciro e Garotinho. Zé Maria critica, também, o candidato Lula. A crítica deste, entretanto, é à parte, pois há um pressuposto na enunciação de Zé Maria de que Lula e a direção do PT, antes dessa eleição, defendiam “*as bandeiras de luta do nosso povo*”, fato que equiparava o discurso do PT com o discurso do PSTU propagado por Zé Maria. Segundo Zé Maria, “*Lula e a direção do PT, infelizmente, fizeram alianças com a burguesia, com PL e abandonaram as bandeiras de luta do nosso povo. Aceitam acordos com o FMI, as negociações da ALCA e o pagamento da dívida externa*”. Ao apresentar esse posicionamento político-econômico de Lula, por um lado, igualando-o ao mesmo posicionamento político-econômico dos demais candidatos (Serra, Ciro e Garotinho), por outro lado, Zé Maria tenta destruir a opção de escolha do eleitorado. É, portanto, sobre esse conteúdo proposicional de imposição implícita da ausência de escolha, que o candidato constrói seu discurso. Essa “ausência de escolha” funciona, então, como condição preparatória pressuposta por Zé Maria para a efetivação do seu ato de fala. A percepção do alocutário dessa imposição implícita da ausência de escolha entre os adversários de Zé Maria revela, entretanto, a verdadeira intenção deste candidato, limitando, assim, as condições de sinceridade de seu proferimento.

Tendo feito uma predição de que o Brasil pode voltar a ser colônia para, implicitamente, criticar aqueles que fizeram o acordo com o FMI, Zé Maria enuncia no ponto ilocucional comissivo um ato que revela seu desejo³² e a necessidade de realizar uma ação futura: “*nesse pouquíssimo tempo que temos vamos querer discutir a verdade com você. É preciso romper com a ALCA e o FMI para conquistarmos emprego, salário e terra. Precisamos derrotar esse sistema que coloca o lucro acima da vida*”. Com essa promessa, Zé Maria deixa subentendido

³² Mesmo que promessa, conforme descrito em nota anterior.

que seus adversários não estão discutindo a “verdade” dos fatos com o eleitorado, pois sem “romper com a ALCA e o FMI” e sem “derrotar esse sistema que coloca o lucro acima da vida” não há como conquistar “emprego, salário e terra”. É, portanto, por meio deste conteúdo proposicional que Zé Maria demonstra seu comprometimento, ou seja, a sua promessa de romper o acordo com a ALCA, com o FMI e com o sistema financeiro do país, criticando, implicitamente, a omissão dos adversários sobre a verdade dos fatos. Assim, implícita a essa promessa, tem-se a crítica do locutor a tais acordos. A inverdade dos fatos, apontados por Zé Maria, funciona, aqui, como uma condição preparatória para a instauração da sua promessa. Essa promessa, porém, não é assegurada pelo contexto financeiro de um país em desenvolvimento como é o caso do Brasil. Dentro de um universo globalizado, não há possibilidade de nenhum país ser auto-suficiente o bastante para renunciar a suas relações exteriores com outros países. O rompimento com a ALCA e com o FMI, certamente, implicaria num isolamento do Brasil em relação ao resto do mundo. Sem essa relação com outros países, a possibilidade de crescimento, de conquista de “emprego, salário e terra” seria reduzida a uma escala menor do que com tal relação. A pressuposição desses fatos inviabiliza tal promessa e denuncia as condições de sinceridade da mesma que não encontra respaldo no contexto lingüístico e tampouco no contexto social brasileiro, parecendo ser, apenas, uma promessa eleitoral, sem segurança de uma direção de ajuste entre o mundo a ser alterado e a palavra do candidato que viabilizaria tal alteração. Conforme vimos, a promessa e a crítica estiveram muito ligadas nesse discurso de Zé Maria.

Analisemos, a seguir, a ligação dessas duas forças ilocucionais abaixo, no discurso do candidato Rui Pimenta.

(31) Rui Pimenta: “o salário mínimo brasileiro não é apenas um dos mais baixos do mundo, ele está também fora da lei. A Constituição Nacional, aprovada em 1988, com o voto de todos os grandes partidos, estabeleceu que são direitos dos trabalhadores: salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim”. Artigo 7º do capítulo 2 dos direitos e garantias fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil. Não é preciso ser economista para constatar que o atual salário mínimo é uma violação escandalosa da Constituição Nacional. Qualquer cidadão pode ver que, para cumprir a Constituição, o salário mínimo não pode ser menor do que R\$ 1.500,00”. (Tema: Economia - 14/09/02, às 13:00 horas).

Grande parte do discurso (31) de Rui Pimenta é construída num ponto ilocucional assertivo e descreve aos alocutários como são assegurados, pela Constituição Nacional, os direitos dos trabalhadores no Brasil. Realizada de forma indireta, essa descrição de Rui Pimenta demonstra, implicitamente, uma crítica ao desrespeito à Constituição do Brasil focalizando, inclusive, o baixo valor do salário mínimo brasileiro.

Mais à frente, no discurso de Rui Pimenta, tal crítica é explicitada. Ela se apresenta no ponto ilocucional assertivo através do seguinte conteúdo proposicional: *“não é preciso ser economista para constatar que o atual salário mínimo é uma violação escandalosa da Constituição Nacional. Qualquer cidadão pode ver que, para cumprir a Constituição, o salário mínimo não pode ser menor do que R\$ 1.500,00”*. Um conteúdo proposicional que tenta selar um acordo da opinião do candidato sobre o valor do salário mínimo com a opinião dos cidadãos brasileiros. O candidato faz, portanto, dessa conivência a condição preparatória para a realização de sua crítica. Como se trata de uma condição preparatória bastante instável porque requer unanimidade da opinião de todos os brasileiros, tal crítica parece não ter respaldo no contexto social, implicando, assim, um falseamento da condição de sinceridade do locutor.

A crítica de Rui Pimenta, contudo, pode ser configurada, implicitamente, como um ato de fala indireto com força ilocucional comissiva na forma de promessa. Em outras palavras, Rui Pimenta promete, se eleito, fixar o salário mínimo em *“R\$ 1.500,00”*. Uma promessa audaciosa, pois a condição econômica do Brasil, naquela época, demonstrava tanto para o locutor quanto para os alocutários que o país não suportava tamanho salário mínimo. Assim sendo, tal promessa implícita de aumento do salário mínimo para *“R\$ 1.500,00”* parecia não ter ajustamento entre o mundo e a palavra do candidato, fato esse que vem colocar em dúvida as condições de sinceridade do candidato ao proferir seu discurso.

A seguir, analisemos o discurso do candidato Garotinho, publicado no dia 21/09/02, às 13 horas. Assim, nos enunciados (32), abaixo, Garotinho parte de uma crítica ao estado de coisas existente, bem como de uma crítica aos seus adversários para, por fim, apresentar, então, sua proposta de mudança. Vejamos:

(32) Garotinho: “Eu fui o primeiro governador, em todo Brasil, a dar um salário mínimo maior que o fixado pelo presidente. A grita foi geral, mas eu

fiz pé firme. O salário foi dado e ninguém quebrou. Pelo contrário, no meu governo, grandes empresas foram para o Rio, criando milhares de novos empregos. Com mais dinheiro no bolso, o trabalhador comprou mais, o comércio vendeu mais e a indústria aumentou a produção. Por isso eu quero reafirmar, como presidente, eu vou aumentar o salário mínimo para R\$ 280,00 já no primeiro ano do meu governo, já em maio de 2003”. “É claro que os pessimistas vêm com a ladainha de sempre: não vai dar, de onde o Garotinho vai tirar dinheiro para pagar um salário desse. Ele vai quebrar a previdência!. Sabe quem diz isso? Os de sempre. Aqueles que ganham fortunas nas costas do trabalhador. Mas eu não sou de escutar os pessimistas. Eu sou de fazer em favor do povo. E você, funcionário público federal, que foi humilhado pelo governo Fernando Henrique e Serra, nos quatro anos do meu governo, nós vamos devolver aquilo que você tinha direito e esse governo não deu. Eu já fiz no Rio, eu vou fazer em todo Brasil. Você pode confiar”. (Tema: Economia - 21/09/02, às 13 horas).

Analisando o discurso (32), podemos perceber que o locutor se posiciona diante de um estado de coisas existente anterior a sua enunciação, ou seja, à realização de projetos desenvolvidos por si próprio numa época passada. Com a demonstração dessa realização passada “ *eu já fiz no Rio, eu vou fazer em todo Brasil*”, o candidato espera convencer o eleitorado a acreditar em sua proposta de nova realização. Desenvolve, dessa forma, um ato de fala de comprometimento com seu alocutário, o eleitorado, propondo, assim, um ajustamento entre o mundo e a sua palavra. Propõe, então, por meio do ponto ilocucional comissivo, uma promessa de realizar uma ação futura que beneficie o seu alocutário. Para tal, utiliza um conteúdo proposicional que aponta para uma ação de projetos futuros. É a existência de fatos reais que permite a realização da promessa, aquilo que chamamos de condições preparatórias, daí decorre o fato de o candidato ter apresentado a efetivação do projeto no passado, pois isso pode vir garantir uma nova realização no futuro. Ele espera que, ao dizer à população brasileira que fez o projeto no passado, esteja evitando que sua promessa seja entendida como insincera.

Esse cuidado do locutor, entretanto, não garante a sua sinceridade, pois a própria construção dos enunciados comissivos “*eu vou aumentar*” e “*eu sou de fazer em favor do povo*”, à base de locuções verbais infinitivas, transmite um questionamento do cumprimento ou não da promessa, pois o locutor não parece muito seguro na praticabilidade do projeto. O questionamento das condições de sinceridade desses atos de fala ganha força maior quando analisamos o enunciado que se segue: “*você pode confiar*”. O locutor parece temer que seu alocutário questione a sinceridade de sua promessa, por isso usa esse modalizador “pode confiar” lexicalizado sob forma de uma perífrase. É o mesmo caso das outras expressões que

também aparecem nesse mesmo discurso: “*vou aumentar*”, “*sou de escutar*”, “*sou de fazer*”, “*vamos devolver*”.

Dos enunciados destacados acima, surge um outro aspecto, porém, extralingüístico: Será possível a realização da promessa de aumento do salário mínimo para um valor superior ao estimado pelo atual presidente, FHC? Tal questionamento implícito nessa promessa talvez tenha sido a razão pela qual o candidato insiste em reforçar seu comprometimento: “*eu já fiz no Rio, eu vou fazer em todo Brasil - você pode confiar*”.

Esse reforço fundamentado em modalizadores, porém, não é suficiente para garantir a eficácia do ato de fala do candidato. Sabendo disso, ele utiliza uma estratégia argumentativa muito forte; explicita aquilo que é implícito em sua promessa: a não-possibilidade de realização da promessa. Constrói, dessa forma, um ato assertivo, na forma de crítica: “*é claro que os pessimistas vêm com a ladainha de sempre: não vai dar, de onde o Garotinho vai tirar dinheiro para pagar um salário desse. Ele vai quebrar a previdência! Sabe quem diz isso? Os de sempre. Aqueles que ganham fortunas nas costas do trabalhador*”.

Nesse enunciado colocado imediatamente acima, o ato de fala se realiza no ponto assertivo sob forma de uma crítica: “*sabe quem diz isso? Os de sempre. Aqueles que ganham fortunas nas costas do trabalhador*”. Tem-se um conteúdo proposicional marcado pelas condições gerais que seriam manifestadas por aqueles que não acreditam em sua proposta. Para que se possa confiar nesse ato de fala do Garotinho, faz-se necessário analisarmos as suas condições preparatórias de construção, as quais poderiam certificar, ou não, a sua realização plena. Surgem, então, algumas interrogações: será que Garotinho não está criticando os pessimistas e explicitando aquilo que é implícito na sua promessa apenas para convencer o alocutário? Sabemos que a situação econômica do país influencia muito nas decisões do governo e que a quebra da previdência é argumento forte para se pensar num aumento de salário mínimo. Então, um alocutário mais bem informado perguntaria: será possível a realização da promessa que está implícita nessa crítica aos pessimistas? Ao levantarmos tal indagação defrontamos com um outro aspecto: as condições de sinceridade. Será que as condições financeiras do país permitiriam fazer um aumento do salário mínimo acima do que já está previsto no orçamento do ano de 2003?

Conforme já expressamos, em momento anterior, a crítica e a promessa, quase sempre, funcionam como forças ilocucionais complementares dentro do discurso político-eleitoral. Assim, no discurso (32), acima, Garotinho parte de uma crítica ao estado de coisas existente e aos seus adversários para, por fim, apresentar, então, sua proposta de mudança, demonstrando-nos a estreita relação existente entre a promessa e a crítica.

Na análise, a seguir, verifiquemos a construção da promessa e da crítica dentro do discurso do candidato José Serra. Verificando o proferimento de Serra, podemos dizer que ele pressupõe uma resposta a alguma enunciação anterior. Examinando o contexto discursivo desta campanha eleitoral, constatamos que essa enunciação de Serra surge em decorrência da promessa do seu adversário Garotinho, a qual analisamos anteriormente: aumentar o salário mínimo, em maio de 2003, para R\$ 280,00. Assim, o discurso de Serra surge, numa relação interdiscursiva, como uma necessidade de valoração do seu objeto discursivo em relação ao seu adversário que, entre os dias 28 a 30 de setembro de 2002, data do seu discurso, freqüentava o terceiro lugar na pesquisa do IBOPE com 16% das intenções de votos contra 19% de Serra. Um empate técnico que chegou a alterar o rumo do discurso da propaganda de Serra, pois este que, com seus ferrenhos ataques, já expurgara Ciro Gomes do segundo lugar, neste período, se via ameaçado em perder a posição na pesquisa para seu outro adversário, Garotinho. Assim, Serra agiu rapidamente, atacando Garotinho por meio de imagens comprometedoras, por meio de depoimentos de terceiros vinculados à sua propaganda, bem como por meio de uma argumentação enfática de suas promessas, como por exemplo, a de aumentar o salário mínimo de R\$ 200,00 (valor da época) para R\$ 300,00 até o final do seu governo, se eleito. Um valor, aparentemente, superior ao prometido por seu então adversário. Analisemos o discurso de Serra:

(33) Serra: “Eu vou deixar muito claro, aqui, qual é a minha proposta para o salário mínimo no Brasil. Uma proposta concreta que nós podemos e vamos implantar na presidência da república. Eu vou fazer o salário mínimo chegar a pelo menos R\$ 300,00 por mês durante meu governo. R\$ 300,00 em dinheiro de hoje, corrigido pela inflação. Isso quer dizer que o que você compra hoje, com R\$ 300,00, daqui 4 anos vai poder comprar a mesma coisa. Se a inflação aumentar, os R\$ 300,00 aumentam na mesma proporção. É mais dinheiro na mão dos trabalhadores, dos aposentados e isso sem aumentar a inflação, do contrário seria um engano, aliás, um engano que nós já vivemos no passado. Esse é o compromisso que eu assumo com você e quem me conhece sabe que, quando eu assumo um compromisso, é para valer”. (Tema: Economia - 28/09/02, às 13:00 horas).

(34) Serra: “Eu quero dizer, claramente, qual é a minha proposta real para o salário mínimo, que eu quero e vamos implantar. Eu vou fazer o salário mínimo chegar a pelo menos R\$ 300,00 por mês durante meu governo. R\$ 300,00 em dinheiro de hoje, corrigido pela inflação. Isso quer dizer que o que você compra hoje, com R\$ 300,00, daqui 4 anos vai poder comprar a mesma coisa. Se a inflação aumentar, os R\$ 300,00 aumentam na mesma proporção. É mais dinheiro na mão dos trabalhadores, dos aposentados e isso sem aumentar a inflação, do contrário seria um engano, aliás, um engano que nós já vivemos no passado. Esse é o compromisso que eu assumo com você e quem me conhece sabe que, quando eu assumo um compromisso, é para valer”. “(...) Agora, cada voto é fundamental para que a gente vá mais forte para o segundo turno. Aí vamos comparar nossas propostas, o que cada um pode fazer, mas, também, o que é capaz de fazer. Para fazer as mudanças que o Brasil precisa, eu conto com você, porque você sabe que pode contar comigo”. (Tema: Economia - 01/10/02, às 13 horas).

Com o ato ilocucional comissivo na forma da promessa (33) (“*eu vou deixar muito claro, aqui, qual é a minha proposta para o salário mínimo no Brasil. Uma proposta concreta que nós podemos e vamos implantar na presidência da república*”). *Eu vou fazer o salário mínimo chegar a pelo menos R\$ 300,00 por mês durante meu governo. R\$ 300,00 em dinheiro de hoje, corrigido pela inflação*”) e da promessa (34), reeditada a partir da anterior (“*eu quero dizer, claramente, qual é a minha proposta real para o salário mínimo, que eu quero e vamos implantar. Eu vou fazer o salário mínimo chegar a pelo menos R\$ 300,00 por mês durante meu governo. R\$ 300,00 em dinheiro de hoje, corrigido pela inflação*”), Serra pressupõe, por meio de um conteúdo proposicional redundante, a necessidade de ser enfático para desqualificar a então promessa feita, também, por seu adversário Garotinho no discurso apresentado dia 21/09/2002 às 13 horas, o qual analisamos há pouco.

Ampliando o conteúdo proposicional de sua promessa, Serra explicita: “*esse é o compromisso que eu assumo com você e quem me conhece sabe que, quando eu assumo um compromisso, é para valer*” e, em seguida, o candidato, levando em consideração sua ida para o segundo turno das eleições, põe sua promessa à prova: “*aí vamos comparar nossas propostas, o que cada um pode fazer, mas, também, o que é capaz de fazer*”. O locutor aposta numa condição preparatória básica para a realização de sua promessa: o desejo do eleitor de que ele, enquanto presidente, realmente, realize o aumento do salário mínimo para R\$ 300,00 (corrigido pela inflação), por ser-lhe mais favorável do que o valor de R\$ 280,00 proposto por Garotinho.

Implícito à promessa de Serra, temos um ato de fala indireto com força ilocucional assertiva, realizado na forma de uma crítica à proposta de Garotinho de aumentar, no ano seguinte à

eleição, o salário mínimo para R\$ 280,00. É possível uma inferência do eleitorado em acreditar que o salário mínimo proposto por Garotinho no final de 4 anos de mandato pudesse ultrapassar o valor prometido por Serra. Daí a necessidade de Serra enfatizar que sua promessa era real, pois sua proposta de aumento seria corrigida pela inflação, enquanto que com respeito à de seu adversário não se tinha clareza de tal correção.

Não há como medir o teor de sinceridade da promessa de Serra, mas há como inferir fatos sobre ela. Segundo Mari (1998, p. 229), “numa promessa sincera, o falante deseja, com franqueza, executar a ação futura que está enunciando, pois está no seu alcance realizar o conteúdo proposicional descrito”. Sabemos que é da competência do governo federal estipular valores de reajustes salariais e executá-los, mas sabemos, também, que isso não depende, apenas, da “boa vontade governamental”. Há uma série de fatores externos de ordem social, política e, principalmente econômica, que podem influenciar muito numa tomada de decisão de tal natureza. Só para citar um desses fatores, um aumento do salário mínimo sem planejamento pode ocasionar, por exemplo, um rombo financeiro muito grande nas contas da Previdência Social. Notemos que no discurso de Serra há uma implícita previsibilidade desses fatores quando ele propõe uma comparação entre as promessas feitas nesta campanha com o objetivo de demonstrar “*o que cada um [candidato] pode fazer, mas também, o que é capaz de fazer*”. Assim, o proferimento dessa expressão “*capaz de fazer*” leva-nos a inferir que a promessa de Serra, de elevar o salário mínimo para um valor superior ao que é prometido pelo seu adversário, não depende somente dele, enquanto presidente. Assim subentende-se que tal promessa parece ser insincera, não passando de uma promessa eleitoral com o objetivo apenas de angariar os possíveis votos de Garotinho.

Analisemos, a seguir, ainda dentro do tema Economia, como são construídas a promessa e a crítica do candidato Ciro Gomes.

(35) Ciro Gomes: “o nosso gigante Brasil precisa mudar. O problema atual é que a economia do país não cresce e, portanto, não consegue gerar empregos e isto porque não foram feitas as reformas necessárias que prometeram para estimular o desenvolvimento econômico e social e, ainda por cima, o atual governo aumentou, de forma irresponsável, a sua dívida com os bancos. Todo nosso esforço, atualmente, é apenas para pagar os juros desta dívida irresponsável. Não sobra quase nada para investir no crescimento econômico, nas obras, e, conseqüentemente, na geração dos empregos. Com nosso apoio, os bancos, principalmente os bancos públicos, como o BNDS, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia, voltarão a oferecer créditos a juros mais

baixos para as micro, pequenas e médias empresas investirem na produção. Pretendemos, também, eliminar, gradualmente, os encargos que hoje custam demais na folha de pagamento, respeitando, naturalmente, o direito dos trabalhadores”. (Tema: Economia - 10/09/02, às 20 horas e 30 minutos).

O discurso (35) de Ciro Gomes vem reforçar a tese de Mari (1997, p. 41) de que a promessa e a crítica funcionam, no interior do discurso político-eleitoral, como atividades parlamentares complementares, sendo, portanto, conforme colocamos no capítulo 2, seção 2.4, “impossível conceber, no limite, a atividade de crítica sem que esta leve ao comprometimento com a promessa e vice-versa”.

Assim, ao proferir, por exemplo, “*o nosso gigante Brasil precisa mudar. O problema atual é que a economia do país não cresce e, portanto, não consegue gerar empregos*” (...), Ciro Gomes não somente está construindo um ato de fala assertivo na forma de uma crítica explícita de que o Brasil está “caminhando” num único “rumo” e, ainda, que o país apresenta o problema do não-crescimento econômico, e, conseqüentemente, o problema do desemprego, como também está realizando um ato de fala indireto com força ilocucional comissiva na forma de uma promessa implícita de alterar o “rumo” do país, promover o crescimento da economia brasileira e gerar empregos. Uma promessa, é claro, realizada de forma indireta, mas que, mais adiante no discurso do candidato, acaba se tornando explícita lingüisticamente.

Assim, após criticar que “*o atual governo [FHC] aumentou, de forma irresponsável, a sua dívida com os bancos*” e que “*todo nosso esforço, atualmente, [na época eleitoral] é apenas para pagar os juros desta dívida irresponsável*” e que “*não sobra quase nada para investir no crescimento econômico, nas obras, e, conseqüentemente, na geração dos empregos*”, Ciro Gomes, finalmente, explicita, diretamente, a sua promessa de governo realizada no ponto ilocucional comissivo: “*com nosso apoio, os bancos, principalmente os bancos públicos, como o BNDS, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia, voltarão a oferecer créditos a juros mais baixos para as micro, pequenas e médias empresas investirem na produção. Pretendemos, também, eliminar, gradualmente, os encargos que hoje custam demais na folha de pagamento, respeitando, naturalmente, o direito dos trabalhadores*”.

Trata-se, portanto, de uma promessa desenvolvida por meio de um conteúdo proposicional que apresenta termos com valores de compromissos a serem cumpridos a favor do alocutário

tais como “*com nosso apoio*”, “*voltarão a oferecer*” e “*pretendemos*”. Tais termos funcionam como indicadores de compromisso do locutor, estruturando, portanto, a promessa. O proferimento da crítica ao não-crescimento do país, feito anteriormente, funciona, como requisito para o locutor lançar sua proposta de mudar a situação financeira do país. Assim, ao dizer, por exemplo, “*os bancos (...) voltarão a oferecer créditos a juros mais baixos (...)*”, o candidato aposta numa condição preparatória para a realização de sua promessa: na expectativa do eleitor sobre a realização da ação futura já que a efetivação desse compromisso depende, principalmente, do governo, que determina a taxa de juros. Quanto à condição de sinceridade dessa promessa, o eleitor é levado a supor que *Ciro Gomes*, de fato, pretende, se eleito, realizar tais ações futuras. Neste caso, muitas inferências podem ser feitas para atestar ou não a sinceridade do locutor. Uma delas poderia ser, por exemplo, uma verificação da disponibilidade de recursos existente para a execução daquilo que está sendo proposto pelo candidato.

Para finalizar as análises sobre o tema *Economia*, estudemos, a seguir, o discurso do candidato *Lula*.

(36) Lula: “O Brasil tem que deixar de ser um país submetido à especulação para ser um país baseado na produção. Uma produção de qualidade que atenda as exigências dos mercados internacionais e traga mais dólares para o país. (...). Antes de terminar meu programa de hoje, eu gostaria de falar, claramente, duas coisas aos produtores rurais do Brasil. Primeiro, acreditem no Brasil, aumentem seus rebanhos, invistam na produção da boa carne e tenham certeza, se eu for eleito presidente, não faltará apoio à pecuária brasileira. Vou reduzir os juros, eliminar impostos sobre as exportações e implantar setoriais onde pecuaristas, frigoríficos e governo reúnam para discutir os problemas da produção. Segundo, é uma questão de honra para mim levar, definitivamente, a paz no campo. Com a reforma agrária organizada e pacífica, sem ter terra ociosa como prevê a Constituição. Se você tem sua terra e produz vai ser incentivado por mim a produzir cada vez mais. Afinal, o Brasil precisa disso”. (Tema: *Economia* - 21/09/02, às 20 horas e 30 minutos).

Assim como no discurso (35) de *Ciro*, no discurso de *Lula*, (36), também há uma correlação entre crítica e promessa e vice-versa. *Lula*, ao explicitar que “*o Brasil tem que deixar de ser um país submetido à especulação para ser um país baseado na produção*”, está, a partir dessa crítica, se comprometendo, implicitamente, mediante um ato de fala indireto, a realizar, se eleito, ações futuras que combatam a especulação e que promovam uma produção de qualidade.

A confirmação dessa promessa pode ser detectada mais à frente no discurso do candidato quando ele, através do ato de fala comissivo, explicita o seguinte compromisso com o eleitor: *“se eu for eleito presidente, não faltará apoio à pecuária brasileira. Vou reduzir os juros, eliminar impostos sobre as exportações e implantar setoriais onde pecuaristas, frigoríficos e governo reúnam para discutir os problemas da produção”*. Trata-se de um compromisso representado por um conteúdo proposicional composto de expressões como *“não faltará apoio”*, *“vou reduzir”*, *“eliminar”*, *“implantar”*, *“discutir”*, as quais servem, neste discurso, como indicadores das ações futuras que o candidato compromete realizar a favor do alocutário.

Para o eleitor é importante que estas ações prometidas sejam cumpridas, ou seja, que o mundo se adapta às palavras do candidato; por isso, uma das condições preparatórias dessa promessa é a geração de expectativas que o conteúdo proposicional promove sobre o eleitor.

O enunciado posterior *“é uma questão de honra para mim levar, definitivamente, a paz no campo”* parece ser construído com o intuito de dar maior credibilidade à promessa do candidato, pois tal enunciado explicita o desejo do locutor em executar a ação futura proposta no conteúdo proposicional. Resta, portanto, saber se há disponibilidade de recursos para tal execução, fato esse que pode comprometer a vontade do candidato e a sinceridade de seu ato.

4. 3 – Emprego

Desconsiderando as repetições das propagandas, o tema emprego foi discutido muitas vezes no horário eleitoral. Ele foi para o candidato José Serra, por exemplo, o assunto predileto. Serra apresentou nove discursos diferenciados retratando o tema. Lula veio em segundo lugar, apresentado seis discursos distintos. Garotinho apareceu em terceiro lugar com quatro discursos. Ciro, em quarto lugar, com dois discursos e os candidatos Zé Maria e Rui Pimenta, com um discurso cada. Analisemos, abaixo, pelo menos um discurso (o que apresenta mais claramente a promessa e a crítica explícitas) de cada candidato sobre essa temática. O primeiro deles, obedecendo à ordem das datas de apresentação na TV, é de Rui Pimenta.

(37) Rui Pimenta: “O PCO não participa das eleições para fazer promessa, mas para discutir as necessidades da classe trabalhadora e chamar o povo a lutar por ela”. (Tema: Emprego - 24/08/02, às 20 horas e 30 minutos).

O discurso (37) de Rui Pimenta tenta demonstrar como ideologia do partido PCO a preocupação em discutir ações a favor das *“necessidades da classe trabalhadora”*. Esse candidato, porém, apesar de explicitar que o partido *“não participa das eleições para fazer promessa, mas para discutir as necessidades da classe trabalhadora e chamar o povo a lutar por ela”*, produz um discurso que não dá tanta ênfase à exposição explícita de propostas governamentais para essa classe. Ao contrário, o candidato, além de se recusar em prometer alguma ação governamental, critica os adversários que o fazem. Assim, esse discurso se constrói, conforme Mari (1998, p. 233), por meio de uma estratégia de neutralização das promessas *“com duas orientações: uma representada pela necessidade de o candidato assumir, no seu proferimento, a recusa explícita de quaisquer referências a promessas; outra orientada para criticar aqueles que deixaram escapar alguma forma de promessa”*. Essa estratégia de neutralização, entretanto, não apaga a promessa do candidato.

Assim, realizado num ponto ilocucional assertivo na forma de crítica, o conteúdo proposicional desse ato de fala de Rui Pimenta implica, também, implicitamente, uma força ilocucional comissiva na forma da promessa implícita de que o partido vai *“discutir as necessidades da classe trabalhadora e chamar o povo a lutar por ela”*.

Como condições preparatórias, o locutor sustenta seu proferimento na recusa das promessas de seus adversários. Quanto às condições de sinceridade dessa promessa convenhamos verificá-la, percebendo-a não como uma promessa governamental, mas apenas de campanha, pois a proposta é somente de discussão e nada mais. Talvez tenha sido essa a percepção do eleitorado no decorrer do processo eleitoral, pois Rui Pimenta, durante as pesquisas eleitorais, em nenhuma pesquisa pontuou intenções de voto.

A questão do emprego também foi discutida pelo candidato Ciro Gomes. Vejamos seu discurso.

(38) Ciro Gomes: *“Tem coisa mais cruel do que negar a um jovem seu primeiro emprego e ainda exigir dele experiência? No nosso governo, por isso, todo jovem em busca de seu primeiro emprego e todo desempregado ou mesmo empregado em risco de perder seu emprego poderão fazer o curso de qualificação e requalificação sem custo e sem fila. Para isto, o Fundo de Amparo ao Trabalhador tem dinheiro: 65 bilhões de reais. É o maior fundo social de nosso país e precisa ter seus recursos melhor aplicados e é isso que nós vamos fazer, porque quando a idéia é boa, não é*

preciso inventar outra, basta querer fazer”. (Tema: Emprego - 31/08/02, às 20 horas e 30 minutos).

Partindo de um ato de fala diretivo realizado na forma de uma pergunta ao telespectador, Ciro Gomes produz, implicitamente, uma crítica à política de empregos do país: “*tem coisa mais cruel do que negar a um jovem seu primeiro emprego e ainda exigir dele experiência?*”. Após esse ato de fala indireto na forma de crítica, Ciro Gomes lança sua proposta para a transformação da política de emprego.

Assim, realizado no ponto ilocucional comissivo na forma de promessa, o candidato diz que no seu governo “*todo jovem em busca de seu primeiro emprego e todo desempregado ou mesmo empregado em risco de perder seu emprego poderão fazer o curso de qualificação e requalificação sem custo e sem fila*”. Para a realização desse conteúdo proposicional, Ciro conta com os recursos do “*Fundo de Amparo ao Trabalhador*” que, segundo ele, “*tem dinheiro: 65 bilhões de reais*”. A aceitação dessa promessa requer duas condições preparatórias. É preferível para o eleitorado que Ciro realize a promessa enunciada por ser-lhe beneficiável. Além disso, a realização do “*curso de qualificação e requalificação para “todo desempregado ou mesmo empregado em risco de perder seu emprego,”*” é uma ação futura que não faz parte das atos previsíveis tanto por Ciro quanto pelo eleitorado. Não há como medir o teor de sinceridade do candidato ao proferir sua promessa. A referência ao (FAT) “*Fundo de Amparo ao Trabalhador*”, entretanto, é utilizada pelo candidato como um argumento que tenta validar tal promessa, já que esse fundo existe e é, em tese, destinado aos trabalhadores.

Prosseguindo a discussão sobre o tema Emprego, apresentamos, a seguir, o discurso de Lula.

(39) Lula: “O tema de nosso programa de hoje é geração de emprego. Os grandes projetos, os grandes temas nacionais são todos interligados. Não podemos falar de emprego sem falar de crescimento econômico e exportação de energia e assim por diante. Ao mesmo tempo, as pessoas estão angustiadas e querem mesmo é saber soluções rápidas. São homens e mulheres que sonham com o emprego, que sonham com oportunidade para mudar suas vidas e não a encontram. Oportunidade! essa é a palavra que eu mais ouço nas ruas do Brasil. Esse é um dos desafios que mais faço questão de enfrentar e vencer, porque só vamos conseguir gerar muitos empregos com a retomada de crescimento econômico e isso não acontece da noite para o dia. Por outro lado, não podemos virar as costas para tanta gente que precisa e merece uma oportunidade. Uma das coisas que vamos fazer logo é estender para todo Brasil o Banco do Povo: um projeto que já funciona muito bem em vários estados e cidades administradas pelo PT. O Banco do

Povo promove o surgimento de milhares de pequenos negócios estimulando um processo que gera emprego e distribui renda. Esse é um programa de que eu gosto muito, pois em vez de dá peixe, ele ensina a pescar. Pessoas que não conseguiram arranjar dinheiro para começar ou ampliar um pequeno negócio vão poder contar com uma nova linha de crédito muito simples e rápida do Banco de Brasil. Em Belém do Pará, o Banco do Povo já criou dezesseis mil novos empregos diretos e quarenta e oito mil indiretos, fazendo a felicidade de muita gente. A filosofia do Banco do Povo é muito simples. Ao invés de emprestar muito dinheiro para poucas pessoas, vai emprestar pouco dinheiro, mas para muita gente. As estatísticas comprovam que o tomador de pequenos empréstimos é bom pagador, pois sabe que seu nome limpo é o seu maior patrimônio. Tenho certeza que projetos como este espalhados por todo Brasil vão levantar a moral do nosso povo e trazer de volta a esperança de um futuro melhor”. (Tema: Emprego - 24/08/02, às 13:00 horas).

Do ato de fala assertivo na forma de uma negação: *“não podemos falar de emprego sem falar de crescimento econômico e exportação de energia e assim por diante”*, podemos inferir que o candidato Lula, implicitamente, está se comprometendo em promover o crescimento econômico do país e, automaticamente, gerar empregos. Uma promessa realizada num ato de fala indireto que, à frente, se explicita no ponto ilocucional comissivo no modo de um desejo do locutor: *“esse é um dos desafios que mais faço questão de enfrentar e vencer, porque só vamos conseguir gerar muitos empregos com a retomada de crescimento econômico”*. O candidato propõe *“estender para todo Brasil o Banco do Povo”*. Ele acredita que *“o Banco do Povo promove o surgimento de milhares de pequenos negócios estimulando um processo que gera emprego e distribui renda”*, pois *“pessoas que não conseguiram arranjar dinheiro para começar ou ampliar um pequeno negócio vão poder contar com uma nova linha de crédito muito simples e rápida do Banco de Brasil”*.

Reforçando seu compromisso com os alocutários, Lula explicita: *“tenho certeza que projetos como este espalhados por todo Brasil vão levantar a moral do nosso povo e trazer de volta a esperança de um futuro melhor*. Ao enunciar esse conteúdo proposicional, Lula não somente se compromete em espalhar projetos como o da extensão do Banco do Povo pelo Brasil para promover uma vida melhor ao brasileiro, como também faz, por meio de um ato de fala indireto, uma crítica às gestões anteriores, as quais não foram capazes de desenvolver projetos como esse proposto por ele.

A promessa de geração de empregos e da retomada de crescimento econômico do candidato Lula se sustenta no desejo que esse locutor parece ter de ver o Brasil melhor. A herança

cultural do menino pobre de antes e, naquele momento eleitoral, a posição social, enquanto candidato à presidência em primeiro lugar nas pesquisas, exercem grande influência sobre os proferimentos desse locutor. É, portanto, baseando-se nisso que o locutor tenta impor a sinceridade da sua promessa, adquirindo, com o seu desejo de realização, maior confiabilidade para o seu discurso, já que pode contar, também, com o desejo do eleitorado em ver o ajustamento daquilo que é prometido com aquilo a ser transformado no mundo, ou seja, com as ações a serem realizadas.

Analiseemos, a seguir, o discurso de Garotinho sobre o tema Emprego.

(40) Garotinho: “Esse modelo econômico que privilegia os banqueiros deixa milhões de brasileiros sem emprego, especialmente, os jovens. Sofrem todos os jovens, mais principalmente, os da periferia. Quando eu governei o Rio, eu criei, para os jovens mais pobres, milhares de oportunidades de trabalho nos programas jovens pela paz e vida nova, além de ter multiplicado por três o número de vagas nas escolas técnicas para qualificar jovens para o primeiro emprego. A juventude brasileira está cansada de ouvir que o Brasil é o país do futuro. Quando eu for presidente vou retomar o crescimento econômico para gerar empregos, incentivar as empresas para que dêem oportunidade de trabalho aos jovens e criar, como já existe em outros países, o Ministério da Juventude para cuidar da cultura, do esporte, do lazer e, principalmente, do primeiro emprego. Eu vou fazer, você pode confiar”. (Tema: Emprego - 14/09/02, às 20 horas e 30 minutos).

Em (40), Garotinho faz questão de enunciar seu compromisso de forma direta, expressando, inclusive, sua responsabilidade enunciativa através do índice de pessoa “eu”. O interessante de observar nesse discurso é que, apesar de Garotinho assumir linguisticamente a responsabilidade de suas propostas, seu discurso, nem por isso, é tão convincente. Talvez uma das dificuldades do discurso de Garotinho esteja na forma como ele é construído. Apesar de ser um ato ilocucional comissivo na forma de promessa, seu conteúdo proposicional deixa escapar alguma coisa que lembra hipótese. Ora, sabemos que a promessa pertence à ordem do desejo, mas, conforme Mari (1998, p. 232), não podemos atribuí-la “à ordem do hipotético” como ocorre em “*quando eu for presidente*”. O uso desse prefixo “*quando eu for presidente*” parece deixar vago, na cabeça do eleitor, se aquilo que é proferido vale para essa eleição ou para qualquer outra. Assim, com esse prefixo discursivo, o candidato coloca todo o proferimento posterior no espaço da possibilidade da hipótese: “*vou retomar o crescimento econômico para gerar empregos, incentivar as empresas para que dê oportunidade de trabalho aos jovens e criar, como já existe em outros países, o Ministério da Juventude para cuidar da cultura, do esporte, do lazer e, principalmente, do primeiro emprego*”. A condição

preparatória na qual esse discurso poderia se sustentar seria o desejo franco de o locutor realizar seu compromisso a favor do eleitorado, mas como seu ato se configura numa hipótese, essa pode gerar incertezas quanto às condições de sinceridade desse locutor. Esse falseamento é, de certa forma, percebido pelo próprio candidato que tenta eliminá-lo dizendo: “*eu vou fazer, você pode confiar*”.

Se por um lado há falhas na promessa explícita do candidato, por outro, há uma realização de um ato indireto que, implicitamente, critica a forma como era conduzida, na época da eleição, a economia do país. Do seu proferimento, subentendemos que no Brasil não havia, naquela ocasião, crescimento econômico, e, em função disso, não havia geração de empregos, incentivo às empresas, à cultura, ao esporte e ao lazer.

Analisemos, a seguir, o discurso de Serra.

(41) Serra: “(...) O meu projeto de geração de emprego é o meu principal compromisso de governo. É um projeto sério, consistente, que está reunido neste livro chamado Projeto 2ª feira para que você leia e compare com as outras propostas que existem. Olha, eu tenho uma cara séria, mas é uma só. Eu não digo uma coisa aqui e outra ali. Eu vou agir como presidente da mesma forma que eu agi como Ministro da Saúde, o que eu prometi, eu cumpri. Da mesma forma que diziam que minhas propostas de implantar os genéricos, da briga com outras patentes, fazer o programa de saúde da família eram ambiciosas demais, agora dizem isso com a minha proposta de gerar 8 milhões de empregos, mas ela é absolutamente viável. Pode me cobrar. Um dos principais pontos é aumentar as exportações e, para isso, o próximo presidente tem que ter experiência para negociar lá fora, peitar os Estados Unidos e a Europa para derrubar as barreiras contra os nossos produtos industriais e agrícolas. Você que produz frutas, faz sapatos, você que produz café, soja, carne e até automóveis e aviões sabe que isso é fundamental. É preciso defender a agricultura e a indústria nacional de uma globalização de mão única e, nos últimos quatro anos, eu fiz exatamente isso na saúde.” (Tema: Emprego - 21/09/02, às 20 horas e 30 minutos).

Aqui, como em quase todos os outros discursos desta campanha, não se tem explicitado a promessa com o verbo prometer, mas a promessa de Serra, conforme diz Mari (1998, p. 232), se sustenta no termo “projeto” que funciona “como uma forma instrumental possível de concretização de uma promessa”. Assim sendo, o teor dessa promessa de Serra não se neutraliza “por mera troca terminológica: os signos contêm uma região nebulosa na sua significação que acolhe o vicário com naturalidade” (Idem, p. 232), de forma que o eleitorado imediatamente compreende o termo como uma promessa de governo. É desse modo, portanto, que o projeto de geração de emprego em (41) torna-se perceptível pelo eleitorado como sendo o principal compromisso do candidato. Um compromisso que, por diversas vezes nesta

campanha, foi proferido por Serra, materializando-se na promessa de geração de 8 milhões de empregos.

Uma promessa, a nosso ver, ousada para ser realizada no período de quatro anos de mandato. O próprio candidato parecia não acreditar e, durante muitos dos seus programas, insistia em mostrar certa veracidade de sua proposta, apresentando as contas de empregos a serem criados em diversos segmentos da sociedade, conforme a apresentação dos números feita pela jornalista Valéria Monteiro e pelo apresentador de televisão Gugu Liberato nas propagandas desse candidato: “Agricultura: 3.000.000, Turismo: 850.000, Construção Civil: 600.000, Saúde: 500.000, Educação: 730.000, Crescimento Econômico: 2.320.000, Total: 8.000.000 de empregos”.

A necessidade de apresentar em que setor seria gerado o número X de empregos acabou por comprometer as propostas de ações concretas do candidato em segmentos como na educação, saúde etc. Esses setores eram usados, então, como meios de geração de emprego e não como segmentos a serem melhorados a favor do alocutário. Assim sendo, as propagandas de Serra passaram a ter uma característica predominante: a geração de 8 milhões de emprego. Uma característica muito debatida na imprensa, nas ruas do país e nas entrevistas dos adversários.

É, pois, em resposta à discussão de outrem que Serra promete (41): *“eu vou agir como presidente da mesma forma que eu agi como Ministro da Saúde, o que eu prometi, eu cumpri.* E complementa com um ato assertivo na forma da seguinte crítica: *“da mesma forma que diziam que minhas propostas de implantar os genéricos, da briga com outras patentes, fazer o programa de saúde da família eram ambiciosas demais, agora dizem isso com a minha proposta de gerar 8 milhões de empregos, mas ela é absolutamente viável”.* Esse proferimento de Serra, além de ser uma resposta às críticas alheias, tem um alvo específico: criticar o candidato Lula a quem o contexto indica estar Serra se referindo ao dizer *“olha, eu tenho uma cara séria, mas é uma só. Eu não digo uma coisa aqui e outra ali”*.³³ Assim sendo, baseando-nos no contexto político-eleitoral, é possível inferir sobre o discurso de Serra, uma sutil referência à proposta de Lula na geração de 10 milhões de emprego.

Conforme pudemos constatar em nossas transcrições, Lula em nenhum de seus programas apresentados no horário eleitoral gratuito proferiu a promessa de gerar 10 milhões de

³³ Uma análise dos dois discursos de Lula que convivem no mesmo sujeito comunicacional foi feita no capítulo 3.

empregos. Esse número, entretanto, aparece no Caderno Temático do seu Programa de Governo. E, assim como a promessa explícita do Programa de Governo de Serra, “*a meta do governo José Serra é gerar aproximadamente 8 milhões de novos postos de trabalhos entre 2003 e 2006*”,³⁴ a proposta de Lula é apresentada por meio de uma tabela que indica uma “*simulação baseada nas necessidades de novos postos de trabalho para o próximo período [2003 a 2006], levando em conta índices necessários de crescimento, medidas legais e de investimento dirigidos à ampla geração de empregos*”.³⁵ Nesta tabela tem-se a geração de “*5,33 milhões de empregos*” com o “*crescimento de 5% do PIB ao ano*” e a criação de “*4,67 milhões*” com as “*mudanças institucionais na economia*”. Dentro dessas mudanças institucionais na economia estão previstas duas medidas: a da “*redução da jornada de trabalho e horas extras*” que propõe gerar “*3,20 milhões*” e do “*padrão de gastos públicos*” que prevê “*1,47 milhões*” de novos empregos. Como “efeito total”, a tabela apresenta a geração de 10 milhões de Postos de Trabalho entre os anos de 2003 a 2006.³⁶

O fato de Lula (apesar de propor no seu Plano de Governo) não ter explicitado no horário eleitoral gratuito o número de empregos a ser criado parece ter, realmente, incomodado Serra. Cítemos, de passagem, uma crítica que um dos apresentadores da propaganda de Serra fez no dia 17/09/2002 às 20:30 h ao comparar o Programa de Governo e a biografia de Lula e Serra:

(42) Apresentador da propaganda de Serra: “Lula sempre falou em criar 10 milhões de emprego. No site do PT está escrito. No Jornal da Tarde 23/07/2002, também. No site do Jornal on line O Globo, Lula não só confirmou como corrigiu o internauta. O internauta perguntou: ‘todos querem saber como você fará para criar os 8 milhões de emprego’. Lula respondeu: ‘Wanderson, apenas uma correção. Eu tenho dito que vamos gerar 10 milhões de empregos nos próximos anos’, mas quando Serra apresentou sua proposta de 8 milhões de empregos, Lula recuou e começou a negar seu compromisso de 10 milhões de empregos. Jornal O Globo 12/09/2002: ‘Lula nega ter meta de criar 10 milhões de empregos’. Agência Estado – site Estadão – ‘Lula renega promessa de 10 milhões de empregos’. Agora fica a pergunta: por que Lula está voltando atrás? Diante disso, a população deve, ou não, acreditar nas suas propostas? As propostas foram feitas por ele, ou por sua equipe? E mais, em 1998 Lula prometia criar 15 milhões de empregos. Se Lula diz que o emprego aumentou, por que a proposta diminuiu? Lula, ou ele esconde o que pensa, ou não sabe o que diz” (Propaganda de Serra - 17/09/2002 às 20:30).

³⁴ Programa de Governo de Serra. Consulta feita no dia 12/10/2002, segundo turno das eleições, no site www.joseserra.org.br/site/planogoverno/home.asp.

³⁵ Caderno temático do Programa de Governo de Lula. Consulta feita no dia 12/10/2002, segundo turno das eleições, site www.lula.org.br/assets/programadegoverno.asp.

³⁶ Idem.

Conforme podemos perceber, o questionamento do locutor parece fazer sentido, pois se há registro formal nas propagandas do Lula da criação de 10 milhões de emprego, por que ele a omitiu nos programas de TV? É possível que Lula tenha recuado em falar de números depois do conhecimento das críticas em direção a Serra por este ter exposto na TV o número de 8 milhões. É claro que o questionamento do locutor em (42) é um tanto tendencioso e faz parte do jogo enunciativo desse território minado que é o discurso político-eleitoral, mas, por outro lado, também não podemos deixar de perceber que a omissão de Lula, na TV, sobre a promessa de 10 milhões de emprego, também faz parte do jogo enunciativo desse candidato para tentar eliminar de si as mesmas críticas sofridas por seu então adversário ao prometer 8 milhões de novos empregos.

O discurso político-eleitoral se mostra, mesmo, construído de um jogo enunciativo a outro. Retomemos o discurso (41). O contexto das propagandas dessa eleição revela, por exemplo, que neste enunciado de Serra *“um dos principais pontos é aumentar as exportações e, para isso, o próximo presidente tem que ter experiência para negociar lá fora, peitar os Estados Unidos e a Europa para derrubar as barreiras contra os nossos produtos industriais e agrícolas”* há uma sutil crítica a Lula. Do enunciado de Serra, muito se pode inferir: Lula é um candidato que não tem experiência administrativa. É um candidato que não tem conhecimento acadêmico e que, portanto, não fala outros idiomas e é incapaz de *“peitar os Estados Unidos e a Europa”*.

Analisando as promessas explícitas de Serra, do discurso (41), através da Teoria dos Atos de Fala, podemos dizer que todos aqueles proferimentos se realizam no ponto ilocucional comissivo na forma de promessa. O conteúdo proposicional que sugere críticas implícitas ao adversário Lula aponta também, explicitamente, uma série de medidas a serem tomadas para a criação de empregos como, por exemplo, em *“é preciso defender a agricultura e a indústria nacional de uma globalização de mão única e, nos últimos quatro anos, eu fiz exatamente isso na saúde.”* O interessante de analisar nesse proferimento é o lugar de onde Serra fala. Ele como sendo um ex-ministro do então presidente FHC precisa indicar aos eleitores que cumpriu promessas enquanto Ministro da Saúde *“nos últimos quatro anos”*. Sua posição social não o deixa, por exemplo, criticar *“a globalização de mão única”* no setor da exportação. Como condição preparatória, o ato de Serra conta com a expectativa do eleitorado em ver realizada a promessa de geração dos 8 milhões de empregos. Para os eleitores é preferível acreditar que medidas como as que Serra proferiu no conteúdo proposicional sejam,

realmente, realizadas, caso Serra vença a eleição presidencial, do que continuarem sem nenhuma perspectiva de conseguirem empregos. No que diz respeito às condições de sinceridade do locutor, precisamos avaliar o proferimento de Serra levando em consideração se a disponibilidade do tempo de mandato, 4 anos, é suficiente para a realização de 8 milhões de empregos, conforme propõe o candidato. Uma análise mais cuidadosa desses números pode nos fazer desconfiar da veracidade dessa promessa.

Analisemos, agora, o discurso de José Maria.

(43) Zé Maria: “(...) O novo acordo com o FMI vai significar mais desemprego. Os investimentos públicos serão reduzidos a 30% no próximo ano. Haverá, também, corte nas verbas da saúde, educação, habitação e reforma agrária. Não querer acabar com a aposentadoria dos servidores e manter congelado o salário do funcionalismo. O problema é que também os outros candidatos se submeteram ao FMI e aceitaram também esse acordo que impõe a continuidade da política econômica de FHC até 2005. O PSTU adverte: sem romper com a ALCA e o FMI, toda promessa de geração de emprego é propaganda enganosa; por isso, nas eleições, o voto útil é o voto contra o FMI a ALCA e ao pagamento da dívida externa para que haja emprego, salário digno, verbas para a educação, saúde e reforma agrária. Voto útil, portanto, é o voto nos candidatos do PSTU. Vote 16”. (Tema: Emprego - 24/09/02, às 20 horas e 30 minutos).

Uma grande parte do discurso (43), de Zé Maria, é construída no ponto assertivo sob o modo de uma predição do futuro: “*o novo acordo com o FMI vai significar mais desemprego. Os investimentos públicos serão reduzidos a 30% no próximo ano. Haverá, também, corte nas verbas da saúde, educação, habitação e reforma agrária. Não querer acabar com a aposentadoria dos servidores e manter congelado o salário do funcionalismo (...)*”. “*O PSTU adverte: sem romper com a ALCA e o FMI, toda promessa de geração de emprego é propaganda enganosa*”. Essa predição, num segundo momento, revela-se como um ato de fala indireto construído também no ponto assertivo, porém no modo de uma crítica.

Assim, é a partir de um discurso que impõe um certo tom de “terrorismo” que a crítica de Zé Maria vai sendo construída, levando em consideração diversos alvos: FMI, ALCA, modelo econômico, os presidenciais adversários, o desemprego, o salário mínimo, a educação, a saúde e a reforma agrária. Essa crítica funciona, na verdade, como uma das condições preparatórias para o locutor impor o seu discurso.

Assim, tendo desvalorizado a política econômica e os adversários, Zé Maria apresenta seu partido, o PSTU, como o “salvador da Pátria”. Assim, com um ato de fala indireto, caracterizando-se como um ato comissivo na forma de uma promessa de governo, Zé Maria apresenta o seguinte conteúdo proposicional: *“por isso, nas eleições, o voto útil é o voto contra o FMI, a ALCA e ao pagamento da dívida externa para que haja emprego, salário digno, verbas para a educação, saúde e reforma agrária. Voto útil, portanto, é o voto nos candidatos do PSTU”* . Um conteúdo proposicional que implica uma promessa de rompimento do Brasil com o FMI, a ALCA e o pagamento da dívida externa para a geração de emprego e o aumento de verbas a serem aplicadas na educação, saúde e reforma agrária. A aceitação dessa promessa depende de uma condição preparatória: o desejo dos eleitores brasileiros em ter realizado tal rompimento. O problema dessa promessa de Zé Maria esbarra justamente, aqui, nesta condição. A grande maioria dos eleitores sabe que um rompimento de tal natureza não depende simplesmente da vontade do presidente. Ela, na verdade, envolve uma série de dados pré-requisitos à sua deliberação, como por exemplo, leis, contratos, interesses públicos, etc. Assim sendo, essa promessa não parece trazer os benefícios que o candidato profere. Muito pelo contrário, ela parece provocar uma enorme crise econômica interna além de gerar sérios problemas de relacionamento externo para o Brasil com outros países, provocando o seu isolamento do restante do mundo. Diante disso, a sinceridade desse locutor se mostra comprometida, pois não parece estar no alcance de Zé Maria realizar o que profere no seu ato de fala.

Na seção seguinte, faremos uma análise global das promessas e críticas dos candidatos.

4. 4 – Entendimento discursivo das promessas e críticas dos presidencialistas

Na seção anterior, fizemos uma análise das promessas e das críticas dos presidencialistas dentro dos três temas: Educação, Economia e Emprego. Confrontemos, agora, essas análises para responder à segunda pergunta que fizemos no início desta pesquisa: *como agem, discursivamente, os presidencialistas em face ao ato comissivo, na forma de promessa, e ao assertivo na forma de crítica, considerando promessa e crítica como atividades parlamentares complementares?*

Conforme o próprio questionamento já pressupõe, nossa pesquisa partiu da correlação mútua entre a promessa e a crítica; assim sendo, nas análises que fizemos neste capítulo, procuramos demonstrar como tal correlação manifestou-se no discurso de cada candidato. Vejamos os resultados.

As promessas do candidato Serra se revelaram de forma redundante e enfática com o objetivo, implícito, de desqualificar as propostas dos adversários. Serra, na maioria das vezes, prometeu desenvolver ações governamentais, mas suas propostas tiveram apenas um alvo: gerar empregos. Essa foi a sua grande característica nesta eleição. A posição social desse candidato, enquanto ex-ministro do então presidente da república FHC, o influenciou muito na produção do seu discurso. Ele evitou, por exemplo, criticar, explicitamente, as falhas do governo de FHC exatamente por ter feito parte dele. Direcionou suas críticas aos adversários com o propósito de angariar os votos destes. A crítica de Serra ao governo de FHC, entretanto, não deixou de aparecer no seu discurso. Ela surgiu, implicitamente, nas próprias promessas do candidato, pois se havia ações governamentais para serem feitas, isso implicava uma ausência de ações no passado.

A promessa do candidato Lula foi feita de forma a apresentar uma boa imagem do locutor. Sua imagem social de homem do povo capaz de unir a classe desfavorecida com a elite brasileira o ajudou muito, facilitando, conforme apresentavam os índices das pesquisas, uma aceitação maior de suas promessas. Em seus discursos, o candidato quase sempre enfocava seu grande desejo de ver um país melhor e isso contribuiu, muito, para uma onda de otimismo em torno de sua campanha. Quanto à crítica desse candidato, ele usou como estratégia eleitoral pouco criticar os adversários. Salvo as poucas vezes que criticou, para se defender deles, Lula, como todo “bom candidato de oposição”, criticou algumas vezes, explicitamente,

o governo FHC. Mesmo assim, a crítica de Lula revelou-se, na maioria das vezes, como um ato de fala descritivo que se mostrava indiretamente como uma crítica. Se por um lado ele foi cuidadoso ao elaborar críticas, por outro, ele não pôde evitá-las, pois elas surgiram implicitamente nas promessas do candidato.

A promessa do candidato Ciro foi feita apontando uma certa necessidade que se tinha de se desenvolver determinadas ações governamentais. As promessas foram construídas, em muitos casos, de forma indireta já que o candidato usou grande parte do seu discurso para ora criticar o governo FHC, ora criticar os adversários mais próximos de si nas intenções de votos.

A promessa do candidato Garotinho apresentou a realização de ações futuras como uma extensão de um estado de coisas já concretizado pelo candidato em épocas passadas. Assim, foi a existência de realizações desenvolvidas que nortearam a promessa desse candidato. O candidato fez questão de usar o pronome – eu – em suas promessas explícitas, mas esse efeito lingüístico não alcançou, conforme demonstraram as pesquisas, força argumentativa suficiente para garantir o convencimento do eleitorado. Um dos motivos desse não-convencimento pode ter sido o fato de o candidato ter construído, na maioria das vezes, os seus discursos na ordem do hipotético, exemplo: “quando eu for presidente...”. Quanto à crítica explícita desse candidato, essa teve duas direções: seus adversários mais próximos nas pesquisas e o modelo econômico do governo FHC.

A promessa do candidato Zé Maria teve um alvo específico: o rompimento das negociações com o FMI e com a ALCA. O discurso foi, na maioria das vezes, usado para criticar o sistema financeiro do país, o então presidente FHC, os adversários, as crises internacionais e os acordos com o FMI e a ALCA. A crítica foi apresentada de forma indireta, sendo, num primeiro plano, demonstrada como uma predição catastrófica para o Brasil, caso o país elegeisse qualquer um outro de seus adversários, senão a si próprio.

As promessas do candidato Rui Pimenta foram construídas para atender um público bastante restrito. Apesar de o candidato ter tratado de assuntos de importância nacional, como é o caso, por exemplo, do valor do salário mínimo, ele não o reconheceu como sendo um problema de toda a sociedade brasileira, mas sim de uma parcela dessa sociedade: a classe dos trabalhadores. Assim sendo, as promessas desse candidato se mostraram unilaterais e até mesmo irrealistas, já que, implícita às promessas para esta classe social, havia profunda crítica

e desprezo à classe dos patrões que, economicamente, mantém o equilíbrio financeiro daquela classe e, conseqüentemente, do país.

A análise acima demonstrou-nos que a promessa e a crítica são dois elementos muito próximos um do outro dentro do discurso político-eleitoral. O estudo dessas duas estratégias ocorridas nesse discurso nos revelou como agiram discursivamente os presidentiáveis diante das promessas e das críticas e foi, sem dúvida, muito importante para poder traçarmos uma compreensão dos fatos discursivos desta eleição.

Conclusão

O discurso político-eleitoral é um discurso que envolve uma certa “decodificação”, compreensão, e percepção avaliativa do mesmo, a partir do jogo que se constrói entre os enunciados explícitos e implícitos. Esse foi exatamente o percurso que procuramos fazer nessa pesquisa. Para tanto, valemo-nos de um importante instrumental teórico: questões da Formação Discursiva e elementos das Teorias da Enunciação, Semiolingüística e dos Atos de Fala.

O estudo das categorias da Formação Discursiva nos permitiu identificar, interdiscursivamente, seis formações discursivas neste discurso político-eleitoral: cada uma delas relacionada com cada candidato e com cada partido. Assim, ao caracterizarmos o discurso político-eleitoral quanto à constituição dessas formações discursivas, percebemos as correlações existentes entre os discursos dos candidatos, detectando, em alguns deles, determinadas transformações político-ideológicas. É o caso, por exemplo, da transformação do discurso de Lula e do PT, analisado no capítulo 3, item 3.2. Esse instrumental teórico foi, sem sombras de dúvida, muito importante porque ampliou nossa visão intradiscursiva desse campo discursivo. Ele nos possibilitou detectar as fronteiras interdiscursivas existentes nos limites de cada espaço discursivo desse discurso político-eleitoral e perceber como cada formação discursiva se impôs nesta eleição.

Já o estudo da Teoria da Enunciação nos revelou que a enunciação deve ser caracterizada mediante três perspectivas. Uma, de acordo com Benveniste (1989), que a entende como um ato individual de utilização da língua, destacando, em primeiro lugar, o locutor como uma condição necessária da enunciação, seguido da postulação de um alocutário e da criação de certas classes de signos (ou marcas enunciativas) que só existem na e pela enunciação. As análises demonstraram, pragmaticamente, as reais marcas da enunciação, bem como a real importância da subjetividade na linguagem.

Mas a enunciação não pode ser concebida apenas assim. Por isso, nós a caracterizamos, também, de acordo com outra perspectiva: a de Bakhtin, que a vê como um objeto puramente social. Abordando essa concepção, as nossas análises demonstraram que a enunciação é o resultado de uma interação entre o psíquico e o ideológico de dois indivíduos (reais ou

imaginários), socialmente organizados, em que a atividade mental subjetiva de um se dilui na objetividade da enunciação realizada para que o outro a interiorize num processo de decodificação em forma de réplica dialógica. É, pois, assim que os candidatos, mesmo numa situação de comunicação monolocutiva, postularam, mediante os limites das forças sociais, um potencial alocutário com quem mantiveram uma comunicação dialógica e os eleitores, por outro lado, na instância da recepção, perceberam a intenção comunicacional dos candidatos, aceitando-os, ou não, conforme indicaram as pesquisas eleitorais.

A enunciação precisa ser analisada, também, numa terceira perspectiva: quanto à sua condição de produção, pois assim como as relações entre os indivíduos, o contexto e o momento das enunciações eram sempre variáveis, a enunciação também deveria ser. Assim sendo, tornou-se importante avaliar em que condições específicas de produção determinada enunciação do discurso político-eleitoral estava sendo produzida. As análises revelaram que a cada nova situação comunicativa uma nova enunciação se instaurava. Desta forma, apoiando nossas análises em Pêcheux (1997a, p. 81), detectamos que os lugares designados pelos candidatos e a imagem que eles criavam de seus alocutários exerciam um importante papel nas condições de produção de suas enunciações proferidas. É o caso, por exemplo, do discurso de José Serra que analisamos na seção 3.1. Esse locutor, inferindo sobre as imagens negativas que os alocutários possivelmente tivessem do então presidente FHC (quem o indicou à eleição), construiu enunciados com o objetivo de ocultar o partidário de onde enunciava e com o propósito de apontar certa diferença entre seu potencial governo e o do então presidente. Utilizou, portanto, de uma estratégia de antecedência para afastar a possível interpretação dos alocutários de que ele seria o candidato do continuísmo.

Da mesma importância como a teoria anterior, a Teoria Semiolingüística também foi essencial nesta pesquisa. Com ela, pudemos conhecer melhor os seis sujeitos discursivos desse discurso político-eleitoral, além de entender que a construção dos enunciados desses candidatos, feita por meio de imagens, era, também, regulada por um contrato comunicacional que controlava o espaço externo de limitações situacionais do FAZER e o espaço interno das estratégias discursivas do DIZER desses candidatos. Desconsiderando a importante influência dos publicitários e dos marqueteiros, as análises demonstraram, então, que os enunciados analisados nesta pesquisa eram controlados por três contratos comunicacionais: o contrato dos partidos, o contrato do TSE e o contrato da televisão. Cada um desses contratos exercia sua

coerção específica sobre os discursos dos candidatos, sendo, portanto, os enunciados desta campanha o resultado da união desses três contratos.

A abordagem das questões da Formação Discursiva e dos pontos das Teorias da Enunciação e Semiologia em práticas de análise nos ajudou a entender um pouco mais sobre o discurso político-eleitoral quanto ao seu funcionamento dentro da sociedade e a sua caracterização discursiva dentro desse quadro teórico aqui escolhido para a pesquisa.

No entanto queríamos mais. Queríamos conhecer o interior do discurso de cada candidato. É neste ponto que entra o grande destaque especial da Teoria dos Atos de Fala, a qual nos prestou um significativo papel nesta pesquisa. Essa teoria foi, na verdade, o pré-requisito de todo o trabalho, pois até mesmo o *corpus* foi formado em função de suas contribuições. Em especial, selecionamos as forças da promessa e da crítica como padrões mais importantes do discurso em análise.

Analisando essas duas forças ilocucionais, baseando-nos nos estudos de Mari (1998), vimos que tais atos se complementavam dentro do discurso político-eleitoral. Então nossa pesquisa partiu da correlação de que toda crítica explícita implicava uma promessa implícita e de que toda promessa explícita implicava uma crítica implícita. O resultado de nossas análises comprovou a hipótese. A promessa e a crítica são, realmente, dois elementos muito próximos um do outro dentro do discurso político-eleitoral de tal forma que a existência de um é a implicatura da existência do outro e vice-versa. O estudo dessas duas estratégias emergidas do interior dos discursos dos candidatos foi, sem dúvida, muito importante para compreendermos a ação discursiva dos presidenciáveis nesta eleição.

As análises foram feitas mediante a avaliação das condições de produção das promessas e das críticas, quanto ao ponto ilocucional, ao modo de realização, ao conteúdo proposicional, à condição preparatória e à condição de sinceridade. Elas demonstraram como os presidenciáveis agiram, discursivamente, perante tais atos. Vejamos os resultados.

O candidato Serra, por exemplo, criticou os adversários Lula, Ciro e Garotinho, mas, por outro lado, evitou criticar FHC, tentando, inclusive, ocultar enunciados que denegrissem a imagem desse governo. Salvo os casos em que essas críticas tinham um caráter puramente destrutivo em relação aos adversários, a maioria delas trazia implícito algum tipo de proposta

do candidato. Além das críticas, Serra também prometeu muito. Suas promessas sugeriam o desenvolvimento de ações futuras, claro, mas isso, obviamente, implicava inexistência de ações no passado. Assim sendo, constatamos que Serra, mesmo evitando criticar o governo de FHC, acabou por, implicitamente, criticá-lo.

Ao contrário de Serra, os candidatos Garotinho e Ciro criticaram muito o governo do então Presidente da República. Ao efetivar críticas à economia e à segurança pública, por exemplo, esses candidatos, implicitamente, se comprometiam com o alocutário em agir de forma diferente. Suas promessas explícitas não foram tantas como as de Serra. Dois fatores contribuíram para isso: o tempo menor de aparição na televisão, e a grande ênfase que davam às críticas. Obviamente o espaço reservado às promessas explícitas tendeu a ficar menor no discurso desses dois candidatos, mas ainda sim foi possível perceber alguns fatos interessantes. Todas as promessas explícitas de Garotinho, por exemplo, foram construídas à base de uma condição preparatória essencial: os feitos do candidato em época passada. Foi, portanto, baseando-se nisso que ele tentou justificar sua capacidade de realizações futuras. Ciro Gomes, por sua vez, comprometeu-se com o alocutário postulando uma certa necessidade de se desenvolver determinadas ações governamentais com um conjunto de políticas consistentes e não com apenas promessas. Esse conjunto de políticas consistentes, entretanto, não foi apresentado. Nas promessas de ambos é possível inferir a existência de críticas implícitas, pois se ainda há o que se fazer na Presidência da República é porque alguém deixou de fazer.

O candidato Lula, por outro lado, não agiu como Serra, Ciro e Garotinho. Evitou o máximo que pôde em fazer críticas explícitas a quem quer que fosse. Suas críticas, por outro lado, apareceram implícitas às promessas que fez. Aproveitando imagem social de homem do povo com capacidade de unir classes sociais diferentes, esse candidato fez muitas promessas e, automaticamente, apontou muitas falhas governamentais de gestões passadas. Foi, portanto, assim que a crítica não deixou de aparecer no discurso de Lula, apesar de ele ter evitado construí-la explicitamente.

Os candidatos Zé Maria e Rui Pimenta tiveram um tempo de aparição na televisão muito pequeno. Como ambos se preocuparam em criticar mais do que prometer, quase não sobrou espaço para as promessas explícitas. Suas promessas, quando existiram, tiveram apenas um propósito: chamar a classe menos favorecida a lutar contra a classe social mais privilegiada

economicamente. Zé Maria, por exemplo, optou por construir um discurso à base de predições e críticas a tudo que ia à contramão do seu discurso. Rui Pimenta, por sua vez, fez um discurso que parecia estar mais preocupado na criação de um partido de esquerda do que propriamente na disputa presidencial.

As análises das promessas e das críticas desses candidatos demonstram uma dificuldade da linguagem na sociedade: a de os eleitores perceberem a estratégia discursiva dos implícitos e dos explícitos. Essa tarefa parece não ser, realmente, tão evidente para o alocutário. Uma prova disso que constatamos em nossas análises é que, na maioria dos casos quando os candidatos enunciaram uma crítica explícita, imediatamente eles sentiram a necessidade de proferir uma promessa também explícita. Se o jogo dos implícitos e explícitos fosse tão evidente para o eleitor, não haveria necessidade de os candidatos expressarem as suas promessas, pois essas já estavam inseridas nas críticas feitas anteriormente.

Analisar o posicionamento discursivo dos seis candidatos, em face às suas promessas e críticas, neste discurso político-eleitoral foi, então, sem dúvida, muito importante para conseguirmos compreender como os atos discursivos funcionam não somente na teoria, mas, principalmente, na sociedade. Com essas análises entendemos como agiram, discursivamente, os candidatos nesta campanha política.

As manobras discursivas desse discurso, ou seja, os jogos dos implícitos e explícitos, nos mostraram como é complexa a linguagem da propaganda política. Existe um intenso jogo argumentativo, que não analisamos aqui porque não fazia parte do nosso objetivo de pesquisa, mas que influencia e, muito, na construção do discurso. A argumentação talvez seja o ponto crucial desse discurso, pois parece ter sido o bom uso de enunciados convincentes e de imagens comprovadoras³⁷ que fizeram de Lula o candidato com mais intenções de votos durante toda a campanha, conforme apontaram as pesquisas. Assim sendo, analisar esse discurso sob uma perspectiva argumentativa também parece ser uma boa sugestão de estudo. Um estudo como esse, por exemplo, poderia mostrar o que o discurso político-eleitoral é capaz de gerar de conseqüências no destinatário em termos de esperança e de malogro. Esperança, quando os argumentos dos discursos de determinados candidatos tentam impor a

³⁷ As imagens não fizeram parte de nosso objeto de pesquisa.

expectativa de um Brasil melhor, e malogro, quando os argumentos de outros tentam esfumçar essa imagem da esperança.

Como o nosso enfoque analítico restringiu-se somente aos enunciados dos candidatos, não analisamos a propaganda política como um todo. Uma outra possibilidade de pesquisa seria analisá-la integralmente.

“A propaganda é uma tentativa de influenciar a opinião e a conduta da sociedade, de tal modo que as pessoas adotem uma opinião e uma conduta determinada”.³⁸ A elaboração da propaganda política ideológica, muitas vezes, é feita por transferência, ou seja, os interesses do político são transferidos e atribuídos aos eleitores. Além disso, há uma tendência de universalização dos fatos de tal forma “que cada um dos que ouvem a mensagem concorde com ela, por acreditar que diga respeito a si e a seus interesses e necessidades.”³⁹ Segundo Garcia, (1985, p. 33), a universalização e a transferência são feitas indiretamente. Assim sendo, ao contrário de propor medidas que atendam a todos, faz-se um mascaramento da diferença existente entre os indivíduos, grupos e classes, como se todos fossem iguais. Desse modo, a sociedade é mostrada “como um todo homogêneo onde não há diferenças de posições e interesses. Tal imagem acaba por levar à conclusão de que quaisquer medidas beneficiam a todos sem discriminação já que são iguais” (Idem, 1985, p. 33).

Tal aspecto da propaganda apresentado acima demonstra que os dados levantados para esta pesquisa ainda podem ser explorados de outras formas. Uma sugestão de nova pesquisa seria, então, analisar até que ponto as propagandas dos candidatos podem ser caracterizadas apenas como propaganda político-eleitoral. Será que ela também não pode ser caracterizada como uma propaganda ideológica? Para isso, o enfoque precisaria ser mais voltado à análise da propaganda em si. Uma diferenciação desses dois tipos de propagandas à base da leitura da obra *Propaganda Política* de Domenach (1963) e da obra *O que é propaganda ideológica* de Garcia (1985) seria um bom começo.

Outra perspectiva de pesquisa seria uma análise da relação desta propaganda político-eleitoral com o meio de comunicação que a propaga. Os indivíduos adquirem consciência de suas reais condições de vida ou por observar, diretamente, o meio em que vivem, ou por adquirir

³⁸ Bartlett, Political Propaganda, *apud* Domenach (1963: p. 10).

³⁹ Garcia, Nelson Jahr. *O que é propaganda ideológica*. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

informações de outros, seja de forma pessoal, seja pelos meios de comunicação. Muitas vezes o meio de comunicação é usado para a difusão das idéias e opiniões de uns sobre outros de tal forma que o receptor se vê envolvido na única ideologia que lhe é apresentada. A forma como são produzidos os programas da televisão fez desse canal um instrumento para tornar a população mais passiva diante daquilo que ela lhe apresenta. Assim sendo, uma análise da relação que o discurso político-eleitoral estabelece com esse canal de comunicação poderia nos permitir conhecer um pouco mais da realidade dos fatos, algumas vezes, ocultada nos enunciados da propaganda político-eleitoral.

Uma outra questão que não poderíamos deixar de lembrar aqui é a comparação da realidade dos fatos com a realidade que é mostrada nos discursos políticos. Isso certamente abriria as portas para outra possibilidade de pesquisa. Uma verificação desses dois lados dos acontecimentos poderia nos revelar como o discurso político é idealizado. Nesse discurso parece não existir lugar para as imagens e palavras com carga semântica negativa. Tudo tende a ser apresentado de forma a representar o belo e o perfeito. As imperfeições humanas ou dos fatos são apresentadas como meras falhas insignificativas. Para isso a televisão (veículo do *corpus* estudado aqui) entra, em muitos casos, como aliada, pois ela é uma mídia que permite unir som, imagem e movimento. No entanto, o mesmo veículo que promove a edição e a reedição de imagens e discursos é, também, o meio revelador das condições de produção dos discursos políticos, possibilitando ao locutário a percepção, em parte, da natureza do discurso que pode ser sincero, irreal, demagogo, etc. As teorias que estudam o discurso, por outro lado, surgem como uma possibilidade de entendimento dessas variações dos discursos. Ela, no entanto, trabalha com hipóteses e parece não dar conta de explicar os fatos que poderiam, na perspectiva do real, ser chamados de reais. Baseadas nas condições de produção e nos elementos enunciativos do próprio discurso, formulamos, por meio dessas teorias, hipóteses para dizer, por exemplo, que o candidato X ou Y está sendo sincero ou não nas suas promessas. Nós, todavia, nem sempre temos a oportunidade de contrastar o que o discurso promove e a teoria projetada com o que realmente ocorre nas ações governamentais daqueles locutores que estão por trás desses discursos. Uma comparação dessa natureza pode nos revelar como é catastrófica a realização em geral dos discursos e dos fatos na sociedade. Vejamos, por exemplo, o discurso de Lula. De acordo com nossas análises, baseando-nos nas condições de produção dos enunciados, a teoria nos indicou que quase todas as promessas de Lula foram produzidas com um certo teor de sinceridade. Diante disso, fica uma questão: até onde podemos considerar as promessas desse locutor sinceras já que, atualmente, passados

aproximadamente 18 meses de seu mandato na Presidência da República, ainda não se percebe nenhuma mudança expressiva na segurança pública do país, por exemplo? No emprego, para citar outro exemplo, é até possível perceber algumas lentas mudanças, mas nada que se compare com o ideal que foi projetado no discurso político-eleitoral: a geração de 10 milhões de empregos. Não precisamos de muito esforço para calcular o tempo restante do governo (de junho de 2004 até janeiro de 2006) e o tempo passado destes 18 meses de governo do então presidente Lula para percebermos que o que já foi gerado de emprego no país não é o suficiente para cumprir a meta. Diante disso, só nos resta dizer que esse ideal do discurso político-eleitoral parece estar longe de representar a realidade. Talvez seja esse o verdadeiro papel da linguagem: apresentar apenas uma parcela dos fatos que emergem da sociedade.

Por fim, cabe-nos revelar que realização deste trabalho nos deixou um sentimento de que, para o propósito da pesquisa e para o objeto que escolhemos, os resultados do estudo foram bastante significativos uma vez que tivemos a oportunidade de conhecer, teoricamente, como é tecido o discurso político-eleitoral e, analiticamente, como é o seu funcionamento na sociedade. Por outro lado, a constatação de que esta pesquisa se abre para uma série de outros caminhos analíticos nos deixou um outro sentimento: o de que nada está acabado, sempre é hora de recomeçar.

Bibliografia

AGUIAR-MENDES. Análise comparativa dos discursos de final de um ano de governo proferidos por FHC em rádio e televisão. In: MACHADO, Ida L.; CRUZ, Amadeu Roselli; LYSARDO-DIAS, Dylia (org.). *Teorias e práticas discursivas: estudos em análise do discurso*; Belo Horizonte: UFMG/FALE/Núcleo de Análise do Discurso; Carol Borges, 1998, p. 271-298.

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer; palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. (Título original: *How to do things with words*, 1962).

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999. (Título original: *Marksizm i filossófia iaziká*, 1929).

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística Geral I*. 2ª ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1988. (Título original: *Problèmes de Linguistique Générale I*, 1966).

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística Geral II*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1989. (Título original: *Problèmes de Linguistique Générale II*, 1974).

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, Hugo *et al.* *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: UFMG/FALE/Núcleo de Análise do Discurso, 2001, p. 23-38.

CHARAUDEAU, Patrick. Para uma nova análise do discurso. In CARNEIRO, A. Dias (org.) *O Discurso da Mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996. p. 5-43.

CHARAUDEAU, Patrick. *Le contrat de communication de l'information médiatique*. In: *Le Français dans le Monde*, 1994, jui., p.8-19.

CHARAUDEAU, Patrick. *Langage et discours. Éléments de sémiolinguistique (théorie et pratique)*. Paris: Hachette, 1983.

COURA-SOBRINHO, Jerônimo. Discurso, sujeitos da linguagem e contrato de comunicação. In: *Análise do discurso em perspectivas*. MARI, Hugo *et al.* (org.) Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos de Letras da UFMG, 2003, p.267- 279.

DOMENACH, Jean-Marie. *A propaganda política*. 2ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, [1976?]. (Título original: *La Propaganda Politique*, 1963).

FARIA, Antônio Augusto Moreira de. “Interdiscurso, intradiscurso e leitura. O caso de *Germinal*”. In: MARI, Hugo; MACHADO Ida Lucia; MELLO, Renato (orgs.) *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: NAD, FALE/UFMG, 2001, p. 241-287.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. (Trad. Luiz Felipe Baeta Neves). Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2002. (Título original: *L'archéologie du savoir*, 1969).

FURTADO, Maria Aparecida Silva. Os contextos na formação do ato de fala assertivo. In: *Análise do discurso em perspectivas*. MARI, Hugo *et al.* (org.) Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos de Letras da UFMG, 2003, p. 117-131.

GARCIA, Nelson Jahr. *O que é propaganda ideológica*. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

KOCH, I. G. V. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1984.

KOCH, I. G. V. *A inter-ação pela linguagem*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1995.

MACHADO, Ida Lúcia. Análise do discurso e seus múltiplos sujeitos. In: CRUZ, A. R.; LYSARDO-DIAS, D. (Org.). *Teorias e Práticas Discursivas: estudos em Análise do Discurso*. Belo Horizonte, Núcleo de Análise do Discurso da FALE – UFMG. Carol BORGES, 1998, p. 111-121.

MACHADO, Ida Lúcia. Uma teoria de análise do discurso: a semiolingüística. In: MARI, Hugo *et al.* *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: UFMG/FALE/Núcleo de Análise do Discurso; 2001, p. 39-62.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, SP. Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.1998.

MARI, Hugo. Percepção do sentido: entre restrições e estratégias contratuais. In: MACHADO, Ida L *et al.* (org.) *Ensaio em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos, FALE/UFMG, 2002, p. 31-57.

MARI, Hugo. Atos de fala no discurso de candidatos à prefeitura de Belo Horizonte: análise da promessa e da crítica. In: MACHADO, Ida L., CRUZ; Amadeu Roselli; LYSARDO-DIAS, Dylia (org.). *Teorias e práticas discursivas: estudos em análise do discurso*; Belo Horizonte: UFMG/FALE/Núcleo de Análise do Discurso; Carol Borges, 1998, p. 227-248.

MARI, Hugo. *A promessa como ato de fala*; GERAIS Revista da comunicação Social nº 48, 1997, p. 34-41.

MUZZI, Eliane Scotti. Do enunciado à enunciação. In: MARI, Hugo *et al.* (org.) *Fundamentos e dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999, p. 201-210.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 3ª edição, 2001.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (ed. or. 1969). In: GADETE, F. e HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, Editora da Unicamp. 1997a, p. 61-161.

PÊCHEUX, Michel e FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. (ed.or.1975). In: GADETE, F e HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, Editora da Unicamp. 1997b, p.163-252.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997c. (Trad. Eni Pulcinelli Orlandi et alii – Título original: Les vérités de la Palice, 1975).

SEARLE, John. R. *Os atos de fala*. Coimbra. Almeida, 1984.

SEARLE, John. R. *Expressão e Significado: estudos da teoria dos atos de fala*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

VANDERVEKEN, Daniel. *O que é uma força ilocucional?* Cadernos de Estudos Lingüísticos nº 9, 1985, p. 173-194.

Sites, revistas e jornais consultados:

Campanha invade TVs e rádios na terça. Folha de São Paulo. São Paulo, Caderno Eleições, p. 2, 18 agosto 2002.

CAPITALISMO de resultado. *ISTOÉ*, São Paulo, ed. 1715, p. 25, 14 agosto 2002.

CONTAGEM REGRESSIVA - IBOPE. *ÉPOCA*, São Paulo, ed. 228, p. 33, 30 set. 2002.

ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, período das eleições 2002.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, período das eleições 2002.

IBOPE. *ISTOÉ*, São Paulo, ed. 1718, p. 25, 04 set. 2002.

IBOPE. *ISTOÉ*, São Paulo, ed. 1721, p. 26, 25 set. 2002.

JORNAL NACIONAL. *Rede Globo*, 01 out. 2002.

<<http://eleicoes.bol.com.br/candidatos-subhome.jhtm>>. Acesso em: 10 agosto 2002 e em 21 agosto 2002.

<<http://www.pstu.org.br/jornal.asp?id=173>>. Acesso em: 10 agosto 2002.

<<http://eleicoes.bol.com.br/candidatos-rpimenta.jhtm>>. Acesso em: 10 agosto 2002.

<<http://eleicoes.bol.com.br/candidatos-jmaria.jhtm>>. Acesso em: 10 agosto 2002.

<<http://eleicoes.bol.com.br/candidatos-lula.jhtm>>. Acesso em: 10 agosto 2002.

<<http://eleicoes.bol.com.br/candidatos-ciro.jhtm>>. Acesso em: 10 agosto 2002.

<<http://eleicoes.bol.com.br/candidatos-serra.jhtm>>. Acesso em: 10 agosto 2002.

<<http://eleicoes.bol.com.br/candidatos-garot.jhtm>>. Acesso em: 10 agosto 2002.

<<http://eleicoes.bol.com.br/calendario.jhtm>>. Acesso em: 10 agosto 2002.

<<http://www.garotinho40.com.br/>>. Acesso em: 14 set. 2002.

<<http://www.joseserra.org.br/site/home/index/asp>>. Acesso em: 14 set. 2002.

<<http://www.ciro23.com.br>>. Acesso em: 17 set. 2002.

<<http://www.joseserra.org.br/site/planodegoverno/home.asp>>. Acesso em 12 out. 2002.

<<http://www.lula.org.br/assets/programadegoverno.asp>>. Acesso em: 12 out. 2002.

PIMENTA, Rui. Rui Pimenta: candidato do PCO ainda acredita na luta armada para a tomada do poder e vive da ajuda do partido. São Paulo: *ISTOÉ*, ed. 1718, p. 43, 04 set. 2002. Entrevista concedida a Adriana Souza e Silva e Ricardo Stuckert de Belo Horizonte.

Anexo: Apresentação do *corpus*

Neste anexo encontram-se as transcrições dos enunciados proferidos pelos presidenciáveis nas propagandas eleitorais apresentadas no programa eleitoral gratuito da eleição do primeiro turno do ano 2002.

Muitos dos enunciados dos presidenciáveis foram transmitidos integralmente, ou em parte, em mais de uma propaganda, dando mais oportunidade ao telespectador não-assíduo do programa eleitoral gratuito de assistir a eles. Tendo constatado essa repetição dos enunciados nas propagandas dos presidenciáveis, nós os eliminamos de nosso *corpus*, pois não faz parte de nosso objetivo apontar que candidato repetiu mais vezes seus enunciados que outros.

Para uma melhor visualização do *corpus*, ele está apresentado, neste anexo, seguindo a seqüência temática: Educação, Economia, Segurança, Emprego, Saúde e Modelo (econômico) de governo. Todos esses temas são muito interligados. Assim, em muitos enunciados sobre Segurança, por exemplo, também são encontrados, por exemplo, enunciados sobre o Modelo (econômico) de governo. Diante dessa interligação dos temas, não foi muito fácil decidirmos em que tema enquadraríamos, ou não, os enunciados dos presidenciáveis. Assim sendo, para a distribuição e o enquadramento dos enunciados segundo os temas acima, utilizamos o critério de observação daquele assunto que fora abordado de forma mais enfática.

Dentro de cada um desses temas, os enunciados dos presidenciáveis estão apresentados obedecendo à seguinte ordem dos locutores: em primeiro lugar, José Serra; em segundo, Luís Inácio Lula da Silva; em terceiro, Ciro Ferreira Gomes; em quarto, Anthony Willian Matheus de Oliveira (Garotinho); em quinto, José Maria de Almeida e, em sexto, Rui Costa Pimenta. Assim sendo, conforme é verificável na configuração do *corpus* abaixo, em alguns temas alguns candidatos têm mais proferimentos que seus adversários. A ênfase dada a um tema por determinado locutor demonstra o assunto que ele considerou mais importante, nesta campanha, para ser discutido no horário eleitoral gratuito. Por outro lado, a ausência de um ou de outro presidenciável, dentro de algum dos temas selecionados, abaixo, implica a falta de proferimentos deste sobre aquele determinado tema. Para uma melhor compreensão desses fatos, fazemos, a seguir, uma descrição do posicionamento discursivo dos presidenciáveis diante de cada um desses seis temas selecionados.

Educação: esse foi um tema que, apesar da sua importância para o desenvolvimento social do país, quase não foi discutido no horário eleitoral gratuito. Apenas três candidatos, Serra, Ciro e Lula, deram destaque ao tema.

Economia: todos os candidatos discutiram o tema. Zé Maria, levando em consideração a economia mundial relacionada com as negociações da ALCA e do FMI, produziu doze discursos diferentes. Rui Pimenta, seis. Garotinho fez cinco discursos. Serra e Ciro construíram dois cada e Lula, um discurso.

Segurança: esse tema foi discutido apenas por três candidatos: Serra e Ciro, que construíram quatro discursos cada um, e Lula que produziu um.

Emprego: teve um lugar de destaque no horário eleitoral. O tema foi muito discutido nesta eleição. José Serra produziu nove discursos diferentes retratando o tema. Lula, seis. Garotinho, quatro. Ciro, dois. Zé Maria e Rui Pimenta, um discurso cada.

Saúde: somente três candidatos discutiram a temática: Serra apresentou seis discursos diferentes sobre essa temática. Lula apresentou dois. Ciro, um. Garotinho, Zé Maria e Rui Pimenta nada mencionaram sobre o tema.

Modelo (econômico) de governo: esse foi discutido por cinco candidatos; Ciro, que fez seis discursos dentro dessa temática. Garotinho, que produziu cinco. Lula, que apresentou três. Rui Pimenta, que construiu dois e, finalmente, Serra que expôs um. Alguns discursos do candidato Zé Maria pareciam retratar, também, essa temática; mas, como tinham uma abordagem discursiva mais enfática quanto à questão da economia do que pela discussão do modelo de governo, propriamente dito, optamos por mantê-los dentro da temática Economia.

O corpus

1 – Educação

José Serra – Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)

“Nós vamos ter que melhorar a educação. Fazer a pré-escola acessível a todas crianças brasileiras de 4 a 6 anos”. (20/08/02, às 13:00 horas).

“Nós vamos colocar a criança mais tempo na escola, vamos matricular mais no ensino médio, em escolas profissionalizantes, vamos criar a rede de creches de pré-escola Quero-Quero. (...) “Só na educação, serão 730 mil novos empregos”. (12/09/02, às 20 horas e 30 minutos).

“Só na educação, serão 730 mil novos empregos”. (14/09/02, às 13 horas).

Luís Inácio Lula da Silva – Partido dos Trabalhadores (PT)

“O tema do nosso programa de hoje é educação. A educação é, antes de tudo, um instrumento fundamental para o desenvolvimento de qualquer nação do mundo. É verdade que hoje em dia existe mais brasileiros na escola e o PT contribuiu muito com isso. Apenas da 1ª a 8ª série, temos mais de 35 milhões crianças matriculadas, o equivalente à população da Argentina. Isso não significa que o problema do ensino foi resolvido. Uma coisa é a criança na escola. Outra, inteiramente diferente, é a escola estar preparada para dar a essa criança um ensino de qualidade. No ensino médio, o problema é ainda muito mais grave. E no ensino superior, menos de 8% dos jovens brasileiros entre 18 e 22 anos cursam faculdade e os jovens mais pobres, praticamente, não têm acesso à educação superior pública. Essa diferença entre a educação dos filhos dos que podem mais e a educação dos filhos dos que podem menos é um dos mais sérios e mais injustos problemas brasileiros. Pois é, precisamos mudar muita coisa neste país. E vamos começar dando a nossas crianças e aos nossos jovens uma educação de primeira qualidade. Afinal, são todos irmãos brasileiros e representam o futuro dessa nação. Garanto a vocês que, como presidente, esse será um ponto de honra do meu governo. Afinal, não quero que um dia alguém vá dizer ao seu filho que ele não pode ser presidente porque ele não tem diploma, se esquecendo, muitas vezes, de que a grande virtude de um político é a sua seriedade, seu caráter, seu compromisso com seu povo e, sobretudo, a sua capacidade de liderar e comandar uma grande equipe”. (24/08/02, às 20 horas e 30 minutos).

Ciro Ferreira Gomes – Partido Popular Socialista (PPS)

“O futuro de uma grande nação como o Brasil tem que ser construído todos os dias. Temos que começar cedo numa pré-escola, nas creches onde nossas crianças possam ter estímulos para se desenvolver. Na escola, o ensino tem que ter qualidade e preparar para a vida e para o trabalho. Os nossos jovens precisam ter oportunidades de acessar o seu primeiro emprego. São mais de um milhão e quinhentos mil por ano que estão se decepcionando, sem oportunidades, e as nossas universidades precisam ser resgatadas, formando profissionais capazes, que permitam ao Brasil competir em ciência e tecnologia, num mundo cada vez mais exigente e globalizado. Sem a educação de qualidade não há futuro. Essa lição a gente já aprendeu. Não se resolve o problema da educação apenas criando vagas e construindo prédios. É preciso, fundamentalmente, garantir a qualidade do ensino em todos os níveis.

Começando pelas crianças e adolescentes em situação de risco, pretendemos apoiar os estados e municípios quanto à educação e assistência em tempo integral. O ensino fundamental é para as crianças entre 7 a 14 anos. Para quem tem mais de 15 anos e está fora de faixa, investiremos na aceleração de aprendizagem, difundindo a experiência belíssima da Fundação Ayrton Senna, e no supletivo. No ensino médio, precisamos é buscar uma educação para a prática. Assim, vamos atrair mais o interesse dos estudantes e prepará-los, além de para a vida, também para o trabalho. E, para incentivar os professores, criaremos um programa de certificação e premiação. No nosso próximo programa sobre educação, pela sua importância, apresentaremos ensino superior, a ciência e tecnologia. Educação pública gratuita e de qualidade é fundamental para que se possa oferecer ao nosso povo, a partir de nossas crianças, oportunidade iguais. É que estudei 12 dos meus 15 anos de vida escolar no ensino público, vou me esforçar para que todos possam, como eu, ter a chance de estudar em uma escola pública que o prepare para vencer na vida”. (22/08/02, às 20 horas e 30 minutos).

“O país tem pouco compromisso com a escola. As mulheres vivem correndo loucamente daqui para lá, atrás de emprego e não têm onde deixar as crianças”. (17/09/02, às 20 horas e 30 minutos).

2 – Economia

José Serra – Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)

“Eu vou deixar muito claro, aqui, qual é a minha proposta para o salário mínimo no Brasil. Uma proposta concreta que nós podemos e vamos implantar na presidência da república. Eu vou fazer o salário mínimo chegar a pelo menos R\$ 300,00 por mês durante meu governo. R\$ 300,00 em dinheiro de hoje, corrigido pela inflação. Isso quer dizer que o que você compra hoje, com R\$ 300,00, daqui 4 anos vai poder comprar a mesma coisa. Se a inflação aumentar, os R\$ 300,00 aumentam na mesma proporção. É mais dinheiro na mão dos trabalhadores, dos aposentados e isso sem aumentar a inflação, do contrário seria um engano, aliás, um engano que nós já vivemos no passado. Esse é o compromisso que eu assumo com você e quem me conhece sabe que, quando eu assumo um compromisso, é para valer”. (28/09/02, às 13:00 horas).

“Para esses milhões de brasileiros que dependem do salário mínimo, inclusive os aposentados, eu quero dizer, claramente, qual é a minha proposta real para o salário mínimo, que eu quero e vamos implantar. Eu vou fazer o salário mínimo chegar a pelo menos R\$ 300,00 por mês durante meu governo. R\$ 300,00 em dinheiro de hoje, corrigido pela inflação. Isso quer dizer que o que você compra hoje, com R\$ 300,00, daqui a 4 anos vai poder comprar a mesma coisa. Se a inflação aumentar, os R\$ 300,00 aumentam na mesma proporção. É mais dinheiro na mão dos aposentados, dos trabalhadores, isso sem aumentar a inflação, do contrário seria um engano, aliás, um engano que nós já vivemos no passado. Esse é o compromisso que eu assumo com você e quem me conhece sabe que, quando eu assumo um compromisso, é para valer. Mas para isso, nesse domingo, para isso eu preciso do seu voto. Voto das mulheres que sonham com uma vida melhor para sua família, um sonho que eu posso ajudar realizar. Eu preciso do seu voto, que sabe o quanto é difícil viver num país desorganizado e sem rumo. Eu preciso do voto de todos os brasileiros que querem mudança, mas uma mudança segura. Pense com seus filhos, seus netos, converse com eles. Conte que você conhece de minha vida, de meu trabalho, do meu projeto. Agora, cada voto é fundamental para que a gente vá mais forte para o segundo turno. Aí vamos comparar nossas

propostas, o que cada um pode fazer, mas, também, o que é capaz de fazer. Para fazer as mudanças que o Brasil precisa, eu conto com você, porque você sabe que pode contar comigo”. (28/09/02, às 13:00 horas e 01/10/02, às 13 horas).

Luís Inácio Lula da Silva – Partido dos Trabalhadores (PT)

“O Brasil tem que deixar de ser um país submetido à especulação para ser um país baseado na produção. Uma produção de qualidade que atenda as exigências dos mercados internacionais e traga mais dólares para o país. Temos, hoje, por exemplo, uma pecuária moderna, empregamos nova tecnologia, mantemos os rebanhos saudáveis e adotamos métodos empresariais de gestão que permitem fazer racionalidade de cada animal, como aqui, na Fazenda Santa Inês, que agora estou visitando em Mato Grosso do Sul. Por outro lado, atendemos, também, a procura européia pelo boi verde, criado solto no pasto e ainda exportamos 17 milhões de peças de coroa de gado por ano. Antes de terminar meu programa de hoje, eu gostaria de falar, claramente, duas coisas aos produtores rurais do Brasil. Primeiro, acreditem no Brasil, aumentem seus rebanhos, invistam na produção da boa carne e tenham certeza, se eu for eleito presidente, não faltará apoio à pecuária brasileira. Vou reduzir os juros, eliminar impostos sobre as exportações e implantar setoriais onde pecuaristas, frigoríficos e governo reúnam para discutir os problemas da produção. Segundo, é uma questão de honra para mim levar, definitivamente, a paz no campo. Com a reforma agrária organizada e pacífica, sem ter terra ociosa como prevê a Constituição. Se você tem sua terra e produz vai ser incentivado por mim a produzir cada vez mais. Afinal, o Brasil precisa disso”. (21/09/02, às 20 horas e 30 minutos).

Ciro Ferreira Gomes – Partido Popular Socialista (PPS)

“Nós vamos consertar a previdência social para acabar com o aumento dos gastos com as aposentadorias milionárias para poucos sem, naturalmente, mexer com o direito adquirido de ninguém. Mas, principalmente, pretendemos melhorar as aposentadorias dos que ganham menos. Três milhões de aposentados, hoje, ganham apenas um salário mínimo que não compram duas caixas de remédios. Pretendemos, também, com urgência, promover a reforma tributária fiscal. Assim, com os mais ricos que devem, que podem pagar mais, cumprindo com suas obrigações, as outras pessoas podem pagar menos”. (05/09/02, às 20 horas e 30 minutos).

“O nosso gigante Brasil precisa mudar. O problema atual é que a economia do país não cresce e, portanto, não consegue gerar empregos e isto porque não foram feitas as reformas necessárias que prometeram para estimular o desenvolvimento econômico e social e, ainda por cima, o atual governo aumentou, de forma irresponsável, a sua dívida com os bancos. Todo nosso esforço, atualmente, é apenas para pagar os juros desta dívida irresponsável. Não sobra quase nada para investir no crescimento econômico, nas obras, e, conseqüentemente, na geração dos empregos. Com nosso apoio, os bancos, principalmente os bancos públicos, como o BNDS, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia, voltarão a oferecer créditos a juros mais baixos para as micro, pequenas e médias empresas investirem na produção. Pretendemos, também, eliminar, gradualmente, os encargos que hoje custam demais na folha de pagamento, respeitando, naturalmente, o direito dos trabalhadores”. (10/09/02, às 20 horas e 30 minutos).

**Anthony William Matheus de Oliveira (Garotinho) – Partido
Socialista Brasileiro (PSB)**

“Você viu o que eu fiz pela agricultura. Agora, como presidente, eu vou fazer mais. Tem certas coisas que não dá para gente entender. Como é que um país que tem tanta terra, tem tanta gente querendo trabalhar, precisa produzir mais, então o que é que falta? Se tem terra, tem gente querendo trabalhar. Falta crédito. Quando eu for presidente da república, eu vou abrir uma linha de crédito especial para agricultura, não só para os grandes agricultores, para eles também, mas principalmente para agricultura familiar. Essa é a que gera mais empregos no Brasil. Também vou abrir uma linha de crédito especial para compra de equipamentos agrícolas, trator, caminhão, grade, arado, tudo que o Brasil precisa para produzir mais. Você pode ter certeza de uma coisa, de agricultura, eu entendo”. (29/08/02. às 20 horas e 30 minutos).

“A minha experiência foi construída ao longo de mais de 20 anos de vida pública. Foi isso que me permitiu liderar o estado como o Rio de Janeiro, a segunda economia do Brasil, maior que o Chile. Quando eu assumi, o estado estava falido com 26 bilhões de reais em dívidas com a união e salários atrasados. Com minha experiência, renegocieei a dívida, coloquei os salários em dia e fiz o maior volume de obras e programas sociais que o estado já viu. Fiz um duro combate à violência, levei várias empresas para o estado e criei milhares de emprego e fui o primeiro governador a dar o salário mínimo maior que o do governo federal. Se eu merecer o seu voto é com essa experiência que eu quero comandar o Brasil”. (05/09/02, às 20 horas e 30 minutos).

“Eu quero garantir a você, aposentado e pensionista, que, como presidente da República, não deixarei nenhum aposentado nem pensionista receber diferente daquilo que contribuiu. Quem pagou sobre três salários mínimos vai receber três salários mínimos. Quem contribuiu com dez salários vai receber dez salários. É claro que essa gente vive dizendo que não pode, que é impossível, que a previdência vai quebrar, vive concordando com aquele que chamou você de vagabundo. Está lembrado? Para mim, quem trabalhou a vida inteira não é vagabundo, não! O que eu quero é fazer justiça a quem tanto já fez pelo Brasil. Eu vou fazer, você pode confiar”. (07/09/02. às 13:00 horas).

“Eu fui o primeiro governador, em todo Brasil, a dar um salário mínimo maior que o fixado pelo presidente. A grita foi geral, mas eu fiz pé firme. O salário foi dado e ninguém quebrou. Pelo contrário, no meu governo, grandes empresas foram para o Rio, criando milhares de novos empregos. Com mais dinheiro no bolso, o trabalhador comprou mais, o comércio vendeu mais e a indústria aumentou a produção. Por isso eu quero reafirmar, como presidente, eu vou aumentar o salário mínimo para R\$ 280,00 já no primeiro ano do meu governo, já em maio de 2003. “É claro que os pessimistas vêm com a ladainha de sempre: não vai dar, de onde o Garotinho vai tirar dinheiro para pagar um salário desse! Ele vai quebrar a previdência! Sabe quem diz isso? Os de sempre. Aqueles que ganham fortunas nas costas do trabalhador. Mas eu não sou de escutar os pessimistas. Eu sou de fazer em favor do povo. E você, funcionário público federal, que foi humilhado pelo governo Fernando Henrique e Serra, nos quatro anos do meu governo, nós vamos devolver aquilo que você tinha direito e esse governo não deu. Eu já fiz no Rio, eu vou fazer em todo Brasil. Você pode confiar”. (21/09/02 às 13 horas).

“Você que acompanhou o horário eleitoral, sabe que nossa campanha foi limpa, sem ataques, sem agressões, fizemos uma campanha de propostas para mudar o Brasil. Quero reafirmar

meus compromissos com você. Aumentar o salário mínimo para R\$ 280,00 em 1º de maio de 2003, defender os aposentados, os funcionários públicos, acabar com o privilégio dos banqueiros, fortalecendo o setor produtivo, a indústria, o comércio, a agricultura para gerar mais empregos. Estamos diante de uma grande chance para mudar o Brasil. Você que ainda está indeciso ou pensando em outro candidato, reflita e compare a sinceridade, a coerência e as propostas que cada um apresentou e faça sua reflexão e me dê uma chance. E você que já decidiu votar em mim, faça multiplicar o seu voto. Com seu apoio, vamos chegar ao segundo turno. Vamos provar que a verdade é mais forte que a força do dinheiro. Eu quero dedicar este último programa, do primeiro turno, a todos os brasileiros que amam este país e querem ver o Brasil independente, um país mais justo, solidário e de paz, que Deus abençoe você, que Deus abençoe a sua família. Que Deus abençoe o Brasil, e até a vitória”. (03/10/02, às 20 horas e 30 minutos).

José Maria de Almeida – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU)

“O Brasil vive uma grave crise. O governo fez um acordo com o FMI para continuar pagando a dívida externa. Se esse acordo não for rompido, o Brasil vai virar uma Argentina. Dar um calote no povo. Haverá desemprego em dobro e ainda vão querer que o Brasil volte a ser colônia com a ALCA. Serra, Ciro e Garotinho são candidatos dos empresários, dos banqueiros e do FMI, Lula e a direção do PT, infelizmente, fizeram alianças com a burguesia, com PL e abandonaram as bandeiras de luta do nosso povo. Aceitam acordos com o FMI, as negociações da ALCA e o pagamento da dívida externa. Nesse pouquíssimo tempo que temos vamos querer discutir a verdade com você. É preciso romper com a ALCA e o FMI para conquistarmos emprego, salário e terra. Precisamos derrotar esse sistema que coloca o lucro acima da vida. Os movimentos sociais e a CNBB estão organizando o plebiscito sobre a ALCA. Entre nessa luta”. (20/08/02, às 20 horas e 30 minutos).

“Ora, é indignante, vendo os quatro principais candidatos dizendo: sim senhor ao FMI, num dia, e no outro, fazendo demagogia na TV, prometendo empregos que eles não vão gerar! Isso é uma farsa. O acordo com o FMI e a reunião dos quatro candidatos com FHC prepara um grande calote social. Que Serra, Ciro e Garotinho participem dessa farsa, não nos estranha porque são farinhas do mesmo saco de onde saiu FHC. O lamentável é que também Lula tenha participado disso e se comprometa com esse acordo, pois isso significará mais desempregado e mais sofrimento para os trabalhadores e a juventude de nosso país. O PSTU é contra qualquer acordo com o FMI e contra esse grande conchavo que se articulou no Palácio do Planalto. Venha conosco lutar contra o FMI e contra a ALCA. Diga não à ALCA e diga não ao FMI. Contra burguês, vote 16.” (22/08/02, às 20 horas e 30 minutos).

“Com a ALCA, o governo dos Estados Unidos quer que deixemos de produzir muitas coisas no Brasil para comprarmos tudo deles. De computador até a merenda escolar. Muitas empresas vão fechar e o desemprego vai crescer. Esse acordo exige também o fim 13º, das férias e da licença maternidade. Tem mais, eles querem a Amazônia. Com a ALCA, as multinacionais farmacêuticas vão se apoderar da medicina popular e de toda a biodiversidade da Floresta. Isto mesmo, até o chazinho de boldo ou de quebra-pedra poderá ser propriedade deles e você terá que pagar muito caro por isto. Os outros candidatos não estão discutindo isso com você, mas um mês depois de eleitos estarão negociando a ALCA. O Brasil precisa se retirar já dessas negociações, porque como se diz o lema dos excluídos: “soberania não se negocia”. Os movimentos sociais estão convocando um plebiscito sobre a ALCA. Organize

um plebiscito na sua escola, no seu sindicato, na sua paróquia, no seu bairro. Entre nessa luta”. (27/08/02, às 13:00 horas).

“Essas eleições são totalmente antidemocráticas. São umas mentiras! Quatro candidatos fizeram acordo com FHC e com FMI, no qual já foi decidida a política econômica dos próximos três anos e você foi deixado de fora dessa decisão. Além disso, existem seis candidatos à presidente, mas a mídia e o poder econômico querem tirar da disputa dois candidatos. Quem é contra ao FMI tem pouquíssimo tempo na TV e está excluído dos debates e entrevistas na mídia. Você acha que estão dando a você o direito de decidir, de verdade! Diga não a essa ditadura disfarçada!” (03/09/02, às 13:00 horas).

“O Brasil precisa programar a segunda independência. O PSTU defende o não-pagamento da dívida externa e a ruptura do acordo com o FMI. Os outros candidatos estão enganando você, quando prometem emprego, saúde, educação, mas aceitam a continuar pagando essa dívida aos banqueiros. Só haverá emprego e dinheiro para aumentar o salário mínimo, construir escolas, hospitais se pararem de pagar essa dívida aos banqueiros e libertarmos o Brasil do FMI”. (07/09/02, às 13:00 horas).

“Estão de parabéns os organizadores do plebiscito. Estão de parabéns, especialmente, os militantes e lutadores que, durante todos esses meses, realizaram palestras, debates e divulgação sobre a ALCA pelo Brasil. Parabéns àqueles que foram levar verdade ao povo e construíram pela paz essa tremenda mobilização, que enfrentaram o boicote da mídia e dos candidatos que, nesse horário eleitoral, só vendem enganação. A mídia não informa e manipula e os outros candidatos acham que o povo é ignorante, mas o povo não é bobo. Parabéns ao povo brasileiro que foi ao plebiscito dizer não à ALCA. Esse plebiscito demonstrou que é possível conscientizar e mobilizar o povo para mudar o país e derrotar o império. Vamos seguir à luta até impedir, definitivamente, a ALCA”. (10/09/02, às 13 horas).

“(…) Na América Latina, a política colonizadora deles [dos Estados Unidos] se assenta num tripé: a dominação financeira com o FMI e a dívida externa, a dominação comercial e política com a ALCA, a dominação militar. Enquanto o governo entrega o país [aos Estados Unidos] e os outros candidatos se submetem ao FMI, o plebiscito sobre a ALCA mostrou que o povo tem força para dizer não ao império. Vamos derrotar o império. Diga não à invasão ao Iraque. Diga não a uma instalação de uma base militar dos Estado Unidos no Brasil”. (12/09/02, às 13:00 horas).

“Serra, Fernando Henrique, ACM, Ciro Gomes, Sarney, Maluf estão no poder desde sempre. Para mudar o Brasil é preciso derrotar essa gente. Infelizmente Lula resolveu se aliar com uma parte desse pessoal e abandonou as propostas que antes defendíamos juntos. Em 80 eu e o Lula fomos presos na greve do ABC. Juntos, fundamos o PT e defendíamos a suspensão do pagamento da dívida. Na luta, com milhões de trabalhadores, construímos um sonho de mudança para nosso país. Hoje, infelizmente, meu companheiro Lula mudou. Diz ele que amadureceu. Não. Maturidade não pode ser sinônimo de incoerência. Não é possível mudar o Brasil em aliança com Quécia, Sarney, Medeiros, com PL malufista ainda por cima, respeitando o acordo com o FMI. O Brasil precisa de uma oposição de verdade. Seja coerente você: vote PSTU. Vote 16”. (14/09/02, às 13:00 horas).

“Viemos a Brasília, entregamos ao Governo o resultado do Plebiscito, exigindo a retirada imediata do Brasil das negociações da ALCA, exigindo a ruptura do acordo de entrega da Base de Alcântara para controle militar dos Estados Unidos e exigindo uma convocação de

um plebiscito oficial em que o povo decida sobre a ALCA. Agora, é necessário estender, também, as exigências aos demais candidatos à presidência, que respeitem a vontade popular expressa no resultado desse plebiscito. Nós cobramos, especialmente de Lula, que defenda a ruptura imediata das negociações do tratado da ALCA pelo Brasil e que defenda a convocação de um plebiscito para 2003 em que o povo decida sobre a ALCA. A nossa luta contra a ALCA segue no ano que vem seja qual for o próximo governo”. (19/09/02, às 13:00 horas).

“Os outros candidatos, inclusive o candidato Lula, fizeram um acordo com o FMI para continuar pagando essa dívida. Esse acordo vai penalizar você, mais uma vez dar o calote no povo para pagar banqueiros. Se você quer mudança, de fato, defenda conosco a ruptura com a ALCA e o não-pagamento da dívida externa”. (28/09/02, às 13:00 horas).

“Os outros candidatos acertaram um acordo com o FMI que exige ataques à aposentadoria, aos direitos trabalhistas e corte nos gastos sociais. Serra, Ciro e Garotinho aceitam isso porque são candidatos que representam os ricos. O problema é que Lula também se comprometeu com esse acordo. Nós do PSTU propusemos a Lula um aliança dos trabalhadores para derrotar o candidato do Governo e o Fundo Monetário, mas Lula optou fazer aliança com o PL, com Sarney, Quéricia e por render-se ao FMI. O PSTU não aceita essas alianças e nem o acordo com o FMI, porque isso significa a continuidade da política econômica de FHC. O caminho da mudança é outro. O plebiscito da ALCA demonstrou que com a mobilização popular é possível derrotar a ALCA e o FMI. Com o seu voto fortaleça essa luta. Voto útil é no PSTU: vote 16”. (01/10/02, às 13 horas).

“Hoje tem mais um debate do qual foi excluído quem está contra o FMI, mas, apesar do boicote da mídia, o PSTU se orgulha de ter se dedicado a sua campanha, à construção do plebiscito da ALCA e ter discutido a verdade com você. Os outros candidatos, inclusive Lula, aceitaram o acordo como FMI que vai piorar a sua vida. O PSTU estará com você em toda luta contra esse acordo, seja quem for o governo. Agora, é hora de fortalecer uma alternativa de esquerda e dizer não à ALCA e ao FMI. Vote PSTU, vote 16. A mudança que você deseja e merece virá com a mobilização popular”. (03/10/02, às 13 horas).

Rui Costa Pimenta – Partido da Causa Operária (PCO)

“O PCO decidiu lançar candidato à presidência da República para discutir com a classe trabalhadora e o povo brasileiro a necessidade de construir um novo partido político. Um partido de classe, de fato, construído e controlado pelos próprios trabalhadores. Sem patrões e sem rabo preso com os patrões. É com esse objetivo que chamamos os trabalhadores a discutir e votar para construir o partido das causas operárias. A principal proposta política do partido da causa operária é a luta por um governo dos trabalhadores da cidade e do campo. Somente com um governo próprio, os trabalhadores poderão ver atendidas as suas reivindicações como salário, emprego e terra. O que defendemos é um salário mínimo de R\$ 1.500,00; a redução da semana de trabalho para 35 horas e a distribuição da terra para quem nela trabalha ou quer trabalhar”. (20/08/02, às 20 horas e 30 minutos).

“O partido da Causa Operária defende o fim das privatizações, o cancelamento das já realizadas e o controle das empresas públicas pelos próprios trabalhadores”. (03/09/02, às 13:00 horas).

“O salário mínimo brasileiro não é apenas um dos mais baixos do mundo, ele está também fora da lei. A Constituição Nacional, aprovada em 1988, com o voto de todos os grandes partidos, estabeleceu que são direitos dos trabalhadores: salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim”. Artigo 7º do capítulo 2 dos direitos e garantias fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil. Não é preciso ser economista para constatar que o atual salário mínimo é uma violação escandalosa da Constituição Nacional. Qualquer cidadão pode ver que, para cumprir a Constituição, o salário mínimo não pode ser menor do que R\$ 1.500,00”. (14/09/02, às 13:00 horas).

“Enquanto os grandes partidos fazem propostas vazias no horário eleitoral, no Congresso Nacional está em marcha uma verdadeira conspiração contra os direitos dos trabalhadores. Está em discussão uma lei que permite aos patrões retirar direitos trabalhistas históricos relativos aos salários, contrato coletivo, férias, 13º salário, horas-extras, limite da jornada de trabalho, trabalho noturno e muitas outras coisas. Este golpe é chamado de flexibilização da CLT, a consolidação das leis de trabalho. Segundo essa a proposta, se os sindicatos aceitarem a pressão dos patrões, o acordo coletivo poderá passar por cima de leis que beneficia os trabalhadores há mais de 60 anos. O Partido da Causa Operária denuncia essa verdadeira conspiração contra os direitos da classe trabalhadora e chama a população a dizer ‘não’ à flexibilização da CLT”. (19/09/02, às 20 horas e 30 minutos).

“Os Estados Unidos estão organizando uma nova guerra contra o Iraque. O PCO não apóia o governo iraquiano que oprime seu próprio povo, mas a guerra não é contra o governo, e sim contra a nação e o povo iraquiano. O povo e os trabalhadores brasileiros precisam saber que o governo dos Estados Unidos está preparando um gigantesco banho de sangue contra o povo iraquiano. Dez anos de bloqueio econômico norte-americano contra o Iraque provocaram a morte de mais de 1 milhão de crianças iraquianas, por falta de remédio, alimentação e outras coisas. O objetivo do governo das grandes empresas Norte-americanas é roubar o petróleo iraquiano. Do mesmo modo que roubam as riquezas brasileiras através do pagamento da dívida externa e acordos como a ALCA e muitas outras formas. O ataque contra o Iraque é um ataque a todos os povos do mundo”. (24/09/02, às 13:00 horas).

“O Partido da Causa Operária, que defende os interesses da classe trabalhadora, tem como princípio lutar pelos direitos de todos os setores oprimidos pelo capitalismo, em particular, dos negros e das mulheres”. (28/09/02, às 13:00 horas).

3 – Segurança

José Serra – Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)

“Eu me lembro muito bem quando tinha oito anos de idade. Meu pai me levando pela mão pelo Mercado Municipal Central de São Paulo. Você não sabe, mas meu pai era fruteiro imigrante italiano lá do bairro da Mooca. Quando penso no meu pai, eu me lembro do barulho daquele mercado e dele trabalhando sete dias por semana. Nós morávamos numa vila. Meus avós, lá perto. Éramos pobres, mas tínhamos uma vida digna. Estudava numa escola pública lá no bairro mesmo, onde a gente vivia tranquilo. Meu pai podia voltar para casa, à noite, com o dinheiro da venda de sua banca de frutas e sequer lhe passava pela cabeça que pudesse

ser assaltado. Esta é a essência do meu sonho de mudança para este país. Eu quero resgatar a dignidade da vida dos trabalhadores”. (...) “Na questão da violência, eu quero dizer que nós vamos mudar a constituição se for necessária. E vamos mudar não é apenas porque eu queira, não, é porque o país quer e, aí, a questão do combate à violência, que hoje é obrigação dos governantes estaduais, vai ser também de responsabilidade do Governo Federal. E por isso nós teremos o Ministério da Segurança Pública que eu vou criar”. (20/08/02, às 20 horas e 30 minutos).

“No primeiro programa eu disse, com clareza, quais serão as duas grandes diferenças do meu governo em relação ao atual. Elas são: primeiro, o papel do governo federal na geração de empregos e, segundo, a atuação do governo federal na questão da segurança. Durante seis programas eleitorais, eu venho detalhando como vou gerar empregos. Agora, eu quero dizer a vocês como eu vou ter mão forte na segurança para que o brasileiro possa ir e voltar do trabalho com tranquilidade e segurança para gerar não somente medo e dúvida, mas também que não espante os empregos, sobretudo nas grandes cidades brasileiras. No Brasil, a violência já chegou ao limite insuportável. É importante entender que a segurança afeta todas as pessoas. Os homicídios, especialmente, desestruturam famílias que, além de conviver com a dor da perda, ainda se vêem obrigadas a lutar pela punição dos culpados. Muitas vezes, sem nenhuma condição para isso. Isto para não falar de homens e mulheres, gentes simples, honestas”, trabalhadores que moram em regiões onde, permanentemente, convivem com o risco de verem seus filhos atraídos por traficantes com promessa de vida fácil e dinheiro no bolso. A convivência com roubos e assaltos é um problema grave e seu impacto sobre a vida das pessoas mais pobres é ainda mais dramático. Imagine o que é uma pessoa ser assaltada e perder o seu salário, quase sempre reduzido, de um mês inteiro de trabalho. Ficar sem o único dinheiro que tem para passar o mês para pagar aluguel, alimentar os filhos, cobrir uma necessidade urgente. É muito difícil para quem está desempregado, muitas vezes conseguiu o serviço por um dia ser assaltado ao voltar para casa e ficar sem o dinheiro que ganhou honestamente e muitas vezes ainda ser agredido ainda por cima. Eu cresci num tempo bem diferente, assim como milhões de outros brasileiros. O dinheiro que meu pai ganhava trabalhando no mercado de frutas foi que me deu oportunidade de estudar, de ter comida, de ter uma casa. Naquela época, nós não tínhamos essa preocupação com a segurança, mas hoje é fundamental recuperar aquela possibilidade de trabalharmos em paz para que todos tenham uma vida melhor. Todo mundo já ouviu falar de como ter um emprego afasta a pessoa da criminalidade, sobretudo jovens que moram nos bairros mais afastados das grandes cidades. Que gerar empregos ajuda a diminuir a criminalidade é um fato, mas eu quero falar, agora, do outro lado dessa questão. Diminuir a criminalidade também é fundamental para ajudar a criar emprego. Aí, você pode me perguntar o que uma coisa tem a ver com outra. É simples e muito importante. A criminalidade afasta os investidores em todos os campos da economia. Por falta de segurança grandes fábricas mudam de uma cidade para outra, de um estado para outro, ou até mesmo de um país para outro. Ou, às vezes, o investidor desiste de manter sua empresa funcionando e vai fazer outra coisa, despedindo seus funcionários. A mesma coisa acontece com quem tem uma pequena reserva e pensa em montar seu negócio, uma padaria, uma oficina ou outra coisa qualquer. A pessoa tem medo de investir numa cidade violenta ou num bairro violento e assim aquele lugar acaba perdendo muitas oportunidades de emprego e as pessoas, de terem uma renda. Sem novas empresas, ou com empresas que fecham, demitem, diminuem as oportunidades, cresce o desemprego. O turismo é outro exemplo de como a insegurança atrapalha a geração de empregos, porque os turistas que geram muito emprego, muita renda não querem ir para lugares violentos. É razoável, também, compreender isso. Eles vão em busca de outros lugares, gerando empregos lá e não aqui. O resultado disso tudo é que, com a insegurança, a criminalidade avança e acaba fazendo com que os mais jovens

enxerguem na criminalidade e na marginalidade uma forma de ganhar a vida, embora seja, na verdade, forma dramática de perder a vida. É preciso quebrar esse círculo vicioso que beneficia a criminalidade, que destrói a geração de empregos e acaba com a vida das pessoas. É também por isso que, no meu governo, nós vamos combater a violência, o tráfico, a bandidagem e a impunidade de forma implacável, com medidas sérias abrangentes e permanentes. Combater o crime é também uma forma de combater o desemprego e combater o desemprego, com o projeto 2ª feira, é uma forma também de combater o crime”. (29/08/02, às 20 horas e 30 minutos).

(...) “Quando eu falo em aumentar segurança e o tempo que os alunos ficam na escola, isso dá mais tranquilidade para mãe que pode ir para o trabalho sabendo que seu filho está protegido, sendo melhor preparado para vida, longe das drogas, longe da violência”. (03/09/02, às 20 horas e 30 minutos).

“(…) Na questão da segurança, também, é preciso ser muito claro. Os direitos humanos têm que ser respeitados, mas os humanos direitos também têm que ser protegidos. Não é possível que um assassino mate um inocente, cumpra apenas 1/3 da pena e logo esteja solto nas ruas. Por isso, eu tenho dito, sempre, que, diferentemente do que é hoje, a segurança vai ser também atribuição do Governo Federal e que eu vou reunir as forças políticas do país para mudar, se preciso, a Constituição e as leis que hoje favorecem a impunidade. Eu sou a favor de um aumento significativo do salário mínimo, de uma aposentadoria mais justa para quem tanto já contribuiu com o Brasil, mas não é possível os adversários defenderem isso na TV e, no Congresso, votarem contra as reformas que, elas, sim, permitiriam dar um salário maior e a aposentadoria bem mais decente aos brasileiros. E eu quero lembrar que, além disso, o fator fundamental para elevar o valor, agora de todos os salários, é o aumento do emprego. E já para o ano que vem, nós vamos refazer o orçamento federal para poder aumentar melhor o salário mínimo e lutar pelas reformas que permitirão aposentadorias maiores. A hora é de propor soluções, claramente, para que o povo conheça diferentes caminhos e possa escolher um deles. Para mim, a mudança tem nome. Ela se chama emprego. Com emprego, nós vamos dar dignidade a cada pai, a cada mãe de família. Com o emprego, vamos evitar que nossos jovens caiam nas mãos do crime. Com o emprego, nós vamos melhorar a vida das pessoas que moram nas regiões mais pobres do Brasil e de quem sofre na periferia das grandes cidades. Mas, para resolver o problema do emprego no Brasil, é preciso duas coisas: saber como e querer fazer. A minha história garante a você que eu sei e eu garanto a você que eu quero”. (21/09/02, às 20 horas e 30 minutos).

Luís Inácio Lula da Silva – Partido dos Trabalhadores (PT)

“O tema de nosso programa de hoje é o combate à violência. Mas, afinal, o que será que aconteceu com o Brasil? Qual será a causa desse aumento brutal da violência? A violência é causada por um conjunto de fatores como o aumento do consumo das drogas, do álcool, o crescimento da miséria, do desemprego, da falta de oportunidade e é agravada pela impunidade e pelo despreparo e pela corrupção policial. E, o mais triste, pelo descaso das grandes autoridades deste país. Um projeto de segurança pública para dar certo tem que atacar em três frentes. Primeiro, a primeira coisa a fazer é botar para fora da polícia todos os maus policiais de todas as patentes. O policial não pode ser amigo do bandido. Temos que ter uma polícia bem preparada, bem equipada e bem remunerada. Uma polícia que combata de forma dura e eficiente aqueles que já estão na criminalidade. É fundamental, também, criar projeto de primeiro emprego, investir em educação, lazer, esporte e cultura para ocupar e dar novos caminhos à juventude, sobretudo a mais pobre, evitando que ela se torne presa fácil para os

traficantes. É importante, entretanto, dizer que nenhum projeto, por melhor que seja, será eficiente sem o empenho e o apoio político do presidente da república todos os dias e não apenas nos momentos onde alguém importante é morto ou seqüestrado e a sociedade, emocionada, clama por justiça. Os milhares de anônimos que morrem, violentamente, todos os dias em todo Brasil também merecem, por parte das autoridades, justiça e proteção”. (27/08/02, às 20 horas e 30 minutos).

Ciro Ferreira Gomes – Partido Popular Socialista (PPS)

“Nesta caminhada, vi também como você sente nas ruas um país humilhado pela miséria, um país chocado com milhões de desempregados, assustado com a violência, chocado com a corrupção na política e sensibilizado com os maus-tratos que se fazem às nossas crianças e aos nossos idosos. Nós fundamos a Frente Trabalhista para propor a você um projeto de país com propostas concretas e simples dentro dos orçamentos do governo para tentar ajudar a melhorar a vida do nosso povo”. (20/08/02, às 20 horas e 30 minutos).

“Se for eleito não a abrirei mão do meu dever de presidente para impor o cumprimento das leis contra o crime organizado e a violência. Não é mais possível deixar o medo como rotina em todas as famílias. A primeira providência será a criação de uma política nacional de segurança pública. Para combater o contrabando e dificultar o acesso às armas, pretendemos suspender, definitivamente, o porte de armas e determinar a apreensão de todas as armas que estejam circulando pelas ruas do Brasil. Nos últimos anos tem se formado em nosso país uma rede de narcotráfico – de crime organizado que não havia tradição. E não existe sequer hoje, ainda, uma rede de inteligência policial dotada de alta capacidade tecnológica de investigação capaz de fazer uma frente de combate a esses perigosos bandidos. Por isso, nós queremos integrar a polícia federal a um esforço das polícias estaduais e os policiais, para fazer esse esforço com uma polícia moderna, têm que ser treinado pelos melhores especialistas do mundo que traremos para o curso de excelência na Academia Nacional de Polícia. Pretendemos apoiar o esforço de estabelecermos o piso salarial para os policiais civis e militares não inferior a 05 salários mínimos. E, para aqueles estados que não puderem pagar, essa quantia terá uma complementação financeira vinda do fundo Nacional de Segurança Pública. Pretendemos construir uma rede de presídios federais de segurança máxima em lugares isolados. Cada um custará 9 milhões de reais e o dinheiro será proveniente também do Fundo Nacional de Segurança. Nestas prisões, todo preso deverá trabalhar e uma parte de sua remuneração vai para custear sua estadia na prisão. Precisamos acabar com o preconceito de que o crime seria uma consequência inevitável da miséria e da desigualdade. Conhecendo o povo brasileiro como eu conheço, tenho segurança para afirmar que a esmagadora maioria das famílias pobres do nosso país vive trabalhando de sol a sol, ou madrugada a dentro com grande dignidade. E, além de ser vítima, também, do terror e da prepotência dos bandidos, ainda têm que suportar o preconceito de setores da nossa elite”. (24/08/02, às 20 horas e 30 minutos).

“Brasileiros, estou na vida pública do nosso país há mais de 20 anos. Deputado duas vezes, prefeito de uma capital, governador de um estado, ministro da fazenda, candidato a presidente do Brasil. Todos esses anos eu tenho andado, junto ao povo brasileiro, procurando descobrir soluções simples, concretas, com o pé no chão, para ajudar a nossa sociedade encontrar soluções para os graves problemas de miséria, de injustiça, de violência, de corrupção, e de impunidade, que infelizmente infestam a vida pública brasileira. Este horário, chamado horário eleitoral gratuito, na verdade, não é gratuito. Ele é pago e com grande volume de dinheiro pelo dinheiro da população dos impostos que se descontam das emissoras de

televisão. Por isso, esse horário é dado a nós, os candidatos, para tentar debater, aqui, com seu testemunho, soluções para os problemas do Brasil que não faltam. São mais de 11 milhões de desempregados. A violência desperta o medo no coração de todos nós, onde há impunidade, a epidemia de volta, infraestrutura do país. Sofremos dificuldade de toda ordem. Entretanto, o candidato do governo, você tem visto, tem-se utilizado desse tempo para agredir-me e com coisas que, de fato, me assustam, na medida que pintam uma figura que não sou eu definitivamente. Ora querem me chamar de mentiroso, ora querem pintar para você, manipulando imagens que foram subtraídas, clandestinamente, cortadas e editadas como se eu fosse uma pessoa desequilibrada. Eu só volto esse assunto esta vez para garantir ao povo brasileiro e, especialmente, com o testemunho dos milhões que já me conhecem, que eu estou nesta disputa não para vender a alma ou para vestir máscara. Aquilo que é sinceridade e franqueza eu aprendi do meu pai e eu vou continuar fazendo assim, falando com espontaneidade, com transparência aquilo que eu penso, inclusive, manifestar a minha indignação porque não me faltam razões para estar indignado por muitas das coisas erradas que acontecem no nosso país. Eu convoco a sociedade brasileira a ajudar todos os candidatos. Se aqui eu posso apresentar soluções, e esta é a última vez que eu saio do assunto. Você já viu, falamos de segurança, falamos de saúde, falamos de educação. Vamos voltar a falar sobre todos esses temas. E, de uma vez por todas, afirmo ao povo brasileiro que só desejo ser presidente, e, se for possível, que Deus ilumine a nossa sociedade para que ela perceba por detrás das agressões, das calúnias, das agressões e dos ataques, quem é, de fato, que merece servir esse grande país deste povo sofrido, como o seu presidente. Nós vamos mostrar que, quando o Brasil precisa, até os adversários se reconciliam”. (27/08/02, às 20:30 horas).

“A violência no Brasil tomou proporções tão assustadoras que hoje todos nós ou já fomos assaltados, ou conhecemos alguém, ou temos um parente que já foi assaltado. Andar nas ruas do Brasil, hoje, é um perigo para nossos filhos, para nossas esposas. E não é mais possível fazer de conta que isso pode ser enfrentado com conversa fiada. Nós tivemos oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso. Esse era um dos seus cinco principais compromissos e todos os indicadores de violência no Brasil cresceram de forma assustadora. O que aconteceria se você elegeisse José Serra? Você sabe. Tudo continuaria, exatamente, como está e era como se você desse a Fernando Henrique um terceiro mandato. Eles prometeram e não cumpriram. Não há razão para que nós tenhamos que acreditar numa promessa de quem já teve tanto tempo e não fez nada. De outro lado, Lula em quem eu acredito, há boa intenção, perde-se numa interminável discussão ideológica que, às vezes, parece estar muito mais preocupado com a sorte e com o destino do bandido do que aquilo que me preocupa mais: a angústia, a humilhação ou a perda final das vítimas. Nossa proposta é enfrentar isso com um conjunto simples de alternativas que já foram experimentadas com sucesso no mundo e que podem ser perfeitamente experimentadas no Brasil. Não dá para eleger Serra e continuar tudo como está. Não dá para enfrentar bandido com ideologia e conversa fiada como infelizmente me parece ser o compromisso de Lula. A solução, aqui, é acabar com esse jogo de empurra em que o governo federal, por exemplo, ao longo dos últimos anos, lava as mãos e entrega a responsabilidade de enfrentar o crime organizado, que tem cada vez mais poder e mais dinheiro, nas mãos dos governos estaduais que não têm tradição e não têm recursos humanos, não tem recursos financeiros para isso. E a proposta se aperfeiçoa com a construção de presídios federais construídos em regiões distantes dos grandes centros do país para acabar com essa piada de mal gosto de bandido pedir pizza de tarde pelo telefone e à noite comandar, pelo celular, a execução de homens de bem, como foi o caso dramático e chocante da morte e do esquartejamento do jornalista Tim Lopes. Nestes presídios federais, os presos serão obrigados a trabalhar e parte do dinheiro que vão receber por esse trabalho vai ajudar a pagar a conta de sua estadia na cadeia”. (19/09/02, às 20 horas e 30 minutos).

4 – Emprego

José Serra – Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)

“É por isso que hoje quando tanto se fala em mudança e vejo todos os candidatos falando de mudança eu me sinto na obrigação de dizer a vocês o que eu entendo por mudança. Mudança para mim tem um significado muito claro. Mudar, em primeiro lugar, é mudar a vida das pessoas e mudar a vida das pessoas significa dá a elas melhor oportunidade de emprego e de trabalho para o filho do fruteiro, do trabalhador da construção, para o filho da empregada doméstica, ou do desempregado porque, para mim, esta é a chave da dignidade da vida das pessoas. É com esta perspectiva que pretendo, com o apoio de vocês, ganhar esta eleição e governar o Brasil. Muita gente tem me perguntado qual seria a diferença do governo meu em relação ao governo do Presidente Fernando Henrique. Para ser bem objetivo, a resposta é simples. Há duas áreas onde o meu governo vai ser totalmente diferente do atual governo. Essas áreas são: o papel do governo no combate ao desemprego e o papel do Governo Federal no combate à violência. Por que isso? No governo de Fernando Henrique quem se ocupa na questão do emprego é o Ministério do Trabalho. No meu governo, além do Ministério do Trabalho, todos os ministérios, anotem bem, todos os ministérios vão estar voltados para essa questão que, para mim, é a questão central de um governante nesse momento da vida brasileira. O Ministério da Agricultura, por exemplo, vai incentivar, preferencialmente, as atividades do campo que geram mais empregos e o Ministério dos Transportes, na sua área, vai fazer a mesma coisa. E eu vou ter a oportunidade, ao longo dos próximos programas, de explicar para vocês, como cada um desses ministérios trabalhando nessa mesma direção vai ser um elemento importantíssimo para geração de oportunidade de emprego, para criação de postos de trabalho”. (20/08/02, às 20 horas e 30 minutos).

“Mudança, para mim, é dar às pessoas a chave da dignidade que é ter um trabalho. Mudança, para mim, tem nome e o nome da mudança é emprego. Mudança, para mim, tem cor. A cor da mudança é azul. O azul da carteira de trabalho. Mudança, para mim, tem número. São oito milhões de novos empregos. Mas mudança também exige dizer como e de que jeito se faz, porque senão vira uma promessa de eleição e não vai ser nunca uma mudança de verdade. É por isso que eu quero, agora, toda a sua atenção. Eu vou começar detalhar a minha proposta de geração de emprego para Brasil: o projeto 2ª feira. Para gerar emprego é preciso que se faça mais investimento e a produção da economia aumente, ou seja, que as empresas produzam mais carros, mais bicicletas, geladeiras. Que a agricultura plante e colha mais. É claro que as empresas, as fábricas, o comércio, todos os setores vão ter que contratar mais pessoas. Isso pode parecer uma coisa complicada, uma espécie de novelo na mão da gente, mas eu sei direitinho onde está a ponta do barbante. Para começar desenrolar todo esse processo, a ponta do barbante que nós vamos puxar chama-se exportação. O Brasil pode e tem que exportar muito mais. Frutas e aviões para os Estados Unidos, para Europa. Carne e açúcar para China. Avião, caminhão e ônibus para Índia. Tudo isso vai significar mais emprego. Para importar mais, nós vamos ter que fazer duas coisas fundamentais. Primeiro, tirar aquele monte de impostos que a exportação brasileira tem em cima dela para gente ficar mais competitivo lá fora. E, além disso, hoje, muitos produtos importados tem menos impostos do que os produzidos aqui. Resultado: gera emprego lá fora e não dentro do Brasil. Já os países estrangeiros protegem seus empregos com unhas e dentes, criando um monte de barreira contra os nossos produtos. Por isso é que, além de mudar os nossos impostos, nós temos que derrubar as barreiras contra os nossos produtos. Se eles querem vender aqui os seus produtos, eles têm que deixar a gente vender os nossos produtos lá. Nós precisamos também

impulsionar as atividades que empregam mais gente. Eu vou dar aqui cinco exemplos. Primeiro, fazer crescer ainda mais a nossa agricultura, principalmente a familiar e a fruticultura irrigada. Veja só, na agricultura, para cada um milhão de reais investidos são gerados dez vezes mais empregos diretos do que numa fábrica de máquina e equipamentos. E, em segundo lugar, na construção civil, principalmente, na construção de moradias onde cada milhão de reais investidos pode gerar 65 empregos. Em terceiro lugar, no turismo. Que no Brasil, um país imenso, tão bonito, com Nordeste, Amazonas, Pantanal e tantos outros lugares ainda estão subaproveitados. Para cada dezesseis mil reais que os turistas gastam no Brasil, se gera um emprego a mais por ano. E olhe, tem mais. Você sabia que a saúde, a educação, além de serem fundamentais para melhorar a vida das pessoas, são áreas que geram muitas oportunidades de trabalho? Aliás eu fiz isso no Ministério da Saúde e eu sei que dá perfeitamente para criar, nos próximos quatro anos, mais setecentos e trinta mil empregos na educação e mais quinhentos mil na saúde. Combater o desemprego não é lutar contra uma estatística, um número frio. Criar oportunidade de trabalho é a maior medida social, a maior medida para o bem-estar das famílias, a maior medida contra o crime, a maior mudança que se pode fazer hoje no Brasil. E é isso que eu vou fazer com meu projeto 2ª feira”. (22/08/02, às 20 horas e 30 minutos).

“Hoje, nós vamos tratar como fazer a agricultura brasileira crescer mais para colher mais empregos. Olha, de cada 1 milhão de reais investido na agricultura geram-se 20 vezes mais empregos do que numa empresa de máquinas e o mercado da agricultura brasileira é o mundo inteiro, não tem fronteiras. São 6 bilhões de pessoas que podem comprar nossas frutas, nossos grãos. Tudo aquilo que o Brasil produz de bom. E a agricultura brasileira, temos que reconhecer, está ajudando o Brasil imensamente. A gente tem que tirar o chapéu para ela. E veja bem, explorando 38 milhões de hectares, o Brasil produz 100 milhões de toneladas de grãos, milho, soja, trigo. Agora, nós temos, ainda, 90 milhões de hectares a mais para explorar. Nenhum país do mundo tem isso. Pense bem, quantos empregos nós podemos ainda gerar no campo brasileiro. Isso dá para fazer. Os americanos, os europeus, eles falam o tempo todo em mercado comum. Pregam isso a todo o momento. Só que essa verdade só funciona quando convém para eles. Quando o produto brasileiro tem o custo menor e pode ser vendido mais barato do que o deles, ou quando nosso produto é de melhor qualidade, eles criam barreiras, põem impostos adicionais ou até subsidiam sua própria produção para defender os empregos de seus agricultores. Então, para ter esses mercados para os nossos produtos, para gerar mais empregos, tem que saber negociar. Implantar política do toma lá dá cá. Dentro da agropecuária, um dos setores que mais empregam é o da agricultura familiar. São propriedades pequenas e médias onde, no geral, os donos é que trabalham, empregam os parentes, vizinhos. Para fortalecer essa agricultura familiar é preciso, em primeiro lugar, ter mais crédito para financiar a produção. O programa de apoio à agricultura familiar, no governo federal, chegou a oferecer 4 bilhões de reais de empréstimos para a safra atual. Só que as famílias puderam aproveitar apenas dois, desses 4 bilhões. Metade. Sabe por quê? Porque os agricultores não conseguiram pegar os empréstimos nos bancos. Não tinham garantias para dar. O meu plano é que o governo ajude os agricultores a terem essas garantias, criando, como se diz, tecnicamente, o Fundo de Aval, ou seja, o governo, na prática, vai ser o fiador desses empréstimos. Só que, com isso, veja bem, só isso, já duplica o crédito para a agricultura familiar que, aliás, é a que produz o alimento que você come na sua casa. Agora, imagine quanto vai aumentar de emprego no campo com essa medida. Você sabe que o leite é um produto essencial para a saúde, principalmente para as nossas crianças. Além disso, o leite é fundamental para a vida de 3,5 milhões de pessoas que, na maioria dos municípios brasileiros, se dedicam a sua produção. Por isso, uma das nossas propostas para gerar mais empregos e fortalecer a renda dessas famílias é o incentivo à produção do leite. Sabe como

nós vamos fazer isto? Primeiro, nós vamos incluir o leite na política de garantia dos preços mínimos, ou seja, o produtor de leite vai receber os preços justos. Uma segunda coisa será garantir crédito com juros menores e incentivo às exportações, hoje muito reduzido. E, por último, uma novidade, na verdade, uma obrigação, nós vamos incluir o leite natural, por lei, na merenda escolar, fortalecendo, assim, a saúde das crianças. Outra agricultura que gera muito emprego e que também precisa de uma atenção especial é agricultura irrigada. Os números dela são impressionantes, principalmente fruticultura. Você chega lá no Nordeste, em pleno sertão, e vê a fruticultura irrigada gerando 3 empregos por hectare. Nosso plano é aumentar em 200 mil hectares a área irrigada no Brasil, gerando 600 mil empregos a mais na fruticultura. Olha, o crédito e irrigação são fundamentais, mas é preciso também cuidar da infra-estrutura, é por onde a produção vai ser transportada. Por exemplo, no caso da fruticultura, nós vamos fazer a ferrovia transnordestina que vai levar as frutas do interior do Nordeste até os postos e daí para os países estrangeiros. Eles ficam com as frutas e nós ficamos com nossos empregos”. (27/08/02, às 20 horas e 30 minutos).

“Diminuir a criminalidade também é fundamental para ajudar a criar emprego. Aí você pode me perguntar o que uma coisa tem a ver com outra. É simples e muito importante. A criminalidade afasta os investidores em todos os campos da economia. Por falta de segurança grandes fábricas mudam de uma cidade para outra, de um estado para outro, ou até mesmo de um país para outro. Ou, às vezes, o investidor desiste de manter sua empresa funcionando e vai fazer outra coisa, despedindo seus funcionários. A mesma coisa acontece com quem tem uma pequena reserva e pensa em montar seu negócio, uma padaria, uma oficina ou outra coisa qualquer. A pessoa tem medo de investir numa cidade violenta ou num bairro violento e assim aquele lugar acaba perdendo muitas oportunidades de emprego e as pessoas de terem uma renda”. (31/08/02, às 20 horas e 30 minutos).

(...) “Quando eu falo em gerar empregos e controlar a inflação são mais oportunidades de trabalhos para professoras, secretárias, merendeiras, bibliotecárias, recreadoras. Isso não significa excluir os homens, mas incluir mais as mulheres no mercado de trabalho. Quando eu falo em incentivar a indústria de calçados e confecção eu estou falando de emprego para mulheres, pois 77% desses empregos são ocupados por mulheres já. O meu Projeto 2ª feira trata exatamente disso: usar toda a força e o poder do governo na geração de empregos, na agricultura, no turismo, na exportação, na saúde, na educação. Serão 8 milhões de novos empregos que eu sei como e onde fazer e eu tenho detalhado isso tudo durante a minha campanha. Venho mostrando e demonstrando que a geração de empregos é minha grande prioridade, mas como o meu programa de governo, hoje, é dedicado às mulheres, eu faço questão de mostrar alguns dos meus projetos que eu pretendo implantar, especificamente, para você, mulher. Durante toda essa campanha eu sempre tenho dito que vou colocar toda força do governo, todos os ministérios trabalhando nesse esforço nacional pela geração de empregos. Eu sei que as mulheres que trabalham nos serviços públicos serão minhas grandes aliadas, por isso mesmo vou estabelecer um sistema de cotas para que as mulheres ocupem mais cargos de chefia, corrigindo as distorções e injustiças que ainda existem. Eu espero que esse exemplo seja seguido por toda nossa sociedade. Agora, um projeto pelo qual eu tenho um carinho muito especial, porque eu sei que é fundamental para mães que trabalham fora, é a criação de uma rede de creches e escolinhas infantis. Isso nós vamos implantar junto com as prefeituras. Com essa Rede, além de dar emprego para recreadoras, merendeiras, educadoras, nós vamos dar para você a segurança que seus filhos vão ficar bem cuidados o dia todo, enquanto você está no emprego, com merenda, atendimento de saúde e gente treinada tomando conta. Olha, não dá para falar de empregos para mulheres sem falar de onde e com quem elas vão deixar seus filhos”. (05/09/02, às 20 horas e 30 minutos).

“Se digo que vamos criar 8 milhões de empregos é porque este é o número real, pode ser até que a gente consiga mais, mas isso é o que dá para garantir. O primeiro grande passo, nesse sentido, é fazer com que todo o governo se volte para questão do emprego. Nós vamos investir recursos do governo federal onde for para gerar mais empregos, privilegiando e incentivando as atividades e políticas que empreguem mais, fazendo com que, também, cada Ministério do meu governo seja também um ministério do emprego. Para gerar emprego, o país precisa de dinheiro, de mais dólares. Aí você fica se perguntado, por que o Brasil precisa de dólar se as pessoas ganham em reais, gastam em reais, economizam em reais? É que tem muita coisa que ainda precisa ser comprada lá fora, máquinas, equipamentos, alguns produtos que a nossa indústria não produz, ou que ainda não produz em quantidade suficiente. Petróleo, por exemplo, a gente vem produzindo cada vez mais, mas ainda tem que comprar uma parte importante lá fora. Outro exemplo é o trigo que faz o pão, a farinha. Muito do trigo que a gente usa no Brasil, ainda vem de fora e tudo isso é pago em dólar. Aí, só tem dois jeitos, ou o Brasil pega mais dólar emprestado, pagando mais juros, ou vende mais lá fora, recebendo em dólar. É por isso que eu venho dizendo, nesta campanha, que a ponta do barbante para desenrolar esse novelo é a exportação. Quando a gente exporta mais, gera mais emprego e, ao mesmo tempo, traz mais dólares. Aí, como o governo vai pegar menos empréstimo lá fora, vai poder reduzir os juros aqui. O agronegócio é um setor da economia que gera emprego mais rapidamente e em grande quantidade. A cada 1 milhão investido gera-se 200 empregos e isso é muito, quase três vezes mais que na indústria de automóveis. É emprego na plantação, na colheita, no mercado, no transporte. A agropecuária gera emprego em todo Brasil. Agora, não basta investir apenas na agricultura, tem que investir, dentro da agricultura, na agricultura familiar que emprega mais gente ainda. Gente da região, vizinho, parente. Enfim, com o investimento, linha de crédito, incentivo à exportação e tudo mais. Nós vamos gerar 3 milhões de empregos só na agropecuária. Hoje, o Brasil investe apenas 24 milhões de dólares em promoção do país lá fora. Junto com a iniciativa privada, nós vamos aumentar esse investimento para 84 milhões de dólares. Vamos divulgar mais o nosso país, aumentar o número de vôos chats, aqueles vôos especiais que só trazem turistas. Agora, turista também gera muito emprego e, além disso, traz dólar porque eles gastam em dólar e você já sabe o quanto a gente precisa de mais dólares. Para isso, precisa ter toda uma infra-estrutura, estradas, melhores hotéis, cursos e treinamento. A Itália, a França, a Espanha prosperaram muito com o turismo. É uma indústria limpa a céu aberto. É uma indústria sem chaminé, que protege a natureza. Vamos fazer o número de turistas estrangeiros saltar de 5 milhões pra 9 milhões por ano e o aumento do turismo vai gerar, só ele, 850 mil novos empregos no Brasil. Olhe, a cada 34 mil reais investidos na construção civil, o Brasil ganha um novo emprego. Emprego para servente, pedreiro, carpinteiro, pintor até para quem trabalha em fábrica de tijolo. E, para dar melhores condições aos trabalhadores do setor, eu vou usar os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, o FAT, para fazer programas de qualificação de mão-de-obra para que quando a obra termine, o emprego de alguém não termine junto com ela. Muita gente não percebe, mas quando se investe em saúde e educação, além de melhorar a qualidade de vida das pessoas, se gera muitos empregos e nós vamos investir pesado nisso. Nós vamos colocar a criança mais tempo na escola. Vamos matricular mais no ensino médio, em escolas profissionalizantes, vamos criar a rede de creches de pré-escola Quero-Quero. Para fazer tudo isso vai ser preciso empregar muita gente, professores, recreadores, bibliotecárias, secretárias. Só na educação serão 730 mil novos empregos. Na saúde, eu posso falar como experiência própria. Quando eu fui Ministro criei mais de 300 mil novos empregos nessa área e, se fiz como Ministro, farei muito mais como presidente. Por exemplo, quando entrei no Ministério existiam 1 mil e 600 equipes de saúde da família, eu aumentei esse número para 15 mil, criando emprego para médicos, enfermeiras, auxiliares de enfermagem, agentes comunitários

de saúde e, agora, nos próximos anos, nós vamos fazer mais 30 mil equipes e cada equipe emprega 9 pessoas. Com isso, mais programa de saúde bucal, mais a criação de 20 mil novos leitos hospitalares, mais obras de saneamento, nós vamos criar mais 500 mil novos empregos só na área da saúde. Isso dá para fazer. A roda da economia vai girar mais rápido, criando mais oportunidade de trabalho nas fábricas, nas lojas, nos postos, nos transportes, em todo Brasil. Serão mais 2 milhões e 320 mil empregos criados, espontaneamente, com o crescimento da economia. O governo tem instrumento para garantir isso, tem força para isso e nós vamos fazer a economia brasileira crescer no nível pelo menos 4,5% ao ano. Isso é possível. É a nossa meta. Este é o objetivo maior do projeto 2ª feira, garantir um total de 8 milhões de novos empregos, no mínimo, e é isso que eu vou fazer se for eleito presidente do Brasil”.(12/09/02, às 20 horas e 30 minutos)

“Se digo que vamos criar 8 milhões é porque este é o número real, pode ser até que a gente consiga mais, mas isso é o que dá para garantir. O primeiro grande passo, nesse sentido, é fazer com que todo o governo se volte para questão do emprego. Nós vamos investir recursos do governo federal onde for para gerar mais empregos, privilegiando e incentivando as atividades e políticas que empreguem mais, fazendo com que, também, cada Ministério do meu governo seja, também, um ministério do emprego. Quando a gente exporta mais, gera mais emprego e, ao mesmo tempo, traz mais dólares. Aí, como o governo vai pegar menos empréstimo lá fora, vai poder reduzir os juros aqui dentro. Com os juros menores, a economia cresce mais. Nós vamos ter mais empregos. Para exportar mais, aí é que está, nós temos que derrubar as barreiras externas. Os países mais desenvolvidos vivem falando de mercado aberto, mas na hora de proteger a indústria deles, os empregos deles, criam um monte de dificuldades, cotas, impostos extras e por aí vai. Tudo em cima de nossos produtos e é exatamente contra isso que eu vou lutar, implantando a política do toma-lá-dá-cá. Se o país quer vender para o Brasil, tudo bem, mas vai ter que deixar o Brasil vender lá também. Nós vamos puxar a brasa pra nossa sardinha, mesmo! Agora, para aumentar o emprego, a gente precisa também de cuidar de uma outra coisa que é fundamental: do treinamento e da qualificação das pessoas. Só assim, é possível ter gente para ocupar as vagas criadas pelo crescimento da economia. Senão, não dá. Agora, nós vamos ter que fazer também as obras necessárias para baratear nossa produção, estrada, por exemplo. Terminando a Cuiabá Santarém, só para citar um caso, além de gerar empregos, com a construção, nós vamos abaixar em 20 dólares o custo da tonelada de soja que se exporta. E, se fica mais barato produzir, fica mais barato exportar, e a gente vende mais lá fora. Com isso, entra mais dólares no Brasil. Além disso tudo, é fundamental, também, investir mais na divulgação dos nossos produtos. Isso vão ser de responsabilidade do governo, também. Nós vamos divulgar a marca Brasil. Com o investimento, linha de crédito, incentivo à exportação, e tudo mais, nós vamos gerar 3 milhões de empregos só na agropecuária. Tudo que se faz na construção civil gera muitos empregos. Por isso, com a garantia do financiamento de moradias para as famílias de baixa renda, com a expansão dos empréstimos para classe média da casa própria e com obras, como por exemplo, levar rede de esgoto para mais de 33 milhões de brasileiros, nós vamos gerar mais de 600 mil empregos em todo Brasil. Só na educação, serão 730 mil novos empregos. (...) E, agora nos próximos anos, nós vamos fazer mais 30 mil equipes, e cada equipe emprega 9 pessoas. Com isso, mais o programa de saúde bucal, mais a criação de 20 mil novos leitos hospitalares, mais obras de saneamento, nós vamos chegar a 500 mil novos empregos só na área da saúde. Serão mais de 2 milhões e 320 mil empregos criados, espontaneamente, com o crescimento da economia. O governo tem instrumento para garantir isso. Tem força para isso e nós vamos fazer a economia brasileira voltar crescer no nível de pelo menos 4,5% ao ano. Isto é possível. É a nossa meta. Esse é o objetivo maior do projeto 2ª

feira: garantir um total de 8 milhões de novos empregos, no mínimo, e é isso que eu vou fazer se for eleito presidente do Brasil”. (14/09/02, às 13:00 horas).

“(…) O meu projeto de geração de emprego é o meu principal compromisso de governo. É um projeto sério, consistente, que está reunido neste livro chamado Projeto 2ª feira para que você leia e compare com as outras propostas que existem. Olha, eu tenho uma cara séria, mas é uma só. Eu não digo uma coisa aqui e outra ali. Eu vou agir como presidente da mesma forma que eu agi como Ministro da Saúde, o que eu prometi, eu cumpri. Da mesma forma que diziam que minhas propostas de implantar os genéricos, da briga com outras patentes, fazer o programa de saúde da família eram ambiciosas demais, agora dizem isso com a minha proposta de gerar 8 milhões de empregos, mas ela é absolutamente viável. Pode me cobrar. Um dos principais pontos é aumentar as exportações e, para isso, o próximo presidente tem que ter experiência para negociar lá fora, peitar os Estados Unidos e a Europa para derrubar as barreiras contra os nossos produtos industriais e agrícolas. Você que produz frutas, faz sapatos, você que produz café, soja, carne e até automóveis e aviões sabe que isso é fundamental. É preciso defender a agricultura e a indústria nacional de uma globalização de mão única e, nos últimos quatro anos, eu fiz exatamente isso na saúde.” (21/09/02, às 20:30h).

“(…) o governo como o meu, que quer gerar 8 milhões de empregos e exportar muito, vai olhar para a agropecuária e a indústria do sul, para as pessoas do sul. Nós vamos dar aval de crédito e seguro agrícola para a agricultura familiar. Vamos desonerar as exportações e lutar para derrubar as barreiras que tanto os Estados Unidos quanto a Europa colocam contra os produtos agrícolas que o Rio Grande, a Santa Catarina, o Paraná, o Brasil exporta. Para desenvolver a região Sul, é fundamental incentivar a produção e a exportação de produtos como calçado, soja, carne, bens industriais. Dar uma força ao banco da terra, incentivar o cooperativismo. Combater as invasões de terra, elas são inaceitáveis numa democracia e fazer as obras fundamentais como terminar a duplicação da BR 101 de Santa Catarina ao Rio Grande. Estender a rodovia do Mercosul. Melhorar o Porto de São Francisco em Santa Catarina. Ampliar o gasoduto que vem da Argentina, trazendo energia para produção. Fazer os gamais da ferroeste no Paraná são fundamentais para ter mais exportações na região de Cascavel. Cuidando da agricultura e das exportações, completando a infra-estrutura com boas estradas, portos e energia para baratear e escoar nossa produção, nós vamos dar melhor qualidade de vida, melhor salários para região Sul e ela vai poder ajudar ainda mais no país”. (03/10/02, às 13 horas).

Luís Inácio Lula da Silva – Partido dos Trabalhadores (PT)

“O tema de nosso programa de hoje é geração de emprego. Os grandes projetos, os grandes temas nacionais são todos interligados. Não podemos falar de emprego sem falar de crescimento econômico e exportação de energia e assim por diante. Ao mesmo tempo, as pessoas estão angustiadas e querem mesmo é saber soluções rápidas. São homens e mulheres que sonham com o emprego, que sonham com oportunidade para mudar suas vidas e não a encontram. Oportunidade! essa é a palavra que eu mais ouço nas ruas do Brasil. Esse é um dos desafios que mais faço questão de enfrentar e vencer, porque só vamos conseguir gerar muitos empregos com a retomada de crescimento econômico e isso não acontece da noite para o dia. Por outro lado, não podemos virar as costas para tanta gente que precisa e merece uma oportunidade. Uma das coisas que vamos fazer logo é estender para todo Brasil o Banco do Povo: um projeto que já funciona muito bem em vários estados e cidades administradas pelo PT. O Banco do Povo promove o surgimento de milhares de pequenos negócios estimulando um processo que gera emprego e distribui renda. Esse é um programa de que eu gosto muito,

pois em vez de dá peixe, ele ensina a pescar. Pessoas que não conseguiram arranjar dinheiro para começar ou ampliar um pequeno negócio vão poder contar com uma nova linha de crédito muito simples e rápida do Banco de Brasil. Em Belém do Pará, o Banco do Povo já criou dezesseis mil novos empregos diretos e quarenta e oito mil indiretos, fazendo a felicidade de muita gente. A filosofia do Banco do Povo é muito simples. Ao invés de emprestar muito dinheiro para poucas pessoas, vai emprestar pouco dinheiro, mas para muita gente. As estatísticas comprovam que o tomador de pequenos empréstimos é bom pagador, pois sabe que seu nome limpo é o seu maior patrimônio. Tenho certeza que projetos como este espalhados por todo Brasil vão levantar a moral do nosso povo e trazer de volta a esperança de um futuro melhor”. (24/08/02, às 13:00 horas).

“Boa noite. O tema de nosso programa de hoje é geração de emprego. Para sair da crise, o Brasil precisa equilibrar sua balança de pagamentos. Quantas vezes você viu isso, nestes últimos tempos. Trocando em miúdos, isso significa que temos que exportar mais e importar menos, ou seja, trazer mais dólares para cá e mandar menos dólares para lá. Mas enquanto o Brasil precisa fazer esse grande esforço, a Petrobrás parece ignorar que ela é uma empresa brasileira. Faz concorrência para construção de três plataformas marítimas no valor de um bilhão e meio de dólares e, apesar da gente ter estaleiros capazes de produzir essas plataformas aqui no Brasil, ela já contratou a construção da primeira delas em Cingapura, na Ásia e está praticamente certo que o destino das outras duas será o mesmo. Mas uma coisa, se a estas plataformas fossem construídas aqui no Brasil geraria cerca de 25 mil novos empregos por um período de três anos, isto é, além de mandar um bilhão e meio para fora, deixamos de criar milhares de milhares de empregos aqui dentro. Achei esta história tão absurda que vim em Angra dos Reis conferir e é a mais pura verdade. O presidente do estaleiro Fels Setal S.A. confirmou tudo. De fato, as plataformas podem ser feitas aqui. A Petrobrás é que, inexplicavelmente, resolveu fazer lá fora. Como toda empresa estatal, a Petrobrás é subordinada ao Presidente da República e no momento como este o presidente tinha que chamar a direção da Petrobrás e dizer “é no Brasil que essas plataformas têm que ser feitas, não em Cingapura”, ponto final. Tenha certeza, se eu for eleito presidente, tudo que puder ser feito no Brasil será feito no Brasil, porque nós precisamos gerar riquezas, emprego e renda, aqui, no nosso país. (29/08/02, às 20:30 horas).

“(…) Não é possível que num país com a dimensão do Brasil, com tanta terra fértil e com o povo trabalhador, 43 milhões de pessoas passem fome. E vejam, o Brasil produz alimentos suficientes para toda a sua população. O que falta não é comida, o que falta é emprego, é dinheiro para que as pessoas possam comprar sua comida. Que país é esse onde o poder público, entra ano e sai ano e continua ignorando o povo mais pobre e mais necessitado? A miséria, a pobreza é uma realidade que um presidente da república tem que enfrentar. Como em outros lugares assim, o jovem acaba largando tudo e fugindo para cidade grande em busca de uma esperança. Aí o mais grave acontece, as capitais, as cidades maiores estão cheias de problemas, de violência, de droga, de desemprego. E esses milhares de jovens que chegam, além de não conseguir uma oportunidade, vão aumentar ainda mais o contingente, já tão grande, dos que não têm onde morar, dos que não têm o que comer, dos que não têm onde trabalhar. E se enganam aqueles que acham que o problema da fome acontece apenas no Sertão Nordestino. Talvez a fome mais injusta e cruel aconteça, exatamente, na periferia das grandes cidades brasileiras, bem próximas do progresso e da riqueza. Não me conformo com a pobreza e não vou me conformar, nunca, com a miséria. Quero ser o presidente da esperança, da fartura, da justiça e da oportunidade para todo o povo brasileiro”. (31/08/02, às 20 horas e 30 minutos).

“(…) Tenho conversado com muitos empresários e com os sindicatos dos trabalhadores e todos estão convencidos de que a única solução é o Brasil voltar a crescer. A verdade é que estamos no mesmo barco e que temos que dar as mãos e remar na mesma direção”. (...) É por isso que a minha proposta de fazer um grande pacto social entre governo, empresários e trabalhadores é cada vez mais aceita, cada vez mais compreendida por todos. É assim que pretendo governar o Brasil. Temos que encontrar novas soluções para os nossos velhos problemas. Temos que mudar o atual modelo econômico. Temos que investir na produção, reduzir impostos, aumentar as exportações e reduzir os juros. Só assim, a nossa economia vai voltar a crescer e a gerar os empregos que o povo brasileiro tanto precisa”. (10/09/02, às 20 horas e 30 minutos).

“Boa tarde, o nosso programa de hoje é sobre o primeiro emprego. Poucas coisas causam tanta aflição a um pai ou a uma mãe como assistir o sofrimento de seu filho ou da sua filha em busca do seu primeiro emprego. Tenho cinco filhos e sei o quanto eu e a Marisa sofremos durante essa nossa etapa de vida. O primeiro problema é a falta de experiência. Agora, como ter experiência se ninguém dá o primeiro emprego? Essa é, exatamente, a grande contradição. Cheguei a uma conclusão: a única forma de motivar as empresas a contratar um jovem sem experiência é dar a elas algum incentivo para isso. É exatamente o que vou fazer. Entretanto, é importante ressaltar que o problema do desemprego no Brasil só será resolvido com a retomada do crescimento econômico. Engana você quem lhe dizer o contrário. Dentro desse contexto, o meu projeto para o primeiro emprego deve ser visto não como uma solução definitiva, mas como uma boa alternativa para evitar o agravamento da crise entre os jovens que buscam a sua primeira oportunidade. Com isso ganham as empresas, ganha o jovem que adquire a sua primeira experiência profissional, ganha o Brasil que abre um grande mercado de trabalho para milhões de jovens e, ainda, ganham os pais dos jovens que vão poder dormir em paz, livre desse grande sofrimento. Quero deixar claro que esse projeto vai precisar ser muito discutido com os sindicatos e com os empresários, e que somente através de um grande pacto, de um grande acordo, ele poderá ser feito, mas acredito que todos estão maduros para essa discussão, sobretudo diante do alto índice de desemprego que tomou conta do nosso país”. (12/09/02, às 13:00 horas).

“Tem uma coisa que o povo brasileiro já entendeu. Para sair da crise, o Brasil precisa mudar seu rumo. Continuar na mesma direção seria enfraquecer ainda mais o país e aumentar o sofrimento do povo. Como tenho dito e repetido, é preciso crescer, desenvolver e exportar mais. Quanto mais rápido conseguirmos fazer isso, mais rápido sairemos dessa crise. Para isso temos que gerar desenvolvimento em todas as áreas, na agricultura, na indústria, no comércio. Enfim, em todos os setores e para todas camadas sociais. O espírito do cooperativismo pode ser resumido numa frase: “a união faz a força”. A cooperativa é uma das formas de fazer com que os pequenos fiquem fortes, e que, organizados e unidos, possam diminuir a sua dependência do estado. O estado não tem que ser pai. Tem que ser parceiro. Não tem que dar peixe, mas ensinar a pescar, atuando como um grande estimulador, como um instrumento poderoso para, através de financiamento e apoio técnico, incentivar o conjunto das atividades econômicas. Eu estou em Maringá, no estado do Paraná, onde o sistema cooperativo já é bastante forte e produtivo. Vim até aqui para mostrar a vocês uma cooperativa que começou pequena e cresceu até se transformar no que é hoje a Cocamar. Existem, hoje, no Brasil mais de 7 mil cooperativas, reunindo cerca de 5 milhões de associados. Só no ano passado suas exportações chegaram a 1 bilhão e 300 milhões de dólares e isso é só o começo. Se a gente comparar o que acontece aqui com o que acontece nos Estados Unidos e na Europa, vai ver que o cooperativismo aqui está dando apenas seus primeiros passos no Brasil. Eleito presidente do Brasil, vou incentivar o cooperativismo em todo território nacional. Ele será

um dos principais fatores em desenvolvimento e justiça social para fazer do Brasil uma nação digna, respeitada e soberana, que é, com certeza, o que todos nós desejamos”. (17/09/02, às 13:00 horas).

Ciro Ferreira Gomes – Partido Popular Socialista (PPS)

“Uma das nossas propostas é trabalhar com os municípios para regularizar a posse da terra e iniciar um programa de construção de 300 mil casas populares por ano. Como de cada 100 famílias sem teto, 82 ganham até 3 salários mínimos, a prestação para estas famílias será de 10% do salário mínimo. Com isso, pretendemos ajudar a enfrentar dois problemas. O primeiro é o da falta de moradia e o segundo é do desemprego, dando oportunidade de trabalho para milhares de brasileiros na construção civil”. (20/08/02, às 20 horas e 30 minutos).

“Tem coisa mais cruel do que negar a um jovem seu primeiro emprego e ainda exigir dele experiência? No nosso governo, por isso, todo jovem em busca de seu primeiro emprego e todo desempregado ou mesmo empregado em risco de perder seu emprego poderão fazer o curso de qualificação e requalificação sem custo e sem fila. Para isto, o Fundo de Amparo ao Trabalhador tem dinheiro: 65 bilhões de reais. É o maior fundo social de nosso país e precisa ter seus recursos melhor aplicados e é isso que nós vamos fazer, porque quando a idéia é boa, não é preciso inventar outra, basta querer fazer”. (31/08/02, às 20 horas e 30 minutos).

Anthony William Matheus de Oliveira (Garotinho) – Partido Socialista Brasileiro (PSB)

“Tem muito candidato prometendo criar emprego. Prometendo... Agora, eu vou mostrar para você como é que eu fiz. Viu, eu já fiz. Eu sei como fazer. Me dê uma chance de fazer pelo Brasil. O que eu mais tenho escutado é: “Garotinho, eu quero votar em você”!, mas isso não aparece nas pesquisas. Quero fazer uma alerta a você. Fui candidato a prefeito e a pesquisa dizia que eu ia perder, ganhei. Comecei a campanha para governador e a pesquisa dizia que eu ia perder, ganhei. Não é pesquisa que tem que mandar no seu voto. Seu voto é que tem que mandar na eleição. Ainda mais agora que o jogo ficou pesado porque os poderosos não querem um candidato que trabalha em favor dos pobres. Não se deixam iludir por nenhuma pesquisa. Nenhuma pesquisa é mais forte que seu voto. Vamos nessa, juntos, e vamos ganhar outra vez”. (27/08/02, às 20:30 horas).

“Esse aqui é um dos estaleiros do estado do Rio de Janeiro. Quando eu os assumi, eles estavam praticamente fechados. Esse é o estaleiro EISA na Ilha do Governador. Esse estaleiro que tinha 150 empregados, hoje tem 1000. Todos os estaleiros que tinham menos de 1000 empregados, hoje, tem 10.000 mil empregos diretos e no total 40.000 mil empregos indiretos. Isso que você está vendo aqui pode acontecer em todas as fábricas do Brasil, basta que haja um governo preocupado com o povo, preocupado com o Brasil, preocupado com o trabalhador. Quero dizer uma coisa para vocês [dirigindo-se aos trabalhadores do estaleiro] e para todo mundo que está assistindo a gente, quando eu for o presidente do Brasil, a Petrobrás nunca mais vai fazer plataforma e nem navio fora do Brasil. Ela vai fazer aqui para gerar emprego para os trabalhadores brasileiros. Valeu, pessoal!” [dizendo aos trabalhadores do estaleiro]. (31/08/02, às 20 horas e 30 minutos).

“Hoje eu estou aqui em Angra dos Reis e você está vendo o estaleiro VEROLME, o maior estaleiro da América Latina. Quando eu assumi o governo do Rio de Janeiro esse estaleiro tinha apenas seis funcionários que cuidavam de tirar o mato, já que o estaleiro estava fechado.

Depois do meu governo, nós, hoje, temos 10 mil trabalhadores diretos e cerca de 40 mil trabalhadores indiretos, trabalhando, ganhando o pão de cada dia. Isso que eu fiz no Rio de Janeiro, abrindo os estaleiros, eu quero fazer com as fábricas que estão fechadas no Brasil. [Garotinho falando aos funcionários do estaleiro Verolme] se tem alguém que pode dizer e mostrar que vai criar emprego e como vai criar, está aqui o Garotinho. Se vocês quiserem me dar uma chance, me dá uma chance”! (07/09/02, às 20 horas e 30 minutos).

“Esse modelo econômico que privilegia os banqueiros deixa milhões de brasileiros sem emprego, especialmente os jovens. Sofrem todos os jovens, mais principalmente os da periferia. Quando eu governei o Rio, eu criei para os jovens mais pobres, milhares de oportunidades de trabalho nos programas jovens pela paz e vida nova, além de ter multiplicado por três o número de vagas nas escolas técnicas para qualificar jovens para o primeiro emprego. A juventude brasileira está cansada de ouvir que o Brasil é o país do futuro. Quando eu for presidente vou retomar o crescimento econômico para gerar empregos, incentivar as empresas para que dêem oportunidade de trabalho aos jovens e criar, como já existe em outros países, o Ministério da Juventude para cuidar da cultura, do esporte, do lazer e, principalmente, do primeiro emprego. Eu vou fazer, você pode confiar”. (14/09/02, às 20 horas e 30 minutos).

José Maria de Almeida – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU)

“Serra é o candidato preferido do FMI, porque é a continuidade do governo FHC que garante lucros enormes aos banqueiros, gerando o maior índice de desemprego em toda a história do Brasil. O novo acordo com o FMI vai significar mais desemprego. Os investimentos públicos serão reduzidos a 30% no próximo ano. Haverá, também, corte nas verbas da saúde, educação, habitação e reforma agrária. Não querer acabar com a aposentadoria dos servidores e manter congelado o salário do funcionalismo. O problema é que também os outros candidatos se submeteram ao FMI e aceitaram também esse acordo que impõe a continuidade da política econômica de FHC até 2005. O PSTU adverte: sem romper com a ALCA e o FMI, toda promessa de geração de emprego é propaganda enganosa; por isso, nas eleições, o voto útil é o voto contra o FMI a ALCA e ao pagamento da dívida externa para que haja emprego, salário digno, verbas para a educação, saúde e reforma agrária. Voto útil, portanto, é o voto nos candidatos do PSTU. Vote 16”. (24/09/02, às 20 horas e 30 minutos).

Rui Costa Pimenta – Partido da Causa Operária (PCO)

“O PCO não participa das eleições para fazer promessa, mas para discutir as necessidades da classe trabalhadora e chamar o povo a lutar por ela”. (24/08/02, às 20 horas e 30 minutos).

5 – Saúde

José Serra – Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)

“Nós vamos ter que ampliar o programa da família para toda a população brasileira. Hoje, ele atende 55, 60 milhões de pessoas. Nós queremos levar para mais 100 milhões de pessoas. A gente sabe como fazer, porque eu entrei no Ministério e só tinha 5 milhões de pessoas atendidas. Eu deixei praticamente 10 vezes mais do que isso. Então, a gente sabe como

expandir esse programa que é uma questão também fundamental para saúde (...)”. (20/08/02, às 13:00 horas).

“No dia 13 de julho deste ano, eu li nos jornais que o Ciro Gomes, pensando que ia me ofender, disse o seguinte: “o Serra está constipado pela idade”. Isso mostra o tipo de preconceito que as pessoas mais velhas têm que enfrentar neste país. E é sobre esses problemas e as soluções para eles que eu quero conversar com vocês. Com o passar dos anos as pessoas vão acumulando experiência e sabedoria, mas, por outro lado, elas, também, vão precisando, cada vez mais, da atenção e do cuidado dos outros. Essa foi a filosofia que orientou meu trabalho no Ministério da Saúde. Eu sempre acreditei que não basta a pessoa viver mais, a pessoa tem que viver melhor com saúde, atividade, com dignidade para não se sentir um peso nas costas dos outros e nisso não é favor nenhum, é uma obrigação da sociedade cuidar de quem já fez a sua parte na construção do país e é bom que todo mundo entenda isso o mais cedo possível porque os que hoje são jovens, um dia vão envelhecer e vão querer ser respeitados também. O outro grave problema que chega com a idade é uma maior necessidade de usar remédios e quem vive da aposentadoria se aperta muito com isso. Eu enfrentei esse problema e o fiz de várias formas diferentes. Fizemos os genéricos, reduzimos os impostos dos remédios de usos continuados, aqueles remédios que precisam ser tomados, por toda a vida, aumentamos a distribuição da cesta básica de medicamentos dos postos de saúde e também distribuimos medicamentos pelas equipes do programa de saúde da família, dando ao idoso o conforto de ser atendido em casa. Para quem tem diabetes e pressão alta e precisa de remédios a vida toda, nós, primeiro, fizemos exames nacionais, uma campanha, para saber quem tinha essas doenças. Daí o Ministério da Saúde passou a comprar a quantidade necessária desses medicamentos, enviá-los aos estados e municípios, para distribuição gratuita. Alguns ainda não entregam direito, mas que a situação melhorou, melhorou. Com os genéricos, nós conquistamos outra vitória no sentido de baixar o preço dos remédios. Veja que, hoje, os remédios genéricos, na média, custam 40% mais barato que os remédios originais e a qualidade é a mesma e as pessoas passaram a economizar muito com isso. Quem tem mais idade pode também ensinar muito e pode aprender. Vou usar os recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) também para criar cursos para terceira idade, programa de capacitação profissional, novas tecnologias, internet, atividades culturais, atividades físicas, artesanato. Eu vou criar o passaporte da 3ª idade que vai dar acesso gratuito a transportes, atividades de lazer, turismo, cursos em universidades, desconto na compra de medicamentos e mais, quem tiver esse passaporte vai ter prioridade na marcação de consultas e exames de laboratório. Vamos também criar um banco de talentos da terceira idade, estimulando o trabalho voluntário, onde os mais velhos e experientes vão colocar o que aprenderam na vida a serviço da sociedade. Um carpinteiro aposentado pode ajudar no mutirão da escola do bairro, um mecânico aposentado pode ser um monitor na escola técnica. Uma professora aposentada pode ajudar, muito bem, numa creche. O Brasil não pode se dar ao luxo de perder essa riqueza toda, que é a experiência, a sabedoria acumulada em anos de vida. Tem, também, a questão da aposentadoria, ela precisa e vai ser melhorada, mas é necessário saber como. Uma das coisas mais importantes para isso é que precisa ter mais gente contribuindo com a previdência. Hoje é menos da metade dos que trabalham que contribuem, por isso a conta não fecha. Todo mês o governo tem que cobrir o rombo. Nós temos que simplificar as leis e as contribuições, combater as fraudes, reforçar, cada vez mais, a fiscalização sobre as empresas, mas tem que ter mais gente contribuindo. No Projeto 2ª feira, nós vamos criar 8 milhões de novos empregos, que serão mais 8 milhões de trabalhadores contribuindo, além disso é preciso incentivar quem hoje não contribui a regularizar sua situação. Hoje tem muita gente, no Brasil, que trabalha sem carteira assinada e não recolhe para a Previdência e, portanto, não é protegido por ela, se prejudica, isso não vai

poder ser corrigido da noite para o dia, mas nós vamos melhorar pouco a pouco de maneira firme com a reforma tributária, com mudança na forma de se arrecadar para previdência, como eu disse, simplificando as leis de contribuições, estimulando a regularização para o próprio bem de quem hoje não contribui. Agora uma coisa que precisa acabar mesmo, no Brasil, é o preconceito de idade. Hoje um homem e uma mulher de mais de 40 anos são tratados como velhos para o trabalho. No mercado de trabalho são considerados velhos, isso é um absurdo!. Hoje, com 65 anos de idade que tenho, eu me sinto preparado para enfrentar os desafios e ser o Presidente da República, ocupando o cargo mais importante do país. É isso que me dá a certeza que milhões de pessoas também estão prontas, também estão preparadas para continuar trabalhando pelo nosso país”. (03/09/02, às 20 horas e 30 minutos).

“(…) Quando eu falo que vou ampliar o programa de saúde de 15 mil para 45 mil equipes, nós vamos estar contratando, também, mais médicas, enfermeiras, auxiliares de enfermagem, agentes comunitárias que vão cuidar melhor da saúde das mulheres e suas famílias”. (03/09/02, às 20 horas e 30 minutos).

“(…) Eu deixei o Ministério da saúde com mais de 800 milhões de reais sendo investidos em todo Nordeste. Em obras de saneamentos básicos, água corrente, rede esgoto. Aumentei muito o programa de Saúde da Família na região. Nós colocamos mais 5 mil e duzentas equipes e cerca de 30 mil agentes comunitários de saúde a mais. É evidente que eu não resolvi em 4 anos todos os problemas de saúde que se acumularam no Nordeste em séculos. Olha, falta mais a fazer do que foi feito, mas nós fizemos muita coisa”. (...) (24/09/02, às 20 horas e 30 minutos).

“Durante toda a elaboração do meu programa de governo, eu insisti em propor soluções concretas que beneficiasse todos brasileiros de todas as idades de todo canto do país, homens e principalmente as mulheres. Eu sempre acreditei que não basta a pessoa viver mais, a pessoa tem que viver melhor. A vida tem que ser mais bem vivida, com saúde, com dignidade, com integridade para que as pessoas que têm mais idade não se sentir um peso nas costas dos outros. Isso não é favor nenhum, é uma obrigação da sociedade: cuidar de quem já fez a sua parte na construção do Brasil. Tudo isso foi feito para que as pessoas, além de viver mais, possam viver melhor. Agora precisamos dar o próximo passo, e é isso que eu vou fazer se eu for eleito presidente. Nós vamos alcançar mais no sentido de dar uma vida melhor para quem tem mais de 60 anos, mais saúde, mais ocupação, mais respeito”. (01/10/02, às 13 horas).

“Tudo que eu fiz no Ministério da Saúde, só foi possível ser feito porque nós tivemos uma política clara de municipalização. Eu mandava o dinheiro para o município e a população cobrava que a saúde melhorasse. Tem lugar que não melhorou tanto quanto deveria, a gente sabe que tem muito problema, mas hoje a saúde está melhor do que ontem e não foi o Ministro da Saúde que fez isso sozinho, não. A gente fez porque os prefeitos ajudaram a fazer. São os prefeitos que estão do lado da população que sabe o que precisa ser feito primeiro e é essa política que nós vamos fortalecer, ampliar, cada vez mais. Na presidência da República eu vou governar junto com os prefeitos e com os novos governadores que estão sendo eleitos, agora, para fazer as mudanças que o Brasil precisa para gerar os empregos que os brasileiros precisam, para melhorar a sua vida”. (01/10/02, às 20 horas e 30 minutos).

Luís Inácio Lula da Silva – Partido dos Trabalhadores (PT)

“Durante essa campanha vou falar muito de saúde e entre as minhas maiores preocupações estão exatamente a má qualidade dos serviços públicos e os altos preços dos remédios. (...)”

Tem duas coisas que não podem faltar nunca: uma é comida, a outra é remédio. Tenha certeza, vou aumentar, e muito, a distribuição gratuita de remédios. Mas ainda sim, sempre achei que isso não era suficiente. Foi então, que na elaboração de meu plano de governo, o deputado Eduardo Jorge do PT, o mesmo que criou a Lei dos Remédios Genéricos, me chamou atenção para um projeto muito interessante que já existia em Pernambuco: uma rede de farmácia com remédios a preços populares. Esse projeto, criado pelo então governador Miguel Arraes, passou a fazer parte do meu plano de governo com o nome de farmácia popular. Agora pense na economia que tanta gente, neste país, vai poder fazer no dia em que a farmácia popular estiver funcionando. Pode ficar certo de uma coisa: se eu for eleito seu presidente, vou estimular todo projeto que represente economia para o povo brasileiro”. (22/08/02, às 13:00 horas).

“O tema do nosso programa de hoje é saúde. O sofrimento, a humilhação e, muitas vezes, o risco de quem vai ao hospital público é muito grande. Eu já senti isso na pele. Poucos são os estados e as cidades onde isso não acontece. Por isso mesmo, eu tenho como prioridade, absoluta, melhorar a qualidade e a rapidez do atendimento em todos postos médicos e hospitais públicos desse país. Primeiro, vamos fazer funcionar e, muito bem, os hospitais e postos de saúde que já existem. Depois, então, vamos construir os que faltam. E mais, vou concentrar esforços também na prevenção, investindo em saneamento básico, na vacinação em massa e no combate à desnutrição infantil, melhorando a merenda escolar em todo país. Criança bem alimentada não fica doente. Você, que é mãe, sabe disso. Mas vejam bem! Além de tudo isso, tem uma coisa que é muito importante, também. Criar nova mentalidade naqueles que trabalham nos hospitais públicos e postos de saúde. O povo tem que ser bem tratado, mais bem atendido. Afinal, todos que ali trabalham são pagos para isso. Tenho uma ótima relação com os médicos, enfermeiras e agentes de saúde e sei que o Brasil pode contar com eles para se vencer esse grande desafio”. (22/08/02, às 20 horas e 30 minutos).

Ciro Ferreira Gomes – Partido Popular Socialista (PPS)

“E as filas dos hospitais são um caso concreto de desrespeito à dignidade do ser humano. O sistema único de Saúde, que foi uma conquista dos brasileiros, precisa de uma vez por todas ser resgatado e, verdadeiramente, posto em prática. Ele deve atender a toda população, independentemente de região ou classe social e precisa ser transformado num modelo de qualidade na saúde pública. É de fundamental importância que a saúde dos brasileiros não seja mais refém da indústria farmacêutica multinacional. Isso significa mais do que facilitar o acesso à saúde pública, garantir a soberania social. Para isso, me empenharei, pessoalmente, no investimento em pesquisa e inovação tecnológica para produzir, aqui, no Brasil, hemoderivados, vacinas, fitoterápicos, além de nossos remédios genéricos que terão distribuição gratuita através de cestas de medicamentos para a população mais carente e para os idosos que, infelizmente, com o pouco que ganham não conseguem comprar sequer os remédios que garantam o mínimo de sua saúde. Outro fator de grande importância, no nosso programa, será fortalecer e ampliar o programa de apoio aos portadores do vírus da Aids”. (29/08/02, às 20 horas e 30 minutos).

6 – Modelo (econômico) de governo

José Serra – Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)

“O meu governo vai ser bem diferente do atual em duas coisas: no emprego, pois todos os ministérios vão atuar para criar empregos e no combate à violência, com o Ministério da Segurança Pública agindo diretamente nos estados. Hoje eu quero agradecer a grande atenção que tive nesta campanha de todos os brasileiros e brasileiras, das pessoas que votam e das que não votam em mim e de todas aquelas que ainda não se decidiram. O Brasil me ensinou muito nessa campanha e, se eleito for, quero governar ouvindo o povo porque ele é o mais sábio e o mais sincero dos conselheiros. Boa parte da minha vida eu passei no exílio, lutando para que a gente tivesse o direito de votar. Por isso, ver o Brasil ir às urnas é algo que me toca de perto. Nós lutamos muito por isso. Neste dia 06, o futuro e o sonho do Brasil vão estar nas suas mãos. Eu caminho para essas eleições com a convicção de que estou fazendo a minha parte. Percorri o Brasil de ponta a ponta, mostrando meus planos de mudança, mudança segura pro nosso país e pedindo o seu voto. Eu não prometi nenhum sonho impossível. Tudo que eu tenho comprometido, gerar emprego, aumentar salário mínimo, cuidar da segurança, ampliar os programas sociais para as periferias das grandes cidades, para todos os municípios de todo Brasil, tudo isso eu vou fazer e vai melhorar, e muito, a vida das pessoas. Eu convido o Brasil a votar num programa de governo, onde os números dão credibilidade às palavras porque sem número, sem dizer como, as propostas são só promessas que jamais se realizarão. Eu peço o seu voto para dar a você, aos seus filhos, aos seus netos, ao meu neto que vai nascer em janeiro, um Brasil de crescimento, de oportunidades. Eu quero lembrar que no dia 06 de outubro, dia da votação, é um domingo. Domingo é um dia em que a gente descansa, faz planos. Domingo é um dia de fé. Já segunda-feira é um dia da realidade, é o dia de concretizar os planos, os sonhos, para que eles não virem desilusão e é por isso que eu peço o seu voto, porque eu me sinto preparado para compreender o que os brasileiros sonham no domingo e para trabalhar a cada segunda-feira para tornar esses sonhos em realidade”. (03/10/02, às 20 horas e 30 minutos).

Luís Inácio Lula da Silva – Partido dos Trabalhadores (PT)

“A crise que nosso país atravessa não deixa dúvida: o atual modelo econômico está esgotado, somos um país cada vez mais endividado e cada vez menos produtivo. Ou seremos capazes de produzir mais, de fazer crescer a renda do povo, fortalecendo a economia, ou continuaremos andando para trás”. (...) “Quero aproveitar para dizer, também, aos empresários que o Brasil precisa muito deles para esse grande desafio de voltar a crescer, gerar empregos e exportar. E que eles terão, da minha parte, todos os incentivos necessários. Mas quero dizer também, claramente, que esse será o país da produção e não o país da especulação. Um país do trabalho sério, lucro justo e não um país dos aproveitadores, dos sonegadores, dos agiotas que sugam o nosso povo e nossa economia”. (20/08/02, às 20 horas e 30 minutos).

“Há 180 anos atrás o Brasil conquistava a sua independência. Uma independência que hoje, mais do que nunca, precisa ser renovada. Manter a independência de um país é uma luta constante. No mundo contemporâneo, ela passa por uma economia forte e pelo domínio da tecnologia, sem isso país nenhum é independente de verdade”. Foi, exatamente, por isso que eu resolvi dedicar meu programa de hoje, 07 de setembro, a uma empresa nacional: a EMBRAER, que pode simbolizar, muito bem, o tipo de Brasil que queremos no futuro, um Brasil moderno, eficiente, competitivo. A EMBRAER é a empresa brasileira de maior sucesso internacional. A nossa maior exportadora, que fabrica e vende aviões para o mundo inteiro.

Criada em 1969, ela é, hoje, a quarta maior fabricante de aviões comerciais do mundo, empregando 12 mil trabalhadores. Só no ano passado, suas exportações rederam ao Brasil cerca de 03 bilhões de dólares e, agora mesmo, seus operários estão trabalhando para atender uma encomenda de 104 jatos feita por uma empresa americana. Esse é o Brasil que dá orgulho à gente. Além disso, os aviões militares fabricados, aqui na EMBRAER, já são exportados para mais de vinte países, entre eles a Inglaterra, a França, a Grécia, e o México. Não dá para entender, é verdade que os doze Caças-FX não podem ser totalmente feitos no Brasil, mas podem ser montados, integrados e testados aqui, pois existem empresas brasileiras que estão prontas para isso. Além do mais, tratando-se de um avião militar, a questão fundamental é a independência da sua operação que só pode ser alcançada com o domínio tecnológico e é exatamente o domínio dessa tecnologia que vai influenciar uma nova geração de aviões brasileiros com grande futuro no mercado internacional. Isso significa mais dólares e mais empregos gerados aqui. É isso que falta, gente, planejamento de longo prazo. Num momento como esse o Presidente tem que firmeza para dizer: os interesses estratégicos do Brasil estão em primeiro lugar e ponto final. A nossa independência tem que ser conquistada assim, pois se a concorrência é cada vez mais rápida e mais agressiva, o Brasil tem que ser mais ágil e mais forte. Enfim, um novo Brasil, num ritmo bem diferente”. (...) (07/09/02 às 13:00 horas).

“Está chegando a hora. Agora só faltam poucos dias para as eleições. Durante todos esses programas eleitorais, vocês viram, tenho falado exclusivamente dos meus projetos para um novo Brasil. Hoje, quero pedir sua permissão para não falar dos projetos, quero apenas conversar com as mulheres e os homens que estão quase votando em mim, mas ainda não se decidiram. Vejam, a essa altura, existem basicamente três tipos de eleitores: os que já votam em mim e eu agradeço a confiança; os que estão votando em outros candidatos e que merecem de mim o mesmo respeito e aqueles que estão quase, quase se decidindo a votar em mim. Vejam, meus amigos e minhas amigas quase Lula. Sei que vocês também querem a mudança do nosso país. Sei que vocês compreendem a necessidade de o Brasil ter um governo que vai se preocupar com o desenvolvimento com o futuro, mas que não vai esquecer dos mais pequenos, dos mais fracos, dos famintos sempre tão esquecidos. Eu preciso do seu voto de confiança e, sinceramente, eu mereço essa oportunidade para qual tanto me preparei. Veja, minha amiga quase Lula, do mesmo que você deseja ser feliz e não quase feliz, o Brasil precisa de uma mudança e não de quase uma mudança, porque temos que enfrentar uma crise e não uma quase crise e você precisa de um emprego e não de um quase emprego. Não é verdade? Tenho um grande apoio para governar o país, dos empresários, dos sindicatos, dos maiores economistas, de dois ex-presidentes da república, Itamar Franco e José Sarney, de políticos de todos os partidos, de importantes lideranças das forças armadas. Só falta o seu voto. Pense nisso com muito carinho, até porque, no dia da eleição, não existe na maquininha o botão do quase e que Deus lhe ilumine”. (01/10/02, às 20 horas e 30 minutos).

Ciro Ferreira Gomes – Partido Popular Socialista (PPS)

“Com essa terra maravilhosa que Deus nos deu e com esse povo capaz, trabalhador e honesto como o povo brasileiro é, esse tipo de tragédia não precisava estar se espalhando no campo e na cidade do Brasil. Essa tragédia tem uma causa: é consequência de muita corrupção e de um modelo econômico que se rendeu a uma globalização perversa e desumana que nos é imposta pelos interesses da especulação financeira internacional. Isso tem solução e é contra isso que se levanta a nossa candidatura e a proposta de um novo e esperançoso projeto nacional de desenvolvimento. Não se trata de fazer promessas mirabolantes. O Lula promete criar 10 milhões de emprego, talvez pela sua inexperiência. O Serra, que estava nesse governo, oito anos, e que ajudou a construir esse modelo desumano de globalização, está prometendo criar

8 milhões de emprego. Eu não tenho coragem de fazer isso por respeito a você brasileiro, mas é claro que eu, sendo o presidente da República, vou procurar o máximo de empregos criar porque já fiz isso na indústria no Ceará, no turismo em Fortaleza, na irrigação do estado de Ceará. Mas para que isso possa acontecer, nós precisamos recuperar o estado nacional brasileiro. Moralizar a política e fazer com que esse estado, ao invés de dar todo o lucro aos agiotas internacionais passe a ser moralizado, recuperado, com a casa arrumada. Parceiro de quem produz, parceiro que proteja e cuide, primeiro, de quem primeiro precisa ser cuidado que é o povo trabalhador. Algumas coisas são inevitáveis. As máquinas vão chegar, mas o nosso projeto se preocupa em treinar as pessoas que perdem seus empregos para dar a elas uma outra oportunidade, outra atividade. Se preocupa em dar uma educação pública que prepara ao jovem brasileiro para vida, para o trabalho, especialmente, na disputa do seu primeiro emprego. Nós pedimos ao povo brasileiro que nos ajude nessa luta que não está sendo fácil, porque nós acreditamos que com essa terra, eu volto a dizer, com esse povo que eu conheço tão profundamente, este país não precisa ser vassalo das potências internacionais. Não precisa ser escravo da especulação e vai ser, ah! isso eu não tenho dúvida, com a ajuda de Deus, o país que vai encantar o mundo porque produz muito e porque cuida da sua gente que trabalha”. (14/09/02, às 20 horas e 30 minutos).

“Essa miséria que atinge a milhões de pessoas, no Brasil, tem séculos de existência, mas nos últimos anos piorou de uma forma dramática e é consequência de um modelo de egoísmo e de um modelo econômico que acaba dando todas as riquezas para quem já é rico e condena a classe média a viver cada vez mais pobre e povo trabalhador a viver na humilhação do desemprego e da violência quando não na doença que, precocemente, mata seus filhos Eleger José Serra significa continuar essa mesma política que tem todos os privilégios para quem já é rico e iguais e profundos desagradáveis desrespeitos para quem é pobre e precisa do governo. Nós podemos até resolver votar no Lula e isso seria um ato de revolta e protesto compreensiva, mas com a minha experiência, eu lhe digo, brasileiro, o PT é muito fácil de falar. O PT, quando está na oposição, promete tudo. Eu sucedi o PT na prefeitura de Fortaleza, mas, no governo, eles não põem nada em prática, e ao contrário, acabam gerando anarquia, invasão, expulsão de investimentos. Por isso, nós precisamos de uma mudança verdadeira e segura para o Brasil. O Brasil tem tanta terra, tanta água, tantos minérios, é um país tão rico de um povo tão honesto e trabalhador, não faz sentido que a fome e a miséria ainda estejam humilhando mais de 50 milhões de nossos irmãos e irmãs em todas as regiões do país. Quando precisa de dinheiro para os bancos eles têm. Quando as grandes empresas quebram, lá se vão no cofre público, também tem dinheiro. Trata-se, portanto, de uma decisão política de que a que senhor você quer servir e eu não tenho a menor dúvida, porque a experiência que eu tenho (sic), o programa contra fome do Betinho que faz chegar um prato de feijão para cada brasileiro que precisa, custa a metade do dinheiro que o governo Fernando Henrique Cardoso gastou, esse ano, como propaganda para iludir o povo na televisão. Essa é a oportunidade que eu quero. Tomar o dinheiro dessa minoria poderosa que tem tudo até pra estragar para repartir um pouco com quem precisa”. (21/09/02, às 20 horas e 30 minutos).

“(…) É em Brasília que se toma as decisões que mexem com todos nós. Sobe o preço do gás de cozinha ou dos remédios: decisão do presidente da república. Vai mal a economia: consequência de um modelo econômico que o presidente impõe ao país. Nesses últimos oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso, o Brasil chegou à menor condição de crescimento econômico dos últimos cinquenta anos. A consequência prática disso para vida do nosso povo é a maior quantidade de desempregados da nossa história, quase doze milhões, um arrocho salarial sem precedentes, e a violência campeã no campo e na cidade de forma impune. Votar em José Serra significa, claramente, dar um terceiro mandato a Fernando

Henrique Cardoso e, portanto, fazer continuar o modelo econômico que deu privilégio aos que já são muitos ricos, que empobreceu de forma dramática a classe média e humilhou mais de 50 milhões de brasileiros que estão na pobreza. Votar em Lula, até pode ser a consequência compreensível de um ato de revolta de protesto, é que, no dia seguinte do protesto, há uma economia complexa e em plena crise para ser administrada e falta ao Lula experiência. Não falo de experiência intelectual, mas a experiência de administrar o orçamento, de administrar uma economia no meio de uma crise internacional que agrava ainda mais a nossa crise interna. Para mudar, verdadeiramente, o Brasil eu preciso do seu apoio. Eu peço o seu voto e de sua família. Peço mais se você me permite. Reúna a sua família e procure discutir e conhecer melhor o meu passado de onde eu venho, o que eu já pude fazer. Conheça as nossas propostas com detalhes. Veja as repostas práticas, com o pé no chão, que nós temos para oferecer para cada um dos graves problemas brasileiros. Junte-se a nós da Frente Trabalhista e vamos juntos construir um Brasil muito mais justo para os brasileiros”. (24/09/02, às 20 horas e 30 minutos).

“O modelo econômico do governo Fernando Henrique e Serra produziu quase 12 milhões de desempregados no Brasil. O PT de Lula, como está demonstrado no exemplo prático de ter perdido a fábrica da FORD no Rio Grande do Sul, não tem projeto estratégico, nem experiência para administrar uma economia em crise como a brasileira. Essa sandália foi vendida para Nova York, vai ser calçada por um norte-americano. Ela foi produzida nessa fábrica da “Grentene”, em Sobral, no interior do Ceará, em pleno Sertão Nordeste. Aqui, trabalham mais de 10 mil pessoas e é uma das 52 fábricas que nós conseguimos desenvolver quando governei o estado do Ceará, como consequência de um conjunto articulado de políticas econômicas. Um sistema de imposto justo, um sistema de crédito competente e moderno e, especialmente, o que mais me agrada lembrar, um esforço e treinamento e capacitação dos trabalhadores. Esse mesmo conjunto de políticas econômicas, nós aplicamos em turismo e mais de 300 mil cearense, hoje, trabalham nesse setor. Fizemos a mesma coisa em construção civil e na agricultura moderna e irrigada, hoje, permitindo ao Ceará exportar frutas para a Europa. É essa a experiência de quem sabe que emprego não é consequência de promessa e sim de um conjunto de políticas consistentes que nós queremos levar para a presidência da república, com o seu apoio”. (28/09/02, às 13:00 horas).

“Nesse próximo domingo, você, com o seu voto, vai ter a oportunidade de decidir afinal que país queremos para os brasileiros. Se o Brasil do medo, ou o Brasil de cabeça erguida. O Brasil do desemprego, ou o Brasil da oportunidade justa de trabalho para todos. O Brasil do desenvolvimento, ou o Brasil da recessão e da violência. A decisão é sua, meu amigo trabalhador, minha amiga trabalhadora. É sua, jovem que luta para conquistar o primeiro emprego e esbarra na falta de uma formação profissional decente. Todos vocês acompanharam esta campanha, vocês viram que eu tenho propostas simples, com o pé no chão, sem promessa mirabolante, para mudar, com segurança, os destinos de nosso país. Ninguém foi tão atacado quanto eu quando me atravessei no caminho dos donos do poder. Você viu que me atacaram de todas as formas, mas você também é testemunha de que nunca atacaram a minha honestidade, porque eles sabem que eu sou um homem honrado. Também não conseguiram atacar a minha competência porque sabem e não podem esconder que eu tenho capacidade de administrar que eu já pude revelar quando fui prefeito, Governador, Ministro da Fazenda, que eu lembro, só para me defender, em que cada uma dessas ocasiões, fui o mais popular do país. É o destino do nosso país que está na sua mão e é isso que eu peço a você que julgue agora. Querem que você acredite que essa eleição já está decidida sem a sua participação. Querem que você desista do seu sonho de um Brasil melhor. Querem que você desista de ter esperança, essa esperança que você vem carregando no coração, essa

esperança de uma mudança segura, de verdade. Domingo, vá votar com fé e coragem. Vote em quem você sabe que tem competência e experiência para mudar, realmente, esse país para melhor. Este é o pedido que lhe faço do fundo do meu coração”. (01/10/02, às 20 horas e 30 minutos).

“Hoje estamos terminando uma fase da maior importância para toda a população brasileira e, principalmente, para nossos filhos e netos, por isso eu gostaria de poder conversar com você. Uma conversa olho no olho, analisando do meu ponto de vista cada uma das suas opções para sua decisão soberana na hora de votar. Na minha opinião, votar no Serra é continuar com o desemprego, a miséria e o Brasil continuar de joelho diante capital internacional. Votar no Lula é até um ato compreensível de revolta, mas o Brasil vive, hoje, um momento de crise que, também, na minha opinião, nem Lula nem o PT tem condições ou projetos para administrá-la. O Garotinho pode até seduzir pela inocência e até garantir-se por suas propostas, tudo por um real, leilão do salário mínimo, mas são promessas eleitoreiras, muito longe da responsabilidade de quem pretende conduzir um país complicado como o Brasil. Quero agradecer com muito amor meus filhos, Cirino, que está viajando, o Iuri e a Lívia. A falta que eu senti de vocês e a minha ausência do seus lados, nesses meses todos de campanha, foi diminuída pelo carinho e respeito que eu recebi do povo brasileiro por onde eu andei. Mas é a vocês que eu presto a minha homenagem ao Brasil do futuro que vocês representam. Quero agradecer a minha mãe, Maria José, que eu sei que sofreu muito nessa luta toda, que tanto trabalhou como minha cabra eleitoral no Vale do Paraíba em São Paulo. Queria agradecer a uma pessoa muito importante para minha vida, minha amiga, minha mulher, minha companheira de todas as horas, Patrícia, que junto comigo todos os dias agradecemos a Deus por termos enfrentado tanta tempestade e nos sentimos cada vez mais fortes. A você brasileiro que já está conosco, continue firme, nós vamos ao segundo turno com a sua ajuda e o seu voto e a você que se afastou porque ficou inseguro com essas séries de mentiras que inventaram contra mim, peço ainda uma vez que pense um pouco mais antes de finalmente decidir. Pergunte uma vez mais a quem me conhece, procure saber um pouco melhor e volte para gente, junto, fazer uma mudança segura para o nosso país. Brasileiro do Sul, do Norte, do Centroeste, do Sudeste e do Nordeste, onde está meu querido Ceará e o povo a que tanto devo, muito obrigado por tudo e até o segundo turno, com a graça de Deus”. (03/10/02, às 20 horas e 30 minutos)

Anthony William Matheus de Oliveira (Garotinho) – Partido Socialista Brasileiro (PSB)

“A exclusão social e a fome só vão acabar, no Brasil, com a mudança do modelo econômico que privilegia os banqueiros ao invés de financiar o trabalho e a produção. Mas quem tem fome não pode esperar. Na semana passada, você viu os restaurantes populares que eu construí no Rio, que oferecem refeições a 1 real para milhares de pessoas todos os dias. Hoje, você vai conhecer o cheque cidadão. Você viu o que eu fiz no Rio. Agora, vou fazer em todo Brasil. Você pode confiar”. (12/09/02, às 20 horas e 30 minutos).

“Você tem me ouvido falar aqui sobre o lucro dos banqueiros. Agora, o jornal Folha de São Paulo publicou, na semana passada, uma reportagem que prova exatamente o que eu estou dizendo. Enquanto os bancos tiveram um lucro de 45%, colocando no bolso quase 10 bilhões de reais, o lucro da indústria brasileira caiu pela metade. Eu convido a você fazer uma reflexão, o candidato de Fernando Henrique promete criar emprego. O Governo que está aí teve oito anos para fazer e não fez. Nesses oito anos o que o governo dele fez foi implantar um modelo econômico que ajudou os banqueiros. O emprego está na indústria, no comércio,

na agricultura e se o banco está ganhando demais, na outra ponta a indústria está perdendo e você continua desempregado. Então, pense comigo. Dá para acreditar que o candidato do governo vai resolver o problema do desemprego? Pense nisso. Na hora de votar, o passado de quem está prometendo vale muito e o que ele já fez? O meu compromisso não é com banqueiro. É com você. Por isso, quando eu digo quando vou aumentar o salário mínimo pra R\$ 280,00, quando eu digo que vou gerar emprego, fazer justiça aos aposentados, construir casas populares, eu sei que eu vou fazer. Eu fiz no Rio de Janeiro, eu vou fazer em todo Brasil. Você pode confiar”. (17/09/02, às 20 horas e 30 minutos).

“Você tem me ouvido falar que sou o único candidato de oposição ao governo que está aí. Isso fica claro quando você analisa meus adversários. Um deles é o candidato do Fernando Henrique comprometido com os banqueiros e deixa o país com doze milhões de desempregados. Os outros dois, querendo chegar à presidência a qualquer custo, acabaram se comprometendo, fazendo aliança com políticos que fazem parte de um passado que todos nós queremos esquecer. É sempre bom lembrar que esses apoios não são de graça, significam compromissos. Por isso, quando eu digo que sou o único é porque eu não faço esse tipo de aliança. Meu compromisso é com você. É com o povo brasileiro. Vou governar para o setor produtivo, a indústria, o comércio, a agricultura, onde vamos gerar mais empregos. Vou construir casas populares, fazer justiça aos aposentados, aos funcionários públicos e aumentar o salário mínimo para R\$ 280, 00. Me dê uma chance. Me dê o seu voto. Quero governar para as pessoas e ser o presidente de todos os brasileiros. Você pode confiar”. (24/09/02, às 20 horas e 30 minutos).

“Tem candidato que fica prometendo emprego, fazendo contas na televisão. Dá para acreditar? Se a gente sabe que o modelo econômico que ele defende, só dá vantagem para banqueiro, não investe na produção. É o presidente que tem o comando da polícia econômica e eu garanto a você, vou aumentar o salário mínimo para R\$ 280,00, baixar os juros e a indústria vai poder contratar mais gente, e mais gente trabalhando, o comércio vende mais e emprega mais. Na agricultura, vamos dar crédito ao produtor, com a agricultura forte, serão milhões de trabalhadores em todo Brasil, produzindo mais alimentos. No meu governo, vou fazer justiça ao trabalho, ao salário, fazer o país crescer de verdade. Para fazer tudo isso, eu preciso do seu voto. Você está vendo a campanha milionária dos outros candidatos? A nossa campanha humilde está sendo vitoriosa, falta pouquinho. Nesses últimos dias, ajude a multiplicar os votos. Vamos, juntos, mudar o Brasil”. (28/09/02. às 20 horas e 30 minutos).

“Viu! Dá para acreditar no que ele fala? Olha, apesar do meu pouco tempo na televisão, eu vou responder do jeito que mais incomoda o candidato dos banqueiros: com propostas. Quero reafirmar aqui os meus compromissos. Aumentar o salário mínimo para R\$ 280,00 em maio de 2003. Fazer justiça aos aposentados e aos funcionários públicos e trabalhar muito para fortalecer a indústria, o comércio, a agricultura para gerar mais empregos. Nessa reta final da campanha, eu preciso do seu voto e do apoio da sua família. Do apoio de todos os brasileiros livres que querem mudar esse país. Você que já está comigo, multiplique seu voto. Falta muito pouco para a verdade vencer a força do dinheiro. Me dê uma chance. Vote 40 e vamos, juntos, mudar o Brasil”. (01/10/02. às 20 horas e 30 minutos).

Rui Costa Pimenta – Partido da Causa Operária (PCO)

“A principal proposta política do Partido da Causa Operária, nestas eleições, é a da luta por um governo dos trabalhadores da cidade e do campo. Um governo sem a participação patronal e controlado diretamente pelos trabalhadores, através de seus partidos, sindicatos e

associações. Um governo formado por conselhos populares eleitos pelos próprios trabalhadores. Governos patronais como o de FHC trabalham para atender as exigências dos grandes empresários, banqueiros e latifundiários. Sua principal preocupação é pagar juros aos bancos nacionais e internacionais. O dinheiro público que deveria ser utilizado na saúde, educação e outras necessidades fundamentais da população é entregue aos capitalistas. O governo dos trabalhadores da cidade e do campo é aquele que está integralmente a serviço das necessidades de classe dos trabalhadores. O PCO chama toda a classe trabalhadora a discutir esta questão, pois um governo verdadeiramente popular e dos trabalhadores somente pode ser obra da consciência e da luta de todo o povo. Os trabalhadores podem e devem governar”. (27/08/02. às 20 horas e 30 minutos).

“O candidato do PT, Lula, está em primeiro lugar nas pesquisas. É uma demonstração clara do repúdio do povo brasileiro ao completo desastre do que foram os governos do FHC e dos partidos patronais como PSDB, PMDB, PL, PFL, e outros. É um repúdio ao salário de fome, ao desemprego de milhões, à miséria e à exploração no campo e na cidade, porém no governo Lula não vai mudar essa situação. Lula está trazendo de volta todos aqueles que o povo já repudiou: grandes empresários exploradores do assalariado como José Alencar e políticos desprestigiados como Sarney e Quéricia, Newton Cardoso, Itamar Franco, e muitos outros. Além disso, já declarou que vai pagar a dívida externa que estrangula o desenvolvimento do país e impede a melhoria das nossas condições de vida. O PCO chama os trabalhadores a votar contra tudo isso e a favor de um programa que atenda a seus interesses e aos de todo o povo brasileiro”. (01/10/02, às 13 horas).